

VALDIR FERNANDES

**A DIMENSÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS:
UMA ANÁLISE DA RACIONALIDADE DA ECONOMIA DE
COMUNHÃO (EDC).**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Soares Pinto Sant'Anna
Co-orientador: Prof. Armando de Melo Lisboa

FLORIANÓPOLIS
2007

**A DIMENSÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS:
UMA ANÁLISE DA ECONOMIA DE COMUNHÃO (EDC).**

VALDIR FERNANDES

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de **DOCTOR EM ENGENHARIA AMBIENTAL** na Área de Gestão Ambiental em Organizações.

Prof. Sebastião Roberto Soares, Dr
Coordenador do Curso

Prof. Fernando Soares Pinto Sant'Anna, Dr.
Orientador – UFSC

Prof. Armando de Melo Lisboa, Dr.
Co-Orientador – UFSC

Prof. Daniel José da Silva, Dr.

Prof. Cesar Augusto Pompêo, Dr.

Prof. Carlos Alberto Cioce Sampaio, Dr.

Prof. Oklinger Mantovanelli Júnior, Dr.

Prof. Arlindo Philippi Jr., Dr.

À minha mãe Anilda por todo o seu amor ...

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar estes agradecimentos senão salientando o amor e o companheirismo da minha amada Soraia, que foi sempre inspiração, compreensão, força e ternura.

Ao meu grande amigo e cumpadi Cleverton, que neste período deu significado à palavra amizade;

Ao meu grande “pai intelectual” Prof. Carlos A. Sampaio (doutor sênior), pela gratuidade e desprendimento com que sempre me apoiou, desde os tempos de graduação;

Ao paciente, amigo e orientador Prof. Fernando Sant’Anna, que sempre acreditou na minha capacidade e ao qual devo a oportunidade deste doutorado;

Ao amigo e Co-orientador, Prof. Armando Lisboa, pelo reforço teórico que foi fundamental;

Aos amigos: Maurício C. Serafim, Afonso Vieira e Heloisa Gonçalves, pelas frutíferas e inspiradoras discussões; Jefferson e Celso pela acolhida em sua empresa e pela franqueza nos depoimentos;

A todos os pesquisadores que contribuíram nas discussões e trocas de informação durante toda essa pesquisa;

A todos os empresários da EdC, pelo carinho e disponibilidade com que acolhem os pesquisadores em suas empresas e pela gentileza nas entrevistas;

A todos os Membros da EdC e do Movimento dos Focolares, que contribuíram fornecendo dados e informações, em especial ao Escritório de EdC na pessoa da Socorro;

Aos membros da banca, pelas contribuições e críticas que melhoraram e valorizaram esta tese;

Ao CNPq, pelo apoio financeiro que viabilizou esta pesquisa;

À Universidade Federal de Santa Catarina, ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e à secretaria do curso, na pessoa do Maurício, pelo importante suporte dado.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
SUMÁRIO	v
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1
1. A problemática ambiental no setor produtivo e a lógica instrumental	3
2. Experiências econômicas alternativas	6
3. EdC e as hipóteses da pesquisa	9
CAPÍTULO I: CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS, FINALIDADES, LIMITES E ROTEIRO DA PESQUISA	13
1. Definição e conceituação da natureza epistemológica da pesquisa	13
2. Definição e conceituação da natureza metodológica da pesquisa	20
3. Objetivos	22
4. Finalidade, justificativa e limites da pesquisa	22
5. Roteiro da pesquisa: etapas do procedimento	24
6. Conceituação e descrição da pesquisa exploratória	26
7. Descrição da pesquisa	29
8. Etapas da reconstrução da problemática	33
9. Etapas da análise e discussão dos resultados	33

CAPÍTULO II: A RACIONALIZAÇÃO DA VIDA COMO PROCESSO HISTÓRICO	34
1. Introdução	34
2. A Formalização da Racionalidade Material – Georg Simmel	39
3. A Razão Moderna – Thomas Hobbes	41
4. A Racionalidade Formal – Max Weber	42
4.1. A Ética Protestante e a Racionalização da Vida	43
5. A Racionalidade Funcional – Karl Mannheim	46
6. A Racionalidade Subjetiva – Max Horkheimer	49
7. A Economia em dois Sentidos	53
8. A Racionalidade Econômica	56
9. A Crítica à Racionalidade Econômica e ao Industrialismo	61
CAPÍTULO III: ENSAIOS DE RACIONALIDADE SUBSTANTIVA	67
1. Introdução	67
2. Razão Substantiva – Guerreiro Ramos	68
3. Racionalidade Ambiental – Enrique Leff	74
4. Razão Capaz de Comunhão – Luigino Bruni	81
CAPÍTULO IV: O MOVIMENTO DOS FOCOLARES E A ECONOMIA DE COMUNHÃO (EDC)	88
1. Introdução	88
2. O Movimento dos Focolares e a EdC Segundo Chiara Lubich: A Concepção	94
3. A EdC Segundo Alguns “Autores Pioneiros”: Premissas, Pressupostos e Antecedentes Históricos	100
3.1. Premissas Cristãs e da Doutrina Social Católica	101
3.2. A “Cultura da Partilha”	105
CAPÍTULO V: A EDC SEGUNDO AS PRIMEIRAS PESQUISAS CIENTÍFICAS	111
1. Introdução	111

2. As primeiras pesquisas científicas	111
3. Crítica às Limitações	128
CAPÍTULO VI: A EDC SEGUNDO A PESQUISA DE CAMPO	132
1. Síntese da análise das respostas ao questionário fechado enviado às empresas	132
2. Síntese da análise das entrevistas com empresários e demais membros da EdC	133
3. Síntese da análise das visitas e entrevistas nas empresas	136
4. Os princípios de gestão da EdC	143
4.1. Contribuições e limites da racionalidade da EdC para fins de gestão ambiental	148
CONCLUSÕES	151
1. Comentários finais	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
APÊNDICE A – MAX WEBER: A ética de Benjamin Franklim	166
APÊNDICE B – CHIARA LUBICH: A Ecologia no Movimento dos Focolares	168
APÊNDICE C – CHIARA LUBICH: Fragmentos sobre a Economia de Comunhão	169
ANEXO 1- ROTEIRO DE PESQUISA - DIÁRIO DE CAMPO	174
ANEXO 2 – ROTEIRO DE PESQUISA	175
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO FECHADO	176
ANEXO 4 – RELAÇÃO DAS EMPRESAS E PESSOAS PESQUISADAS	178
ANEXO 5 – FEMAQ PRODUÇÃO MAIS LIMPA	181

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Retroação da etapa exploratória à pergunta de pesquisa	17
Figura 2 – Etapas da construção da problemática	22
Figura 3 – Modelo de análise	24
Figura 4 – Número de empresas de EdC em nível mundial, distribuídas por continentes	88
Figura 5 – Empresas de EdC distribuídas por atividade em nível mundial	89
Figura 6 – Empresas de EdC no Brasil distribuídas por região	90
Figura 7 – Finalidade de ajuda financeira fornecida pela EdC para pessoas necessitadas	91
Figura 8 – Modelo de gestão da EdC baseado nos sete aspectos da espiritualidade da unidade	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dissertações de mestrado	18
Tabela 2 – Teses de doutorado	19
Tabela 3 – Perfil das empresas de EdC por número de funcionários	89
Tabela 4 – Perfil das empresas de EdC por ativos R\$	89
Tabela 5 – Perfil das empresas de EdC no Brasil por número de funcionários	90
Tabela 6 – Perfil das empresas de EdC no Brasil por faturamento/ano em R\$	90
Tabela 7 – Número de pessoas que recebem ajuda financeira com recursos oriundos da EdC e respectivo valores percaptos/ano por região do Brasil	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALUMIFER	Cooperativa Autogestionária em Fundação de Alumínio e Ferro
ANTEAG	Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
COOMECA	Cooperativa Industrial Mecânica LTDA
COOPERNÓVI	Cooperativa de Calçados Nova Vida
EdC	Economia de Comunhão
FEMAQ	Fundação, Engenharia e Máquinas LTDA
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
ISO	Organização Internacional de Normalização
LAGA	Laboratório de Gestão Ambiental na Indústria
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NBR	Norma Brasileira
ONG's	Organizações Não Governamentais
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SIMPEP	Simpósio de Engenharia de Produção
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

FERNANDES, Valdir. **A dimensão Ambiental em Organizações Produtivas: uma análise da racionalidade da Economia de Comunhão (EdC).** Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) - PPGA/UFSC, 2007.

RESUMO

O tema desta tese insere-se nos estudos de gestão ambiental em organizações. Discute a inserção da dimensão ambiental nos processos produtivos e de gestão, não apenas impulsionada por motivações mercadológicas, mas, também, por influência de valores éticos, estéticos e morais, tendo como objetivos: i) redefinir conceitualmente a problemática ambiental como uma problemática socioambiental; ii) estabelecer as relações entre esta problemática e o processo histórico de racionalização da vida ocorrido a partir do industrialismo; iii) fundar as relações entre a inserção da dimensão ambiental, como uma dimensão intrínseca nos processos produtivos e de gestão, e a presença de valores éticos, estéticos e morais, constitutivos de uma racionalidade substantiva. Trata-se, com efeito, do tipo de racionalidade sobre a qual se funda o processo de desenvolvimento e a própria noção de progresso. A contextualização histórica e conceitual do tema, bem como a construção do modelo teórico de análise, é feita tendo como fio condutor o conceito de racionalidade, partindo da noção aristotélica de razão, e, passando pelas análises de Max Weber, Karl Mannheim, autores da Escola de Frankfurt, Illich, Gorz, Polanyi, Ramos, até autores contemporâneos como Leff e Bruni. A partir desse quadro teórico, apresenta-se e analisa-se criticamente a experiência empírica de Economia de Comunhão (EdC), destacando seus fundamentos valorativos em termos espirituais, éticos e morais como motivadores da inerência da dimensão ambiental em tais organizações. É uma pesquisa qualitativa, com características de estudo de caso. Refere-se ao projeto EdC, como um todo, quando analisa os seus objetivos, concepção, fundamentos e princípios. Realiza-se no Brasil, quando se refere às entrevistas, na forma de colóquios, e observações participante, realizadas principalmente tendo como cenário os Congressos Nacionais de EdC e a resposta aos questionários enviados. Por fim, quando se reporta às empresas, enquanto unidades organizacionais produtivas com significativo impacto ambiental, a amostra é composta por sete empresas. A análise dos dados é feita utilizando-se o modelo de análise, os indicadores e a hipótese nele expressos. Dentre os resultados, destaca-se a importância, no que se refere aos fins de conservação ambiental, de experiências produtivas e de gestão baseadas não apenas nos critérios da racionalidade instrumental, mas que também sejam fundamentadas na racionalidade substantiva.

Palavras-chave: problemática socioambiental; racionalidade instrumental; racionalidade substantiva; Economia de Comunhão; organizações produtivas

FERNANDES, Valdir. **The Environmental Dimension in Productive Organizations**: an analysis of the rationality of the Economy of Communion (EdC). Doctoral Thesis in Environmental Engineering – PPGEA/UFSC, 2007.

ABSTRACT

The theme of this thesis is inserted in studies of environmental management of organizations. It discusses the inclusion of environmental considerations in productive processes and management, not only stimulated by market motivations, but also by the influence of ethical, aesthetic and moral values. Its objectives include: i) to conceptually redefine the environmental question as a social-environmental issue; ii) to establish the relationship between this issue and the historic process of rationalization of life that has taken place since industrialization; iii) to establish relationships between the insertion of the environmental dimension, as an intrinsic dimension of productive processes and management, and the presence of ethical, aesthetic and moral values, constitutive of a substantive rationality. It thus involves the type of rationality upon which development and the very notion of progress is established. The historic and conceptual contextualization of the theme, as well as the construction of a theoretic analytical model, are guided by an Aristotelian notion of reason. Analyses of Max Weber, Karl Mannheim, the Frankfurt School authors; Illich, Gorz, Polanyi, Ramos, and contemporary authors such as Leff and Bruni are conducted. Based on this theoretical framework, the thesis presents and critically analyzes the empirical experience of the Economy of Communion (EdC), highlighting its foundations in spiritual, ethical and moral values, which are seen as motivators of the inherent nature of the environmental dimension to these organizations. A qualitative analysis is conducted, based on a case study of the EdC project as a whole and its objectives, conceptions, foundations and principles. The interviews were conducted in Brazil, at colloquiums, and participant observations were mainly realized at National Congresses of the EdC. The study focuses on seven companies seen as organizational productive units with significant environmental impacts. Each responded to the questionnaires and was visited. The data was analyzed using the analysis model, indicators and hypothesis presented. The results concerning environmental conservation point to the importance of productive experiences and management based not only on criteria of instrumental rationality, but also on substantive rationality.

Key Words: socio-environmental issues; instrumental rationality; substantive rationality; Economy of Communion; productive organization

INTRODUÇÃO

Alvin Toffler (1980), afirma que há 300 anos houve uma explosão que enviou ondas de grande choque em cadeia através da Terra, com o poder de demolir sociedades antigas e criar novas sociedades. A explosão a qual se refere Toffler é a Revolução Industrial, e a transformação desencadeada por ela, foi denominada de a “Segunda Onda”. A “Primeira Onda”, que era o modo de vida agrícola, durou até a Revolução Industrial e baseava-se em fontes de energia renováveis – florestas, rios, animais e pessoas – enquanto que na “Segunda Onda”, que modificou o modo de vida na Terra, as fontes de energia foram baseadas em combustíveis fósseis. “O salto para um novo sistema de energia foi acompanhado por um gigantesco avanço tecnológico” (TOFFLER, 1980, p. 39). Foi esta diferença na base energética e o avanço tecnológico que proporcionaram o crescimento acelerado e vasto do industrialismo.

Este crescimento, de acordo com Toffler (1980), trouxe consigo uma gama de problemas antes pouco conhecidos, tais como desequilíbrios sociais, psicológicos, ecológicos e outras tensões típicas do industrialismo. Esses problemas devem-se ao fato de nessa forma de desenvolvimento ter se rompido a união entre produção e consumo, separando produtor e consumidor e destruindo a auto-suficiência que existia no modelo agrícola, fazendo com que aumentasse, gradativamente, a necessidade de capacidade política e de reflexão dos agentes que, contraditoriamente se tornaram autômatos como peças de engrenagens sem qualquer capacidade de crítica.

Esta alegoria de Toffler é, evidentemente, insuficiente para compreender o industrialismo ocidental e toda a sua complexidade (aprofundaremos esse tema sob o enfoque da racionalidade no capítulo 2). Ela ilustra, entretanto, a transformação ocorrida a partir da Revolução Industrial, abrindo caminho para a reflexão sobre as inúmeras conseqüências desse processo, alargadas em proporções gigantescas pelo estilo de vida baseado na produção e consumo de produtos industrializados e na economização da vida. Enquanto atividade humana, a economia perdeu o seu caráter de “meio” de vida para, revestida de instrumentalidade, tornar-se seu “fim” e atividade principal das sociedades, por meio da economia formal.

Dentre as conseqüências desse processo, talvez uma das mais visíveis e relevantes, atualmente, seja a de ordem ambiental: os impactos ambientais que têm sua

origem tanto nas práticas referentes à retirada de matérias-primas da natureza, como no que se refere aos resíduos e efluentes gerados e lançados sem tratamento no meio ambiente, têm sido aumentados significativamente pelas atividades produtivas. A mudança, viabilizada pelo industrialismo e associada à concepção de desenvolvimento e progresso da sociedade moderna¹, proporcionou paradoxalmente crescente melhora na qualidade de vida, advinda dos bens de consumo (redução de tempo e distância através dos meios de transportes e comunicação; melhora na condição de trabalho e lazer, a partir do desenvolvimento tecnológico e de gestão; qualidade de serviços, diversidade de bens quase individualizados aos respectivos gostos) e, ao mesmo tempo, crescente diminuição dessa mesma qualidade de vida no que se refere às condições psicológicas e sociais (pressões de todas as ordens, alto stress) e da redução da qualidade dos bens naturais (água, ar, solo, produtos agrícolas e outros bens essenciais provenientes e derivados da natureza).

Configura-se assim, conforme Santos (2000), uma contradição dentro do próprio paradigma vigente. Uma contradição fundamental que, segundo Toynbee (1987), se estabeleceu entre a concepção adotada de desenvolvimento e progresso a partir do século XVIII, e a sua sustentação pela natureza e pela estrutura sociopolítica e psicológica da época. No que se referem aos problemas ambientais, Boff (1993) e Leis (1999) ressaltam que a racionalidade da sociedade moderna se baseia numa concepção essencialmente utilitarista e antropocêntrica, na qual o ser humano se coloca como senhor e patrão da natureza, submetendo-a e ordenando-a segundo as suas necessidades. Nesta perspectiva, a origem mais profunda dos problemas ambientais gerados pela sociedade moderna e especificamente pela indústria, situa-se, segundo Passet (1992), na separação histórica entre sociedade e meio ambiente. Foi esta separação, que impediu à “sociedade moderna” perceber que a velocidade de produção de rejeitos, o avanço do mundo urbanizado e a força poluidora das atividades industriais, cada vez mais ameaçavam superar a capacidade regenerativa e de suporte dos ecossistemas.

¹ De acordo com Morin (1995) esse processo jamais poderia ser chamado de desenvolvimento por vários motivos. A começar pela dizimação das culturas locais, ocasionadas pelo movimento de homogeneização das conquistas européias, passando pela priorização de valores de consumo na mesma Europa e na América do Norte – que se estendeu para todo o Planeta - e pela exploração “irracional”, ou fundamentada na racionalidade prática instrumental, dos recursos naturais renováveis e não renováveis em nível global.

1 A problemática ambiental no setor produtivo e a lógica instrumental

A separação entre a sociedade e o meio ambiente é acentuada principalmente no setor produtivo que, motivado pela lógica da economia de mercado, por muito tempo conseguiu contornar os problemas ambientais. As empresas pequenas, médias ou grandes só foram obrigadas a se preocupar com os problemas ambientais que provocavam, quando a problemática ambiental ganhou dimensões globais, a partir de uma série de catástrofes ocorridas ou anunciadas. Só, então, a destruição e a poluição potencial ou causada pelos processos produtivos passaram a ser vistas como um problema passível de ser minimizado com o desenvolvimento de tecnologias de tratamento e de prevenção.

Esta preocupação, porém, ocorreu, e ainda hoje ocorre, mais por motivações mercadológicas do que por mudanças de atitudes. Historicamente a inserção da preocupação ambiental nas organizações, não nasce da consciência de que os recursos naturais são finitos e que sem a conservação da natureza será impossível a vida no Planeta para as gerações futuras. As atitudes proativas são na maioria das vezes motivadas pelo mercado e, sendo assim, são atitudes externas, desprovidas da gratuidade, que contém a recompensa em si mesma. Não se trata, pois, de uma cultura das empresas, que conservação ambiental seja um valor, mas, ao contrário, ela aparece como demanda de mercado, externa à organização. Por esse motivo, fica sempre a sensação de que são casos isolados, que por suas motivações não podem afirmar-se como um paradigma de gestão e de cultura empresarial.

A problemática ambiental que emergiu em nível global na década de setenta do século passado, no Brasil só ocorreu com a Conferência Rio 92, a partir da qual o setor empresarial brasileiro ensaiou uma “mudança de rumo” no que se refere às questões ambientais. Segundo Layrargues (1998), essa mudança, que aparentemente consistia na disposição por parte do empresariado de pagar o preço pela readequação da produção de forma a diminuir os impactos ambientais, em pouco tempo se revelou uma estratégia de promoção de uma imagem de responsabilidade ambiental frente à opinião pública, na tentativa de inverter a imagem consagrada de incompatibilidade entre produção industrial e sustentabilidade ambiental. A imagem negativa seria substituída, pela imagem de compatibilidade entre a atividade econômica e a conservação da natureza, expressa no modelo do desenvolvimento sustentável e assumida no discurso empresarial, que se incluiu como o seu promotor através das leis do mercado. Ou seja, a

lógica da competição inerente ao mercado passa a ser considerada o melhor instrumento de mediação das relações sociais e econômicas em relação ao meio ambiente. Por outro lado, o setor empresarial, junto ao Estado e à sociedade civil organizada, passaria a promover a educação ambiental no sentido de ecologizar a sociedade de forma que esta não só passasse a respeitar o meio ambiente, como também boicotasse quem não o fizesse. Surgiria, assim, o mercado “verde”, a partir da eclosão de produtos “ecológicos”.

Este ciclo, não só faria do setor produtivo um setor “ambientalmente correto” perante a sociedade, como o faria sem que as margens de lucro fossem diminuídas, já que os custos extras da adequação da produção para diminuir ou eliminar os impactos ambientais da indústria poderiam ser repassados ao “consumidor consciente”, que estaria disposto a pagar mais caro pelos produtos “ecologicamente corretos”. Complementarmente, com o desenvolvimento de tecnologias limpas, o meio ambiente deixaria de ser associado unicamente ao aumento de custos de produção para ser associado a uma oportunidade de mercado.

Entretanto, conclui Layrargues (1998), todo esse movimento não foi muito além do discurso “verde”, e na prática pouco se avançou em direção à sustentabilidade sem que a força do Estado estivesse presente. A preocupação do empresariado brasileiro continuou sendo exclusivamente econômica. Acima de tudo, o que estava em jogo era a própria manutenção e reprodução do sistema produtivo industrial, uma vez que a lógica da produtividade máxima estava ameaçada diante da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais não-renováveis. Além disso, a partir do momento em que se vislumbram oportunidades de negócio empresarial com o mercado de produtos “ecologicamente corretos”, o meio ambiente tornou-se mais uma variável de mercado, um elemento que compõe a mercadoria, tornando a inserção da preocupação com conservação da natureza nas organizações mais um componente da sustentabilidade econômica e menos da sustentabilidade ambiental.

Essa situação também pôde ser verificada através da pesquisa de mestrado realizada entre 2001 e 2003 em Santa Catarina (FERNANDES, 2003). Nesta pesquisa verificou-se que, embora as iniciativas advindas do mercado sejam o que se tem de concreto, em função da debilidade do Estado em gerir políticas públicas voltadas para a produção sustentável no setor industrial em Santa Catarina, elas não representam uma transformação efetiva, senão apenas ações de ordem incremental. Chegou-se, portanto, a conclusões semelhantes não só ao estudo realizado por Layrargues (1998), como

também às afirmações de Leff (1986), de que a atitude das empresas é “uma readequação ecológica da racionalidade econômica dominante”, fortalecida pela ausência do Estado, que deixa a economia, assim como os problemas ambientais, sob a regulação do mercado. Em outras palavras, a redução dos impactos ambientais das organizações produtivas só ocorre se houver vantagens econômicas. São, portanto, as oportunidades de negócios que estão em jogo, e essa é a essência da preocupação com a conservação da natureza no setor produtivo em Santa Catarina.

Além disso, a suposta “eficiência intrínseca” do mercado, como princípio organizativo da sociedade, revelou-se altamente ineficiente no que se refere à inserção da dimensão ambiental² nos processos de gestão e de produção da indústria catarinense. Segundo a pesquisa realizada junto ao IEL³ em 2003, para as pequenas empresas em Santa Catarina, nem mesmo os apelos econômicos para a inserção da dimensão ambiental conseguem atrair os industriais para uma produção sustentável. As pequenas e médias empresas, que fazem parte da cadeia produtiva, ou seja, fornecem produtos para as grandes empresas, têm ainda grande resistência à inserção da dimensão ambiental nos seus processos de gestão e de produção. Mesmo apresentando os resultados de programas de prevenção e tratamento com sensíveis melhoras em termos ambientais e com consideráveis resultados em termos econômicos, foram encontradas, ainda, grandes resistências em mudar em direção à sustentabilidade. Não obstante à economia de materiais, eliminação de desperdícios, economia de energia, através da substituição e melhor regulagem de equipamentos, bem como da geração de novas oportunidades de negócios, a sustentabilidade ambiental é vista ainda como algo à parte e não como um aspecto integrante do processo produtivo. Segundo afirma um consultor do IEL: “o cuidado com o meio ambiente é, em muitas empresas, como uma espécie de ameaça ou de tributo, do qual se faz tudo para fugir ou sonegar” (FERNANDES, 2003, p. 79). Essas constatações evidenciam que a eficiência intrínseca do mercado, em termos práticos, depende em grande medida do cumprimento por parte do Estado da sua função reguladora.

Evidencia também, como aponta Leff (1986) e conclui Layrargues (1998), que a dimensão ambiental da produtividade continuou, como antes, como algo externo. Uma externalidade, conforme definido por algumas correntes econômicas e ambientalistas,

² O uso do termo “dimensão ambiental” é feito no sentido das dimensões de sustentabilidade de Desenvolvimento Sustentável segundo Sachs (1993).

³ Instituto Euvaldo Lodi, braço ambiental da FIESC.

não significando, portanto, uma mudança interna na cultura e na racionalidade da organização. O que muda nesse contexto, na melhor das hipóteses, é a forma como essa questão passa a ser vista e controlada. Conforme afirma Layrargues (1998), a bandeira preta da imagem de poluidor é substituída pela bandeira verde do “ecologicamente correto”, em que a ameaça torna-se oportunidade, no jargão da administração. Entretanto, nesse sentido, aplica-se o mesmo princípio que gerou o problema para tentar solucioná-lo, isto é, a racionalidade utilitarista-econômica desprovida de conteúdos éticos, morais ou estéticos. Consequentemente, os critérios de tomada de decisão em organizações no contexto do capitalismo, continuaram sendo predominantemente aqueles determinados pela racionalidade da economia de mercado, embora se anuncie o contrário, através do marketing empresarial de responsabilidade social e ambiental. Isto é, as questões ambientais ou continuaram sendo ameaça e sinônimo de diminuição de lucros e aumento das despesas, ou oportunidades de negócios sem, no entanto, significar uma mudança consistente de atitude do empresariado em termos de gestão e de produção e em termos de racionalidade produtiva.

2 Experiências econômicas alternativas

Diante do panorama de uma época em que a razão econômica-utilitarista é o centro do agir econômico, um agir econômico que não seja fundamentalmente formal/funcional/instrumental é sempre controverso. Ou seja, é incomum e pouco concebível uma atividade econômica na qual os critérios⁴ desta racionalidade possam ser submetidos ou conjugados à outra racionalidade com objetivos não necessariamente econômicos. Todavia, mais recentemente, registra-se um movimento de experiências denominadas como: socioeconômicas, economia solidária, autogestionárias e cooperativismo. Esse movimento, segundo Grade e Aued (2003), é feito de experimentações que surgem como crítica empírica na busca pela construção de uma sociedade que se contraponha ao modelo de produção puramente capitalista. Trata-se de uma rede de experiências de diversas acepções que giram em torno do conceito de

⁴ Segundo Gorz (2003), os critérios da racionalidade instrumental/funcional/formal são: a eficácia, o rendimento e o desempenho.

solidariedade e da construção de uma alternativa ao individualismo arraigado nas sociedades industriais e na economia de mercado.

Para Singer (2003), estas experiências se distinguem substancialmente por duas especificidades: estímulo à solidariedade entre os membros mediante a autogestão e prática da solidariedade para com a população trabalhadora, principalmente para com os menos favorecidos. Além da autogestão e da prática da solidariedade merecem destaque como distintivos da economia solidária, as “redes solidárias” o “consumo solidário”, o associativismo e o respeito ao meio ambiente (SANTOS, 2002).

O associativismo tem sua essência fundamentada na repartição do ganho, na união de esforços que, por sua vez, estabelecem um agir coletivo e uma ação social distinta (ARRUDA, 2003). A autogestão é um conjunto de práticas sociais caracterizadas por sua natureza democrática, a qual propicia a autonomia do coletivo, cujas práticas têm conteúdos multidimensionais de vários significados (social, econômico, político e técnico) (ALBUQUERQUE, 2003). As redes solidárias, além de constituírem um movimento, engendram “redes de contatos comerciais” e “redes de sustento moral” (GOLD, 2000a e 2004). As primeiras funcionam como sustento econômico não desvinculado das segundas, que são formais e informais, tendo como principal função difundir e reforçar ideologicamente as práticas solidárias. No que tange ao meio ambiente, Santos (2002), Arruda, (2003) e Mance (2004), aparentemente baseando-se no conceito de desenvolvimento sustentável, afirmam que essas experiências representam uma nova arquitetura organizacional e social que pode privilegiar um desenvolvimento sócio-econômico e ambiental mais eficaz, prudente e sustentável.

No Brasil, estes experimentos têm sua origem principalmente ligada à Igreja Católica como: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastoral da Criança e da Saúde, Cáritas, Fase, e Movimento dos Focolares, dentro do qual foi gestada a Economia de Comunhão (EdC); movimentos ligados à luta pela reforma agrária como: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (que também durante muito tempo foi ligado à Igreja Católica, através da Pastoral da Terra) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), Cooperativas Industriais como: a Cooperativa Industrial Mecânica LTDA (COOMECA), a Cooperativa Autogestionária em Fundição de Alumínio e Ferro (ALUMIFER), a Cooperativa de Calçados Nova Vida (COOPERNOVI) e uma infinidade de outras iniciativas, que, por se tratar de um movimento, não estão

formalmente ligadas e catalogadas. São na verdade, iniciativas que nascem e morrem da mesma forma como ocorre com as empresas, mas que delas diferem pela sua natureza jurídica: podem ser cooperativas, associações, fundações, Organizações não Governamentais (ONG's) ou livres iniciativas privadas. O mais importante, porém, é a inserção nas suas práticas econômicas, de consumo, comercialização, produção e serviços, de elementos como: solidariedade, participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a conservação do equilíbrio dos ecossistemas, mesmo se, de acordo com Mance (2004), nem todas essas características estão presentes nas diversas práticas concretas definidas como economia solidária.

Para Santos (2002), estas experiências são alternativas ao industrialismo sistematicamente produtor de desigualdades e de degradação ambiental, embora reconheça que ainda são experiências frágeis, incipientes e com um caráter anti-sistêmico. O seu otimismo, de outra parte, reside no fato de que essas experiências têm se mostrado viáveis e com potencial emancipador que trazem como intrínsecos aspectos substantivos como a igualdade, a solidariedade e a conservação da natureza:

A atenção está na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas (...), e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente (SANTOS, 2002, p. 25-26).

Segundo Sampaio (2007), estas experiências estão imbricadas na discussão sobre o ecodesenvolvimento que vem sendo apontado como um novo paradigma sistêmico, compreendendo princípios de ecologia profunda, economia social e planejamento participativo. Em outras palavras, o predomínio do industrialismo não reduz as suas possibilidades nem as suas variações. Ao contrário, elas podem implicar na possibilidade de reformas radicais e graduais dentro do próprio industrialismo, baseadas em princípios não capitalistas. São alternativas às formas de sociabilidades empobrecidas produzidas pelo industrialismo que essencialmente baseadas no benefício pessoal [em detrimento do coletivo] suprimiram a solidariedade⁵ (SANTOS, 2002).

⁵ “É esta redução da sociabilidade ao intercâmbio e ao benefício pessoal que está no centro do conceito de alienação em Marx, e é ela que inspira críticas e propostas contemporâneas que procuram ampliar as esferas em que o intercâmbio se baseia na reciprocidade e não nos ganhos monetários – (...) – ou diminuir a dependência das pessoas em relação ao trabalho assalariado, de tal forma que não seja necessário perder a vida para ganhar a vida” (GORZ, 1997 *apud* SANTOS, 2002, p. 28).

3 EdC e as hipóteses da pesquisa

De acordo com Lisboa (2005), as múltiplas acepções consideradas “economia solidária” têm como componente central a própria solidariedade. Isto é, a solidariedade é o conceito chave e o pressuposto básico para definir uma experiência de economia solidária. Nesse sentido, a Economia de Comunhão (EdC), mesmo não sendo enquadrada pela literatura no conceito de economia solidária, pode ser considerada como parte deste movimento. Ela resgata a sociabilidade e a relacionalidade na atividade econômica, enquanto atividade humana, e pode significar um exemplo no qual os critérios racionais não são apenas aqueles determinados pela instrumentalidade de fim econômico. A EdC (como passamos a denominar daqui para frente) constitui uma iniciativa socioeconômica composta por empresas na sua maioria de propriedade privada, cujos proprietários são membros do Movimento dos Focolares⁶. Tendo nascido no Brasil em 1991, a EdC se expande hoje para vários outros países em todos os continentes. Trata-se de uma experiência *sui generis*, nascida dentro dos limites de um movimento religioso. Atualmente conta com 735 empresas, principalmente de pequeno porte, que atuam nas mais variadas atividades econômicas congregando finalidades solidárias com a atuação na economia de mercado formal. Ou seja, não diferem em termos de estrutura de meios de produção de outras empresas capitalistas, mesmo se têm como um dos princípios a distribuição beneficente de parte dos lucros. A característica que interessa a esta pesquisa, entretanto, é o arcabouço valorativo a partir do qual estas empresas são geridas e administradas, isto é, a mudança em termos de racionalidade.

A hipótese específica deste trabalho é que as empresas de EdC atuam fundamentalmente baseadas em critérios substantivos⁷, fazendo com que dimensões como a ambiental sejam consideradas como inerentes à organização. Suas práticas vão ao encontro das afirmações de Santos (2002), não só porque adotam os princípios da economia solidária, como solidariedade social e ambiental, mas também porque se desenvolvem dentro da estrutura capitalista, fundamentadas em princípios não

⁶ Movimento religioso e social de caráter ecumênico e inter-religioso que surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial em Trento na Itália e se espalhou para todos os continentes. Atualmente com cerca de 5.5 milhões de membros. Chegou ao Brasil em 1958 e tem, no país, cerca de 300 mil membros (Ver capítulo 4 desta tese).

⁷ Os critérios substantivos segundo as categorias weberianas são os critérios de valor, tais como os éticos, estéticos, morais e espirituais.

capitalistas voltados para uma maior humanização das relações produtivas e econômicas.

Numa comparação sumária com a economia solidária, a EdC pode ser vista de duas formas: primeiro, como uma prática econômica que não representa uma novidade, pelo fato das empresas coligadas à EdC estarem plenamente inseridas no mercado e manterem suas estruturas de forma condizente com o sistema industrial capitalista. Isto é, são na sua maioria empresas privadas em todos os sentidos, na medida em que salvaguardam a propriedade privada. Segundo, tal como afirma Chiara Lubich (2000), a EdC pode ser vista como uma experiência peculiar de economia solidária, que mesmo não representando uma nova modalidade empresarial, como são as empresas de autogestão e as cooperativas, tem a solidariedade como parte integrante de sua dinâmica de produção, de gestão e de distribuição das riquezas produzidas e ações sociais praticadas. Portanto, pode-se dizer que a EdC é economia solidária se analisada pela categoria solidariedade no sentido que propõe Lisboa (2005), e não o é, ou é de forma peculiar, se analisada quanto à estrutura jurídica, administrativa e de inserção no mercado. Dessa comparação em relação às demais experiências tidas como de economia solidária, é possível concluir que a EdC é mais pragmática e mais ambiciosa na partilha dos resultados da produção e menos revolucionária na perspectiva de modos de produção.

No que se refere à dimensão ambiental, que é o aspecto específico do interesse desta tese, o estudo exploratório realizado previamente demonstrou que as empresas de EdC têm *a priori* uma grande preocupação com este aspecto, contido já nos princípios e objetivos do próprio projeto EdC. Em termos práticos, as entrevistas e observações de campo, forneceram indicadores de que a dimensão ambiental nas empresas de EdC é, ao menos parcialmente, um elemento intrínseco à organização. Ao contrário das constatações feitas por Leff (1986), Layrargues (1998) e Fernandes (2003) sobre as empresas tradicionais inseridas na economia de mercado formal, a inserção da dimensão ambiental nas empresas de EdC demonstrou-se não só relacionada a aspectos de marketing e de mercado, mas também a motivações valorativas e a critérios substantivos. Isto é, não só a partir de motivações econômicas, segundo os critérios da racionalidade instrumental e econômica, mas por motivações religiosas, éticas e espirituais, segundo os critérios da racionalidade substantiva. A dimensão ambiental entra nestas organizações, portanto, não sempre só pela porta do mercado, mas também pela porta do compromisso ético e moral, que é sustentado pela espiritualidade dos seus

proprietários. Em outros termos, significa dizer que nas empresas de EdC há uma forte influência da racionalidade substantiva, a partir da qual são submetidas a racionalidade instrumental e a racionalidade econômica. É essa influência que faz com que as dimensões sociais e ambientais não constituam apenas externalidades com as quais as empresas são obrigadas a lidar no atual contexto, ou aspectos de marketing, mas, ao contrário, faz com que essas dimensões sejam aspectos intrínsecos colocados como um valor da empresa, e nisso se constitui a hipótese geral de trabalho.

Esta tese está dividida em duas partes distintas. A primeira é a construção teórica da problemática ambiental, retratada como um problema de razão, cujas origens mais profundas devem ser buscadas na racionalidade funcional/instrumental/formal, como um processo histórico (desvelado por Max Weber), que constitui precisamente o espírito do capitalismo ocidental. Trata-se da racionalidade prática que historicamente evoluiu como a capacidade de se construir os meios a partir dos quais se alcançaria o progresso e o desenvolvimento. Esse processo levou a uma crescente priorização dos critérios da racionalidade instrumental, (eficácia, rendimento e desempenho) ao mesmo tempo em que sempre mais se passou a prescindir de outros critérios tais como os éticos, estéticos e morais. Priorizou-se assim (segundo descrevem: WEBER 1999 e 1996; SIMMEL, 1900, 1903 e 1977; MANNHEIM, 1962; HORKHEIMER, 2002 E ADORNO e HORKHEIMER 2000; RAMOS, 1989; ILLICH, 1973, GORZ, 2003; POLANYI, 1994) a racionalidade material, referente a fins em detrimento de outros critérios racionais, tais como os da racionalidade de valor ou substantiva, que são os critérios éticos, estéticos, espirituais e morais. A valorização excessiva da racionalidade prática, na qual só é racional o que for funcional, definiu como característica fundamental do desenvolvimento ocidental o automatismo e, conseqüentemente, a incapacidade de julgamento político, na medida em que os critérios da racionalidade substantiva foram excluídos. Essa inépcia de julgamento político, por sua vez, levou à incapacidade de julgamento de qualquer questão senão pelos critérios práticos da racionalidade instrumental e, portanto, à incompetência em pensar questões como desenvolvimento e progresso em longo prazo. Levou, ainda, à incapacidade de calcular as conseqüências das ações e dos meios construídos, justificando o famoso jargão de que “os fins justificam os meios”, e à inaptidão de julgar os fins e os meios a partir dos critérios substantivos, senão apenas a partir dos critérios práticos. De outra parte, mesmo quando as conseqüências tornam-se previsíveis, como no caso da destruição da natureza (que por ser um elemento difuso e coletivo é interpretado muitas vezes como

terra de ninguém), elas são deixadas de fora da equação instrumental. Surge assim, a problemática ambiental como um problema de razão e, por conseguinte, como um problema social.

Ainda nessa primeira parte, apresenta-se a diferenciação, construída por Karl Polanyi, entre economia formal e substantiva, a partir da distinção aristotélica entre economia e crematística⁸, e da noção de economia enquanto atividade humana. Por fim, os ensaios de racionalidade substantiva de Guerreiros Ramos, racionalidade ambiental de Enrique Leff e racionalidade de comunhão de Luigino Bruni são parâmetros teóricos do que seria a sociedade humana se houvesse um maior equilíbrio entre critérios instrumentais e substantivos.

A segunda parte da tese é o estudo dedutivo da experiência empírica de EdC. A hipótese específica é que por ser uma experiência construída fundamentalmente a partir de critérios da racionalidade substantiva, a dimensão ambiental é uma das suas dimensões intrínsecas. A justificativa para essa inerência da dimensão ambiental é justamente a valorização dos critérios da racionalidade substantiva tanto nos processos produtivos como nos processos de tomada de decisão. Em termos teóricos, como demonstrado nos capítulos 2 e 3, a hipótese geral é que quanto mais priorizados os critérios instrumentais, menos chance de se contemplar a dimensão ambiental. De outra parte, quanto mais presentes os critérios da racionalidade substantiva, mais chances da dimensão ambiental ser considerada como um valor nas organizações, independente de fatores externos, como as pressões do mercado.

⁸ O termo crematística é utilizado por Aristóteles para diferenciar a busca da riqueza além das necessidades da economia enquanto busca de satisfação das necessidades.

CAPÍTULO I

CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS, FINALIDADES, LIMITES E ROTEIRO DA PESQUISA

1 Definição e conceituação da natureza epistemológica da pesquisa

De acordo com Jollivet e Pavé (1997, pp. 56), “As pesquisas sobre meio ambiente emergiram de uma dupla interrogação: a primeira de origem científica e a segunda de origem social”. A origem científica é mais antiga e provém do esforço de apreensão da natureza, enquanto a origem social é bem mais recente. Em ambos os casos, porém, somos remetidos a duas questões importantes: uma relativa ao objeto e outra de natureza epistemológica e metodológica do estudo do objeto. A que se refere ao objeto, diz respeito ao que entendemos por meio ambiente e, principalmente na atualidade, o que entendemos por problemática ambiental. A de fundo epistemológico e metodológico, referem-se ao como tratamos o objeto e, sobretudo, se é objeto compreensível apenas por meio de estudos disciplinares isolados e quantitativos ou se, ao contrário, remete necessariamente a um campo específico de natureza inter e transdisciplinar que envolve aspectos qualitativos. Partindo dessas duas questões, é possível tomar ciência da dificuldade que é compreender o meio ambiente e, conseqüentemente, a problemática que envolve a conservação e destruição da natureza como objeto científico, principalmente a partir de sua origem social como é o caso deste trabalho.

No que se refere ao objeto “meio ambiente” ou problemática ambiental, considerando a sua origem social e fazendo um resgate histórico-recente, pode-se dizer que tal tema emerge na década de 1960, com a tomada de consciência dos problemas ambientais, quando começou a tornar-se conhecido, seja através do enfrentamento de problemas práticos de pequenas e grandes dimensões no dia-a-dia, seja pela retórica ambientalista. Os primeiros questionamentos sobre a degradação ambiental, ligando-a ao crescimento populacional, econômico e aos sistemas produtivos, se dão a partir do

relatório publicado pelo Clube de Roma “Limites do Crescimento” (1968), onde se alertava para os perigos do crescimento ilimitado⁹.

Com os dramáticos eventos do início da década de 1970, como a “crise do petróleo”, que anunciava um eminente colapso energético e dos recursos naturais, cresceu notavelmente a consciência sobre os problemas ambientais. A discussão superou o âmbito dos ambientalistas e tornou-se um tema cada vez mais debatido por toda sociedade, bem como por organismos oficiais como a ONU que, em 1972, organizou a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Esta conferência teve como “pano de fundo” e objetivo subjacente o compromisso de conciliar o aumento da produção pleiteada principalmente pelos países então chamados de “Terceiro Mundo” e questionada no “Clube de Roma” e a necessidade de preservar a vida na Terra. Esse compromisso visava amenizar a controvérsia da imposição de limites de crescimento aos países em desenvolvimento, uma vez que os países desenvolvidos já o tinham alcançado.

A discussão, entretanto, não termina em Estocolmo, mas se estende para outras conferências, como a conferência do Rio (1992), a conferência sobre as mudanças climáticas em Kyoto (1997), Buenos Aires (1998) e, mais recentemente, a Rio + 10, em Joanesburgo (2002), além dos Fóruns Econômicos de Davos, realizados anualmente. Estas conferências revelaram, além da crise do paradigma de crescimento linear, a crise em relação à distribuições dos benefícios advindos desse crescimento, e que pode ser sintetizada na metáfora citada por Burckart (1999, P. 669): “*Il rispetto dell’ambiente è il dolce dopo il pranzo delle nazioni ricche*” (a preocupação com o meio ambiente é o doce, ou a sobremesa, das nações ricas após o almoço).

Todavia a discussão não se limitou aos órgãos oficiais. Incontáveis fóruns paralelos (os chamados Fóruns Globais e mais recentemente os Fóruns Sociais Mundiais) foram realizados, de forma que a discussão extrapolou o âmbito oficial, chegando até a sociedade civil organizada, ao mesmo tempo em que extrapolou também a discussão puramente ambiental. A questão ambiental aparece como a expressão de uma crise muito maior que permeia todos os aspectos das sociedades. Os fóruns – principalmente a partir do Fórum Global do Rio em 1992 – passaram a funcionar como uma espécie de “feira”, no qual se pode apresentar e constatar a multidimensionalidade

⁹ Este relatório é também conhecido como “Relatório Meadows”. Foi elaborado pelos técnicos do MIT – Massachusetts Institute of Technology – sob a coordenação de Denis Meadows, encomendado pelo Clube de Roma em 1968.

da crise deflagrada pela questão ambiental. Os problemas sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero e étnicos, tomam parte e formam um grande *mix* na discussão que busca conscientizar e achar soluções. Mais recentemente, conforme expresso na abertura do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2003), os Fóruns têm por objetivo ser espaços abertos para reflexão, cujo objetivo é o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações, de entidades e movimentos da sociedade civil.

A problemática ambiental emergiu, então, como fenômeno social e político na diversidade de representações no contexto das primeiras conferências e fóruns (VIEIRA e HOGAN, 1995), ao mesmo tempo em que foram as conferências e os fóruns que primeiro deram legitimidade e oxigenaram o tema de forma a tornar o meio ambiente campo de pesquisa. É, portanto, um campo de pesquisa que nasceu da emergência de uma realidade empírica em nível global. Assim, a problemática ambiental surge antes como realidade social, política e cultural, depois como campo de pesquisa científica e realidade conceitual, a reboque dos movimentos sociais e ambientalistas, surgidos a partir dos anos de 1960.

Passado praticamente meio século da emergência da atual problemática socioambiental, pode-se dizer, alinhando-se com Vieira (2001), que, por um lado continua-se a tratá-la como um efeito colateral ou incômodo a ser contornado:

Transcorridas quase três décadas desde a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, não seria um exagero afirmar que continuamos a lidar com a crise sócio-ambiental como se ela representasse apenas uma perturbação intempestiva, uma espécie de ruído de fundo a ser tratado de forma reativa e fragmentada (...). Isto nos leva a admitir que, no plano das mudanças efetivas de comportamento, a crise sócio-ambiental constitui um item ainda marginal da agenda de preocupações cotidianas da maior parte da população do planeta (VIEIRA, 2001, p. 9).

Por outro lado, diante dos riscos de simplificação da problemática socioambiental, ocasionada principalmente pela excessiva compartimentação disciplinar, cresce uma corrente de formadores de opinião que insistem no caráter interdependente do *mix* de problemas socioambientais, bem como de seu pluralismo de visões. Neste sentido, Vieira (2001) afirma que “o desafio crucial reside, antes, numa ruptura drástica com todas as representações da questão ambiental herdeiras do

reducionismo economicista e da tecnociência burocratizada” (VIEIRA, 2001, p. 9). Ou seja, a complexidade da problemática ambiental está longe de se restringir à destruição da natureza, assim como o desenvolvimento não pode ser restrito apenas ao crescimento econômico que sacrifica as demais dimensões da vida e do próprio desenvolvimento como processo integral. Morin, Serres, Berkes, Sachs, Leff, Dansereau, Vieira, entre outros, já apontaram para esta complexidade.

O conceito de problemática ambiental conforme define Garcia (1994), indica um amplo espectro que vai desde problemas locais, como a poluição de um rio por efluentes de uma empresa, até as condições insalubres e de miséria dos grandes centros urbanos. Ou seja, tem se revelado cada vez mais como uma problemática socioambiental que surge pela forma como a sociedade, nos seus vários setores, se relaciona com a natureza. Ela surge como uma problemática econômica, social, cultural e religiosa (LEIS, 1999).

A questão é, portanto: por que é tão difícil fazer estas conexões? A natureza propriamente dita não tem problemas, e se os tem são inerentes à sua dinâmica e resolvidos por ela. O conceito de problemática ambiental é, conseqüentemente, um conceito ligado de maneira direta às atividades sociais, conforme ratifica Leff (2001, p. 111): “A questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais”. Ela emerge, ainda, continua Leff, “como uma problemática social de desenvolvimento, propondo a necessidade de normatizar um conjunto de processos de produção e de consumo que, sujeitos à racionalidade econômica e à lógica do mercado, degradam o ambiente e a qualidade de vida” (LEFF 2001, p. 130). Portanto, toda a gama de processos de destruição ecológica não está desconectada da degradação socioambiental (que vai da perda de fertilização dos solos à marginalização social) (GARCÍA, 1994). Embora esse argumento seja óbvio, sua colocação é de suma importância. A relação com a natureza nada mais é do que parte da relação que se estabelece entre os seres humanos. A relação desequilibrada que se mantém com a natureza é resultado da relação desequilibrada que se estabeleceu entre os homens. Portanto, a raiz dos problemas sociais é a mesma dos problemas ambientais (SANT’ANNA e FERNANDES, 2006). Na verdade, ela é expressão de uma crise cujo cerne está na sociedade, no modo de vida essencialmente voltado para aspectos econômicos, resultados da racionalização instrumental-funcional (ver cap.3 desta tese). Como alertou Horkheimer:

A moderna insensibilidade para com a natureza é de fato apenas uma variação da atitude pragmática que é típica da civilização ocidental como um todo. (...). A história dos esforços para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem (...). O conflito entre os homens na guerra e na paz é a chave da insaciabilidade da espécie e das atitudes práticas resultantes disso, bem como das categorias e métodos da inteligência científica, nos quais a natureza aparece cada vez mais sob o aspecto de sua exploração eficaz. Essa forma de percepção determinou também o modo pelo qual os seres humanos se concebem reciprocamente nas suas relações econômicas e políticas (HORKHEIMER, 2002, p. 108/112).

Ou como afirma Serres: “por intermédio de um grande animal [a noção de progresso e desenvolvimento] foi tal o nosso triunfo na luta pela vida contra as outras espécies da flora e da fauna, que chegamos a um limiar, receamos que essa vitória, subitamente, se transforme em derrota” (SERRES, 1990, p. 38). Esta postura do homem ante a natureza deriva, portanto, do conceito de progresso e de civilização, assim como da visão dualista da relação sociedade-natureza que concebe a natureza separada da vida em sociedade, expressa de forma clara principalmente na economia neoclássica, na qual os danos socioambientais são concebidos como *externalidades*.

Entretanto, segundo Leff (2001, p. 17), “o ambiente não é a ecologia, mas complexidade do mundo”, no sentido de que os problemas socioambientais só existem em decorrência das formas de apropriações do mundo e da natureza através das relações sociais e de poder, que se materializam por meio da economia, da política, da religião e assim por diante. O desafio da atualidade está em compreender a complexidade embutida na dinâmica dos sistemas socioambientais e sua articulação com a biosfera (VIEIRA, 2001). Ou seja, não há como dicotomizar essa realidade conforme afirmam Maturana e Varela (2001):

Não há como dicotomizar sistemas ecológicos e sociais como fossem dois extremos opostos, da mesma maneira que não há como negar a interdependência tanto entre indivíduo e cultura quanto entre espécie e ecossistema. O indivíduo e a espécie humana são concomitantemente causa e efeito da cultura e dos ecossistemas aos quais pertencem, assim como, ditos de outra maneira, são elementos de um processo de cooperatividade em uma dinâmica circular (MATURANA e VARELA, 2001, p. 14).

Por esse motivo, do ponto de vista conceitual, epistemológico e metodológico, Vieira (1992), Leff (2001) e Sachs (1993) adotam a expressão problemática socioambiental, privilegiando uma visão de interdependência entre sociedade e natureza

que, segundo Davidson-Hunt e Berkes, (2003), afasta-se da dicotomia natureza e sociedade para voltar-se para como os **processos** ligam a natureza e a sociedade, em diferentes escalas espaciais e temporais. Trata-se de um *approach* eminentemente interdisciplinar que enfoca o relacionamento dos seres humanos entre si e com o meio ambiente. É a problemática ambiental a partir da interação de processos sociais e ecológicos numa perspectiva que procura integrar homem e natureza e superar as dicotomias, privilegiando uma visão sistêmica e complexa. A discussão acerca da problemática ambiental deve, assim, ser compreendida através das relações entre os processos cultural/sociedade e natural/natureza. Esta abordagem difere de outras teorias de corte cartesiano, positivista, iluminista e pragmatista, que mantiveram uma separação entre a natureza e a sociedade, embora tenham fornecido modelos sofisticados de como a natureza e a sociedade se articulam e se influenciam. Trata-se de procurar fornecer a sustentação para a aproximação interdisciplinar, enfatizando que os sistemas são caracterizados por processos não-lineares e por equilíbrios múltiplos (MORIN, 2000). Em vez da estabilidade, a imprevisibilidade em relação à mudança do sistema (PRIGOGINE e STENGERS, 1984). Além disso, trata-se de uma perspectiva que inclui o homem como parte da natureza em vez da dicotomia: homem e natureza (DAVIDSON-HUNT e BERKES, 2003).

Nesta perspectiva, a pesquisa sobre a problemática ambiental é uma pesquisa sobre a problemática socioambiental, que diz respeito, fundamentalmente, ao reconhecimento da relação de interdependência entre sociedade e natureza. Conseqüentemente é, por definição, um estudo que requer um enfoque interdisciplinar do relacionamento e da interdependência entre seres humanos e natureza. Os problemas ambientais emergem a partir da interação de processos sociais e ecológicos e podem ser examinados dentro de um contexto de parâmetros sociais e ambientais, assim como espaciais e temporais. Trata-se de uma problemática que constitui um campo de pesquisa complexo e aglutinador de inúmeras disciplinas, implicando, portanto, pesquisas necessariamente inter e transdisciplinares. Assim, a pesquisa ambiental se revela não como um tema novo, mas como a aglutinação de temas antigos já abordados amplamente pelas disciplinas especializadas. O tema ambiental é um tema aglutinador de diversas especialidades, porque envolve processos biológicos, físicos, químicos, de hidrologia e outros, que estão relacionados a problemas econômicos e sociais. É novo, porém, porque implica simultaneamente um enfoque totalizante e sistêmico, no sentido

de englobar todas as disciplinas já existentes, como também implica na articulação e redefinição dessas mesmas disciplinas.

Trata-se, portanto, de uma problemática complexa, gerada por processos complexos, e sua construção enquanto objeto da pesquisa científica tem exigido a coordenação e integração de diversos campos do conhecimento científico (AÍMOLA, 2002). Conforme afirma Leis (1999), a complexa inter-relação dos problemas ambientais com a economia, com a política e com a cultura em geral sugere que a problemática ambiental compreende um amplo espectro de níveis de conhecimentos e de práticas que incluem não apenas as ciências naturais e humanas, senão também a cultura, a filosofia e a religião, em sentido amplo. Esta complexidade obriga aos cientistas a colocar suas análises no contexto de uma profunda transformação cultural que faça convergir as ciências naturais com as sociais, e a todas elas com a filosofia, a religião e a arte.

Neste mesmo sentido, de acordo com Leff (2001), a problemática ambiental implica que todo conjunto de disciplinas, tanto das ciências naturais como das sociais, internalizem um saber ambiental, para que se possa efetivamente construir um conhecimento capaz de “captar a multicausalidade e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam as mudanças socioambientais”. A internalização deste saber deve resultar, por sua vez, num pensamento complexo e numa metodologia de pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar, bem como numa “epistemologia capaz de fundamentar as transformações do conhecimento, induzidas pela questão ambiental” (LEFF, 2001, p. 109). Só assim é possível restabelecer a conexão entre o social e o natural, que tem sido minimizada pelas pesquisas, que tem se limitado a internalizar normas ecológicas e tecnológicas às teorias e às políticas econômicas, deixando à margem a análise do conflito social e o terreno estratégico do político que atravessam o campo ambiental (LEFF, 2001).

A intermediação deste processo se dá principalmente através do que Habermas (1994) considerou em sua análise como sendo uma “racionalidade científica”, ligada à institucionalização do “progresso científico” responsável pelas mudanças de paradigma, segundo a concepção de Thomas Kuhn¹⁰. Neste sentido, a problemática ambiental, traz

¹⁰ Neste modelo, Kuhn (1996: 13), define paradigma como: “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. A noção de paradigma de Kuhn, segundo Morin (2000), é uma espécie de revolucionismo que contrapõe ao evolucionismo teórico de Popper. Kuhn diferencia o que chama ciência

um amplo processo de transformação do saber e uma crítica aos modelos de racionalidade científica, induzindo à construção de um saber de natureza inter e transdisciplinar. Segundo Silva (1999) nesse processo é de fundamental importância a inserção de um raciocínio dialógico que considera a pertinência simultânea, não contraditória, de dimensões e campos de conhecimentos diferentes. Trata-se da construção de “zonas de não resistência que constituem o espaço privilegiado do fenômeno transdisciplinar” (SILVA, 1999, p. 15).

Portanto, a certeza que se tem é que o meio ambiente ou os problemas ambientais constituem campo de pesquisa inerente a todas as disciplinas. Não se trata, porém, de fragmentá-lo, adequando-o à dinâmica das disciplinas, mas, sim, que são as disciplinas que devem se adequar a esse novo campo que demanda pesquisas integradas, inter e transdisciplinares. O meio ambiente enquanto campo de pesquisa implica, ainda, a discussão acerca da fragmentação do conhecimento e da necessidade de ruptura do modelo disciplinar em favor de um modelo mais integrativo. De acordo com Leff (2001), o “saber ambiental” está ainda num processo de construção e não se constitui num conhecimento acabado nem homogêneo já que depende absolutamente do contexto ecológico e sócio-cultural que, por sua vez, está em constante transformação. Trata-se, de um processo complexo, abrangente e dinâmico que não pode ser resumido a uma especialidade ou a uma disciplina.

2 Definição e conceituação da natureza metodológica da pesquisa

Como definiu Minayo (2002, p. 16) “a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Japiassú e Marcondes (1996, p. 181) definem o método como aquele que “representa o conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado”, definição esta compartilhada por Gil (1999, p. 26) para o qual o método é o “caminho para se chegar a determinado fim (...), [e] conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para se atingir o conhecimento”.

normal, quando o paradigma dominante ainda dá conta dos fenômenos existentes, e ciência extraordinária, quando o paradigma dominante não dá mais conta de responder aos novos fenômenos.

Segundo Turato (2003), o método de pesquisa é determinado pelo seu objetivo. Ou seja, é preciso saber se ele responderá aos objetivos da investigação científica que queremos empreender. A opção pelo método e técnica de pesquisa, portanto, depende da natureza do problema que preocupa o investigador, ou do objeto, fenômeno ou relação que se deseja conhecer ou estudar. Portanto, como afirma Haguete (1992), o melhor método é aquele que mais ajuda na compreensão do fenômeno a ser estudado. Assim, nesta pesquisa adota-se a metodologia qualitativa.

A partir da comparação entre o método quantitativo e o método qualitativo, entende-se que a metodologia qualitativa, mais do que compreender “porquês” numa relação direta de causa e efeito, busca compreender o “como”, numa acepção muito mais ligada à fenômenos humanos e, portanto, plenos de aspectos simbólicos e significados. Conseqüentemente, ela permite trabalhar na perspectiva de compreensão, apreensão e interpretação da relação de significações de fenômenos para os indivíduos e grupos sociais.

Esta concepção metodológica influi também no que se refere à amostra ou universo da pesquisa, na medida em que não se trabalha com amostragem estatística representativa, mas com amostra intencional a partir de características anteriormente observadas. No que se refere à análise do conteúdo, esta se dá por categorias de análise e por relevância teórica de repetição.

Quanto aos instrumentos, o próprio pesquisador e os seus sentidos são os instrumentos principais de pesquisa, aliado a técnicas de entrevistas, coleta intencional em prontuários, colóquios e observação. Além desses, outro instrumento importante é o diário de campo, no qual o pesquisador pode fazer suas anotações e dividi-las em afirmações literais das fontes, observações e observações baseadas no conhecimento teórico e conceitual. É esta separação que atribui rigor e confiabilidade aos dados.

A apresentação dos dados não se dá de forma separada da discussão, na qual podem constar as observações do campo e citações literais (falas dos atores). Da mesma forma, a interpretação dos dados pode ser simultânea à apresentação dos resultados, permitindo, assim, a revisão constante das hipóteses, dos conceitos e dos pressupostos.

3 Objetivos

A partir das hipóteses e pressupostos apresentados na introdução, o objetivo principal de pesquisa pode ser expresso nos seguintes termos:

- Compreender a racionalidade das empresas de EdC e as suas contribuições para inserção da dimensão ambiental nos processos de gestão e produtivos.

Espera-se alcançar o objetivo principal a partir do cumprimento dos seguintes objetivos específicos:

- Construir uma abordagem referente ao conceito de racionalidade nas suas tipologias funcional/formal/instrumental e de valor/substantiva;
- Realizar pesquisa documental e de campo junto às empresas de EdC, Escritório Central de EdC, Centro de Estudos de EdC e Movimento dos Focolares;
- Estabelecer as relações entre a inserção da dimensão ambiental e a racionalidade da EdC;
- Demonstrar as contribuições e os limites da racionalidade da EdC, em termos de gestão ambiental em organizações produtivas.

4 Finalidades, justificativas e limites da pesquisa

A pesquisa aqui exposta tem como finalidade compreender como pode ocorrer a inserção da dimensão ambiental nos processos de gestão em organizações privadas a partir da influência de valores substantivos (éticos, estéticos, morais e espirituais). Justifica-se pelo fato de que a inserção da dimensão ambiental não se dá automaticamente pela simples produção de tecnologias facilitadoras, mas exige um processo de educação e readequação culturais nas organizações que historicamente negligenciaram a dimensão ambiental na gestão de seus processos produtivos.

Iniciativas solidárias, e alternativas, tais como a EdC, embora representem uma racionalidade específica, podem oferecer lições valiosas para a gestão de processos produtivos e de tomada de decisão nos quais a dimensão ambiental supere o *status* de externalidade, para tornar-se uma dimensão intrínseca.

Nesse sentido, dentre as **contribuições** desta pesquisa está a produção de conhecimento sobre experiências econômicas alternativas, que inserida no contexto da produção de conhecimento da *Engenharia Ambiental*, e especificamente de gestão ambiental em organizações, pode contribuir com novas reflexões sobre a inserção da dimensão ambiental em organizações, a partir de motivações não necessariamente instrumentais ou econômicas. Em termos práticos para a Engenharia Ambiental, esse conhecimento não só desvela a dimensão tácita e substantiva, subjacente nos processos de gestão nas organizações especificamente estudadas, como também induz que qualquer modelo de gestão ambiental deve considerar a dimensão substantiva como dimensão decisiva ao lado da dimensão instrumental da gestão. Em termos **metodológicos**, a construção de um modelo de análise possibilitou explicar a inerência da dimensão ambiental nas organizações estudadas e sugerir princípios de um modelo de gestão substantiva visando a dimensão ambiental. Por fim, as contribuições deste estudo residem ainda numa nova abordagem no tocante a mudança de foco da gestão, inserindo a dimensão ambiental fundamentalmente como fator inerente às organizações.

As **limitações** de caráter **teórico** estão relacionadas principalmente pela impossibilidade de abordar e expressar neste documento, os inúmeros *insites* e perspectivas que emergiram do confronto entre o campo empírico e o marco referencial teórico. As limitações **metodológicas** ficam por conta da dificuldade de separar a proposta ideológica das empresas de EdC e as suas contribuições e limites enquanto prática de comunhão e solidária, principalmente no tocante à dimensão ambiental. **Epistemologicamente**, a limitação está na especificidade dos conteúdos religiosos motivadores da experiência em questão, que dificultam em muito a universalização de um modelo a partir destes princípios.

5 Roteiro da pesquisa: etapas do procedimento

Esta pesquisa, inserindo-se nos estudos do Laboratório de Gestão Ambiental na Indústria (LAGA) e da linha de pesquisa Gestão Ambiental em Organizações do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina, constitui uma tentativa de compreender a influência desses valores substantivos para a inserção da dimensão ambiental nos processos de gestão em organizações produtivas privadas. O campo empírico escolhido para guiar esta discussão são as empresas coligadas ao projeto Economia de Comunhão (EdC), criado no Brasil em 1991, e que congrega atualmente algumas centenas de empresas.

O interesse por esta temática se deve a dois momentos distintos do percurso acadêmico e de ensaio de pesquisa deste autor: o trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de bacharel em ciências sociais e a dissertação de mestrado, requisito para o título de mestre em engenharia ambiental. O ensaio de pesquisa de conclusão de curso, intitulado “meio ambiente e espiritualidade: uma análise do Movimento dos Foculares” teve como objetivo principal, sugerir, através do conceito de representação social de meio ambiente, que pessoas ligadas a alguma corrente espiritual têm uma sensibilidade maior para questões ambientais (FERNANDES, 2000). A dissertação de mestrado, intitulada “Indústria, meio ambiente e políticas públicas em Santa Catarina”, teve como objetivo explicitar a necessidade de políticas públicas de incentivo, fomento e controle da inserção da variável ambiental no setor produtivo catarinense, não só como conformação legislativa ou variável de mercado, mas como mudança de racionalidade (FERNANDES, 2003).

No que se refere à pesquisa de mestrado finalizada em 2003, uma questão ficou latente, entretanto, e não pôde ser arquivada na biblioteca juntamente com a dissertação e nem encerrada junto com o mestrado, qual seja: para muitos empresários, senão para a maioria, falar de meio ambiente é ainda falar de algo desagradável, sinônimo de diminuição de lucros e problemas frente às autoridades. Nas discussões no LAGA (Laboratório de Gestão na Indústria) permaneceu, portanto, a questão sobre a possibilidade de empresas e empresários com uma postura diferente daquelas relatadas pelos consultores do IEL à pesquisa de mestrado, em que a única motivação para a inserção da dimensão ambiental nos processos de gestão, era a motivação econômica. A discussão evoluiu, assim como a reflexão baseada em pesquisa bibliográfica e,

evidentemente, se pôde constatar a existência de vários casos de empresas que agem de forma proativa em relação ao meio ambiente. Há inúmeros estudos de caso que demonstram isto. Entretanto, salvo em algumas situações em que a mudança ocorre por valores pessoais dos empresários, as motivações são mercadológicas. Ou seja, resultado de estratégias de marketing, na perspectiva de que a preocupação com conservação da natureza se torna, cada vez mais, um diferencial competitivo, agregando valor à mercadoria e tornando as ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente estratégias de mercado.

Nesse estágio das discussões e da pesquisa exploratória, a questão discutida precisava ser reformulada. Isto é: em vez de se perguntar pela possibilidade de empresas e empresários com uma postura diferente daquela constatada na pesquisa de mestrado, pergunta-se pela possibilidade de experiências empresariais que realmente signifiquem uma *racionalidade* diferente daquela baseada apenas em ganhos econômicos. Ou seja: experiências, nas quais o meio ambiente não estivesse colocado apenas como uma externalidade, mas como um valor em si, sem a necessidade obrigatória de recompensa econômica, portanto partindo do estabelecimento de um critério muito mais qualitativo tanto em termos de conteúdo como em termos metodológicos, na medida em que se insere como categoria de análise o conceito de racionalidade. A partir disto, a resposta a estas questões passaria a depender de dois pré-requisitos: o aprofundamento do conceito de racionalidade, principalmente nas suas tipologias instrumental e substantiva, e a identificação de possíveis experiências, cuja inserção da dimensão ambiental pudesse ser considerada com um valor intrínseco.

É nesse momento que se resgata o ensaio de pesquisa feito no trabalho de conclusão de curso de graduação, no qual, a partir da construção das representações sociais de meio ambiente de membros do Movimento dos Focolares, constatou-se que a natureza é valor intrínseco à espiritualidade. Naquela pesquisa, concluiu-se que a espiritualidade do Movimento dos Focolares tem como um dos seus princípios fundamentais o respeito à natureza e, a partir desta conclusão, pensou-se na possibilidade de pesquisar uma experiência nascida e desenvolvida no bojo deste movimento, que é a “Economia de Comunhão” (EdC). A relação dedutiva que se fez foi: se os membros do Movimento dos Focolares se preocupam com o meio ambiente e têm a natureza como um valor intrínseco, o mesmo deveria ocorrer com as empresas de Economia de Comunhão, cuja maioria é de propriedade de membros deste movimento.

Desta relação deduziu-se a seguinte pergunta de pesquisa que passou a guiar a pesquisa exploratória: na gestão das empresas de EdC, assim como nos seus processos produtivos, está contemplada efetivamente a dimensão ambiental como um valor intrínseco? Quando se afirma como um valor intrínseco, em outras palavras se está afirmando que se deve à influência de valores éticos, morais, espirituais ou estéticos, constituintes da racionalidade substantiva.

6 Conceituação e descrição da pesquisa exploratória

Seguindo o modelo de investigação de Quivy e Campenhoudt (1992), temos que a pesquisa exploratória comporta as leituras e as entrevistas exploratórias além de outros métodos complementares como a observação. As leituras garantem a qualidade da problematização e ajudam a fazer um balanço do conhecimento existente acerca do problema de partida, enquanto as entrevistas e os métodos complementares ajudam a aproximar-se da realidade vivida pelos agentes, contribuindo para que se percebam peculiaridades e aspectos que devem ser levados em conta no alargamento ou retificação das leituras. Trata-se de um jogo dialógico entre o conhecimento já existente e a realidade observada pelo pesquisador, assim como de retroação entre a exploração e a pergunta de pesquisa.

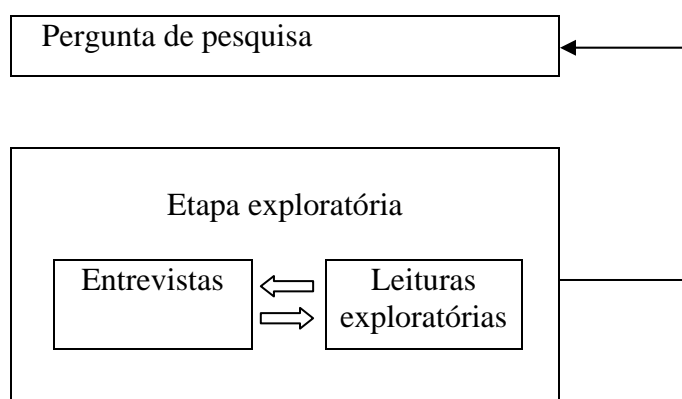


Figura 1: Retroação da etapa exploratória à pergunta de pesquisa

Fonte: adaptado de Quivy e Campenhoudt, (1992)

Assim sendo, e tendo em conta que se tratava de uma etapa exploratória na busca de indicadores da inerência da dimensão ambiental nos processos de gestão empresarial, iniciaram-se as leituras de reconhecimento, assim como as entrevistas exploratórias. Num primeiro momento, buscou-se fazer leituras que definissem o que é a experiência de EdC. Ao mesmo tempo se procediam as entrevistas, tanto com empresários de empresas de EdC, membros do Movimento dos Focolares, como com pesquisadores que já vinham trabalhando a temática. Além disso, foram visitadas as empresas do Pólo Empresarial Spartaco, uma espécie de pólo *show room* do que é a EdC enquanto experiência empresarial. No Pólo Spartarco, além da ESPRI¹¹, estão instaladas as empresas: La Tunica confecções; KNE-ROTOGINE Plast Ind. E Com. Ltda; Eco-ar Ind. e Com. de Produtos de Limpeza Ltda; PRODIET Farmacêutica; Uniben Fomento Mercantil Ltda; AVN Embalagens Plasticas Ltda. Nesta etapa também participou-se de um Congresso de Economia de Comunhão e foi dado início à pesquisa documental sobre a EdC.

No que se refere às leituras, a busca num primeiro momento era pelos trabalhos acadêmicos sobre EdC e, nesse sentido a primeira tarefa foi catalogar todos os trabalhos de caráter científico sobre a EdC. A catalogação destes trabalhos se deu principalmente a partir do contato com outros pesquisadores e com membros do Movimento dos Focolares e da EdC, assim como através do Centro de Estudos de EdC. A principal fonte, porém, foi o *website* “*Tesi on-line*”, onde estão catalogados e disponíveis para *downloads* os trabalhos sobre EdC. Foram levantados, no período de 1998 a 2006, entre teses e dissertações de mestrado, 44 trabalhos, além de artigos, ensaios e livros, cujos números não são conhecidos (antes de 1998 somente foram identificados trabalhos de conclusão de graduação (TCC)). Dos 44 trabalhos identificados, 38 são dissertações de mestrado das quais se teve acesso a 18, e 06 teses de doutorado, às quais se teve acesso a todas sem exceção (ver tabelas 1 e 2). A dificuldade de acesso a todos os trabalhos se deve, em alguns casos, pela língua de publicação, (existem trabalhos em croata, alemão, holandês) e principalmente devido à *links* quebrados (nos casos de trabalhos em português, inglês, italiano e espanhol) que não foram resolvidos. Nesses casos, se tentou o contato por *e-mail*, solicitando-os, já que no *website* constam os *e-mails* dos autores. Entretanto, nem todos os *e-mails* estavam atualizados, logo, não foi possível acessar a todos. Além das dissertações de mestrado e teses de doutorado, foram identificados

¹¹ A ESPRI é um sociedade anônima de capital fechado, responsável pelo Pólo Empresarial Spartaco, uma espécie de pólo *show room* do que é a EdC enquanto experiência empresarial

alguns livros, artigos e ensaios publicados. A revisão desta literatura catalogada sobre a EdC, foi importante para ajudar a traçar um perfil da experiência EdC.

Tabela 1 - Dissertações de Mestrado

País/língua da publicação	Catalogadas	Acessadas
Brasil/Português	27 dissertações	16 dissertações
Outros países e línguas	11 dissertações	02 dissertações
Total	38	18 dissertações

Tabela 2 – Teses de doutorado

Brasil/Português	05 teses	05 teses
Gran Bretagna/Inglês	01 tese	01 tese
Total	06 teses	06 teses

A pesquisa documental foi feita a partir de textos e vídeos, contendo os discursos de Chiara Lubich e demais membros do Movimento dos Focolares e da EdC, sobre a EdC; junto às empresas; aos Centros do Movimento dos Focolares; ao Centro de Estudos de Economia de Comunhão; ao Escritório Central de EdC. A pesquisa documental forneceu dados para compreender os fundamentos da EdC, no sentido de construir o seu perfil. Foi possível apurar os princípios e como estes contemplam o meio ambiente, o número de empresas que fazem parte da EdC atualmente e a lógica de distribuição dos lucros partilhados. Além disso, a pesquisa documental forneceu os dados sobre os destinatários dos lucros, sobre a natureza jurídica das empresas, suas atividades produtivas, e assim por diante.

As entrevistas foram realizadas na forma de colóquios, cujas informações foram posteriormente registradas em diário de pesquisa (ver anexo 1). Nessa fase, foram feitas cerca de 10 entrevistas com empresários e pesquisadores que totalizaram cerca de 12hs de duração. Os pesquisadores foram principalmente brasileiros aos quais se indagou sobre os resultados de suas pesquisas e sobre os dados encontrados referente ao aspecto ambiental. Além dos brasileiros, teve-se a oportunidade de entrevistar dois pesquisadores italianos, um economista e outro administrador, que relataram os seus conhecimentos sobre as experiências pesquisadas na Itália, Filipinas, Argentina e Alemanha. Com os empresários, todos brasileiros, buscou-se identificar as atividades das empresas, e a partir disso perguntar sobre os possíveis impactos ambientais, bem como que medidas eram tomadas para minimizá-los. Além disso, buscou-se saber que

motivações os levavam à implementação das referidas medidas e se conheciam os princípios norteadores da EdC, principalmente no que se refere ao meio ambiente. A participação no Congresso de EdC foi de suma importância pelo clima propício para os colóquios, entrevistas e conversas informais, além de ali ser apresentada a EdC em todos os seus aspectos. Nos Congressos de EdC são feitos muitos relatos dos próprios empresários, sobre suas experiências e também há uma expo EdC, com estandes das empresas que expõem seus produtos e relatam as suas experiências. Por fim, as visitas serviram para contrapor os dados obtidos nas entrevistas, leituras e documentos ao olhar do pesquisador e, assim, validar, rever ou atualizar esses dados. Foi a pesquisa exploratória que forneceu os elementos para a revisão e reconstrução da problemática de pesquisa e para o próprio modelo de análise.

7 Descrição da pesquisa

O procedimento de coleta de dados seguiu a mesma metodologia da pesquisa exploratória, ou seja, utilizando-se prioritariamente de elementos da metodologia qualitativa, comportando principalmente entrevistas na forma de colóquios, tanto com empresários como com outros membros envolvidos no projeto EdC, e também com membros do Movimento dos Focolares ligados à EdC. Ao todo foram realizadas 18 entrevistas, num total de 40hs de duração aproximadamente, num espaço de tempo de 30 meses. Essas entrevistas foram realizadas principalmente na ocasião dos Congressos de EdC e em contato direto com os empresários e demais pessoas envolvidas no projeto, em locais como nas empresas, nos congressos do Movimento dos Focolares e em outros espaços diversos. Além das entrevistas, foi enviado via e-mail um questionário (ver anexo 2) para 21 empresas de EdC no Brasil que possuem algum potencial poluidor ou impacto ambiental. Este questionário, cuja importância é apenas auxiliar, teve duplo objetivo: coletar informações cruzadas no sentido de confirmar ou não, os indicadores da inerência ou não da dimensão ambiental nas empresas de EdC, assim como as informações sobre as motivações que levam a essa inerência. Participou-se ainda de 03 Congressos de EdC, nos quais foi apresentado todo o projeto EdC enquanto concepção (princípios, fundamentos) e enquanto prática, com inúmeros relatos de empresários,

estudantes e demais membros a ele ligados. Nos congressos, assim como nas visitas às empresas (foram visitadas sete empresas) procurou-se observar aspectos relevantes ao problema de pesquisa e posteriormente registrar as anotações em diário de campo, conforme a metodologia escolhida. Foi aprofundada também a pesquisa documental que teve como fontes o Escritório Central de EdC, o Centro de Estudos de EdC – Centro de Estudos Filadélfia – e os centros do movimento – os Focolares. A pesquisa documental foi realizada também na *internet*, principalmente no *site* oficial do Movimento dos Focolares e no *site* da EdC onde constam muitos dos trabalhos acadêmicos e algumas publicações para *download*. Foi intensa também a troca de documentos e informações com outros pesquisadores que já realizaram, ou estão realizando, pesquisas sobre algum aspecto da EdC ou do Movimento dos Focolares.

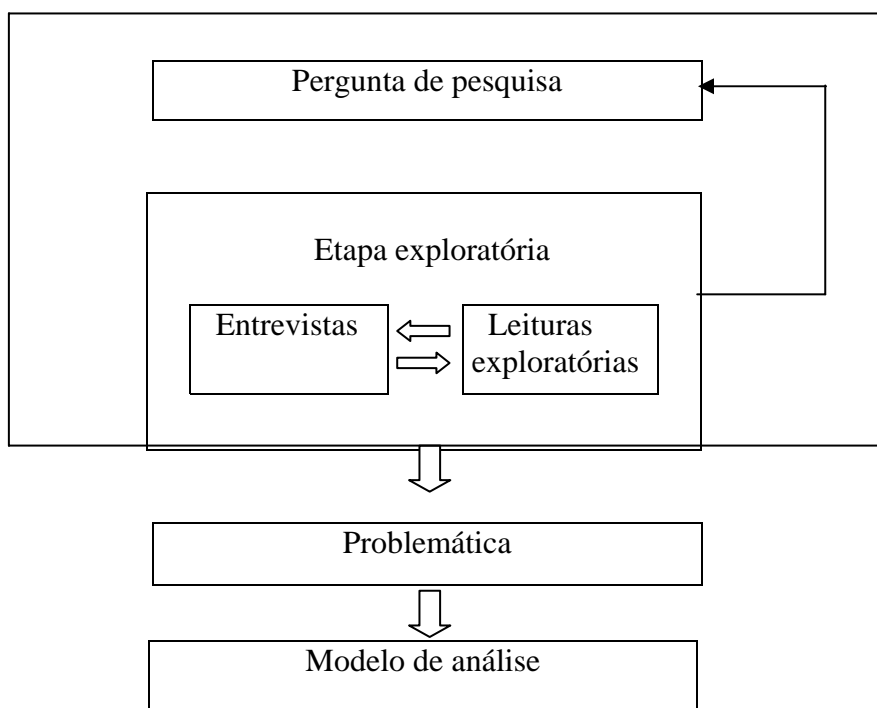


Figura 2: Etapas da construção da problemática

Fonte: Adaptado de Quivy e Campenhoudt, (1992)

A construção da problemática deste trabalho foi composta por três momentos. No primeiro, seguindo o roteiro de Quivy e Campenhoudt (1992), buscou-se explorar as leituras e as entrevistas e inventariar os diferentes aspectos que elas sugeriam na relação com a pergunta de pesquisa. No seguinte, tratou-se da escolha de uma abordagem, o que

significou, por um lado, partir do pressuposto de que a problemática ambiental é na verdade uma problemática socioambiental e, por outro, buscar um quadro conceitual teórico, que, ao mesmo tempo, fosse explicativo da atual crise ambiental e da sua ligação com as atividades sociais humanas e capaz de explicar fenômenos como da inserção da dimensão ambiental em empresas tais como as da EdC. Nesse sentido, foi escolhido o conceito de racionalidade nas tipologias: referente a fins ou instrumental, e substantiva. A primeira tipologia, conforme demonstram principalmente Max Weber, Karl Mannheim e Max Horkheimer, descreve um processo histórico de racionalização da vida fundamentada nos critérios da racionalidade funcional/instrumental e econômica. Essa visão é compartilhada por autores como, Guerreiro Ramos, Enrique Leff, Luigino Bruni, George Simmel, Karl Polanyi, Ivan Illich e André Gorz. A segunda tipologia é o conceito de racionalidade de valor, conforme proposição de Max Weber, mas que aparece como racionalidade substancial em Karl Mannheim, como teoria substantiva em Karl Polanyi, e como racionalidade substantiva em Guerreiro Ramos. Essa teoria também influencia os ensaios formulados por Enrique Leff (racionalidade ambiental) e por Luigino Bruni (racionalidade de comunhão). Foi através desse quadro teórico conceitual que se tornou possível construir as relações entre a racionalidade funcional/instrumental e a degradação ambiental. Da mesma maneira, permitiu incluir a dimensão ambiental, concebida como sendo algo intrínseco à questão, isto é, motivada por valores absolutos, não tangíveis, relacionando-a com a racionalidade substantiva. Por fim, a partir deste quadro, conseguiu-se formular o objetivo e a hipótese de pesquisa.

A formulação das hipóteses, portanto, se deu tanto a partir da pesquisa exploratória como alicerçada na reflexão teórica, permitindo construir o fio condutor desta pesquisa, ao mesmo tempo em que fornecia os critérios para selecionar entre a infinidade de dados e aspectos percebidos e coletados.

O passo seguinte foi a construção de um modelo de análise, a partir do qual se procederam as observações e análise das informações coletadas. De acordo com Quivy e Campenhoudt (1992, p. 109), o modelo de análise “constitui a charneira [união] entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre o campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro”. A figura a seguir, que representa o modelo de análise, é apresentada como um esquema que traduz o fenômeno estudado e o “caminho” feito pela pesquisa.

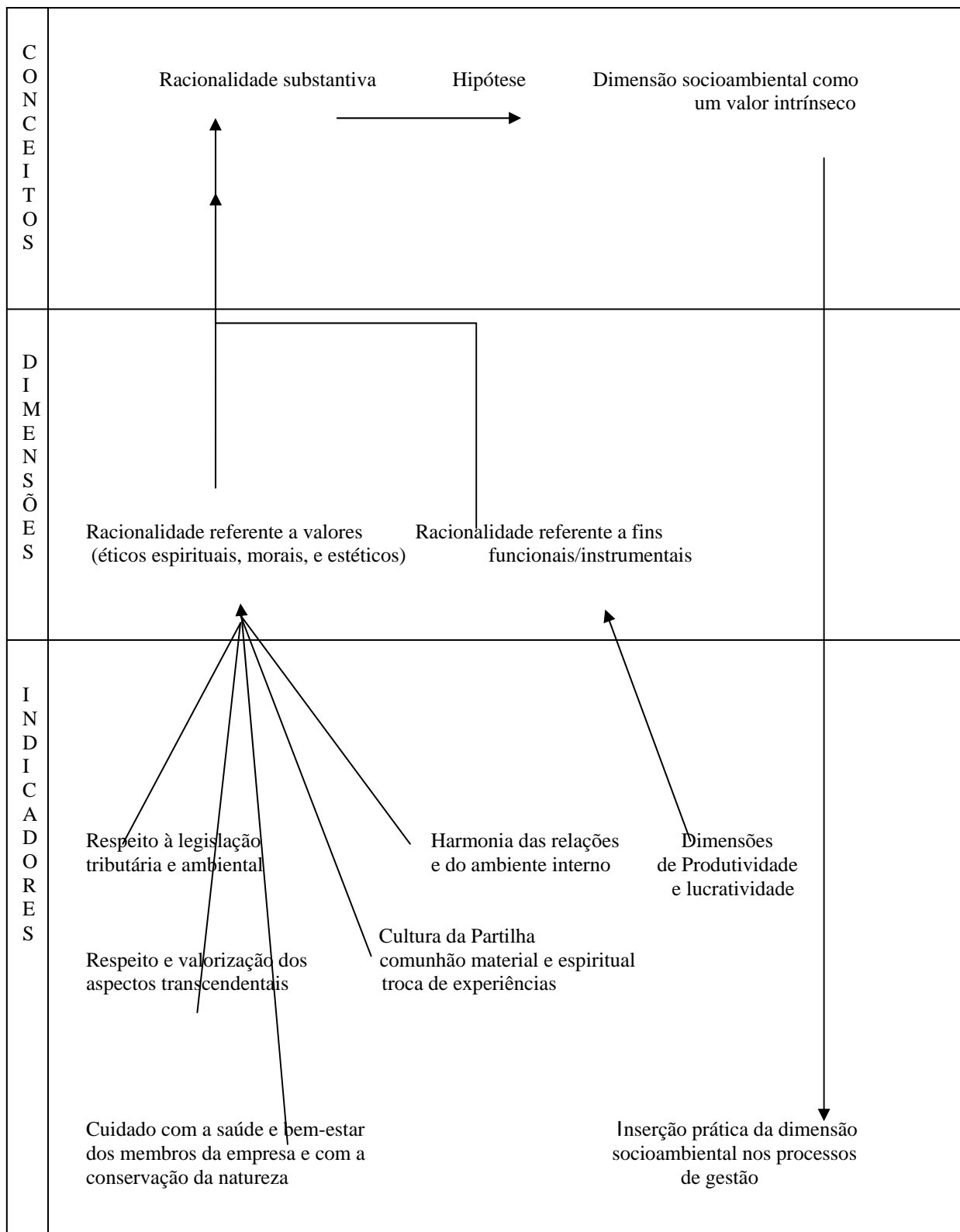


Figura 3: Modelo de análise
Fonte: Adaptado de Quivy e Campenhoudt (1992).

8 Etapas da reconstrução da problemática

Como a problemática ambiental tornou-se lugar comum em praticamente todos os campos de conhecimento, fica a impressão de que é um tema conhecido e dominado por todos, sendo, portanto, desnecessária a sua definição. Entretanto, trata-se de um tema complexo e por isso é compreendido de forma diversa, dependendo da área de conhecimento e da especificidade a que se está referindo. Logo, é necessário se ter uma definição clara da concepção de problemática ambiental adotada na pesquisa. Desse modo a primeira tarefa foi definir um dos pressupostos da pesquisa, que é a problemática ambiental como uma problemática *socioambiental*.

A partir desta definição, que representa a escolha de um dos muitos enfoques que tratam da problemática ambiental, a segunda tarefa consiste em definir o conceito chave, a partir do qual será construída a relação entre o campo empírico de pesquisa escolhido e a problemática socioambiental. Este conceito chave é o conceito de *racionalidade*, dividido em duas tipologias: instrumental/funcional/formal cujas propriedades, semânticas, metodológicas e epistemológicas o tornam um relato histórico, crítico e explicativo das causas mais profundas da atual crise ambiental; e substantiva/de valor, capaz de explicar a importância de valores substantivos para a inserção da dimensão ambiental nos processos produtivos e de gestão em organizações.

A terceira tarefa é a apresentação da EdC enquanto experiência socioeconômica, apontando seus antecedentes históricos, suas características e elementos transformadores, principalmente no que se refere às dimensões socioambientais.

9 Etapas da análise e discussão dos resultados

A quarta tarefa é a construção do modelo de análise, a partir do qual se buscou construir as relações entre os indicadores instrumentais e substantivos da racionalidade da EdC e a inserção da dimensão ambiental nestas organizações, enquanto que a quinta e última tarefa é a construção das relações a partir do modelo de análise.

CAPÍTULO II

A RACIONALIZAÇÃO DA VIDA COMO PROCESSO HISTÓRICO

1 Introdução

Quando se quer explicar o nascimento das sociedades modernas, do ponto de vista histórico e metodológico, o processo de racionalização da vida (ocorrido no seu interior) é um fenômeno chave (HABERMAS, 1994). “A completa transformação do mundo em um mundo mais de “meios” do que de “fins” é em si mesma a consequência do desenvolvimento histórico da produção” (HORKHEIMER, 2002, p. 106). Esse desenvolvimento só pôde ocorrer, porém, como consequência da lógica formal, a grande escola da uniformização iluminista, e dos seus esquemas de calculabilidade do mundo (ADORNO e HORKHEIMER, 2000). Por conseguinte, o que ocorreu no ocidente não foi outra coisa que um processo de racionalização dos sistemas produtivos que teve consequência em todos os aspectos da vida, do econômico ao religioso. A racionalidade é, o que determina a ação social. O conceito de racionalidade é desse modo, constitutivo e elemento central do conceito de ação social. Weber (1996) demonstrou isto de modo peculiar em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”.

Com sua Sociologia “Compreensiva”, usando o recurso metodológico dos *tipos ideais*, Weber (1999) previne, porém, que esse seu procedimento não deve ser interpretado como um preceito racionalista, senão apenas como conveniência metodológica. Isto é, não há como compreender a vida e a ação social apenas por um viés racional da relação entre meios e fins, como único determinante das ações efetivas. Há, portanto, outras racionalidades e também muito de irracional no mundo a ser compreendido. Nesse sentido, ele distingue as tipologias de racionalidade que determinam a ação social e ou individual em quatro categorias como se segue:

A ação social pode ser determinada: 1) de modo **racional referente a fins**: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar **fins** próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo **racional referente a valores**: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e **inerente** a determinado comportamento como tal, independentemente dos resultados; 3) **de modo afetivo**, especialmente

emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) **de modo tradicional:** por costume arraigado (grifos originais) (WEBER, 1999, p. 15).

Um comportamento racional, assim, não é um comportamento desprovido de *sentido* – o *sentido* dado pelo indivíduo ou pelo grupo social à sua ação –, ao contrário, quanto mais um indivíduo ou uma sociedade é capaz de atribuir um *sentido* às suas ações, tanto mais racionais serão estas ações no sentido *lato*. Portanto, Weber pondera que o comportamento estritamente *tradicional* ou estritamente *afetivo* encontra-se no meio termo entre a razão em senso *valorativo* e a razão referente a *fins*.

A racionalidade de *valor* é constituída de ações praticadas sem considerar as conseqüências previsíveis porque se dão com base em convicções éticas, religiosas, morais ou estéticas. De acordo com Ramos (1989), a racionalidade de valor é apenas “uma nota de rodapé” na obra de Weber e, por isso, não desempenha um papel sistemático nos seus estudos. De fato, Weber mesmo justifica que a ação racional referente a valores somente é uma preocupação sua na medida em que encontra ações humanas que se orientam por ela, o que, segundo ele, ocorre de maneira muito diversificada. A sua preocupação principal, portanto, é a racionalidade *referente a fins*. Segundo Weber: “age de maneira racional referente a fins quem orienta sua ação pelos fins, meios e conseqüências secundárias, *ponderando* racionalmente tanto os meios em relação às conseqüências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si” (grifos originais) (WEBER, 1999, p. 16). Conseqüentemente, a ação referente a fins – em sentido estrito e dentro do recurso metodológico de *tipos ideais* – não é uma ação de modo *afetivo* e nem *tradicional*. Por outro lado, nas próprias palavras de Weber, “a decisão entre fins e conseqüências concorrentes e incompatíveis, por sua vez, pode ser orientada racionalmente com referência a valores” (WEBER, 1999, p. 16). Trata-se, em outras palavras, de uma submissão da racionalidade referente a fins (*Zweckrationalität* – ética da responsabilidade) à racionalidade de valor (*Wertrationalität* – ética da convicção), mesmo se do ponto de vista da racionalidade referente a fins a racionalidade de valor terá sempre um caráter irracional, porque está baseada em valores não tangíveis como os religiosos, os morais, os éticos e os estéticos. Todavia, segundo Weber, só muito raramente a ação social se dá exclusivamente orientada por uma ou por outra destas duas racionalidades. Em geral, as ações comportam as duas racionalidades, embora, como ele demonstra e se explicitará no decorrer deste capítulo, no capitalismo, historicamente, houve o predomínio da racionalidade referente a fins - que passamos a

denominar, de acordo com a literatura atual, como racionalidade instrumental – sobre a racionalidade de valor (trataremos desta última no Capítulo 3).

De acordo com Ramos (1989), embora numa leitura rápida essa análise de Weber aparente ser laudatória, seria um erro atribuir-lhe qualquer compromisso dogmático com a racionalidade gerada pelo capitalismo, ou mesmo chamar de superficial sua análise, que é, ao contrário, essencialmente profunda e crítica. Além disso, a neutralidade em face dos valores como posição metodológica sempre foi a sua principal marca (RAMOS, 1989), e a sua tarefa de definir o “espírito do capitalismo” a partir do estudo da ética protestante é o melhor exemplo dessa neutralidade e rigor metodológico.

O conceito de racionalidade tal como propõe Weber, não é um instrumento de intervenção social. Tampouco uma proposição ideológica ou um conjunto de postulados visto como um modelo a ser aplicado, ou um conjunto de diretrizes como é o caso do conceito de desenvolvimento sustentável¹². Pelo contrário, trata-se de um conceito analítico, uma categoria de análise que funciona como óculos, através dos quais é possível enquadrar, “ver”, refletir e compreender a ação social, suas motivações, seus valores e os seus desdobramentos e funcionalidades. Evidentemente que para ser aplicado como categoria de análise, qualquer conceito anteriormente formulado precisa ser atualizado, respeitando-se o universo semântico da época, assim como o clima cultural e suas particularidades. Essas atualizações, e até mesmo ressignificações, devem respeitar, porém, igualmente a semântica e a ontologia do conceito, de forma a não distorcer a sua natureza, tornando-o uma hipóstase¹³ no sentido de justificar, como se tornou habitual, posições ideológicas e convicções.

É importante ressaltar também que Weber sempre foi um antideterminista e avesso à explicação de qualquer fenômeno como monocausal, portanto, exclui-se das suas intenções qualquer objetivo nesse sentido. Uma de suas preocupações, em “A ética protestante e o espírito do capitalismo” reside em justamente refutar o determinismo econômico preponderante nas discussões teóricas da época, e o faz mostrando que outras esferas sociais (a religião, por exemplo) também poderiam ser determinantes da esfera econômica (COHN, 1989). Outra ressalva importante é que o fato de Weber ter “encontrado” o “espírito do capitalismo” na ética protestante não significa

¹² O conceito de desenvolvimento sustentável é uma proposição que prevê a sustentabilidade em várias dimensões: ambiental, social, econômica, política (Ver Sachs, 1986 e 1993).

¹³ Ficção ou abstração falsamente considerada como real.

absolutamente que este seja uma exclusividade de grupos religiosos, de puritanos, de calvinistas, de americanos do norte ou de europeus. Exclui-se também o determinismo nesse sentido. O que Weber demonstra é que nesses grupos especificamente, a racionalização da vida¹⁴, provocada pela ascese¹⁵ religiosa, propiciou como consequência direta um incremento na rapidez e na sofisticação do desenvolvimento econômico, – dadas certas condições que ele mesmo expõe – e que sinteticamente exploramos na seção 4.1 deste capítulo.

Além das discussões acerca do grau de influência que a vocação e a ascética protestante significaram efetivamente para que o capitalismo chegasse ao estágio que chegou, é importante a extraordinária sistematização da ação social, feita por Weber, que possibilitou a compreensão da racionalidade predominante no desenvolvimento do capitalismo, ou seja, do “espírito do capitalismo”. É a partir desta sistematização que se tornou compreensível o significado da racionalidade instrumental – a construção de meios com vistas a determinados fins – para o desenvolvimento do capitalismo e do estilo de vida por ele inaugurado. Por sua vez, um conceito de racionalidade referente a fins só foi possível com a emergência do capitalismo e da sociedade de mercado, pois, como observa Ramos (1989), antes disso a racionalidade era sempre revestida de nuances éticas. Com o surgimento da sociedade de mercado, a racionalidade foi transformada em capacidade de cálculo utilitário de consequências, tornando-se, por conseguinte, como desvela Weber (1996), no “espírito do capitalismo”. Além da ascética protestante, é de fundamental importância também a diferenciação feita por Weber (1999¹⁶) em “Economia e Sociedade”, entre “gestão econômica” e “ação economicamente orientada”, da qual trataremos na seção 8 deste capítulo.

Além de Weber, Simmel (1977¹⁷) em a “Filosofia do dinheiro”, também traz a discussão sobre a racionalização e a instrumentalização da vida, e sobre a sobreposição

¹⁴ A organização metódica da vida na busca pela salvação provocou a construção de uma ética burguesa que, por sua vez, possibilitou a construção dos meios que determinaram um desenvolvimento econômico sem precedentes, ainda que como um efeito colateral da ética protestante.

¹⁵ Exercício prático que leva à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral (cf. Dicionário Eletrônico Aurélio).

¹⁶ Obra póstuma originalmente publicada na Alemanha em 1921.

¹⁷ Publicado originalmente em alemão em 1900. Neste mesmo ano Simmel publicou em inglês “A Chapter in the Philosophy of Value” (Um capítulo na filosofia do valor) no qual se discute como se dão os valores dos objetos. Numa crítica à concepção econômica da época, principalmente a Marx, para o qual o valor de mercado dos produtos era definido pelo tempo médio de trabalho empregado, Simmel afirma que são as trocas que estabelecem o valor de mercado: “The practically effective value is conferred upon the object, not merely by its own desirability, but by the desirability of another object (...). Hence the objects acquire a reciprocity of counterweight, which makes value appear in a quite special manner as an objective quality indwelling in themselves” (SIMMEL, 1900, p. 1).

da racionalidade instrumental em relação aos outros tipos de racionalidade. Pare ele, o dinheiro é o símbolo da época moderna, que por sua vez, é caracterizada pela impessoalidade dos relacionamentos humanos, cada vez mais frios e descompromissados. Essa discussão continua com Mannheim (1962¹⁸) – inspirado em Simmel e Weber – em “O homem e a sociedade”; e, pela Escola de Frankfurt¹⁹, principalmente por Horkheimer (2002²⁰) em “Eclipse da razão” e Habermas (1994²¹) com a publicação de “Aspectos da racionalidade da ação”. Profundamente influenciados por Weber, e no caso da Escola de Frankfurt críticos a Marx, esse autores se tornam críticos ferrenhos da sociedade moderna e do seu desenvolvimento em bases prioritariamente instrumentais para fins econômicos. Essa análise continua em inúmeros outros autores que combatem a racionalidade econômica como uma variação da racionalidade instrumental. Nesse sentido, torna-se importante a diferenciação, entre economia substantiva e economia formal feita por Polanyi (1994) em “El sustento del hombre”, ampliando a discussão aristotélica realizada na “**Política**” entre economia e crematística.

A partir desta diferenciação a crítica à racionalidade econômica será construída por meio de autores como Gorz (2003²²) em “Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica” e Illich (1976²³) em “A convivencialidade”. Estes dois textos são atualizações à crítica da racionalidade instrumental, como crítica à racionalidade econômica.

O objetivo deste capítulo é resgatar a discussão weberiana seguida por outros autores (influenciados por Weber ou não), no sentido de captar a elucidação e a crítica à racionalização da sociedade *moderna* e de suas bases essencialmente funcionais e instrumentais. A partir desta análise é possível também compreender o conceito de racionalidade como chave, principalmente na sua tipologia instrumental que contribui

¹⁸ Publicado originalmente em alemão em 1935.

¹⁹ Escola de Frankfurt é o nome dado a um grupo de filósofos e cientistas sociais que se encontram no final dos anos de 1920. A Escola de Frankfurt se associa diretamente à chamada teoria crítica da Sociedade e da indústria cultural.

²⁰ Publicado originalmente em 1955.

²¹ A discussão de Habermas sobre a racionalidade é considerada uma das mais importantes sobre o tema. Ela feita em “Aspectos da racionalidade da ação”, publicado originalmente em 1977, e que consta como um dos capítulos da obra “Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos” (1994). Contudo, mesmo sendo um crítico contumaz da sociedade moderna e da racionalidade instrumental, considera-se que a discussão sobre a racionalidade feita por Habermas, está além do escopo deste trabalho.

²² Publicado originalmente em francês em 1988.

²³ Publicado originalmente em inglês em 1973.

de forma fundamental para o exame da sociedade contemporânea e seus males, bem como da própria problemática socioambiental, que é o tema central desta tese. Não é objetivo, porém, construir uma crítica aos trabalhos desses autores, como o fez Ramos (1989), pelo fato destes terem elucidado o processo de racionalização, evidenciando seus males e não lhe terem proposto alternativas teóricas e sociais. Considera-se que a elucidação da racionalização, evidenciando a sobreposição de uma razão funcional-instrumental à razão de valor, seja a sua grande contribuição teórica e metodológica, capaz de explicar problemáticas tão atuais como a degradação socioambiental.

Por outro lado, considera-se que a racionalidade instrumental em si não significa necessariamente efeitos negativos das ações humanas. A construção de meios com vistas a determinados fins, que denota a instrumentalidade da ação, não significa que o ganho esperado seja necessariamente individual e prejudicial ao coletivo, como freqüentemente encontramos na literatura. Como esclarece Souto-Maior (1998), trata-se de um equívoco gerado pela associação da racionalidade instrumental com a racionalidade econômica, que, por sua vez, tem como premissa básica o interesse próprio e o egoísmo. Embora, essa afirmação de Souto-Maior seja bastante discutível no que se refere à racionalidade econômica, ela é inequívoca no que se refere à racionalidade instrumental, conforme as próprias palavras do autor: “a racionalidade instrumental exige apenas que a ação seja baseada no cálculo dos meios adequados para atingir os fins do indivíduo [ou do coletivo], sejam eles egoístas ou altruístas” (SOUTO-MAIOR, 1998, p. 971).

2 A Formalização da Racionalidade Material – Georg Simmel

Simmel (1977) explica que no período das trocas de mercadorias, ou seja, antes da existência do dinheiro, os objetos traziam em si sempre um sentido de privação, na medida em que eram percebidos como insubstituíveis, porque tinham um valor de uso muito mais acentuado do que um valor de troca. Com a inserção do dinheiro como equivalente do valor dos objetos, houve uma formalização e uma desumanização das trocas, além de uma relativização do valor de uso dos objetos. Quanto mais passavam a ser percebidos como apenas objetos de troca, tanto mais perdiam seu valor de uso e mais se tornavam abstratos e passíveis de serem representados pelo dinheiro. O dinheiro

se tornou a forma mais pura de interação, que por sua vez, prescinde do conteúdo dessa mesma interação. Logo, a forma mais pura de impessoalidade e de desumanização das relações de trocas, a partir da relativização do valor de uso dos objetos, na medida em que estas relações se tornavam formais. Mais tarde, o dinheiro, que inicialmente possuía um valor de referência em ouro ou prata, tornou-se puramente uma convenção representativa.

O problema, segundo Simmel (1977), é que o dinheiro foi transformado num fim. De uma convenção simbólica que representaria o valor dos objetos, ele acabou tornando-se o objeto. É como se a imagem refletida no espelho passasse a prescindir do real, da qual é reflexo. Ademais, no contexto da metrópole e do industrialismo, as relações se tornaram absolutamente objetivas e mediadas pelo dinheiro (formais). A objetivação não permaneceu somente entre empresas e empregados, entre fornecedores e empresas e entre essas e seus clientes, mas se estendeu para todos os campos da vida, tornando-se por fim o estilo de vida da sociedade moderna, essencialmente baseado em cálculos econômicos e, em seu extremo, em cálculos monetários. Além disso, a autonomia individual foi profundamente transformada pelo consumo em massa que não permite mais a escolha individual do produto como ocorria antes (SIMMEL, 1903) (discutiremos esta questão na seção 7 deste capítulo).

Simmel (1977) vê o dinheiro como símbolo da época moderna que, por sua vez, é caracterizada pela impessoalidade dos relacionamentos humanos. Essas mudanças acompanham ou são acompanhadas pela transformação das faculdades intelectuais: o dinheiro como pura representação simbólica corresponde a uma maior capacidade de abstração intelectual em relação às fases anteriores. A conseqüência mais grave desse processo é a *transformação* dos valores qualitativos em valores quantitativos, já que a vida se torna um contínuo cálculo matemático baseado no valor dos objetos, representados pelo dinheiro, separando a atividade intelectual das atividades espirituais, especialmente no que se refere aos aspectos afetivos e emotivos.

O contexto perfeito para esta sociedade, cuja vida é totalmente racionalizada, continua Simmel (1903), é a cidade. A metrópole, na qual o homem se torna apenas uma pequena engrenagem de um grande sistema que ele mesmo sequer consegue compreender, mas de que, no entanto, é forçado a participar aumentando cada vez mais a sua atividade nervosa para adaptar-se às rápidas mudanças entre sensações internas e externas. Trata-se do predomínio do espírito objetivo, prático, instrumental, que suprime os aspectos mais substantivos e subjetivos, levando ao que Simmel chama de

total alienação do indivíduo. A causa principal desta alienação, segundo ele, é a divisão do trabalho após a invenção da máquina, a partir da qual o homem se torna parte de um processo de produção. Nesse sistema, segundo Simmel, o homem não se reconhece mais como autor do trabalho, numa inconsciência das próprias atividades²⁴. Quanto mais a racionalidade emigra da consciência subjetiva e se instala em automatismos e suportes materiais (como o dinheiro e o próprio processo produtivo), tanto mais o indivíduo corre o risco de se esvaziar de suas prerrogativas, mediante a formalização das relações. “A racionalidade tende a se tornar sem sentido, e os sentidos sem racionalidade”. Ou seja, a formalização da racionalidade material, que é uma condição necessária para a racionalização dos processos produtivos, subverte as relações econômicas e de produção, assim como, seu sentido e sua consciência.

3 A Razão Moderna – Thomas Hobbes

Como bem descreve Ramos (1989), o significado do termo razão vem sendo construído e reformulado desde antes dos trabalhos de Hobbes e Bacon, quando era entendido como uma capacidade inerente à psique humana, que habilitava o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o falso e o verdadeiro. Ou seja, numa acepção muito mais voltada para o que hoje é conhecido como categoria ética.²⁵ A partir de Hobbes, a razão passa a ser compreendida como a capacidade racional que permite ao ser humano pensar (compreender) o mundo objetivo (empírico) e abstrato (transcendental) e o próprio pensamento. “A razão como uma capacidade que o indivíduo adquire ‘pelo esforço’” (grifo original) (RAMOS, 1989, p. 3).

A ‘razão moderna’ adquire significado de fruto do esforço, no sentido de aumentar a capacidade de utilização de critérios objetivos (meios e fins) e cálculo utilitário de conseqüências. Para Hobbes, quando alguém raciocina, nada mais faz do que usar operações de adição e subtração para calcular as conseqüências de um determinado ato:

²⁴ Este tema foi abordado mais tarde por Mannheim e por Horkheimer discussão que traremos ainda nesse capítulo.

²⁵ Segundo Ramos (1989, p. 08), os principais representantes da Escola de Frankfurt “tentam restabelecer o papel da razão como categoria ética”.

Razão, nesse sentido, nada mais é do que **cálculo (isto é, adição e subtração)** das conseqüências de nomes gerais estabelecidos para **marcar e significar** nossos pensamentos. Digo **marcar** quando calculamos para nós próprios, e **significar** quando demonstramos ou aprovamos nossos cálculos para os outros homens (os grifos são dos originais) (HOBBS, 2000, p. 51).

Isto é, um ato racional, tal como propõe Hobbes, é um ato precedido de uma escolha que calcula a melhor opção diante de determinada situação. É esta “equação” desvelada por Hobbes que se torna a base do conceito de racionalidade referente a fins (de escolha racional de meios e fins ou racionalidade formal ou ainda funcional), conforme a proposição de Weber.

4 A Racionalidade Formal – Max Weber

A racionalidade instrumental (referente a fins), como a entende Weber, não se limita ao campo meramente econômico, mas está presente em todo o processo civilizatório ocidental, também nos campos político e social, cultural e religioso. Ou seja, é associada a um sistema econômico, social, cultural e ao religioso. Ela é imanente ao desenvolvimento ocidental e à sua estrutura, contemplando aspectos técnicos (científicos), administrativos e burocráticos. De acordo com Weber, o capitalismo ocidental, na sua forma moderna, foi fortemente influenciado pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas, e a sua racionalidade decorre de maneira direta da “calculabilidade precisa de seus fatores técnicos mais importantes” (Weber, 1996, p. 09). Implica dizer, portanto, que o seu desenvolvimento dependeu em grande parte do igual desenvolvimento da ciência ocidental, impulsionando e sendo impulsionado por ela. Nessa interpretação, o capitalismo é um dos fatores de maior significação na constituição do desenvolvimento ocidental, dentro desta concepção de cálculo de meios e fins, porque ocorre da forma mais racionalizada possível.

De fato, em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber deixa claro que a busca do lucro no capitalismo é algo permanente e racional, enquanto a simples “ânsia do lucro” é qualificada como irracional. O “impulso para o ganho” sempre esteve presente na história humana em todas as épocas, em toda espécie de pessoas e condições sociais, em todos os países da terra e não tem nada a ver com o capitalismo em si. “O desejo de ganho ilimitado não se identifica nem um pouco com o capitalismo

[ocidental], e muito menos com o ‘espírito do capitalismo’”, mesmo se o capitalismo equivaler à procura do lucro sempre renovado (WEBER, 1996, p. 4). O desejo de ganho sempre existiu onde existiram trocas. A ânsia pelo lucro é uma espécie de condição da pessoa, enquanto a *ação econômica capitalista* é assentada no trabalho livre, no desenvolvimento de possibilidades técnicas e cálculos precisos de suas possibilidades de ganho. Esta *ação econômica capitalista*, tal como Weber a denomina, é aquela baseada “na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca” (WEBER, 1996, p. 4), que equivalem a oportunidades formais de lucro²⁶ e ao desenvolvimento dos meios que, a partir de cálculos precisos, permitem atingir os fins, ou seja, a racionalidade instrumental.

O capitalismo é resultado, ainda, de uma moderna organização racional viabilizada, sobretudo, pela separação da empresa da economia doméstica e pela criação da contabilidade racional, associadas ao desenvolvimento das possibilidades técnicas.

Sua racionalidade decorre (...) de maneira direta da calculabilidade precisa de seus fatores técnicos mais importantes. Implica isso principalmente numa dependência da ciência ocidental, notadamente das ciências matemáticas e das experimentalmente exatas ciências da natureza (WEBER, 1996, p. 9-10).

4.1 A Ética Protestante e a Racionalização da Vida

Weber inicia sua análise da ética protestante pelas *sentenças morais e de virtude*²⁷ (discurso) de Benjamin Franklin²⁸ que, como ele mesmo previne, não se trata de uma simples técnica de vida ou de bom senso comercial, mas de uma ética peculiar, um *ethos* com qualidades e atitudes morais “coloridas pelo utilitarismo”. “A honestidade é útil porque assegura o crédito; do mesmo modo a pontualidade, a laboriosidade, a frugalidade, e esta é a razão pela qual são virtudes” (WEBER, 1996, p.

²⁶ Princípio a partir do qual, segundo Polanyi (2000), derivou o sistema de mercado auto-regulável.

²⁷ Ver apêndice A.

²⁸ Benjamin Franklin (nasceu em Boston em 1706 e morreu na Filadélfia em 1790) foi jornalista, editor, autor, filantropo, abolicionista, funcionário público, cientista, diplomata e inventor americano, que foi também um dos líderes da Revolução Americana, e é muito conhecido pelas suas muitas citações e pelas experiências com a eletricidade. Um homem religioso (calvinista), ele é ao mesmo tempo uma figura representativa do Iluminismo. Ele trocava correspondência com membros da sociedade lunar e foi eleito membro da Royal Society. Em 1771, Franklin tornou-se o primeiro Postmaster General (ministro dos correios) dos Estados Unidos da América (fonte: enciclopédia online Wikipédia).

32). Ou seja, está posto nestas *sentenças*, assim como na ética calvinista, a fundamentação de todo um código centrado na moralidade e na racionalização metódica da conduta neste mundo a partir das obras construídas para garantir a salvação em outro mundo²⁹. Isto é, o trabalho como uma vocação e “lugar” da prática das virtudes presentes no puritanismo, principalmente calvinista, e que são determinadas pela doutrina da predestinação³⁰.

A vida neste mundo dirigida para uma única finalidade, a salvação eterna, é completamente racionalizada para a finalidade de aumentar a glória de Deus. “O processo de santificação da vida podia, assim, tomar quase o caráter de uma empresa comercial” (WEBER 1996, p. 87). Há uma completa instrumentalização da vida com o objetivo de salvação – a cristianização da vida – que foi consequência de um tipo de conduta ética altamente metódica que o calvinismo impunha. A fonte do caráter utilitário da ética calvinista, e da sua concepção de vocação, encontra-se, portanto, no objetivo de salvação e na racionalização³¹ do mundo como uma consequência deste objetivo.

Esta ascese do trabalho para a glória de Deus, como denomina Weber, é absolutamente levada a sério pelos puritanos, tanto na Europa como nos Estados Unidos, principalmente no norte. Ela é vista como um mandamento de Deus a todos, onde a perda de tempo é o primeiro e o principal pecado, no sentido, por um lado, de ir contra qualquer atitude de desfrutar espontaneamente a vida, eliminando qualquer tipo de atividade lúdica não planejada e não pensada para a glória de Deus. De outra parte,

²⁹ “O mundo existe para a glorificação de Deus, e somente para este fim. O cristão eleito está no mundo apenas para aumentar esta glória, cumprindo seus mandamentos ao máximo de suas possibilidades. Mas Deus requer obras sociais de cristão, porque Ele deseja que a vida social seja organizada segundo seus mandamentos, de acordo com aquela finalidade. A atividade social do cristão no mundo é primeiramente uma atividade *in majorem gloriam Dei* [para a maior glória de Deus]. Este caráter é assim partilhado pelo labor especializado em vocações, justificado em termos de ‘amor ao próximo’ (WEBER, 1996, p. 75). Este “amor ao próximo” devia ser praticado na normalidade do cumprimento das tarefas diárias e também só podia ser praticado para a glória de Deus.

³⁰ A doutrina da predestinação, enfatizada principalmente no calvinismo, pode ser exposta sem maior rigor, mais ou menos na seguinte equação: o crente já nasce predestinado a ser salvo para a vida eterna ou a ser condenado à morte eterna. A questão é: “sou um dos eleitos?” E como posso estar seguro deste estado de graça? O resultado desta equação é que o crente deve ter fé na sua salvação, ou seja, produz-se, em vez de fieis humildes que confiam na graça de Deus, fieis autoconfiantes que buscam alcançar a sua autoconfiança numa intensa atividade profissional, como o meio mais adequado para alcançá-la, afugentando as dúvidas e dando certeza da graça. “Assim, apesar da inutilidade das boas obras como meio de obtenção da salvação (...) elas eram indispensáveis como sinal de escolha. Eram os meios técnicos não de compra da salvação, mas de libertação do medo da condenação” (ibid., p. 80).

³¹ Esta racionalização, segundo Weber (1996), eliminou por completo a mágica como meio de salvação, assim como, as questões acerca do significado do mundo e da vida, numa completa ausência de senso crítico e de conflitos éticos, embora não tenha sido eliminado do indivíduo a sua autonomia.

afirmando que o trabalho não é um trabalho qualquer, mas uma atividade racional, uma vocação pedida por Deus e “orientada primeiramente por critérios morais e depois pela escala dos bens produzidos. (...). A ênfase do significado ascético de uma vocação fixa, propiciou [ainda] uma justificação ética para a moderna divisão do trabalho” (WEBER 1995, p. 116-117).

Além disso, o uso dos bens e o conceito de propriedade são totalmente submetidos ao “projeto de Deus” para o homem:

O homem é apenas um guardião dos bens que lhe foram confiados pela graça de Deus. Como servo da Bíblia, deve prestar conta até o último centavo, não lhe sendo, pois, nem um pouco imaginável gastar o que quer que fosse sem uma finalidade que não a glória de Deus, mas apenas a sua própria satisfação (WEBER 1996, p. 122).

Essa restrição ao consumo, combinada com trabalho metódico e com liberdade para produzir riqueza, levou ao resultado que Weber considera óbvio: a acumulação capitalista. Ao invés de ser gasto em bens de consumo, o capital passou a ser aplicado sistematicamente no que em Marx é definido como “meios de produção”, resultando conseqüentemente no desenvolvimento sem precedentes do capitalismo. Evidentemente, como Weber mesmo conclui, essas práticas levaram a uma inversão que inevitavelmente resultou na redução da religiosidade, fazendo surgir em seu lugar uma ética profissional especificamente burguesa, dominada pela produção de dinheiro como a finalidade última da vida. Aflorou, assim, a *racionalidade econômica* que superando a simples satisfação das necessidades, levava à produção cada vez maior de excedentes econômicos, os quais, por sua vez se multiplicaram.

Entretanto, continua Weber, não foi a existência de excedentes que impulsionou de forma decisiva o processo revolucionário de desenvolvimento do capitalismo, mas precisamente o surgimento de um novo espírito.

A questão das forças motivadoras da expansão do capitalismo moderno não é, em primeira instância, uma questão de origem de somas de capital disponíveis para uso capitalístico, mas principalmente, do desenvolvimento do espírito do capitalismo. Onde ele aparece e é capaz de se desenvolver, ele produz seu próprio capital e seu suprimento monetário como meios para seus fins e não o inverso (WEBER 1996, 44).

Em outras palavras, o acúmulo de capital é apenas uma consequência, um efeito colateral, da ascese puritana que produziu uma ética profissional, tanto do empreendedor burguês, com a sua correção formal e conduta ética, como do trabalhador sóbrio e “industrioso”. Nessa ética, o trabalho é para ambos uma finalidade de vida desejada por Deus. Nas palavras de Weber, esta ascese influenciou enormemente na definição da moralidade, determinando e contribuindo, “poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica, ligada à produção em série através da máquina, (...) [bem como, o próprio estilo de vida nascido sob esse sistema] e quem sabe, o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta” (WEBER 1996, p. 131). O ascetismo e o utilitarismo puritano racionalizaram e remodelaram o mundo, como nunca antes na História, segundo Weber (1996). A racionalidade econômica, segundo Gorz (2003), que havia sido *contida* por longo tempo não apenas pela tradição, mas também por outros tipos de racionalidade, encontra agora campo fértil com a transformação da ascese protestante em ascese burguesa. “O capitalismo industrial só pôde desenvolver-se a partir do momento em que a racionalidade econômica emancipou-se de todos os outros princípios de racionalidade, para submetê-los a seu único domínio” (GORZ, 2003, p. 27).

5 A Racionalidade Funcional – Karl Mannheim

Influenciado por Georg Simmel e Max Weber, Karl Mannheim concebe a racionalidade instrumental como uma racionalidade prática e funcional. Ou seja, o termo racional deixa de ser simplesmente o ato de pensar, para tornar-se a realização de “medidas organizadas de forma a levar a um objetivo previamente definido, recebendo todos os elementos dessa série de atos uma posição e um papel funcionais” (MANNHEIM, 1962, p. 63). A funcionalidade da racionalidade instrumental para Mannheim está nos meios e não nos fins:

É possível lutar para atingir um objetivo escatológico irracional, como a salvação, organizando-se o comportamento ascético de tal modo que ele leve a esse objetivo ou, de qualquer modo, a um estado de êxtase irracional. Não obstante, devemos dar a isso o nome de comportamento racional porque está organizado, pois cada ato tem um papel funcional na consecução do objetivo final (MANNHEIM, 1962, p. 63).

Portanto, a funcionalidade é a característica que indica quais os meios mais eficientes para atingir o objetivo. A finalidade não precisa ser necessariamente racional em si. Aliás, como se verá mais adiante em Horkheimer, uma das características da racionalidade instrumental instituída na sociedade moderna é justamente a de não questionar ou refletir sobre os fins. No mundo moderno, os homens gastam as suas vidas produzindo coisas sem questionar a finalidade do que estão produzindo ou os efeitos de sua utilização.

Nesse sentido, para Mannheim, a funcionalidade de uma racionalidade pode ser determinada por dois critérios: a organização em função do objetivo; e a conseqüente calculabilidade, considerada do ponto de vista de quem procura se ajustar a ela. A funcionalidade dos atos independe da consciência do objetivo final das ações realizadas. Um soldado realiza os seus atos funcionalmente racionais sem, no entanto, muitas vezes ter uma idéia do objetivo final de suas ações ou do papel funcional de cada ato dentro do todo. O mesmo ocorre com os membros das sociedades industriais que trabalham em cargos administrativos ou em postos da cadeia de produção. Conhecem e racionalizam muito bem as suas funções, mas nem sempre têm consciência do papel funcional que exercem dentro do todo. Esse “*todo*” é organizado, conforme Mannheim, com referência a um objetivo definido, e o indivíduo ajusta-se a ele, calculando as próprias ações.

Seguindo essa lógica, Mannheim afirma que:

Enquanto o indivíduo nas sociedades antigas, apenas ocasionalmente e em esferas limitadas, age de uma maneira funcionalmente racional, na sociedade contemporânea ele é obrigado a agir dessa forma em um número de esferas de vida cada vez maior. (...). A preocupação com a carreira exige um máximo de autodomínio, pois envolve não só os processos práticos de trabalho, mas também a regulamentação prescritiva tanto de idéias como de sentimentos que é permitido ter, e ainda do tempo de lazer de cada pessoa (MANNHEIM, 1962, p. 65-66).

Isso ocorre em função da crescente complexificação da organização da sociedade e da divisão do trabalho, levando ao que Mannheim denomina autorracionalização, que é o controle sistemático, pelo indivíduo de seus impulsos em função da funcionalidade da organização da qual faz parte. Ou a subordinação ou anulação dos seus motivos internos – crenças, convicções morais e éticas – a uma finalidade externa

no sentido de cumprir o seu papel como peça funcional de uma engrenagem e conseqüentemente “ganhar a vida”, sustentar a família e assim por diante. Ou seja, “a racionalização funcional de atividades objetivas, em última análise, leva à auto-racionalização” (MANNHEIM, 1962, p. 66).

Entretanto, para Mannheim, a auto-racionalização não é ainda a forma mais radical de racionalização do agente. Esta é a auto-observação, que supera o simples treinamento mental contido na auto-racionalização e significa uma autotransformação. É a auto-reflexão, com o objetivo de remodelar-se ou transformar-se, que funciona como uma “*consciência da própria situação*”. Nesse sentido, os puritanos, por exemplo, primeiro passaram pelo processo de auto-racionalização, controlando seus impulsos e subordinando todos os aspectos mágicos e transcendentais em função de uma racionalização e secularização da própria vida. Segundo, passaram pelo processo de auto-observação ou autotransformação, a partir do qual nascia a própria burguesia capitalista.

A fonte dessa racionalização é determinada e vem da industrialização, como forma específica de organização social. A industrialização implica na racionalidade funcional que é a organização dos membros da sociedade em função de finalidades objetivas. A racionalização industrial aperfeiçoou a racionalidade funcional, mas ao mesmo tempo provocou proporcional diminuição da capacidade de julgamento independente dos indivíduos, o que significa – na interpretação de Ramos (1989) – que o desenvolvimento técnico e econômico pode corresponder a um baixo desenvolvimento ético e moral³². De acordo com Ramos, isso não significa que a racionalidade funcional deva ser abolida, mas que a sua predominância em detrimento de valores mais substantivos tira dos indivíduos a capacidade de escolhas éticas e morais, levando ao que Mannheim denominou como o *desenvolvimento desproporcional* das faculdades humanas. Ou seja, o desequilíbrio entre o desenvolvimento técnico e o desenvolvimento da capacidade moral e de controle social deste mesmo desenvolvimento técnico. “... os seres humanos podem fazer usos dos mais modernos produtos do gênio inventivo para satisfazer impulsos e motivos primitivos” (MANNHEIM, 1962, p. 52). Com essa afirmação, Mannheim prevê um colapso social se não for alcançada a simetria entre o desenvolvimento do controle social racional e o

³² Neste mesmo sentido, Horkheimer (2002) afirma que a democracia destituída do seu fundamento racional torna-se exclusivamente dependente dos chamados interesses do povo, e estes são funções das forças cegas da economia.

domínio individual de seus impulsos e desenvolvimento tecnológico. Isso, porque se tornou evidente na sua época e, mais ainda hoje, a desproporção com que avançou o conhecimento técnico em relação à capacidade moral e discernimento no seu uso. A guerra e a destruição da natureza, assim como a própria degradação social em todos os sentidos – moral, econômica e ética – são bons exemplos.

É como se ao longo da História o homem tivesse se empenhado muito em transformar o mundo e construir o desenvolvimento sem, no entanto, pensar sobre o que estava construindo. O que faltou foi pensar e refletir sobre o significado e as conseqüências desse desenvolvimento. E nesse sentido, a tecnologia e todo o desenvolvimento da ciência tornam-se um remédio sem a bula moral e ética que regule o seu uso e previna sobre os seus efeitos colaterais.

6 A Racionalidade Subjetiva – Max Horkheimer

O conceito de racionalidade em Horkheimer, tal como em Weber e Mannheim, é um conceito teleológico dividido em duas categorias. A racionalidade *funcional* ou *instrumental* como racionalidade *subjetiva*, e a racionalidade *substancial* com racionalidade *objetiva*. Para Horkheimer (2002), os aspectos subjetivos (instrumental) e objetivos (substancial) da razão, historicamente sempre estiveram presentes e “a predominância do primeiro sobre o último se realizou no decorrer de um longo processo”, levando à crise atual da razão, que se deve à incapacidade de conceber o aspecto objetivo (substancial) ou a sua negação como sendo uma ilusão. “Na medida em que é subjetivada, a razão se torna também formalizada [33]” (HORKEIMER, 2002, p. 16, 17).

Conforme Horkheimer, quando se concebeu a idéia de razão, o objetivo maior era que fosse um instrumento para compreender, pensar os fins, no sentido de *determiná-los*. A razão como uma capacidade não só de construir os meios para atingir determinados fins, mas também para julgar ética e moralmente os fins. A razão como uma capacidade de reflexão. Horkheimer afirma que foi por refletir e questionar a

³³ Horkheimer usa os termos subjetivação e formalização como equivalentes no trato da distinção da racionalidade. A racionalidade subjetiva equivale ainda à racionalidade instrumental, enquanto a racionalidade objetiva equivale à racionalidade substantiva.

racionalidade subjetiva e formalista (instrumental), advogada pelos sofistas, que Sócrates foi morto. “Sócrates sustentava que a razão, concebida como compreensão universal, devia determinar as crenças, regular as relações entre os homens, e entre o homem e a natureza” (HORKEIMER, 2002, p. 20).

Entretanto, com o passar do tempo, a razão foi se tornando cada vez mais subjetiva (formal, funcional, ou instrumental). Contribuiu para isso, conforme Horkheimer (2002), o divórcio entre razão e religião, que teve como marca o enfraquecimento do aspecto objetivo (substancial) da razão e, conseqüentemente, provocou um aumento em sua formalização. Esta separação não se deu sem conflitos e, embora posteriormente as duas tenham sido consideradas como ramos separados da cultura, seus conteúdos foram profundamente afetados, principalmente a razão por causa de um efeito contrário da ação dos filósofos iluministas: “Os filósofos do Iluminismo atacaram a religião em nome da razão; e afinal o que eles mataram não foi a Igreja, mas a metafísica e o próprio conceito de razão objetiva [substancial], a fonte de poder de todos os seus esforços” (HORKEIMER, 2002, p. 26).

Mais tarde, tendo passado pelos inúmeros processos filosóficos, históricos e sociais, tais como a força do positivismo e do pragmatismo e o domínio político e econômico do liberalismo, a razão “cede” sua autonomia, tornando-se definitivamente um instrumento. Sob essas correntes, enfatiza-se cada vez mais o seu aspecto instrumental, pondo de lado qualquer referência a um conteúdo objetivo (substancial). “A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la” (HORKEIMER, 2002, p. 29). Ou seja, é racional se for funcional e não se for pensado ou pensável:

É como se o próprio pensamento tivesse sido reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma, tivesse se tornado parte de e uma parcela da produção (...). Quanto mais as idéias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com um significado próprio (HORKEIMER, 2002, p. 30).

É como se a diferença entre pensamento e ação fosse completamente anulada, tornando, assim, todo pensamento um ato. Não um ato pensado, com origem na razão substantiva, mas um ato automático, formalizado, funcional no contexto da vida racionalizada, mas não pensada.

Esta concepção de razão, na qual sobra mecanização e falta reflexão, foi essencial para o desenvolvimento da indústria e do próprio capitalismo. Do contrário, como explicar que durante tanto tempo o desenvolvimento capitalista tenha destruído sistematicamente a natureza sem que se tenha produzido qualquer tipo de reflexão mais séria nesse sentido, senão apenas uns poucos que, tendo “perdido a razão”, ousaram questionar o desenvolvimento e a vida moderna, como o fez Thoreau³⁴? Somente uma quase total falta de reflexão no sentido de pensar e refletir sobre os fins para os quais o “desenvolvimento” estava sendo construído poderia ter permitido que se chegasse ao ponto que se alcançou. Destituído do seu fundamento racional substantivo que, em última instância, é a reflexão acerca dos fins para os quais se constroem os meios e dos seus significados em si, o desenvolvimento se deu quase que exclusivamente segundo as bases utilitárias das forças econômicas. Isto é, segundo uma lógica, a partir da qual só é racional quando serve a algum propósito, retirando assim o valor intrínseco das ações e das suas finalidades. Nessa lógica, segundo Horkheimer, uma atividade física ao ar livre, por exemplo, só é concebível se servir a algum propósito, como o de melhorar a saúde. Do contrário, nada mais é do que perda de tempo, porque foi destituída do seu valor em si. Ver a paisagem, sentir o ar fresco, comungar com a natureza torna-se totalmente sem significado, segundo a lógica utilitarista.

Acompanhando o raciocínio de Horkheimer, poder-se-ia especular sobre várias outras atividades que, no atual estágio de desenvolvimento, foram destituídas dos seus valores intrínsecos, sendo reduzidas apenas ao seu valor utilitário. Entretanto, nos permitiremos especular apenas sobre uma, que é o tema principal deste trabalho: a conservação ambiental. Nesse sentido, a questão que está posta é: em nossa sociedade e principalmente nos setores industriais, onde decisivamente predomina a racionalidade instrumental e econômica, a conservação ambiental é um valor em si? Toda a discussão que se instaurou em torno dessa problemática se deve ao reconhecimento do meio ambiente como um valor intrínseco para esta sociedade ou deve-se exclusivamente ao seu valor utilitário para o atual processo de desenvolvimento?

³⁴ Henry David Thoreau, publicou, em 1854 *Walden ou a vida nos bosques*, que é a descrição de sua experiência de dois anos solitário, sobrevivendo apenas do trabalho natural. Um livro de descrições exatas e mesmo assim poéticas. Tornou-se um clássico da literatura estado-unidense como sendo um livro de proporções místicas. É também considerado uma grande crítica à sociedade moderna e de tudo o que tirava a liberdade do homem e o degradava. Além de Walden, escreveu outra obra de grande expressão e repercussão “*desobediência civil*”, inspiradora de Gandhi.

O que Horkheimer e os demais autores até aqui trabalhados teriam a dizer sobre essa questão é que os problemas socioambientais são resultados de um processo histórico, no qual a sociedade se desenvolveu quase que exclusivamente calcada em bases instrumentais, destituída e prescindindo da razão substantiva. Ou seja, o processo de desenvolvimento se deu quase que exclusivamente pensado como crescimento econômico, destituindo dos seus valores intrínsecos. “A única consideração que poderia detê-los [os grupos econômicos] seria a possibilidade de que os seus próprios interesses estivessem em risco, sem ter nada a ver com a violação da verdade ou da razão” (HORKEIMER, 2002, p. 37).

Nessa citação Horkheimer evidentemente não se refere à problemática socioambiental. No seu tempo ela ainda não tinha aflorado tal como a entendemos hoje: como resultado da sobreposição dos subsistemas social e econômico sobre os demais subsistemas que compõem a biosfera. Ele está se referindo à democracia, defendida pelos agentes econômicos não porque esses a tivessem como uma verdade ou por seus fundamentos filosóficos e qualidades morais, mas porque em determinados contextos ela é altamente útil, como poderia ser útil a própria ditadura. Contudo, numa associação lógica ao pensamento de Horkheimer, é possível referir-se à conservação ambiental no contexto atual do desenvolvimento pensado quase que exclusivamente do ponto de vista da economia e em relação aos seus efeitos nocivos, percebidos pelos agentes econômicos somente quando estão em jogo os seus interesses diretos. Ou seja, a preocupação com a conservação só é considerada quando significa, de alguma forma, uma ameaça às suas possibilidades de ganho.

Todavia, Horkheimer não deixou de perceber que a natureza era afetada pela racionalização formal-subjetiva e, portanto, a gênese da sobreposição do economicismo sobre os demais sistemas, que é a razão formalizada, o espírito do capitalismo e, conseqüentemente, do industrialismo. Segundo ele, sob o jugo desta razão, a natureza é compreendida como uma mixórdia (caos), na medida em que não corresponde ao uso humano, isto é, na medida em que não é possível transformá-la de imediato em meio ou instrumento para determinado fim. Na era da razão formalizada, a natureza foi despojada do seu valor ou significado intrínseco, da mesma forma que o homem foi despojado de todos os seus instintos exceto o de auto-conservação. As formas deste despojamento são as mais variadas e vão desde a simples associação de campos, como sinônimo de boa caçada, feita pelos antigos caçadores, passando por uma paisagem bonita como oportunidade de propaganda de cigarros, feita pelos homens de negócios

modernos, até a completa transformação da natureza em meio racionalizável a serviço da industrialização, cujos fins são os mais diversos.

7 A Economia em dois Sentidos

“A natureza é hoje mais do que nunca concebida como um simples instrumento do homem. É objeto de uma total exploração, que não tem objetivo estabelecido pela razão e, portanto, não tem limite” (HORKEIMER, 2002, p. 112). Esta falta de limites apontada por Horkeimer em relação à natureza tem suas raízes ainda no tempo de Aristóteles (séc. IV a.C.) que, através da distinção entre economia e crematística em sua obra **Política**, denuncia a falsidade da formulação (versículo) de Sólon³⁵, segundo a qual “não foi fixado para o homem um limite de riquezas” (ARISTÓTELES, 1988, p. 25). Segundo Lisboa (2000):

Nas origens do pensamento ocidental (...), Aristóteles (...) construiu a palavra “Economia”, (administrar a casa, em grego – e este é o sentido etimológico original) – dando a ela o significado de forma natural da arte de aquisição – através da diferenciação da palavra “Crematística” – a forma artificial ou mercantil de adquirir bens (Grifos originais) (LISBOA, 2000, p. 19).

Aristóteles faz uma diferenciação entre a economia doméstica (baseada nos meios para a satisfação das necessidades), a qual denomina simplesmente de economia, e que constitui “os meios de obter os alimentos estritamente necessários [que] são evidentemente um dom que a natureza concede a todos os seres...” (ARISTÓTELES, 1988, p. 24) e a crematística, que é a forma de aquisição de bens. Uma aquisição de bens não com a finalidade de suprir apenas necessidades tal como Aristóteles entende ser a economia, mas como acúmulo além das necessidades, cuja finalidade é a de enriquecer. A primeira é apenas uma maneira de obter os alimentos necessários à vida, que são fornecidos gratuitamente pela natureza em quantidade necessária, enquanto a segunda pertence à arte de se enriquecer, na qual *o homem quer acumular sem fim e sem medida*.

³⁵ “Legislador e poeta, arconte em Atenas em 594/593 a.C.; o fragmento citado constitui o n.º 13, verso 71, na coletânea de Bergk, *Poetae Lyrici Graeci* (página 46, do volume II, 4.ª Edição, Leipzig, 1882)” (ARISTÓTELES, 1988, p. 288 – nota n.º 22. *Política*).

Existe, portanto, segundo Aristóteles dois gêneros de arte da aquisição: “uma espécie de arte da aquisição que é por natureza uma parte da economia doméstica”, e há outra chamada de arte de enriquecer, cuja “noção [é] de que não há limites para as riquezas. (...). Uma delas é natural e a outra não é” (ARISTÓTELES, 1988, p. 24-25). Uma é a aquisição natural ou "economia" e a outra é a aquisição artificial ou "crematística". A primeira, diz respeito ao valor de uso e às necessidades para as quais adquirimos os bens. A segunda guarda relação com o valor de troca no sentido mercantil, com vistas à acumulação e ao lucro.

Nas palavras de Aristóteles, é dessa noção de lucro que veio a idéia de riqueza:

Emergiu a idéia de que a arte de enriquecer está especialmente vinculada ao dinheiro, e que sua função é descobrir as fontes capazes de proporcionar um suprimento maior de produtos, no pressuposto de que esta arte cria riquezas e posses; efetivamente, presume-se que a riqueza consiste em grande quantidade de dinheiro, pois é com o dinheiro que se fazem negócios e o comércio (ARISTÓTELES, 1988, p. 26).

Esta desmaterialização da riqueza³⁶, a partir do uso do dinheiro, tem como base o desejo de enriquecimento ilimitado segundo Aristóteles:

A causa deste estado de espírito é o fato de a intenção destas pessoas ser apenas viver, e não viver bem; da mesma forma que o desejo de viver é ilimitado, elas querem que os meios de satisfazê-lo também seja ilimitados. (...). Tais pessoas, porém, transformam todas estas faculdades em meios de proporcionar riqueza, na convicção de que a riqueza é o fim a atingir e que tudo mais deve contribuir para a consecução deste fim (ARISTÓTELES, 1988, p. 27).

A diferenciação feita por Aristóteles entre economia (economia com a finalidade de suprir as necessidades) e crematística (economia com a finalidade de lucro), demonstra, portanto, a gênese da inversão – de “meio” para “fim” – ou seja, da transformação da economia de meio para satisfazer as necessidades em finalidade da vida humana. Nesse processo histórico de transformação, a finalidade primeira que designava o termo economia (segundo o sentido dado por Aristóteles) foi perdendo espaço, e o termo passou a ser reconhecido cada vez mais como o que designa a economia no seu sentido formal (da crematística).

Karl Polanyi (1994), seguindo o caminho aberto por Aristóteles, tem a preocupação de esclarecer o “lugar da economia” na sociedade e criticar a unificação

³⁶ A desmaterialização da riqueza é tratada por Simmel (1977), por Polanyi (1994) e por Marx (2000).

dos dois sentidos de economia num único termo, como um equívoco, porque ignora as suas duas raízes distintas e independentes e, portanto, os seus dois significados:

Tem raízes distintas, e são independentes um do outro. (...). O primeiro significado, o formal, surge do caráter lógico da relação meios-fins como quando usamos <<economizar>> (no sentido de poupar) o econômico (barato), a partir do qual surge a definição do termo econômico em termos de escassez. O segundo significado, o substantivo, assinala o fato elementar de que os seres humanos, (como qualquer outro ser vivente), não podem subsistir sem um entorno físico que os sustente; esta é a origem da definição substantiva do econômico (grifo original) (POLANYI, 1994, p. 91).

De acordo com Polanyi (1994), o significado substantivo está relacionado com a dependência dos seres humanos tanto da natureza como dos seus semelhantes, no sentido da busca pelo sustento, na medida em que o ser humano sobrevive a partir da interação com outros seres humanos e com o meio ambiente natural. A economia substantiva comporta dois níveis inseparáveis: “a interação entre o homem e seu entorno [meio ambiente] e a institucionalização do processo” (*ibid*, p. 104), através do qual se buscam os meios para satisfazer as necessidades materiais, em que “o material são os meios e não as necessidades” (POLANYI, 1994, p. 92).

O significado formal, por sua vez, afirma Polanyi, tem origem completamente diferente, porque não parte da busca dos meios para suprir as necessidades humanas, mas parte de uma relação puramente formal, de lógica matemática e desumanizada, entre meios e fins, em que o objetivo é “obter o máximo resultados dos próprios meios” (POLANYI, 1994, p. 92). Está impresso nessa afirmação, segundo Polanyi, o sentido de maximizar, popularmente conhecido como economizar.

Polanyi considera que a fusão destes dois conceitos põe em prática o que denomina de falácia³⁷ econômica, “que consiste na tendência a identificar a economia humana com a sua forma de mercado” (POLANYI, 1994, p. 93), ou seja, contemplando apenas a definição de escassez, enquanto o aspecto substantivo é excluído. Houve, portanto, um processo de monopolização, em termos semânticos, do termo econômico no sentido de escassez, quando se fez a fusão, num mesmo conceito, desta noção com a da satisfação das necessidades materiais. O significado do termo econômico apenas baseado na escassez só é justificável e racional onde a economia de mercado, na qual não há limites para a riqueza, prevalece como sistema econômico. Entretanto, a

³⁷ “Falácia é uma armadilha enganosa resultante de um erro lógico” (LISBOA, 2000, p. 2).

exemplo do que faz Aristóteles quando desvenda a falsidade do versículo de Sólon, Polanyi reafirma que a verdadeira riqueza são as coisas necessárias e não as excedentes:

As verdadeiras riquezas de uma família e de um Estado são as coisas necessárias para a vida que podem ser alcançadas e conservadas e as quais só são meios para um fim, e como todos os meios estão intrinsecamente limitados e determinados pelos seus fins. Na casa são meios de vida; na polis são meios para a boa vida. Os desejos e necessidades humanas, portanto não são ilimitados (POLANYI, 1994, 102).

Conforme interpreta Lisboa (2000, p. 2), Polanyi “nega que o sustento da humanidade suponha um problema de escassez”. Além disso, pelo fato de que na sociedade de mercado o objetivo passou a ser predominantemente o acúmulo de ganhos monetários, tornou-se difícil conceber qualquer outra forma de economia que não seja baseada nesse princípio (LISBOA, 2000). Entretanto, pelo rol de conseqüências geradas pelo desenvolvimento da economia apenas baseada no seu sentido formal, torna-se cada vez mais urgente desfazer o equívoco, não só semântico, mas também prático, restabelecendo o “lugar da economia” na sociedade como uma dimensão com a finalidade de busca do sustento humano. Ou seja, desfazer a inversão de que a economia no seu sentido formal é um fim, para voltar-se ao seu significado substantivo, como um meio. Isto é, restabelecer o “lugar da economia” na sociedade.

8 A Racionalidade Econômica

Em “Economia e sociedade”, Max Weber demonstra, através dos conceitos de “gestão econômica” e “ação economicamente orientada”, que além da formalização da racionalidade material (a busca dos meios de sobrevivência), a racionalidade econômica é também a instrumentalização de toda a vida em função de finalidades econômicas.

O conceito de ‘gestão econômica’ de Weber “significa (...) uma orientação *subjativa* primariamente econômica. (Subjetiva porque o que importa é a crença na necessidade da provisão, e não a necessidade objetiva desta [provisão])” (WEBER, 1999, p. 38). Dito de outro modo, ela tem um caráter mais administrativo, de modo que se baseia na necessidade de se ter uma provisão (poupança, reserva) não pela sua necessidade objetiva, certa (imediate ou futura), mas pela possibilidade subjetiva desta

necessidade (ela pode ser criada ou ocorrer de uma hora para outra), no sentido de formal e de escassez. “Uma gestão é *formalmente* ‘racional’ na medida em que a ‘previdência’ essencial em toda economia racional pode exprimir-se, e de fato se exprime em considerações de caráter numérico e calculável” (WEBER, 1999, p.52). Embora nem toda a ação racional possa ser chamada de “gestão econômica racional”, ela está ligada basicamente a dois aspectos: a) certas utilidades são desejadas pelas pessoas; b) as satisfações destes desejos se dão mediante determinadas provisões.

Com relação ao dinheiro, que em Aristóteles, Simmel e Polanyi é expresso como uma desmaterialização da riqueza, em Weber aparece como uma desmaterialização formalizante não só dos bens, como também das relações de trocas: “a forma em dinheiro representa o máximo dessa calculabilidade *formal* [no sentido de que] do ponto de vista técnico o *dinheiro* é o meio de cálculo econômico ‘mais perfeito’”, e a partir do qual o próprio conceito de ‘material’ adquire caráter *formal* (grifos originais) (WEBER, 1999, p. 52-53).

Weber constrói ainda o conceito de “ação economicamente orientada”, através do qual demonstra a “invasão” por parte da dimensão econômica de outras dimensões da vida, a partir do predomínio da racionalidade formal/instrumental. Ou seja, para ele a ação é “economicamente orientada”, na medida em que tiver como sentido a obtenção de alguma utilidade.

Diferentemente da uma gestão econômica, a ação “economicamente orientada”, não se restringe às trocas ou qualquer outra operação de cunho preferencialmente econômico. Uma ação “economicamente orientada” pode ser, por conseguinte, uma ação não necessariamente econômica, mas que considera o aspecto ou a “situação econômica”, como por exemplo, as guerras comerciais, guerras por recursos naturais, disputas políticas ou por poder. Há, portanto, uma instrumentalização da ação e da finalidade em função da finalidade econômica. Nesse sentido, as guerras, direta ou indiretamente, têm sempre motivação econômica, ou seja, são ações bélicas, mas que têm, de forma subjacente, finalidades econômicas e, conseqüentemente podem ser definidas como ações economicamente orientadas. “Toda a guerra é baseada em logro” (SUN-TZU, 1996; “A arte da guerra”). “[...] a arte da guerra será por natureza e de certo modo uma arte da aquisição” (ARISTÓTELES, 1988, p. 24). Da mesma forma, de acordo com Weber, toda a política racional serve-se também da orientação econômica em seus meios, ao mesmo tempo em que pode estar a serviço de fins econômicos. É o que Gorz (2003, p. 129), em sua análise, citando Thibaud, (1984),

assinala como uma inversão, referindo-se ao abismo que separa o pensamento liberal da ideologia liberal: “não se trata mais de procurar incluir a economia na sociedade, mas, ao contrário de ‘desenvolver políticas que incluam a sociedade na economia [38]’”. A ação “economicamente orientada” significa, portanto, a penetração de forma subjacente, de outros campos da vida pela economia.

A gestão econômica e a ação econômica, segundo Weber (1999), são fenômenos humanos; esses conceitos significam a impressão do aspecto humano nos objetos e nos processos econômicos, que “adquirem seu caráter como tais unicamente pelo *sentido* que neles põe a ação humana – como fim, meio, obstáculo ou resultado acessório” (WEBER, 1999, p. 37). A definição destes dois conceitos – ação “economicamente orientada” e “gestão econômica” –, a partir da elucidação do sentido conferido a eles pelos indivíduos, tem clara intenção em Weber, qual seja: a de revelar o equívoco da afirmação de que a economia é apenas um “meio”, sem considerar que ela foi subvertida e tornou-se um “fim”. “Se a economia significa algo, então na prática ela é a escolha previdente entre *fins* precisamente, ainda que se oriente pela escassez dos meios que parecem disponíveis e acessíveis para estes vários fins” (WEBER, 1999, p. 38). Neste sentido, a gestão econômica, é justamente “o grau de *cálculo* tecnicamente possível que ela realmente aplica”, o que Weber define como racionalidade formal, enquanto a racionalidade material é o grande grau de abastecimento de bens de determinados *grupos* de pessoas, mediante a ação social economicamente orientada por *postulados valorativos* que constituem o ponto de referência pelo qual este abastecimento é julgado (WEBER, 1999, p. 38).

Deste modo, a ação economicamente orientada representa a instrumentalização da ação em função de finalidades materiais e/ou econômicas, enquanto a gestão econômica representa uma racionalidade formal.

De acordo com Gorz (2003), esse processo surgiu, a partir da substituição da ordem tradicional por uma ordem formal, que ocorre com a inserção do dinheiro e do cálculo contábil, fazendo com que a racionalidade econômica se tornasse, acima de

³⁸ Isto pode ser observado claramente na realidade contemporânea e, como exemplo, nas campanhas eleitorais recentes, que mesmo não sendo definidas como ações econômicas, são recheadas de promessas de conteúdo e finalidades de inclusão da sociedade na economia – crescer economicamente; trazer verbas; estimular a produção; gerar empregos e assim por diante –, o que significa dizer que a política e a própria sociedade tornam-se, mais do que em qualquer outra época, uma espécie de subproduto da atividade econômica, evidenciando que a economia conceitualmente não é apenas “meio”, mas também – nas práticas acima descritas – ela é o “fim”.

tudo, uma variação da racionalidade formal, conforme explicam Mannheim (1962) e Horkheimer (2002). Esta racionalidade posteriormente foi definida como racionalidade instrumental por Ramos (1989) e Gorz (2003) e, incorpora os conteúdos econômicos, tornando-os prioritários. Isto leva a crer que a racionalidade econômica é resultado do cálculo utilitário de conseqüências e das categorias da racionalidade instrumental/formal/funcional (eficácia, rendimento, desempenho). Como bem demonstrou Weber, ela não é a simples ânsia de lucro, pois para se ter êxito econômico é preciso calcular o custo e o ganho de cada ação e de cada operação (construir os meios para os fins determinados). As ações e as operações, por sua vez, só podem ser realizadas graças à racionalização do tempo e da cadeia de atos que configuram a produção, levando em conta as categorias instrumentais.

A racionalidade exposta nas sentenças *morais* e de *virtudes* de Benjamin Franklin, citadas por Weber, e a partir das quais ele identifica o seu significado oculto, que é a instrumentalidade, torna-se racionalidade econômica que se manifesta, portanto, como conseqüência lógica da racionalização da vida essencialmente instrumental. Instrumentalidade esta que é o espírito que impulsionou e orientou o desenvolvimento capitalista ocidental, resultando no industrialismo e no modelo racional orientado prioritariamente para finalidades econômicas, conforme as próprias conclusões de Weber. O cálculo utilitário de conseqüências transforma-se em cálculo de valores econômicos, como ganhos calculáveis contabilmente. Tempo torna-se dinheiro, solo torna-se dinheiro, capacidades tornam-se dinheiro, e chegamos a um limiar em que bom humor, alegria, saúde, e assim por diante, tornam-se dinheiro.

A racionalidade econômica é considerada por autores como Horkheimer, Habermas e Gorz, como uma variação da racionalidade instrumental/formal/funcional. Todavia, a racionalidade econômica, no processo histórico de desenvolvimento do ocidente e particularmente no que se refere ao capitalismo e ao industrialismo, tornou-se, com efeito, o conteúdo prioritário da racionalidade instrumental que passa a operar voltada predominantemente para fins econômicos. Assim, a racionalidade econômica pode ser definida como aplicação da racionalidade instrumental para finalidades de conteúdo predominantemente econômico. No que refere à caracterização deste conteúdo como sendo egoísta ou altruísta, pode-se afirmar que da mesma forma que no entendimento de Souto-Maior (1998) a racionalidade instrumental pode ter fins egoístas ou altruístas, coletivos ou individuais, os fins econômicos da racionalidade econômica podem ser qualificados como egoístas ou altruístas, sejam estes coletivos ou individuais.

Ou seja, o fato das finalidades serem econômicas não implica automaticamente que sejam egoístas e ou individuais embora aumente as possibilidades neste sentido.

Essa afirmação, portanto, significa, em parte, um desacordo com Souto-Maior quando ele, baseado em Simon (1981), afirma que é errôneo criticar a racionalidade instrumental e que o correto seria criticar a racionalidade econômica, que, sim, tem finalidades egoístas e individuais. Contudo, a crise da razão desvelada pelos autores discutidos nas sessões supra, merece sim as críticas axiomáticas recebidas, tanto pelo que representa a excessiva racionalização da vida (provocada pela predominância da racionalidade instrumental em detrimento de outras racionalidades), enquanto processo histórico e metodológico, como pelo conteúdo econômico que tomou conta dela. Nesse sentido, entende-se que qualquer crítica à racionalidade econômica não pode restringir-se ao seu conteúdo, mas passa também pela crítica a esta racionalização excessiva enquanto processo histórico e metodológico.

Se por um lado, conforme afirma Gorz:

A crise da Razão é a crise dos conteúdos irracionais, quase religiosos, sobre os quais se edificou essa racionalização seletiva e particular que é o industrialismo, portador de uma concepção do universo e de uma visão do futuro doravante insustentáveis (GORZ, 2003, p. 13).

Por outro lado, segundo Ramos (1989), a razão prescreve como os seres humanos deveriam ordenar sua vida pessoal e social, e na *sociedade moderna* esta opera predominantemente com base em critérios da racionalidade instrumental e de conteúdo econômico. Em outras palavras, a racionalidade instrumental produziu uma forma particular de racionalidade que é a racionalidade econômica, cujo fim é o funcionamento racional de sistemas de meios tendo em vista a acumulação (econômica) de mais meios com a finalidade do lucro (GORZ, 2003). O lucro, por sua vez, torna-se novamente meio que gera mais lucro, e assim por diante, colocando em prática as virtudes e a moral de Benjamin Franklin, em que dinheiro gera dinheiro. “[A partir disso] o ser humano se tornou senão uma criatura capaz do cálculo utilitário de conseqüências, e o mercado [a economia] o modelo de acordo com o qual a sua vida associada deveria organizar-se” (RAMOS 1989, p. 22). É o que Gorz (2003) intitula: do “isso me basta” ao “quanto mais, melhor”, que é a passagem de uma racionalidade de subsistência para uma racionalidade mercadológica. “As coisas mudam a partir do momento em que não produz mais para o autoconsumo, mas para o mercado” (GORZ,

2003, p.109), e as ações econômicas deixam de ser ações para suprir necessidades, tornando-se ações com finalidades econômicas, num ciclo em que a economia deixa de ser um “meio” para torna-se um “fim” em si mesma (grifos do original).

9 A Crítica à Racionalidade Econômica e ao Industrialismo

“É preciso racionalizar a própria racionalização (...)... [porque] a racionalização transforma-se no seu exato oposto” (grifo do original). Essa citação de Gorz parece extremamente adequada como crítica ao processo de racionalização da vida, em função da racionalização da produção até aqui discutida, assim como para iniciar uma crítica à razão econômica, tal como a empreendida por ele. Para Gorz, a crise da Razão é uma crise dos motivos e conteúdos irracionais, agora visíveis, da racionalização irracional. A utopia industrialista que prometia desenvolvimento e emancipação – oferecendo bem-estar, maior liberdade e autonomia, transformando o trabalho numa atividade autopoiética – encontra-se numa profunda crise, porque a racionalização instrumental da vida se tornou, em última instância, a racionalização econômica da vida. A partir da concepção de economia no seu sentido formal, “fez tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico e só mantém, entre os indivíduos, relações monetárias; entre as classes, relações de forças; entre o homem e a natureza uma relação instrumental” (GORZ, 2003 p. 28).

Segundo Gorz (2003), todo esse processo de racionalização formal/funcional, que não se restringe somente às fábricas, mas se estende para todos os demais âmbitos da vida, fez também a separação entre o trabalho do trabalhador e a sua personalidade. De acordo com Polanyi (2000), a economia formal separou o trabalho de outras atividades da vida, sujeitando-o às leis do mercado e aniquilando as formas orgânicas da existência, substituindo-as por uma organização atomista e individualista. Só assim foi possível a padronização não somente dos produtos, como também dos trabalhadores, levando ao que Gorz denomina de reificação (coisificação) do trabalho, do trabalhador e de todas as relações. “[A racionalidade econômica] vem ‘colonizar’, reificar e mutilar até mesmo o tecido relacional do qual dependem a integração social, a educação e a socialização dos indivíduos” (GORZ, 2003, p. 107). É o que Illich (1976) denomina de desnaturalização da natureza que constitui o desenraizamento do homem, a perda da

espontaneidade e a castração da sua criatividade. Essa desnaturalização ocorre na fase avançada da produção em massa, na qual a sociedade produz a sua própria destruição, na medida em que transforma o homem em matéria-prima, desintegrando-o e promovendo a degradação da natureza e a destruição dos laços sociais. Como observa Polanyi (2000, p. 61), “a produção é a interação do homem com a natureza”, e quando esse processo é submetido quase que exclusivamente ao mecanismo auto-regulador da economia de mercado, tanto o homem, como a natureza, tornam-se mercadorias e são tratados como bens produzidos para venda, num processo que transforma a substância natural e humana da sociedade em mercadorias. “O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra [e recursos naturais], foram colocados à venda” (POLANYI, 2000, p.162).

Esta racionalidade, por muito tempo, foi contida, não apenas pela tradição, mas também por outros tipos de racionalidade, finalidades e interesses que lhe impunham limites a não serem ultrapassados (GORZ, 2003). Contudo, como observa Weber, a redução da religiosidade e de uma série de outras crenças e tradições antigas, que foram deixadas para trás ou destruídas devido a uma inversão que colocou no seu lugar a produção de dinheiro como a finalidade última da vida, fez surgir inevitavelmente a burguesia dominada pela *racionalidade econômica*. “O capitalismo industrial só pôde desenvolver-se a partir do momento em que a racionalidade econômica emancipou-se de todos os outros princípios de racionalidade, para submetê-los a seu único domínio” (GORZ, 2003, p. 27). Da mesma forma, a indústria só pôde nascer graças à racionalização formal e, conseqüentemente, econômica do trabalho. O resultado dessa racionalização capitalista em sua funcionalidade é a transformação da natureza em algo sem vida, senão apenas fonte de recursos para sustentar a produção e, dos seus agentes, cujas faculdades são mirradas e mutiladas, tornando-se embrutecidos pelo trabalho, porque transformados em engrenagens funcionais sem vida, perdem a consciência reflexiva das próprias atividades exercidas (GORZ, 2003, p. 27). É a separação do trabalhador do fruto do seu trabalho em nome da conduta funcional, como observou Marx (2000).

Gorz, a exemplo de Mannheim, chama de funcional a conduta que é racionalmente adaptada a um fim, independentemente da intenção ou da consciência do agente que muitas vezes a desconhece.

A **funcionalidade** é uma racionalidade **externa** trazida a uma conduta pré-determinada e prescrita ao ator pela organização que o envolve. Tal conduta é a **função** que tem a desempenhar, sem discutir seus objetivos. Quanto mais ela se desenvolve, mais a organização tende a funcionar como uma máquina (grifos do original) (GORZ, 2003, p. 39).

É com base nesta funcionalidade que a racionalização econômica do trabalho foi além da organização da produção. Com base nos princípios da racionalidade instrumental, ela gerou, conforme Gorz, uma subversão do modo de vida, dos valores, das relações sociais e das relações com a natureza como jamais ocorrera antes, fazendo surgir um indivíduo alienado, não só no que se refere ao seu trabalho como também no que se refere às suas necessidades e ao seu consumo³⁹:

A racionalização econômica do trabalho venceu, portanto, a resistência das antigas idéias de liberdade e de autonomia existenciais. Fez nascer o indivíduo que, alienado em seu trabalho, também o será, obrigatoriamente em seu consumo e, finalmente, em suas necessidades (GORZ, 2003, p. 31).

“O preço que os homens pagam pela multiplicação do seu poder é a sua alienação daquilo sobre o que exercem o poder” (ADORNO e HORHEIMER, 2000, p. 24). Essa alienação foi, e é, condição necessária para o desenvolvimento e manutenção da racionalidade econômica que não poderia ser aplicada, nas palavras de Gorz, “quando o indivíduo é livre para determinar por si só o nível de suas necessidades e o nível de esforço que despense” (GORZ, 2003, p. 112).

Para Illich (1976), o indivíduo, uma vez modelado na mentalidade de consumidor-usuário, perde a capacidade de ver a perversão dos meios voltados para fins da manutenção da estrutura da produção industrial, assim como perde a noção tanto do necessário como do excessivo, agarrando-se à idéia de que o aumento do salário corresponde ao aumento do nível de vida. Conforme os preceitos da racionalização da vida em que o “meio” torna-se “fim”, o homem moderno não consegue conceber o desenvolvimento e a modernização em termos de redução senão como crescimento e consumo de energia, e de toda ordem de coisas, associando o grau de cultura com alto consumo. A ideologia da organização industrial, da instrumentalização, da

³⁹ De acordo com Gorz, o socialismo tentou reverter esse processo de alienação sem sucesso, pois a consciência reflexiva da sociedade continuou sendo uma *consciência externa, separada*, nas sociedades onde se empreendeu o socialismo, tal como nas sociedades capitalistas. Ou seja, a moral socialista apresentava uma semelhança muito grande com a ética protestante, com a diferença de que na ascese puritana a motivação estava na fé de que o trabalho servia para glória de Deus, enquanto no socialismo esta motivação estava na fé no próprio trabalho como forma de realizar o Plano representado pelo Partido.

produtividade estandardizada e da organização capitalista da economia, portanto, mina o equilíbrio qualitativo, estabelecendo bases quase que exclusivamente quantitativas, conforme observou Simmel (1903).

Dito de outro modo, conforme Gorz, na medida em que evolui a racionalização também ocorre a “eliminação do fator humano” e a sua substituição por um trabalhador programado, como uma exigência da racionalidade econômica e da racionalidade funcional/formal que, por sua vez, prescinde da consciência profissional dos trabalhadores, assim como de qualquer espírito de cooperação.

A tecnicização, a reificação, a monetarização das relações encontram sua âncora cultural nessa técnica de pensar cujas operações funcionam sem a implicação do sujeito e da qual os sujeitos, ausentes, são incapazes de dar conta de si mesmos (GORZ, 2003, p. 126).

A consciência desse trabalhador, em relação às suas atividades produtivas, passa a restringir-se à finalidade única de se obter um salário. “O que conta é o pagamento que cai no fim do mês”, conforme reza o dito popular. Esse é o universo da sua consciência, o trabalho e o salário como meios para o consumo. Surge assim o trabalhador-consumidor como duas faces indissociáveis de uma mesma categoria.

O trabalhador funcional que aceita ser alienado em seu trabalho porque suas possibilidades de consumo oferecem-lhe suficientes compensações, um tal trabalhador funcional só pode surgir caso surja, simultaneamente, como sua outra face, o consumidor socializado (GORZ, 2003, p. 52).

Este consumidor socializado e a contabilidade que opera com as noções de “mais” e de “menos”, mas que desconhece a noção de “suficiente” são as condições necessárias da expansão da racionalidade formal, levando a uma inevitável inversão, que é a do consumo sem limites estar a serviço da produção, também sem limites.

Entretanto, essa falta de limites ao consumo e à produção imposta pela racionalidade econômica, que impera pela falta de outras racionalidades é, com efeito, “caminhar em direção à desintegração completa da sociedade e à destruição irreversível da biosfera”. Conseqüentemente, sem outros critérios de racionalidade, a economia tem grande chance de “evoluir inexoravelmente em direção ao colapso” (GORZ, 2003, p. 129-131), ocasionado, principalmente, segundo afirma Illich, porque “o domínio do

homem sobre a ferramenta [⁴⁰] foi substituído pelo domínio da ferramenta sobre o homem” (ILLICH 1976, p. 23). Durante mais de um século a humanidade se desenvolveu baseando-se na hipótese de que a *ferramenta* poderia substituir o escravo, sem se aperceber, no entanto, que se tornava escrava da *ferramenta*. Neste mesmo sentido, para Horkheimer (2002), quanto mais inventamos artifícios para explorar e dominar a natureza, mais nós mesmos temos que nos submeter a esses artifícios de dominação e às próprias conseqüências que geram na natureza. É o que ele chama de revolta da natureza. Esse paradoxo se deve ao fato de se ter atingido níveis impensáveis de habilidade de instrumentalizar a ação humana, ao mesmo tempo em que é cada vez mais difícil recuperar a espontaneidade e o controle pessoal das próprias ações. “A instituição industrial tem uns fins que justificam os meios. O dogma do crescimento acelerado justifica a sacralização da produtividade industrial à custa da convivencialidade [⁴¹]” (ILLICH 1976, p. 25).

Esta industrialização, por sua vez, provoca sua própria instabilidade pelo fato de que se desenvolve sobre perspectivas de racionalização (materializando inclusive valores) e crescimento indefinidos, ocasionando, e ao mesmo tempo ignorando, tanto a degradação social como a degradação ambiental. Illich (1976), citando Ehrlich, afirma que a única esperança da humanidade, no que se refere ao controle da crise ambiental e da miséria, é uma mudança cultural que passe pelo controle populacional aliado a uma redução do consumo, este último com conseqüências diretas sobre a concepção de produção industrial. Illich é crítico do que ele chama de remédios milagrosos, que pretendem conjugar desenvolvimento industrial com sobrevivência em equidade, e afirma que é ilusório esperar que a ação humana instrumentalizada possa caminhar nessa direção. Ao contrário, diz que a restauração de um equilíbrio ecológico, que entendemos como equilíbrio socioambiental, “depende da capacidade do corpo social para reagir contra a progressiva materialização dos valores, na sua transformação em áreas técnicas” (ILLICH 1976, p. 69).

Ou seja, sem a libertação da jaula da instrumentalização e da racionalidade econômica, ou como define Weber (1996), uma prisão gerada pelo mecanicismo sem

⁴⁰ Illich usa o termo “ferramenta” como uma categoria que abrange todos os instrumentos da ação humana e no sentido de “meios” racionais, justificados pelos fins do industrialismo, num sentido coerente com a racionalização supra.

⁴¹ Por convivencialidade, Illich entende o inverso da produtividade industrial. Ele afirma que “a passagem da produtividade para a convivencialidade é a passagem da repetição da carência para a espontaneidade” (ILLICH, 1976, 25).

espírito, torna-se impossível restabelecer o equilíbrio socioambiental, pois o desequilíbrio no qual a humanidade e o Planeta se encontram hoje é um dos produtos da humanidade racionalizada e dominada pelo economicismo. É o que Polanyi (2000) observa como a subordinação do homem e da natureza aos mecanismos da economia de mercado, que alienam o homem em relação à consciência de que sociedade e natureza fazem parte de um todo articulado. O primeiro passo, portanto, para restabelecer esse equilíbrio é o reconhecimento de que só a humanidade pode fazê-lo, a partir da recuperação de sua consciência. E só o fará se resgatar outros critérios de racionalidade que não seja a instrumentalização e o economicismo, gêneses de grande parte dos problemas contemporâneos, tais como a degradação da qualidade de vida, a poluição, o desperdício, a exaustão dos recursos naturais, a pobreza (RAMOS, 1989). Portanto, critérios substantivos, diferentes daqueles da racionalidade social essencialmente voltada para valores de cunho economicista e utilitarista que sustenta, conforme observa Leff (2001), todos os âmbitos da organização social: do modelo de produção e de consumo até ao próprio Estado.

CAPÍTULO III

ENSAIOS DE RACIONALIDADE SUBSTANTIVA

1 Introdução

Não obstante a consagração da sociedade ocidental como uma sociedade que se desenvolveu profundamente baseada nos critérios da racionalidade instrumental, transformada em racionalidade econômica e em economia formal (não necessariamente nessa ordem), tem havido tentativas de expandir práticas e conceitos que resgatam a economia no seu sentido substantivo. No universo destas práticas citamos no início deste trabalho uma série de iniciativas enquadradas no conceito de socioeconomia e economia solidária, assim como a própria Economia de Comunhão (EdC) da qual trataremos mais adiante. No plano conceitual, alguns autores ensaiam proposições de uma racionalidade de base substantiva. Dentre os quais, destacam-se, para fins da análise aqui empreendida, Ramos (1989), Leff (1986, 1993, 2001) e Bruni (2002 e 2005).

Ramos (1989), pensando em termos de teoria organizacional, resgata o conceito de racionalidade aristotélico e referente a valores de Max Weber, a partir dos quais propõe um conceito de racionalidade substantiva, que acredita ser mais sadio que o conceito de racionalidade instrumental predominante na teoria organizacional vigente. Leff, por sua vez, propõe o conceito de racionalidade ambiental como uma forma de incluir esse aspecto nas análises da ação social produtiva. Por fim, Bruni (2002), a partir de suas observações e compreensão sobre as experiências das empresas de EdC, constrói um primeiro ensaio do que denomina uma “racionalidade capaz de comunhão”. Essas proposições não devem ser analisadas como tentativas de construir um conceito sem reflexo no mundo-da-vida⁴², mas, como esforço de resgatar dimensões menos

⁴² O conceito de mundo-da-vida é formulado por Habermas e consiste numa separação dos três aspectos do universo da existência do mundo dos sujeitos: um mundo objetivo, um mundo social e um mundo subjetivo (HABERMAS, 1994).

valorizadas e menos evidenciadas na dinâmica social-produtiva e na teoria social e organizacional.

A importância destes três ensaios consiste no fato de que o primeiro, de Ramos (1989), é uma tentativa de resgate daquela dimensão racional que dá o caráter de reflexão crítica e julgamento ético e político e que foi sucumbida pelo processo formalizante da economia de mercado e da racionalidade instrumental, que, em termos metodológicos, é categoria de análise fundamental deste trabalho. O segundo ensaio, formulado por Leff (2001), é a dimensão ambiental, essência desta tese, colocada como critério de racionalidade com interfaces ora instrumental, ora substantiva. O terceiro ensaio refere-se diretamente ao campo empírico desta investigação. É, portanto, a tentativa de retratar algumas características da EdC como constituintes de um tipo de racionalidade específica e essencialmente substantiva.

2 Razão Substantiva – Guerreiro Ramos

De acordo com Ramos (1989), Weber, ao distinguir a racionalidade instrumental (funcional) e a racionalidade de valor, sugere que tanto uma como outra poderia servir de referência teórica, embora em a “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” ele tenha feito, sobretudo, uma análise a partir da racionalidade instrumental (funcional). A racionalidade de *valor*, definida por Weber (1999) como aquela cujas ações se dão independentemente dos resultados esperados, porque são baseadas em valores absolutos tais como a ética, a estética e a moral, é denominada por Mannheim (1962) como racionalidade substancial. Para Mannheim, a racionalidade substancial são os atos de pensamento que revelam percepções inteligentes das inter-relações dos acontecimentos e de determinadas situações, enquanto a racionalidade instrumental (funcional) é concebida como uma série de medidas organizadas de forma a levar a um objetivo previamente definido. Entretanto, Mannheim, a exemplo de Weber, não aprofunda a análise da racionalidade substancial tal como o faz em relação à racionalidade instrumental (funcional) (talvez porque ambos não encontrem lastro na realidade empírica, na qual predomina a racionalidade instrumental), preferindo basear-se, sobretudo, na racionalidade instrumental (funcional) para suas análises. O mesmo ocorre com a teoria crítica da Escola de Frankfurt que, com exceção dos trabalhos de

Habermas, fundamenta-se prioritariamente na noção de racionalidade instrumental (formal-funcional-subjetiva). Entretanto, Weber, Mannheim, Horkheimer e Adorno, ao desenvolverem a noção da racionalidade instrumental como descritiva da racionalidade predominante na sociedade, não negligenciam a racionalidade substantiva, mas justamente a tem como ponto de referência para a crítica que fazem à sobreposição da racionalização instrumental em relação a outras racionalidades presentes na sociedade.

Ramos, contudo, baseando-se em Weber, tenta resgatar a noção de racionalidade substantiva, não só como categoria de análise ou como contraponto para a crítica da racionalidade instrumental, mas como critério de transformação social. Para ele, tanto a racionalidade instrumental (funcional) como a racionalidade substantiva são categorias fundamentais de duas concepções distintas da vida humana. Esta última, ele alude, a título de especulação, “poderia ser formulada com base naquilo que Weber não disse, mas que provavelmente diria se tivesse vivido nas presentes circunstâncias históricas”. Segundo Ramos, do ponto de vista de Weber, “os valores adotados por uma sociedade são, eles próprios, critérios indicadores daqueles pontos que são importantes para aquela forma particular de vida humana associada, durante certo período histórico” (RAMOS, 1989, p. 25). Focalizar esses valores, portanto, não tira absolutamente o caráter de neutralidade da ciência, senão apenas quando esta emitir algum julgamento de valor.

Essa posição de Weber, segundo Ramos, mereceu críticas de autores como Voegelin (1952) e Strauss (1953), para os quais é impossível fazer uma análise objetiva de valores (RAMOS, 1989, p. 26). Entretanto, continua Ramos, “Weber viveu num contexto histórico em que a racionalidade formal ou funcional substituía amplamente a racionalidade substantiva como o principal critério de ordenação dos negócios políticos e sociais” (RAMOS, 1989, p. 26), motivo pelo qual não se construiu uma ciência social com base na noção de racionalidade substantiva. O que denota, com efeito, absoluta coerência, já que em Weber, o conceito de racionalidade é um conceito analítico. Isto é, meio para abstrair da ação e da relação social os seus significados explícitos e subjacentes, como as motivações que culminam nas ações e as próprias relações sociais. Portanto, não se trata de um conceito sem lastro na realidade, mas justamente o contrário, ele é desenvolvido a partir de fenômenos sociais vislumbrados no mundo-da-vida.

A questão que preocupa Ramos, porém, é se no seu contexto histórico (segunda metade do século XX) a razão substantiva poderia ser uma categoria essencial para pensar as problemáticas sociais e políticas. Ele tenta, a exemplo de alguns autores da

Escola de Frankfurt, restabelecer a razão como uma categoria ética. Para tanto, parte da concepção aristotélica de razão⁴³, segundo a qual a razão é uma característica *sui generis* do homem, que é, por conseguinte, um “animal político” dotado de percepção das suas atividades racionais e de sua psique. Resulta também e do contexto histórico-cultural que, no seu entendimento, constitui o elemento distinto de uma teoria substantiva da vida humana associada, pelo fato de que essa faculdade racional, por um lado é *configurada* por uma época e por uma cultura e, por outro lado, deve transcender a *configuração* e a determinação social imposta particularmente, deixando prevalecer a determinação do ser racional enquanto ser político no sentido aristotélico.

Nesse sentido, Ramos afirma:

Pelo exercício da razão, e vivendo de acordo com os imperativos éticos dessa razão, o homem transcende a condição de um ser puramente natural e socialmente determinado, e se transforma num ator político. A definição que Aristóteles deu do homem como um ‘animal político’ (zoon politikon) só é compreensível à luz desse entendimento. (...). No domínio político, o homem é destinado a agir por si mesmo, como um portador da razão no sentido substantivo (RAMOS, 1989, p. 28-30).

Esta concepção de homem político, cuja consciência crítica é altamente desenvolvida sobre as premissas de valores substantivos presentes em seu dia-a-dia, Ramos (2001) denomina de “homem parentético”. Conforme o autor, o conceito deriva da noção de Husserl de “suspensão”, de estar “entre parênteses”, e segundo a qual, “a atitude ‘crítica’ suspende ou põe ‘entre parênteses’ a crença no mundo comum, permitindo ao indivíduo atingir um nível de reflexão conceitual e, portanto, de liberdade” (RAMOS, 2001, p. 06).

Aristóteles, segundo Ramos, tinha a percepção de que na medida em que os “interesses práticos constituem o único critério para as ações humanas, não existe nenhuma vida política”. É o que Ramos denomina transavaliação social, que ocorre a partir da transavaliação da razão. A transavaliação da razão consiste na transformação

⁴³ Aristóteles primeiro define o homem como um animal, situando-o numa grande classe genérica (a classe dos animais), e em seguida lhe dá uma característica própria e exclusiva que o distingue de todos os demais animais, que é a razão (DURANT, 2000). A razão no sentido aristotélico, portanto, pode ser definida como a característica atribuída ao homem, como o que o difere dos demais animais, a sua característica exclusiva (ARISTÓTELES, 2000; LOCKE, 2000; LEIBNIZ, 2000; KANT 2000). Esses pensadores, segundo Ramos estavam preocupados com a característica *sui generis* do homem. “*Essa característica é a percepção que o homem tem da atividade da razão em sua psique*” (RAMOS, 1989, p. 28).

dos “meios” em “fins” e na incapacidade de julgá-los ética, estética e moralmente, senão apenas pela sua instrumentalidade e funcionalidade. A transavaliação social é a separação da atividade social da atividade política e a perda dos seus valores intrínsecos, privilegiando apenas seus aspectos instrumentais e transformando a ação social em apolítica resignada a processos autômatos. Na medida em que os padrões e critérios socialmente estabelecidos regem a existência humana em seu conjunto, a sociedade torna-se o único mentor do ser humano, que, por sua vez, é reduzido a uma criatura capaz de cálculo e, conseqüentemente, incapaz de distinguir entre o vício e a virtude (RAMOS, 1989). Sob os critérios da razão instrumental (formal-funcional) o domínio social prevalece sobre o homem, tornando-o exclusivamente um ser social, sob a forma de um agente econômico, produto da racionalização, em detrimento do ser político. O indivíduo dominado socialmente tornou-se incapaz de raciocinar porque é esmagado pela vida racionalizada e pelo conhecimento abrangente, que está além da sua capacidade (SIMON, 1973, segundo RAMOS, 1989).

A razão substantiva é, portanto, a razão do homem como ser político “que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas” (RAMOS, 1989, p. 51) e suas ações constituem uma forma ética de conduta. A concepção de uma racionalidade substantiva é o reconhecimento de que os elementos éticos, morais e estéticos – entre outros valores – são critérios ponderáveis e vão influenciar, dando sentido, qualificando, tipificando, peculiarizando ou alegoricamente *configurando* a ação social, transformando-a em ação sociopolítica consciente. A racionalidade substantiva, portanto, como a capacidade de ponderação de critérios de valor e não de racionalização funcional, porque sob os critérios da racionalidade substantiva, “os seres humanos são levados a agir, a tomar decisões e a fazer escolhas, porque causas finais – e não apenas causas eficientes influem no mundo em geral”. Portanto, a razão substantiva é aquela que capacita os seres humanos a compreenderem a história e a própria condição humana (RAMOS, 1989, p. 51).

Por esse motivo, de acordo com Ramos (1989), a reversão da transavaliação da razão e conseqüentemente da transavaliação social, implica, ainda, uma reversão epistemológica, na medida em que a análise da sociedade moderna seja feita a partir do conceito de racionalidade substantiva e de critérios de valor, ao invés de ser feita a partir do conceito de racionalidade instrumental e de seus critérios (eficácia, rendimento e desempenho) como se tornou comum. O conceito de economia certamente seria outro, assim como o próprio conceito de progresso e desenvolvimento, desfazendo a inversão

denunciada pela Escola de Frankfurt e por outros autores como Gorz, Ilich e Morin, provocando também a reversão da transavaliação social.

Guerreiro Ramos, embora se baseie muito em Weber, constrói um conceito de racionalidade substantiva que vai além da proposição weberiana. Weber propõe o conceito de racionalidade como uma categoria de análise, ou seja, como uma espécie de óculos que permite enxergar determinada realidade e suas peculiaridades, o que retrata a ação social. É assim que o pensador alemão caracteriza a ação social e econômica dos puritanos: como uma ação social que tem um fim claro, em função da qual eles passam a viver. Já em Ramos, essa categoria analítica transforma-se em um instrumento de ação e planejamento social. O objetivo principal de Ramos é justamente o de propor um “conceito de racionalidade mais sadio”. Ramos está em busca não apenas de categorias de análise, mas de *critérios de intervenção* no mundo. A sua preocupação é construir critérios mais saudáveis para o planejamento de sistemas sociais, no qual o termo saudável quer dizer incluir as múltiplas dimensões do humano. Ramos acreditava que uma teoria substantiva das organizações poderia influir nos sistemas sociais, possibilitando uma vida mais sadia para o ser humano, via intervenção política, antecipando inclusive o debate ambientalista nesse sentido. Ele denuncia que os sistemas sociais estavam sendo planejados apenas com os critérios da racionalidade instrumental, o que gera sérios problemas para a vida humana em sociedade, tais como problemas psicológicos e sociais (individualismo, alienação, desintegração, eliminação da cooperação e da solidariedade) e degradação socioambiental (desigualdade social, degradação ambiental).

A importância da formulação de Ramos está justamente no fato do autor resgatar e tentar estabelecer critérios para a ação humana a partir da formulação de um conceito de racionalidade substantiva. Entretanto, esse conceito só faz sentido se tiver lastro no mundo-da-vida. Da mesma forma que não se pode afirmar que o fato dos sistemas sociais serem planejados e desenvolvidos com base em critérios predominantemente instrumentais se deve à existência de um conceito de racionalidade instrumental, também não é possível afirmar que a falta de critérios mais substantivos nos sistemas sociais se deva à não existência de um conceito construído com base em critérios mais substantivos. O critério instrumental, com bem demonstrou Weber, e como pode ser observado ainda hoje, sempre foi predominante no sistema capitalista. Entretanto, isso não quer dizer que não haja outros critérios mais substantivos ou axiológicos de racionalidade na sociedade. Existem muitos trabalhos que demonstram, a partir de

experiências sociais diversas, que esses critérios, embora não sendo predominantes, fazem-se presentes na ação social. Essas experiências, contudo, não se devem à existência de conceitos que as caracterize e as retrate. Por outro lado – e não é possível precisar em que medida – a expansão dessas experiências depende em parte de conceitos precisos que as definam, como tem se tentado fazer com experiências de Economia de Comunhão e de Economia Solidária. Todavia, são conceitos com natureza epistemológica que uma vez definidos passam a servir tanto para os agentes da experiência – empresários e trabalhadores – como para os analisadores, como parâmetros e modelo, expandindo-se e se tornando uma espécie de "senso comum". E nisso reside a grande contribuição de Ramos, no sentido de construir uma teoria que contempla tanto a racionalidade instrumental como a racionalidade substantiva, cujo objetivo é expandi-la a ponto de se tornar base para o planejamento e desenvolvimento dos sistemas sociais, embora lhe faltasse o lastro empírico⁴⁴.

A discussão epistemológica sobre o enquadramento do conceito de racionalidade como uma categoria que, além de instrumento analítico, constitua-se em proposta ideológica ou conjunto de postulados ou ainda propostas de sociedade (como é o caso das experiências acima mencionadas) é algo que se está por fazer na literatura e não responde aos objetivos desta tese. Entretanto, a título provocativo e especulativo, poder-se-ia compará-lo ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é essencialmente uma proposta de sociedade sustentável nas suas várias dimensões. O conceito de racionalidade – instrumental ou substantiva – só pode ser extraído de uma realidade social, da ação social e de suas peculiaridades, como fez Weber. Ele serve de diagnóstico parcial dessa mesma realidade. Diz-se parcial, porque a sociedade é vista a partir de um olhar: o da racionalidade. O conceito de desenvolvimento sustentável, ao contrário, pode servir de categoria de análise, mas as suas propriedades metodológicas são outras, porque enquanto não tiver se tornado realidade, ainda se mantém como um conceito unicamente teórico-utópico sem lastro. O desenvolvimento sustentável é uma proposta de sociedade essencialmente substantiva a ser implementada, e a sua importância é inegável como marco fundamental e referência para todo o movimento ambientalista, assim como para a racionalidade personificada por este movimento⁴⁵.

⁴⁴ Embora sem citar Ramos, Boaventura de Sousa Santos também propõe algo parecido, “da ciência moderna ao novo senso comum” (SANTOS, 2000).

⁴⁵ Essas reflexões são resultados das discussões com Maurício C. Serafim, pesquisador de EdC, e conhecedor de Guerreiro Ramos. Embora discorde do Maurício em muitos pontos sobre a proposição de

3 Racionalidade Ambiental – Enrique Leff

Leff (2001), baseando-se principalmente nas tipologias de racionalidade formal (instrumental) e de valor (substantiva) de Max Weber e numa perspectiva construtivista, formula o ensaio que denomina racionalidade ambiental. Segundo suas próprias palavras, “a construção desta *racionalidade ambiental* aparece como um processo de produção teórica, desenvolvimento tecnológico, mudanças institucionais e transformação social” (grifo original) (LEFF, 2001, p. 110). Além disso, de acordo com este autor, a construção da racionalidade ambiental é um processo que passa pela reforma do Estado, pela incorporação de normas ao comportamento econômico, e pela internalização das externalidades ambientais. Estas ações não devem ocorrer, porém, com base apenas nas regras do mercado, mas também com base em valores éticos, estéticos e morais, na legislação ambiental e nos procedimentos de gestão, de prevenção e controle da poluição nos processos sociais e produtivos.

A racionalidade ambiental, personificada pelo movimento ambientalista e pela própria problemática ambiental, segundo Leff, é um movimento contrário à razão baseada apenas no cálculo econômico como critério predominante da racionalidade social; ela expõe fundamentalmente as contradições entre a lógica da racionalidade econômica e do processo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e a sustentação desse desenvolvimento pela natureza. A racionalidade ambiental, a exemplo da formulação de uma racionalidade substantiva feita por Ramos (1989), “questiona as teorias sociais que legitimaram e instrumentalizaram a racionalidade social prevaiente e defende a necessidade de elaborar novos paradigmas de conhecimento para construir *outra realidade social*” (grifo original) (LEFF, 2001, p. 146). Ela surge tanto a partir do “paradigma ambiental” nas ciências de modo geral, comportando mudanças nas regras metodológicas e epistemológicas, como pela influência nas “formações ideológicas, sistemas de valores, crenças, conhecimentos e práticas produtivas, sobre os diferentes processos e elementos – naturais e sociais – que constituem o ambiente, suas relações e seus potenciais” (LEFF, 2001, p. 144).

A racionalidade ambiental, na concepção de Leff, “surge assim, como um conjunto de processos de racionalização com diferentes instâncias de racionalidades que

Ramos, principalmente sobre a natureza epistemológica do conceito de racionalidade substantiva, é preciso ressaltar que muitas das idéias acima são dele ou resultado do diálogo feito com ele.

conferem legitimidade à tomada de decisões com respeito à transformação da natureza e do uso dos recursos” (LEFF, 2001, p. 134). Leff distingue esses processos de racionalização em cinco tipologias constituintes e inerentes do processo de construção da racionalidade ambiental: a racionalidade substantiva; a racionalidade ambiental teórica; a racionalidade ambiental técnica ou instrumental; a racionalidade ambiental cultural e a racionalidade ambiental econômica.

A racionalidade ambiental cultural: na concepção de Leff (2001, p. 134), implica reconhecer a diversidade étnica e suas relações com o meio ambiente e “não é apenas um argumento a mais da racionalidade substantiva, e sim constitui também um princípio que normatiza toda a racionalidade instrumental”. Essa afirmação de Leff é pertinente em termos de conteúdo cultural, na medida em que considera que cada cultura é constituída tanto por critérios de lógica instrumental como de lógica substantiva e que ambos podem ser aproveitados no processo de gestão ambiental. Entretanto, é bastante discutível no que se refere aos seus aspectos lógicos e metodológicos, pois transforma a cultura em aspecto da racionalidade e não o contrário. São as culturas que contêm as racionalidades e não as racionalidades que contêm as culturas. Portanto, seguindo o modelo weberiano, não é possível falar em uma racionalidade cultural, mas na presença ou preponderância da racionalidade instrumental, substantiva, ou outra, na cultura.

A racionalidade ambiental econômica concerne aos processos de transformação da natureza, os usos dos seus recursos, bem como sua gestão. Portanto, uma racionalidade ambiental econômica responde pela concepção de novos processos produtivos, que não devem estar baseados apenas na racionalidade instrumental como se consagrou na racionalidade econômica capitalista. A racionalidade ambiental econômica deve aproveitar a racionalidade instrumental, incorporando no processo mercadológico, o chamado “potencial ambiental”, que nada mais é que, além de produzir respeitando e preservando a natureza, desenvolver um mercado para produtos “ecologicamente corretos” que ganham notoriedade a partir do apelo ético e moral, apostando, portanto, também na existência de um “suporte” da racionalidade substantiva. Além disso, embora Leff não chegue à esta concepção, poder-se-ia acrescentar que uma racionalidade ambiental econômica, incorpora a orientação subjetiva da gestão econômica, tal como propõe Weber, cujo princípio é a provisão (no sentido de poupar, conservar a natureza e não a dilapidação imediata), baseando-se num

pensamento de longo prazo e de caráter essencialmente administrativo fundado na noção de previdência intergeracional.

A *racionalidade ambiental teórica*, nas próprias palavras de Leff, “apresenta-se como uma produção conceitual orientada para a construção de uma racionalidade produtiva alternativa” (LEFF, 2001, p. 132). Nesse sentido, embora não esteja claro na proposição de Leff, podem ser destacados dois aspectos fundamentais: o surgimento da problemática ambiental, enquanto processo sócio-político que dialoga com os processos econômicos, produtivos, de produção tecnológica e de conhecimento; e o surgimento da ideologia ambiental, presente no movimento ambientalista e na sociedade civil organizada de modo geral. Esse dois aspectos dão legitimidade e suporte à construção de uma racionalidade produtiva alternativa que leve em conta a articulação entre a ecologia e a cultura, a partir das quais são desenvolvidas as tecnológicas e as práticas científicas e os próprios processos produtivos, conforme propõe Leff. A racionalidade ambiental teórica fornece, portanto, o aporte para um desenvolvimento alternativo, baseado numa racionalidade produtiva alternativa. Embora Leff não cite, uma racionalidade produtiva traz inerente ao seu desenvolvimento uma racionalidade de consumo que, na racionalidade capitalista tem efeitos tão perversos sobre o homem e sobre a natureza como o próprio processo produtivo, conforme afirmam autores como Mannheim, Horkeimer, Gorz e Illich.

A *racionalidade técnica ou instrumental* é aquela que, de acordo com Leff (2001, p. 133), “estabelece os meios que conferem sua eficácia à gestão ambiental, incluindo as tecnologias ambientais e ecotécnicas, as ordenações jurídicas, os instrumentos legais, e os arranjos institucionais das políticas ambientais...”. O autor apóia-se, em termos teóricos, no conceito de racionalidade instrumental e, em termos práticos, no aparato técnico, legal e institucional, desenvolvidos como meios regulatórios de proteção e reparação de danos ambientais e de prevenção e despoluição. A racionalidade instrumental contida em processos de gestão ambiental, segundo Leff, significa que a racionalidade social não é algo abstrato no tocante a essa questão, mas resulta de um conjunto de normas e ações sociais e governamentais, impedindo que a gestão ambiental fique à mercê apenas das leis de mercado.

A *racionalidade substantiva* é aquela a partir da qual emerge a consciência ambiental, assim como novos critérios, valores e princípios questionadores da racionalidade econômica. Segundo Leff:

Estes critérios, princípios e valores, devem ser sistematizados e operacionalizados por meio de conceitos, teorias e técnicas que os articulem com suas bases materiais (...), pela organização de políticas científicas, organização de movimentos sociais e estratégias políticas e a elaboração de instrumentos tecnológicos e normas jurídicas, que permitam sua tradução em processos produtivos alternativos para a gestão dos recursos ambientais das comunidades e um desenvolvimento sustentável em nível planetário (LEFF, 2001, p. 132).

Conseqüentemente, é o espírito que deve reger as ações que visem construir um desenvolvimento equitativo e sustentável. Nesse sentido, a racionalidade ambiental, tal como propõe Leff (2001), comporta tanto aspectos instrumentais como aspectos substantivos. Trata-se de uma tentativa de conjugar os aspectos formais da sociedade (o aparato estatal e a economia) com os aspectos substantivos desenvolvidos pelo ambientalismo. Leff fundamenta-se no fato de que no decorrer destes anos de reconhecimento da crise ambiental, por um lado, elaborou-se de forma heurística um conjunto de princípios morais e conceituais de base holística, democrática, participativa, cooperativa e intergeracional, que sustentam uma teoria alternativa do desenvolvimento e o próprio movimento ambientalista. Por outro lado, foram construídos diversos mecanismos e instrumentos sociais, institucionais, tecnológicos e políticos, em parte fundamentados nesses princípios e em parte incorporados na estrutura social, econômica, institucional, política e estatal vigente. Esses mecanismos são legais, institucionais, de políticas públicas, tecnologias de gestão, de prevenção e de despoluição, entre outros. A construção e operacionalização destes mecanismos na prática é um movimento de inserção do critério ambiental na racionalidade social e produtiva.

O caráter instrumental deste movimento resulta da operacionalização em termos de transformação social, na medida em que os critérios ambientais e sociais tornam-se ações e normas que influem no processo de desenvolvimento, sendo que estes critérios, com o tempo, ganham funcionalidade e se transformam em fenômenos cotidianos e culturalmente intrínsecos. Nas próprias palavras de Leff, trata-se de:

Uma racionalidade ambiental [que] não é expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de práticas sociais e culturais diversas e heterogêneas, que dão sentido e organizam os processos sociais por intermédio de certas regras, meios e fins socialmente construídos, que ultrapassam as leis derivadas da estrutura de um modo de produção (LEFF, 2001, p. 125).

Seu caráter substantivo resulta, por sua vez, do conjunto de normas e ações sociais que regulam e limitam as leis do mercado em relação ao uso da natureza, seja através do Estado e do seu aparato institucional, seja através da sociedade civil organizada e politizada. A racionalidade ambiental tem caráter substantivo, primeiro, quando é pensada enquanto processo político e de conscientização, submetendo o processo de desenvolvimento ao julgamento de valores absolutos (morais, éticos e estéticos); segundo, na medida em que a problemática ambiental é considerada em si uma problemática não só de ordem prática (exaustão de recursos naturais, extinção de espécies, saúde pública), mas também de ordem ética, moral e estética que envolve necessariamente processos sociais e políticos.

As formações teóricas e ideológicas, bem como as práticas do ambientalismo emergem [por um lado] com um **sentido prospectivo**, reorientando valores, [e por outro] instrumentalizando normas e estabelecendo políticas para construir uma nova racionalidade social (LEFF, 2001, p. 112).

É substantiva, ainda, quando a racionalidade ambiental não é nem somente uma racionalidade ecológica, que copia a lógica da natureza, nem somente uma racionalidade social, que a ignora. É substantiva, portanto, quando predomina a lógica da adaptação ao invés da lógica de dominação da natureza presente na racionalidade instrumental-econômica. A racionalidade ambiental é, assim, uma racionalidade da sociedade que conhece e respeita a natureza, porque os membros dessa sociedade, os seres humanos – políticos e conscientes –, se reconhecem como parte integrante da natureza, que é vista não apenas como recursos naturais, mas como cenário co-evolutivo⁴⁶.

A racionalidade ambiental, portanto, transita, ora na racionalidade substantiva, ora na racionalidade funcional-instrumental. É um “sistema de valores” de uma parte e um “sistema de normas, ações e relações de meios e fins” de outra. Nas palavras de Leff:

A racionalidade ambiental não pode ser definida tão-somente em termos de sua racionalidade substantiva, mas se funda em princípios materiais e em

⁴⁶ Ver: Davdson-Hunt, I.J. & Berkes, F. (2003) Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective. In: F. Berkes, J. Colding & C. Folke (Eds.) **Navigating social-ecological systems**. Building resilience for complexity and change. Cambridge: Cambridge University Press, p. 53-82.

processos produtivos que dão suporte aos valores qualitativos que orientam a reconstrução da realidade (LEFF, 2001, p. 132).

Com isto, Leff não afirma que vivemos já numa sociedade onde predomina a racionalidade ambiental, mas aponta elementos para demonstrar que a racionalidade ambiental ganha algum espaço na racionalidade social e produtiva a partir da inserção de novos critérios racionais encetados pela crise ambiental e pelo movimento ambientalista. Assim como toda a corrente de autores críticos ao utilitarismo econômico, Leff aborda a racionalidade ambiental em termos de conteúdo, como crítica e alternativa à racionalização da sociedade moderna, a partir da mudança de critérios socialmente construídos, nos quais a preocupação com o meio ambiente torne-se inerente ao processo de desenvolvimento. Ele acredita que a construção da racionalidade ambiental vai se dando na medida em que a questão ambiental ganha espaço na consciência social e influencia a produção tecnológica e de conhecimento, assim como, as dinâmicas populacionais e produtivas. Ou seja, a construção de uma racionalidade ambiental como um processo de produção teórica (racionalidade teórica) e de transformação social, constrói-se *pari passu* ao desenvolvimento de um processo sócio-político. Em suas palavras: “a construção desta *racionalidade ambiental* aparece como um processo de produção teórica, desenvolvimento tecnológico, mudanças institucionais e transformação social” (LEFF, 2001, p. 110).

Como produção teórica, mudança tecnológica e institucional entende-se a internalização não só de normas ecológicas e tecnológicas às teorias, mas também a incorporação dos aspectos socioambientais que contêm os conflitos sociais e políticos, e além da própria concepção de que sociedade e ecologia não estão em universos diferentes, no sentido de construir um “desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro” (ver Sachs, 1986 e 1993). Ademais, a construção de uma racionalidade ambiental passa necessariamente pelo rompimento de barreiras epistemológicas e institucionais e pela criação de novos métodos de pesquisa e produção de conhecimento, no sentido de contemplar as transformações e necessidades sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que a crise ambiental veio trazer.

A transformação social é entendida como aquela que se dá através de um processo sócio-político, no qual são resgatados os princípios da racionalidade substantiva, e a partir dos quais são incorporados novos valores (ou resgatados antigos) no sentido de desfazer as duas inversões fundamentais que Ramos (1989) denominou de

transavaliação social e da razão. Ou seja, por um lado, reverter a alienação do homem em relação ao seu meio e a si mesmo, resultante do processo de racionalização da vida, ocorrida no desenvolvimento capitalista e, por outro lado, desfazer a separação natureza e sociedade, promovida pelo Iluminismo e pelo paradigma ocidental de desenvolvimento, assim como as próprias desigualdades sociais maximizadas no modelo baseado numa economia de mercado.

A constituição de uma racionalidade ambiental, na medida em que integra processos de racionalidade substantiva e racionalidade instrumental, “passa por processos de desconstrução da racionalidade econômica dominante, bem como de transformação das instituições e dos aparelhos ideológicos que a sustentam e legitimam” (LEFF, 2001, p. 124). Passa também pela construção de um saber ambiental, “que emerge como uma consciência crítica e avança como um propósito estratégico, transformando os conceitos e métodos de uma constelação de disciplinas e construindo novos instrumentos para implementar projetos e programas de gestão ambiental” (LEFF, 2001, 126).

Leff absolutamente inaugura na discussão da problemática ambiental uma abordagem da racionalidade que até então era apenas citada de forma periférica tanto pelos autores do ambientalismo como pelos autores que debatem o enfoque da racionalidade. A crítica que recai sobre a sua formulação, entretanto, consiste no fato de que é expressa por meio de várias tipologias de racionalidade que apresentam definições pouco claras. A questão fundamental, porém, é que numa racionalidade ambiental, a internalização da dimensão ambiental nos processos de produção de conhecimento não deve seguir apenas a lógica instrumental da internalização das externalidades ambientais nos processos produtivos, (conforme propõe a economia neoclássica), mas também a lógica substantiva, como algo inerente. Leff afirma:

O saber ambiental, a partir de sua posição de externalidade ao desenvolvimento ‘interno’ das ciências, gera uma demanda de saber que repercute na orientação, desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos. O propósito de internalizar a ‘dimensão ambiental’ na teoria e prática da economia exige a implementação de políticas científicas e tecnológicas para produzir instrumentos eficazes para refuncionalização ecológica da racionalidade econômica... (LEFF, 2001, p. 140).

A questão central a ser evidenciada, portanto, é que o problema da *sociedade moderna* consiste justamente na não submissão do processo de desenvolvimento ao

juízo da razão substantiva, senão apenas à razão funcional-instrumental, como único critério a ser ponderado (Ramos, 1989). Foi esse desequilíbrio, materializado pela sobreposição da economia formal sobre a economia substantiva que gerou a crise da razão e, conseqüentemente, da sociedade moderna, cuja problemática socioambiental é um dos resultados mais expressivos. Portanto, cumpre resgatar nos processos sociais, produtivos e de produção de conhecimento, o juízo da razão substantiva, cujos valores devem ser incluídos como critérios extremamente importantes à discussão socioambiental.

A formulação de uma racionalidade ambiental consiste na identificação dos elementos substantivos e instrumentais que possam caracterizar a presença da dimensão ambiental como critério de racionalidade na sociedade. Ou seja, ela congrega tanto conteúdos substantivos, trazidos pela crise ambiental e pelo resgate do valor da natureza, como processos instrumentais vigentes na sociedade racionalizada. A atual problemática socioambiental é em si um forte argumento contra o modelo desenvolvimentista fundamentado na preponderância da economia formal, sendo também um apelo ao surgimento de uma sociedade regida pelo equilíbrio entre racionalidade instrumental e substantiva. Entretanto, justamente por esse ser um processo político, não se dará de uma hora para outra, nem sem o aproveitamento dos mecanismos existentes na sociedade racionalizada em termos funcionais e instrumentais. Esses mecanismos, que são o que Leff denomina de racionalidade técnica, devem ser utilizados a partir de sua submissão à racionalidade substantiva. A racionalidade ambiental, assim, não é apenas um aspecto da racionalidade substantiva como um valor da natureza. Ela é o resultado da conjugação de duas racionalidades complementares, a racionalidade técnica, como uma racionalidade funcional-instrumental, e a racionalidade teórica, como uma racionalidade substantiva.

4 Razão Capaz de Comunhão – Luigino Bruni

Para Bruni (2005), a racionalidade de comunhão é uma racionalidade de cooperação e de compreensão da interdependência recíproca, “substancialmente diferente da cooperação típica da economia dos mercados” (BRUNI 2005, p. 85). Numa racionalidade de mercado, o “racional” é muitas vezes não cooperar, porque pela lógica

de mercado a não cooperação é mais vantajosa individualmente, mesmo que coletivamente essa atitude possa representar prejuízo. Para demonstrar isto, Bruni (2005) se utiliza da *teoria dos jogos*⁴⁷, aplicada a uma situação de coleta seletiva de lixo onde os dois agentes têm a opção de cooperar ou não.

Seguindo o exemplo de Bruni (2005) e utilizando-se de *situações ideais*⁴⁸, no que se refere aos critérios instrumentais, econômicos e coletivos, constrói-se a seguir um exercício relativo às vantagens ou não da cooperação no que se refere a tratar ou não os efluentes lançados num rio. Ressalta-se que não se trata da construção de um axioma, mas apenas de um exercício lógico-dedutivo entre duas empresas fictícias. Assim, considerando duas empresas que agem apenas pela racionalidade instrumental com fins econômicos, e levando em conta apenas a questão da competitividade e do interesse individual em termos de custo de produção, a equação poderia ser descrita da seguinte forma: Se a primeira empresa fizer o tratamento, apostando que a outra também o fará, não terá vantagem alguma, assim como não terá a outra empresa, pois ambas continuaram em absoluta igualdade de condições em termos de competitividade. Se, ao invés, a primeira empresa não fizer o tratamento, apostando que a outra o fará, terá grande vantagem competitiva, já que não terá que incorporar nos seus produtos os custos do tratamento, enquanto a outra empresa terá este custo. Por fim, se a primeira empresa não fizer o tratamento apostando que a outra empresa também não o fará, manterá a igualdade de condições de competir.

A lição que se tira deste exercício é que, considerando apenas os aspectos de competitividade, levando em conta apenas os custos, tratar o efluente não representa vantagem alguma em nenhuma das situações, pois o máximo que se consegue é ficar em igualdade de condições se ambas decidirem tratar ou não tratar o efluente. Por outro lado, significa um risco, pois, se uma empresa decidir tratar o efluente e a outra não o fizer, a primeira ficará em desvantagem competitiva, devido ao custo de tratamento que

⁴⁷ A teoria dos jogos é um modelo abstrato e dedutivo que não descreve como as pessoas de fato tomam decisões, mas sim como procederiam ao tomarem decisões em situações competitivas se elas fossem inteiramente racionais. A base da teoria dos jogos são as decisões racionais tomadas de forma a antever o próximo movimento do concorrente (jogador) e a interdependência. O resultado depende do que os dois fizerem. Cada um tem que tentar prever como o outro se comportará. A teoria dos jogos é, sobretudo, aplicável nas relações internacionais em situações estratégicas (DYE, 1984).

⁴⁸ Situações ideais, tal como entendemos nesse caso é um modelo teórico construído a partir de fenômenos isolados da ligação entre eles sem que o tenhamos testado empiricamente (como prevê o modelo criado por Weber). Não se trata, portanto, de uma hipótese de algo encontrável na realidade, mas apenas um recurso metodológico para descrever e explicar a realidade. Também não é um tipo ideal desejável no sentido normativo, ou de ser uma referência, um modelo especial, mas apenas um tipo no sentido lógico que reúne características distintivas de um determinado agente ou grupo.

terá que incorporar, enquanto a segunda empresa não terá este custo. Portanto, o melhor cenário para qualquer uma das empresas é não tratar o efluente e apostar que a outra o fará, podendo, na pior das hipóteses, ficar em pé de igualdade competitiva, se a outra também não fizer o tratamento.

Evidentemente que nessa simulação não está contemplado o contexto coletivo, social, comunitário da empresa. Parte-se de uma situação ideal onde o único critério é a instrumentalidade, cuja finalidade é a vantagem competitiva e, conseqüentemente, econômica. Analisando a mesma situação pelo viés coletivo e da cooperação (racionalidade substantiva ou de comunhão), na qual são considerados os aspectos éticos, estéticos e morais da poluição do rio, também em termos de *tipos ideais*, tal como analisa Bruni (2005), teríamos uma situação completamente inversa: se a primeira empresa decidir tratar os seus efluentes, e a segunda empresa não o fizer, terá investido a sua parte e contribuído com 50% para não poluir o rio, proporcionado um ganho de 50% a ambas e à comunidade. Terá, portanto, o retorno do seu investimento na proporção que investiu, enquanto a outra empresa igualmente obterá ganhos sem, no entanto, investir, mas terá em contrapartida uma dívida com a outra empresa e com a comunidade. Se a primeira tratar os seus efluentes e a segunda igualmente o fizer, ambas terão investido 50% para não poluir o rio e proporcionado um ganho de 100% a todos. Portanto, ambas terão o retorno dos seus investimentos na proporção de 2 para 1, ou seja, em dobro, e ainda estarão sem qualquer dívida com a comunidade. Na terceira possibilidade, se ambas decidirem pelo não tratamento dos seus efluentes, não terão feito qualquer investimento, mas também não terão qualquer retorno e ainda ficarão com uma dívida com a comunidade e uma com a outra dos 50% que era de sua obrigação.

A primeira situação é a explicação simplificada das motivações e da lógica pela qual a conservação do meio ambiente sempre ficou fora do processo de desenvolvimento e do modelo produtivo ocidental. Obviamente, considerando sempre uma situação ideal de competição, na qual predominam os critérios da racionalidade instrumental e as finalidades econômicas (eficácia, rendimento e desempenho).

Não se ignora, porém, que numa situação real, outros critérios de racionalidade possam estar presentes (e estão), tais como valores pessoais dos empresários e da própria cultura da sociedade da qual faça parte (éticos, morais, estéticos, políticos, ideológicos...), o poder coercitivo e incentivador do Estado, e a própria pressão da

sociedade civil e dos *stakeholders*⁴⁹. Da mesma forma, não se pode negar que a cooperação é possível em termos instrumentais, baseada no princípio da troca. Isto é, que a cooperação seja condicional, com explica Bruni (2005). *Eu trato o efluente da minha empresa se você tratar o efluente da sua empresa*. Além disso, a cooperação em termos instrumentais pode surgir de uma necessidade imposta pela realidade. Ambos temos que usar a água do rio, portanto, isso só é possível se ambos não jogarmos o efluente poluído no rio. Basta que um não coopere, poluindo o rio, para que o outro também não possa usar a sua água. O problema é que nessas situações a cooperação durará sempre até que a condicionalidade seja rompida ou até que a necessidade de água deixe de existir para um dos agentes.

Na segunda situação, que é foco deste capítulo, se está considerando também uma situação ideal, na qual há o predomínio dos valores coletivos, como elementos fundamentais de uma racionalidade substantiva ou de comunhão. Da mesma forma, como na situação acima, é sabido que numa situação real, mesmo onde haja o predomínio de uma racionalidade substantiva ou de comunhão, estão presentes também outros critérios de racionalidade, como os da racionalidade instrumental (eficácia, rendimento e desempenho). Entretanto, o resultado do exercício, numa situação na qual houvesse predomínio dos critérios substantivos, poderia ser explicado pelo que Bruni (2002), define como a *não condicionalidade da reciprocidade ou a gratuidade*, que é um dos elementos fundamentais de uma racionalidade de comunhão.

Segundo Bruni (2002), a reciprocidade é geralmente entendida em economia como um elemento de condicionalidade. Realiza-se uma ação ou coopera-se, com a condição de que o outro também o faça. A questão que está posta é: será possível uma racionalidade na qual esteja presente a reciprocidade não condicional? Segundo Bruni em Hume (2000), está posta a seguinte equação: ajudo você, com a condição de que você me ajude. No modelo da *we rationality* de Hollis (1998) e Sugden, (1993) está equação aparece como: “ajudo você porque é meu amigo”, na qual a expressão “amigo” já indica outro fato precedente. Sendo amigos, conseqüentemente se é parte do mesmo grupo, da mesma comunidade, o que já pressupõe certa reciprocidade e condicionalidade. Numa racionalidade de comunhão, entretanto, argumenta Bruni (2002), há um elemento que transcende a reciprocidade no seu aspecto condicional. Trata-se da gratuidade em que a retribuição não é condição prévia nem necessária de um

⁴⁹ *Stakeholders* são todos os indivíduos ou grupos que exercem ou sofrem influencia sobre e pela organização.

comportamento, mas apenas desejável. Portanto, não é que não se espere a reciprocidade, porém esta deve ser algo livre numa dimensão do tempo, não condicionada: “numa perspectiva estática não se capta a dinâmica da reciprocidade ou como prefiro dizer, da *comunhão*. Se, de fato, num comportamento animado por uma racionalidade de comunhão não há uma *condicionalidade a priori*, existe, porém, *certa condicionalidade a posteriori*” (grifos originais) (BRUNI, 2002, p. 63). Ou seja, não há antes da ação a pretensão de que ela seja correspondida, mas há uma consequência da ação que pode resultar num ato recíproco. A ação é gratuita e desencadeia uma reação também gratuita, que se torna um ato recíproco. Em outras palavras, a reciprocidade não está em quem doa, mas em quem recebe. Portanto, o princípio da reciprocidade não é o de doar algo com a condição de receber outra coisa em troca. Esse é um princípio de troca. O princípio da reciprocidade é a gratuidade, a partir de um valor *intrínseco* motivador que porta na sua natureza a liberdade de que um ato gratuito torne-se recíproco.

Nesse sentido, voltando ao exercício acima, o tratamento de efluente na empresa não é feito com a condição de que outras empresas também o façam, mas porque há a convicção de que se pode e se deve fazer a própria parte (motivado por uma obrigação ética ou moral, a partir da qual a conservação do meio ambiente é um valor *intrínseco*). Segundo Bruni, essa seria uma atitude diversa daquela baseada na racionalidade econômica, porque “respeita o ambiente, paga os impostos ou constrói a sua casa respeitando as diretrizes do plano diretor (...), porque para a pessoa, esses comportamentos são *valores*, porque lhe dão uma recompensa *intrínseca* e não só instrumental” (grifo original) (BRUNI 2005, p. 93). Para Bruni ainda, essas são questões de cooperação, que terão plena eficácia se também os outros agentes envolvidos se comportarem do mesmo modo sem, no entanto, tornar esse comportamento condicionado em termos de reciprocidade. A reciprocidade somente adquire valor se for suscitada por uma atitude de gratuidade. Numa racionalidade de comunhão, a cooperação individual não depende da cooperação de outros indivíduos (da reciprocidade), porém torna-se uma atitude coletiva (recíproca), quando muitos indivíduos agem de maneira análoga, com base na mesma racionalidade. Como consequência, a eficácia da ação individual (gratuita) tende a ser maximizada, porque se torna ação coletiva.

O valor (componente) *intrínseco* da ação refere-se aos valores e à virtude que em si já é um valor *intrínseco*. “A virtude é praticada por ter um valor *intrínseco*, não devido à conta custo/benefício”. [Ou seja, a racionalidade de comunhão não é] “um

encontro de interesses”, mas “um encontro de gratuidades” (BRUNI, 2005, p. 95 e 130). É essa característica, segundo Bruni, que torna as empresas de EdC diferentes de uma associação ou clube, porque torna as suas relações “abertas” e “transitivas”, “gratuitas” e “não condicionais”.

Além da *não condicionalidade da reciprocidade ou a gratuidade* uma racionalidade capaz de comunhão, segundo Bruni (2002), é composta ainda por outras três dimensões complementares e inseparáveis: o universalismo; a relacionalidade e a racionalidade expressiva.

Universalismo: é o primeiro ponto de uma racionalidade de comunhão, uma vez que a referência é a humanidade inteira e não um grupo específico ou o indivíduo, mas o universo (na EdC essa característica se concretiza, por exemplo, com a doação de uma parte dos lucros para formar uma cultura de partilha); no caso da preocupação com a conservação ambiental, ou seja, da inserção da dimensão ambiental nas empresas, o elemento *universalismo* remete a uma referência que não é somente a competitividade da empresa e a sua sobrevivência no mercado, mas a preocupação é com a Terra como um todo e com a humanidade.

Relacionalidade: “A pessoa é sempre vista numa relação construída com o outro”, não porque há já um interesse ou por que se é altruísta, “mas porque toda a decisão nasce, de fato, sempre de uma relação com outra pessoa, dentro de uma relação”. O próprio ser humano só existe a partir da relação com outros seres, o que exige uma compreensão diferente do comportamento racional (BRUNI 2002, p. 59). O respeito ao meio ambiente e a preocupação com sua conservação, nesta perspectiva, estão ligados ao axioma da espiritualidade da unidade em que tudo está em relação amorosa com tudo:

Na terra tudo está, em relação de amor com tudo (...). O amor é também a **lei** do relacionar-se entre os seres humanos, do viver e do conviver (...). O amor é a substância da qual as coisas foram criadas e por isso estão em comunhão de amor entre si, em relação de amor. Por isso, se o riacho deságua no lago é por amor. Se um pinheiro se ergue junto a outro é por amor... (LUBICH, 1992).

Racionalidade expressiva: A racionalidade expressiva indica o desejo de exprimir algo relativo à relação estabelecida ou a ser estabelecida. “Uma racionalidade capaz de comunhão deve ultrapassar a simples lógica instrumental (...). Levo uma garrafa de vinho quando sou convidado a um jantar, não para obter instrumentalmente

algum objetivo pessoal, mas para exprimir que o convite agradou” (BRUNI, 2002, p. 60). Da mesma forma quando se produz ou se adquire um produto ecologicamente correto não se faz para otimizar uma relação meios/fins, mas para exprimir um valor, uma opção ética. Assim ocorre também com quem adere à EdC, segundo Bruni (2002). Não o faz por causa de cálculos e resultados baseados em meios/fins, mas pela crença num estilo de vida e de economia. Da mesma forma, na simulação da teoria dos jogos uma empresa trataria os efluentes ao invés de lançá-los ao rio, faria isso motivada por preocupações coletivas que transcendem as vantagens econômicas individuais, baseadas na racionalidade instrumental, numa equação meios/fins. Agiria assim, motivada por valores intrínsecos (éticos, morais, estéticos) e a sua atitude é expressão destes valores e da noção de coletivo.

CAPÍTULO IV

O MOVIMENTO DOS FOCOLARES E A ECONOMIA DE COMUNHÃO (EDC)

1 Introdução

A EdC teve suas primeiras idéias lançadas em maio de 1991 em Vargem Grande Paulista (SP), pela Italiana Chiara Lubich, fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares. Menos de um ano depois, as empresas que foram fundadas ou aderiram ao projeto, segundo Ribeiro (2003⁵⁰), já eram mais de 200, situadas, não apenas no Brasil, mas na Europa, na Ásia e na Austrália. Em 2005, segundo dados do Centro de Estudos de EdC e do Escritório Central de EdC, o projeto contava, em nível mundial, com a adesão total de 735 empresas, micros, de pequeno e médio porte, distribuídas geograficamente conforme a figura 4 e por atividade econômica conforme a figura 5.

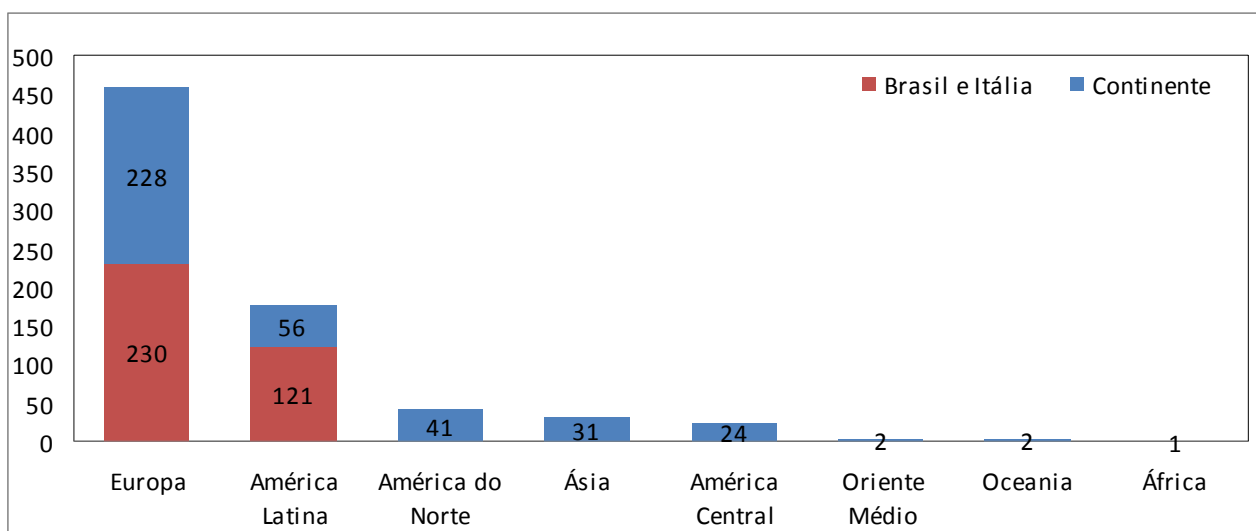


Figura 4: Número de empresas de EdC em nível mundial, distribuídas por continentes

⁵⁰ Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, 2003.

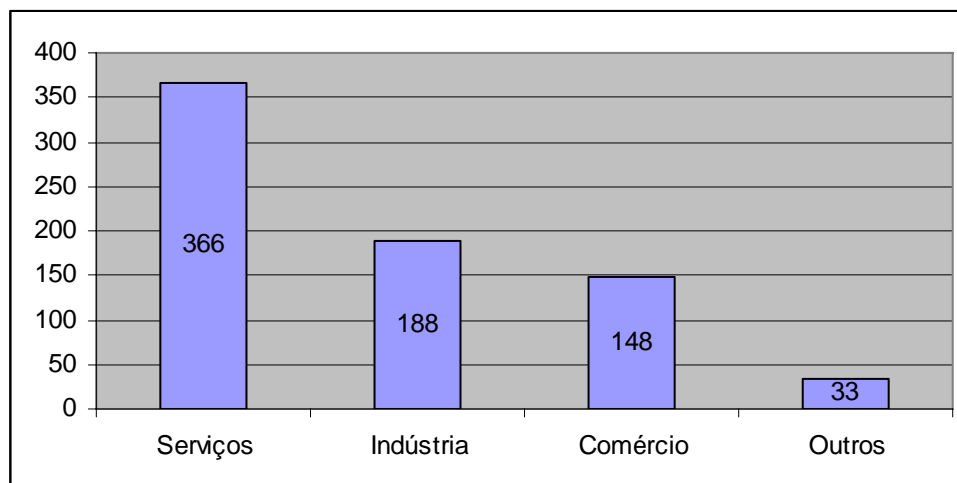


Figura 5: Empresas de EdC distribuídas por atividade em nível mundial

A maioria das empresas coligadas à EdC, são de pequeno porte com número inferior a 50 funcionários e faturamento até 500 mil reais por ano. Entretanto, constam desse rol, algumas empresas de médio porte, cujo número de funcionários se situa entre 50 e 100, com faturamento entre 1 e 50 milhões de reais por ano. Duas empresas têm faturamento acima de 50 milhões por ano, conforme tabelas 3 e 4 (adaptadas a partir dos dados obtidos junto ao Escritório Central de EdC).

Tabela 3: Perfil das empresas de EdC por número de funcionários

Com mais de 100 funcionários	10 empresas
Entre 100 e 50 funcionários	15 empresas
Com menos de 50 funcionários	711 empresas

Tabela 4: Perfil das empresas de EdC por ativos em R\$

Acima de 50 milhões	02 empresas
Entre 10 e 50 milhões	47 empresas
Entre 1 a 10 milhões	33 empresas
Entre 500 mil a 1 milhões	129 empresas
Abaixo de 500 mil	524 empresa

No Brasil, segundo dados do Centro de Estudos de EdC, e do Escritório Central de EdC, essas empresas eram 123 em 2005, distribuídas geograficamente conforme a figura 6. No que se refere ao perfil econômico, são empresas pequenas: a maioria com

menos de 50 funcionários e faturamento abaixo dos 500 mil por ano, conforme tabelas 5 e 6.

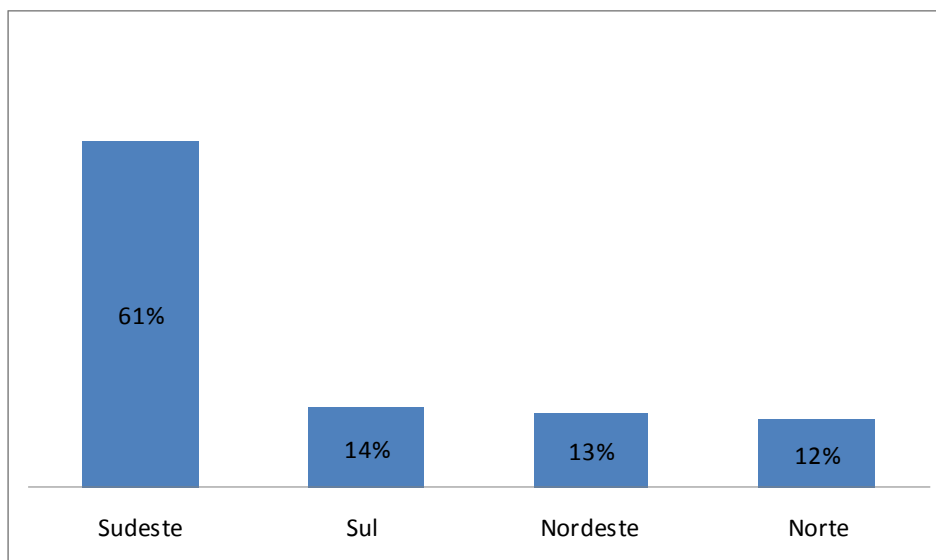


Figura 6: Empresas de EdC no Brasil distribuídas por região

Tabela 5: Perfil das empresas de EdC no Brasil por número de funcionários

Com mais de 100 funcionários	1 empresa
Entre 100 e 50 funcionários	3 empresas
Com menos de 50 funcionários	119 empresas

Tabela 6: Perfil das empresas de EdC no Brasil por faturamento/ano em R\$

Acima de 50 milhões	-
Entre 10 e 50 milhões	-
Entre 1 a 10 milhões	15
Entre 500 mil a 1 milhão	9
Abaixo de 500 mil	99

Conforme consta dos objetivos do projeto, as empresas coligadas a EdC devem, de forma livre, destinar parte dos seus lucros para ajuda financeira de pessoas necessitadas. Nesse sentido, no Brasil, em 2005, 845 pessoas foram beneficiadas de forma direta, num valor total de 1.635.613,56 (Um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e seis centavos). Indiretamente o número de pessoas beneficiadas se aproxima de 4 mil e duzentas, já que a ajuda é destinada a uma única pessoa da família, mas se estende a todos os seus membros. Na tabela 7, é representada a distribuição dos valores e pessoas ajudadas por região do Brasil, e na

figura 7, estão expressos os percentuais quanto à finalidade da ajuda financeira distribuída.

A distribuição desta ajuda é feita utilizando-se exclusivamente das redes (estruturas) do Movimento dos Focolares e, em geral, as pessoas beneficiadas são também membros do Movimento. O Movimento que tem uma ampla rede mundial cadastra através de seus centros locais e regionais (os focolares) as pessoas necessitadas ou que solicitam sua ajuda financeira. Essa ajuda não deve ter caráter filantrópico, mas deve ser uma ajuda temporária capaz de preservar a dignidade das pessoas por um lado, e de promover comportamentos emancipatórios por outro.

Tabela 7: Número de pessoas que recebem ajuda financeira com recursos oriundos da EdC e respectivo valores percaptos/ano por região do Brasil

Fonte: Adaptada do Centro de Estudos Filadelfia

Região	Pessoas ajudadas	Valor em R\$	Média de valor em R\$ por pessoa/ano
Norte	165	407.467,26	2.469,50
Nordeste	376	698.231,34	1.857,00
Sul	81	144.507,24	1.784,04
Centro oeste	20	45.001,17	2.250,06
Sudeste	203	340.406,55	1.676,88
TOTAL	845	1.635.613,56	1.935,64

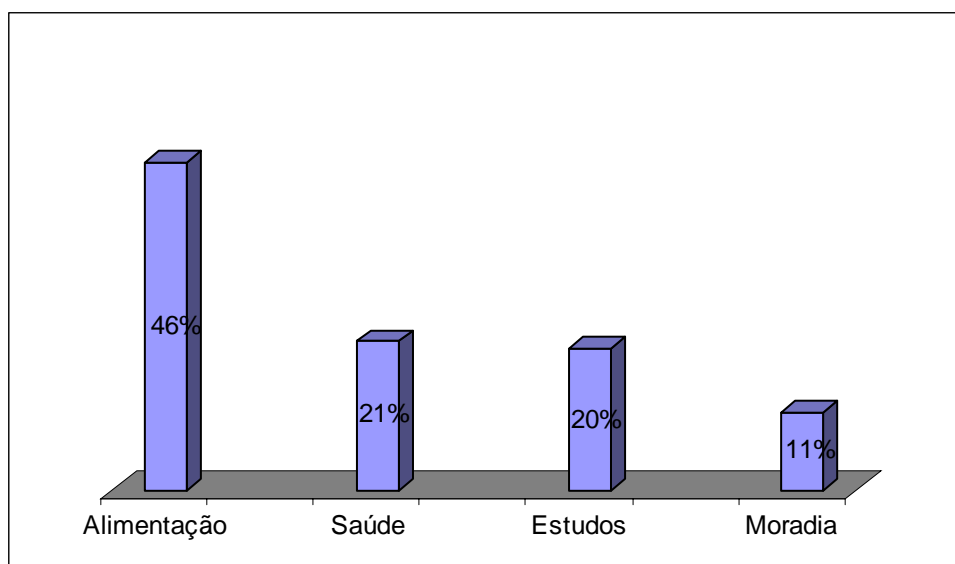


Figura 7: Finalidade da ajuda financeira fornecida pela EdC para pessoas necessitadas.

Os números acima são absolutos e, além de representarem quantitativamente o projeto EdC, ilustram-no também qualitativamente se cruzados com os objetivos e as características desta experiência. Além disso, resgatando-se a diferenciação entre economia formal e economia substantiva (POLANYI, 1994), pode-se dizer que a EdC transita por ambas, já que opera dentro e com a metodologia da economia formal, mas com objetivos da economia substantiva. Essa é a primeira conclusão que pode ser tirada de um estudo da EdC. A sua finalidade não se encaixa na noção de enriquecer da economia crematística ou formal, não obstante atue na economia de mercado. Dentro deste universo qualitativo, e com a identificação de um projeto econômico (microeconômico) híbrido, cuja racionalidade se mostra ora instrumental/formal/funcional e ora substantiva, torna-se importante, além dos números, um aprofundamento do real significado da expressão Economia de Comunhão, abreviada pela sigla EdC. Ou seja, trata-se de uma iniciativa ainda pouco conhecida, sendo, portanto, necessário defini-la e apresentá-la, de forma a dotar o termo EdC de algum significado compreensível enquanto experiência empresarial inserida na economia formal de mercado, de uma parte, e, de outra, com características essencialmente substantivas, advindas da ascese focolarina.

Nesse sentido, não se parte de conceitos científicos que expliquem ou definam o que são as empresas de EdC e o que significam suas atitudes substantivas e ambientais. Esses conceitos ainda são escassos e pouco precisos em si, por ser limitado o conhecimento da EdC enquanto um projeto que congrega apenas algumas centenas de empresas. Aspectos como sua concepção, premissas e antecedentes históricos e as próprias experiências empíricas de gestão social e ambiental também demandam melhor compreensão.

Por esse motivo, sem forçar qualquer analogia em termos de conteúdo, toma-se emprestado o roteiro “qualitativo” feito por Max Weber em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, no sentido de que os conceitos e as conclusões sobre as empresas de EdC e sobre a gestão ambiental nelas implementada não podem figurar no início da investigação, mas devem surgir ao seu término. Na medida em que vão sendo apresentados, os dados estatísticos, os fundamentos, as premissas, o histórico, as características e as próprias tentativas de formulação conceitual, toma corpo também uma formulação conceitual sobre o significado da experiência empresarial das empresas coligadas à EdC e sobre seus processos de tomada de decisão no que se refere aos aspectos socioambientais. Em outras palavras, será desenvolvido no curso da discussão,

como seu resultado mais importante, o significado qualitativo e substantivo da EdC enquanto experiência empresarial de gestão que contempla a dimensão socioambiental.

Assim, seguindo o procedimento de Weber (1996) em relação a sua análise e explanação histórica sobre o espírito do capitalismo – e parafraseando com ele –, a definição do objeto “EdC enquanto experiência empresarial” e a “contemplanção do aspecto ambiental nos seus processos de gestão – tomada de decisão e produção –” não pode ser feita na forma de definição conceitual, mas, pelo menos inicialmente, deve ser apenas uma descrição provisória. Portanto – sempre seguindo o exemplo de Weber – parte-se da base sobre a qual a EdC é construída, tendo como primeiro ponto, aprofundar as premissas, os princípios fundamentais da EdC e os seus antecedentes históricos. Nesse sentido, inicia-se com os textos de Chiara Lubich, fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares, sendo, conseqüentemente, mentora e principal incentivadora do projeto EdC. Os textos aqui trabalhados são partes da pesquisa documental, a partir da qual foram reunidos e analisados os principais discursos de Chiara Lubich sobre a EdC, desde o seu lançamento no Brasil em 1991, até intervenções mais recentes. Entre os escritos da autora italiana, destacam-se por sua relevância dentro e fora do âmbito do Movimento dos Focolares: o de lançamento do projeto EdC (São Paulo – Brasil, 1991), o de recebimento de um título de doutorado *honoris causa* (Piacenza – Itália, 1999), o do prêmio conferido pela UNESCO “Educação para a Paz” (Paris – França, 1996), e o do prêmio Europeu pela Promoção dos Direitos do Homem (Estrasburgo – França, 1998), o discurso proferido para o Congresso Europeu (Estrasburgo – França, 1999), além de vários discursos (em texto ou em vídeo) proferidos nos congressos de EdC, dirigidos diretamente aos empresários e membros do Movimento dos Focolares. Não são discursos acadêmicos ou tratados científicos sobre o tema, mas significam a concepção do projeto e o seu “dever ser”. Estes textos são também marcos, a partir dos quais outros autores aprofundam o tema, e foram ponto de partida para muitos trabalhos acadêmicos. É do estudo destes textos que resultará a segunda seção deste capítulo intitulada: “O Movimento dos Focolares e a EdC, Segundo Chiara Lubich: A Concepção”, muito embora sejam utilizados também outros autores, no sentido de ilustrar, dar lógica e coerência à seção, procedimento igualmente utilizado nas seções posteriores.

Num segundo momento, surgem outros textos (ensaios) elaborados por autores pesquisadores ou não, ligados institucionalmente ao Movimento dos Focolares, que detalham os vários aspectos da EdC, como seus fundamentos, premissas e antecedentes

históricos. Esses trabalhos pioneiros tornaram-se referência e parâmetro para a compreensão da proposta, inclusive para os próprios empresários da EdC. São, na verdade, a tentativa de detalhar a experiência inicial da EdC, as suas bases, o seu dever ser, a partir das suas premissas, pressupostos, objetivos e da própria espiritualidade da unidade, motivadora e fonte dos princípios sob os quais devem se reger as empresas de EdC, conforme propõe Chiara Lubich. Todos estes trabalhos tiveram e têm como ponto de partida o pensamento de Chiara Lubich, a experiência de comunhão do Movimento dos Focolares, a doutrina social católica e a própria experiência empírica das empresas pioneiras que aderiram a EdC. São os primeiros esboços (ensaios) de uma economia de comunhão em termos teóricos que tentam construir parâmetros para a prática a partir da própria prática e dos fundamentos da espiritualidade da unidade. Nesses ensaios, livros e coletâneas constam também os próprios relatos de experiências feitas pelos empresários pioneiros de EdC. É da síntese destes textos que resultará a terceira seção deste capítulo, intitulada: “A EdC segundo os autores pioneiros: premissas e pressupostos da EdC”.

2 O Movimento dos Focolares e a EdC Segundo Chiara Lubich: A Concepção

No discurso proferido por ocasião da outorga do título de doutora *honoris causa* em Economia e Comércio, pela Universidade Católica do Sagrado Coração, em Piacenza, Itália no ano de 1999, Chiara Lubich detalha os aspectos fundamentais da Economia de Comunhão e também descreve a sua gênese no âmbito do Movimento dos Focolares, dividindo-o em dois aspectos: o religioso e o social. Esses aspectos, segundo a própria fundadora do Movimento dos Focolares, englobam todos os demais.

No aspecto religioso, o Movimento dos Focolares sempre permaneceu intrinsecamente ligado à Igreja Católica, embora dialogue e tenha como membros pessoas de outras denominações cristãs, não cristãs, assim como com agnósticos. O Movimento dos Focolares⁵¹ surgiu em Trento, em 1943, e se expandiu rapidamente para

⁵¹ A palavra *focolare* em italiano significa fogo do lar, no sentido de retratar o calor de um lar de uma família reunida.

outros países. Atualmente conta com cerca de 5,5 milhões de membros, em 182 países. No Brasil, os membros do movimento são cerca de 300 mil⁵² (LUBICH, 2004).

A base fundamental do movimento é a espiritualidade da unidade (sintetizada a partir do que no movimento se denomina “testamento de Jesus”: “Pai que todos sejam um” [Jo 17,21]) e a vivência quotidiana do evangelho. Segundo Chiara Lubich, o evangelho praticado contém o “código” para transformar a sociedade e todos os seus setores, inclusive a economia. Chiara Lubich, citando o Evangelho de Mateus (Mt 7,7) e de Lucas (Lc 6,38 e 11,9), afirma que essas transformações já começam acontecer, e que as obras sociais promovidas pelo Movimento dos Focolares são exemplos disso.

As obras sociais são o aspecto social do Movimento. Atualmente são mais de mil, além de inúmeras outras atividades solidárias e políticas. Algumas destas obras são: a “adoção à distância”, que consiste na adoção socioeconômica e educacional de mais de 18.000 crianças, sem tirá-las do seu ambiente familiar, e que ocorre em nível mundial; o Centro de Promoção Social “Bukas Palad” em Manila nas Filipinas, que desenvolve atividades de assistência social, emprego e renda; o Complexo de Saúde, educação e trabalho em Fontem, na República dos Camarões (Sorgi, 1992); e o projeto de reforma agrária “Magnificat” no Maranhão, que tem, segundo Sorgi (1992), um caráter emancipatório e de sustentabilidade socioambiental. Está na base destes trabalhos, segundo Chiara Lubich (1992), a comunhão – que consiste na atuação do Mandamento do amor recíproco (cf. Atos dos Apóstolos, 2,42-5,4) (Lubich, 1984) – praticada desde o início do Movimento no contexto da Segunda Guerra Mundial e que se materializa como comunhão dos bens “materiais e espirituais” e no compromisso social.

A Economia de Comunhão, segundo Chiara Lubich (1992), é também parte deste aspecto social do Movimento dos Focolares, e sua origem não está desvinculada das outras iniciativas sociais. Segundo Sorgi (1992), a Economia de Comunhão tem a mesma base de outras obras desenvolvidas pelo Movimento dos Focolares, que não se encerram em si mesmas, porque não têm apenas caráter assistencialista.

A EdC surgiu em 1991, durante uma das visitas de Chiara Lubich ao Brasil, na qual, juntamente com outros dirigentes do Movimento dos Focolares, constata que a

⁵² Considerou-se membro a pessoa que de algum modo integra o movimento, já que internamente há uma divisão em diversos grupos (internos, aderentes, simpatizantes). Essa nomenclatura, na prática define respectivamente o nível de comprometimento de cada participante. Internos são as pessoas mais comprometidas, os dirigentes, animadores, responsáveis por difundir, organizar e assim por diante, enquanto os aderentes e simpatizantes poderiam ser definidos como membros participantes.

comunhão de bens realizada no âmbito do Movimento não é suficiente para ajudar todos os seus membros com alguma necessidade econômica. Isto, segundo descreve Chiara Lubich em um vídeo com respostas aos focolarinos (Roma, junho de 1991), a levou a refletir sobre o fato de que, em termos sociais, o que se fazia no Movimento era insuficiente até mesmo para suprir as necessidades dos próprios membros carentes, sendo, portanto, necessário fazer algo muito maior e mais global. Segundo seu relato, lembrou-se de uma experiência vivida em 1961, na Suíça, quando de uma colina podia-se observar a abadia de Einsiedeln, cuja imagem era de que “ali se orava e se trabalhava”, e pensou que, como ali, no Movimento poderia também se construir cidadelas como aquelas, com casas, escolas e também indústrias “que deveriam ser testemunho do que seria o mundo, se todos vivessem segundo o amor evangélico” (MF, 1999, p. 87).

Assim, as pequenas cidadelas modelos – as Mariápolis⁵³ –, seriam divididas em duas dimensões: uma, chamada “cidade celeste” (que já existia), teria o objetivo de abrigar estruturas de formação de “homens novos⁵⁴”; a outra, a “cidade terrena”, seria composta pelos “Pólos Produtivos” (a serem construídos) e demais estruturas sociais. Uma dessas cidadelas modelo está localizada em Vargem grande Paulista (SP), chamada de “Mariápolis Ginetta”, e que abriga o *Pólo Produtivo Spartaco*, no qual estão instaladas seis empresas. Além da *Mariápolis Ginetta*, no Brasil existem outras duas destas cidadelas: a *Mariápolis Glória*, em Benevides (PA); *Mariápolis Santa Maria*, em Igarassu (PE). Em nível mundial, além das três no Brasil, são 29 Mariápolis, localizadas na Áustria, Bélgica, Croácia, França, Alemanha, Inglaterra, Irlanda, Itália, Holanda, Polônia, Portugal, República Tcheca, Espanha, Suíça, República dos Camarões, Costa do Marfim, Quênia, Filipinas, Paquistão, Argentina, México, EUA, Venezuela e Austrália⁵⁵.

Os Pólos produtivos são quatro. Dois no Brasil (*Pólo Spartaco*, em Cotia região metropolitana de São Paulo e *Pólo Ginetta*, em Igarassu, região metropolitana de Recife), um na Argentina (*Pólo Solidariedad*, em O’Higgins, região metropolitana de Buenos Aires) e outro na Itália (*Pólo Lionello*, Loppiano, imediações de Florença), além

⁵³ Concebidas a partir da passagem do Evangelho de Matheus (Mt. 5,14) ‘cidades sobre o monte’, [cujo objetivo é] “constituir testemunho visível do que seria a vida humana em todas as suas dimensões (social, econômica, política, espiritual, cultural) se esta fosse permeada pela caridade evangélica vivida na comunhão integral das pessoas, segundo a espiritualidade da unidade” (ZAPPALÁ, 1992, p. 129).

⁵⁴ Pessoas renovadas pelo amor evangélico.

⁵⁵ Fonte: Website oficial do Movimento dos Focolares www.focolare.org link mariápolis no mundo (consultado em 02/01/2007).

de outros quatro pólos que estão em fase de estudos em Portugal, França, Bélgica e Estados Unidos.⁵⁶

Além disso, Chiara Lubich descreve que nos dias que antecederam a sua viagem ao Brasil (Maio de 1991), vinha refletindo sobre a Encíclica Papal *Centesimus Annus* de João Paulo II. Essa Encíclica faz um apelo à solidariedade e sintetiza a chamada Doutrina Social da Igreja, cujo conteúdo reporta encíclicas anteriores, consagrando, por um lado, o direito à propriedade privada e, por outro, afirmando que tal posse deve estar condicionada ao uso comum dos bens. Ou seja, que a propriedade privada só encontra sentido numa dimensão social (ARAÚJO, 1992). Além disso, a encíclica denuncia os graves desequilíbrios socioeconômicos e reafirma a necessidade de corrigi-los a partir de uma cultura de solidariedade e de comunhão.

Foi a partir destas duas premissas, segundo descreve Chiara Lubich, que surgiu a primeira idéia de uma economia de comunhão, o que, na prática, significava expandir a experiência de comunhão que vinha sendo praticada pelos membros do movimento dos focolares desde a sua fundação. Essa idéia foi lançada oficialmente aos dirigentes deste movimento no Brasil, no dia 25 de maio de 1991, conforme descreve Ribeiro (2003, p. 273), a partir do diário de Chiara Lubich:

Hoje de manhã tive um encontro muito importante com os/as dirigentes do Movimento. Falei de algumas idéias que tive sobre o futuro desenvolvimento desta Mariápolis [...]. Os focolarinos casados, voluntários e membros do Movimento Famílias Novas (capacitados) poderiam implantar e desenvolver empresas [...]. O lucro desses empreendimentos – sob o impulso do Ideal [da espiritualidade do movimento] – seriam colocados em comum livremente a fim de garantir uma vida digna aos moradores e contribuir para o desenvolvimento da Mariápolis e das próprias empresas [...]. Uma Mariápolis no Brasil com estas características, onde o contraste entre ricos e pobres constitui a chaga social por excelência, poderia representar um farol, uma esperança.

Dias depois, em 29 de maio de 1991, num encontro com 650 membros do Movimento, representando várias regiões do Brasil, Chiara Lubich torna oficial a proposta de uma “Economia de Comunhão na Liberdade”⁵⁷:

⁵⁶ Fonte: Website oficial da EdC: <http://www.edc-online.org/br/progetti.htm> (última consulta realizada em 02/01/2007).

⁵⁷ Pronunciamento gravado em vídeo e também transcrito em parte num documento interno do Movimento dos Focolares chamado “Come un Arcobaleno: gli aspetti nel movimento dei focolari” (como um arco-íris: os aspectos no movimento dos focolares) e que trata dos vários aspectos da espiritualidade da unidade e da vida dos membros do movimento dos focolares. O acesso a esse material foi possibilitado gentilmente pelo Movimento dos Focolares em SC. Este documento, assim como muitos dos vídeos com

Nesse dias fomos levados a considerar o aspecto social presente no nosso carisma. Um carisma que certamente tem muitas finalidades..., mas que sobretudo ajuda a resolver os problemas sociais, (...) porque sublinha uma realidade econômica-social: a comunhão dos bens. (...). É uma prática que está particularmente no nosso coração. (...). Nós explicitamos, como é da natureza da vida cristã, a comunhão dos bens (...). Se todo mundo a atuasse, as desigualdades sociais, a miséria, a fome, a exclusão... não existiam mais”... nasceu uma idéia (...) de atuar a comunhão dos bens mais ampla, que envolva todo o Movimento. Aqui, sob o impulso da comunhão dos bens, deveriam surgir indústrias, empresas, confiadas, sobretudo, à parte laica do Movimento (...). Estas empresas, de vários tipos, deveriam ser sustentadas (levadas adiante) por pessoas de todo o Brasil; (...). A gestão de tais empresas deveriam (...) resultar em lucros. E aqui está a novidade: estes lucros deveriam ser colocados em comum. Deveria nascer, assim, uma economia de comunhão, da qual esta cidadela constituiria um modelo, uma cidade piloto. (...). As empresas devem produzir lucros, naturalmente; e estes lucros subdividí-los em três partes: uma parte para levar para frente a própria empresa, uma parte para desenvolver as nossas estruturas como as cidadelas, o Centros Mariápolis, (...) em vista da formação de homens novos; pois sem homens novos não se faz uma sociedade nova (...); e uma parte para os pobres.

A proposta de Chiara Lubich foi recebida como uma “bomba”, como gostam de descrever os membros do Movimento, e se difundiu rapidamente entre os membros do Movimento por diversos países. Segundo um dos empresários, a “sensação é que se estava diante de um *novo modelo* de agir econômico. (...) Um modelo trinitário fundamentado na Doutrina Social da Igreja e voltado essencialmente para a comunhão”. Não se pensava, com efeito, num modelo teórico, mas, sobretudo, num modelo concreto, empírico, afirma Chiara Lubich. Em pouco tempo, porém, o projeto foi amadurecendo e, na medida em que as primeiras empresas começaram a ser fundadas em várias partes do mundo, e outras, que já existiam começaram a ser daptadas, foi necessário que a idéia inicial fosse aperfeiçoada e adaptada à realidade empresarial, bem como, fossem sistematizados seus objetivos e princípios. Também foram criadas estruturas, como o Escritório Central de EdC, no sentido de manter a unidade do projeto tanto em termos de “dever ser” como em termos funcionais e práticos. Como repetem vários empresários, “a EdC é um projeto em construção, não acabado e em constante transformação e aperfeiçoamento, mas que deve manter sempre a fidelidade aos seus objetivos e princípios iniciais que são a sua essência”. Esses objetivos do qual falam os empresários são assim descritos por Chiara Lubich (2002):

os pronunciamentos de Chiara Lubich estão em italiano e a responsabilidade de sua tradução é do autor desta tese.

- Criar e consolidar empresas com justos salários, observando as leis vigentes e práticas cidadãs associadas à responsabilidade social e ambiental.
- Destinar o lucro para além dos acionistas, para ajudar os necessitados e criar postos de trabalho.
- Criar e sustentar estruturas aptas a formar pessoas capazes de viver segundo a cultura da solidariedade e da partilha.

Segundo Chiara Lubich (2000b, p. 17), nas empresas de EdC, o centro das atenções não deve ser o capital, mas o ser humano e o “bem comum”. Por isso as empresas de EdC devem-se guiar sempre pelos seguintes princípios/objetivos transcritos *ipsis litteris*:

- *Instaurar relacionamentos leais e respeitosos, animados por um sincero espírito de serviço e de colaboração, com os clientes, fornecedores, o poder público e até mesmo os concorrentes.*
- *Valorizar os empregados, informando-os e envolvendo-os em variada medida, na sua gestão.*
- *Manter uma linha de conduta da empresa inspirada na “cultura da ética”;*
- *Reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo.*
- *Cooperar com outras realidades empresariais e sociais presentes no território, abertos inclusive à comunidade internacional, com quem se sentem solidários.*

Além dos seus objetivos e princípios, o “Projeto Economia de Comunhão na Liberdade” apresenta algumas outras características significativas, que são diretamente vinculadas à visão de mundo segundo a espiritualidade do Movimento dos Focolares e a doutrina social católica. Essas características são os quatro aspectos essenciais da Economia de Comunhão que são também, segundo Chiara Lubich (2000b e 2004), as condições para que o projeto possa se desenvolver fiel à idéia inicial:

- a) a vivência espiritual no âmbito pessoal deve se estender para a vida social e, portanto, para a economia (tornar-se ascese, usando a interpretação weberiana);
- b) embora proponha comportamentos baseados na solidariedade e na gratuidade – típico de organizações sem fins lucrativos – a EdC não se apresenta como uma nova

forma alternativa de empresas – na sua forma jurídica –, mas pretende transformar as estruturas existentes a partir do estilo de vida baseado na comunhão;

c) a ênfase não deve estar na filantropia, mas na partilha, de forma que os “assistidos” ou “beneficiados” sejam membros essenciais do projeto, porque doam as suas necessidades⁵⁸;

d) a providência divina é um elemento essencial. Nas empresas de EdC deve-se deixar um espaço central para a intervenção divina. Trata-se do “Peçais e recebereis” do Evangelho de Mateus e de Lucas (*Mt 7,7; Lc 11, 9*).

Como consequência dos objetivos, dos princípios, e das quatro dimensões essenciais da EdC, Chiara Lubich (2000b) afirma que a atividade econômica deve tornar-se “lugar de encontro” entre os que têm bens e oportunidades e os que não têm, gerando comportamentos inspirados na gratuidade e na solidariedade. Estes comportamentos, com efeito, não devem excluir a busca do lucro, mas devem abrir possibilidades para que o lucro possa ser utilizado em comum, considerando que a ênfase não está na filantropia, mas na reciprocidade que se origina da gratuidade, na partilha e na preservação da dignidade.

3 A EdC Segundo Alguns “Autores Pioneiros”: Premissas, Pressupostos e Antecedentes Históricos

Como já sublinhado acima, os ensaios trabalhados nesta seção são de autores pioneiros, institucionalmente ligados ao Movimento dos Focolares, que assumem a tarefa de detalhar a proposta de uma Economia de Comunhão a partir das suas premissas e dos seus pressupostos. Nesse sentido, os primeiros trabalhos publicados sobre Economia de Comunhão são ensaios que vão desde a análise do pensamento de Lubich sobre a EdC, passando pelos seus pressupostos bíblicos, doutrina social católica, Cultura da Partilha, reflexões sobre o capitalismo, sobre a espiritualidade da unidade, até os primeiros relatos de pesquisa da recém iniciada experiência de Economia de Comunhão. Agrupamos a análise destes ensaios em duas subseções: premissas cristãs e da doutrina social católica e depois, cultura da partilha.

⁵⁸ No contexto do Movimento dos Focolares a necessidade é considerada um dom porque exige das pessoas desprendimento para se desapegar dela. Portanto, é algo que também pode ser doado.

3.1 Premissas Cristãs e da Doutrina Social Católica

Inicia-se a análise desses ensaios pelos trabalhos do francês Gerard Rossé (1992), que discute e tenta resgatar os pressupostos bíblicos da Economia de Comunhão. Rossé, como exposto anteriormente, parte do pressuposto de que a proposta de EdC é uma proposta genuinamente cristã – o que é evidente e inegável – e a partir deste pressuposto, busca os seus antecedentes bíblicos no sentido de compreender os aspectos fundamentais da proposta, bem como as suas motivações.

Um dos pontos de partida do autor é o Antigo Testamento e a afirmativa de que a desigualdade socioeconômica existente no mundo – sempre do ponto de vista cristão – é fruto da liberdade dada por Deus aos homens para administrar os bens da terra. De acordo com Rossé (1992), os ricos tornam-se ricos à custa dos pobres, gerando situações econômicas injustas que, por sua vez, geram necessariamente desigualdades sociais.

Em outros termos, a má distribuição dos bens afeta a solidariedade social, ou seja, manifesta-se como um pecado contra a comunhão fraterna entre os membros que vivem na Aliança. Falsificando as relações sociais (gerando injustiças e desigualdades), o rico falsifica com isso a realidade do povo como povo, destrói os relacionamentos de fraternidade baseados na Aliança (ROSSÉ, 1992, p. 25).

A compreensão desta equação, segundo o autor, leva também a outras conclusões: a primeira, de caráter mais sociológico, é de que a fé de um povo nem sempre se traduz em aspectos concretos coerentes; a segunda, num caráter mais teológico, é que a condição lógica e fundamental para viver uma comunhão com Deus – razão da fé – é viver a comunhão com os irmãos, particularmente a comunhão dos bens. É dessa segunda conclusão, segundo o autor, que nasce o conceito de “amor ao próximo”, que é uma das bases fundamentais do cristianismo e da proposta de EdC. “Nasce deste modo, na perspectiva da Aliança, o conceito de ‘amor ao próximo’ como empenho à solidariedade como participação sincera e concreta no destino do povo e de cada indivíduo” (ROSSÉ, 1992, p. 26).

Passando ao Novo Testamento, Rossé afirma que é a conversão dos homens é que levará a uma sociedade sem indigentes. Este é outro pressuposto importante na Economia de Comunhão, conforme afirma Chiara Lubich (2004, p. 62): “Uma tarefa

particular é formar ‘homens novos’, porque sem ‘homens novos’ nada faremos. Essas empresas, hoje pequenas, mas que crescerão, serão uma realidade na comunhão do lucro, se houver ‘homens novos’”.

Por fim, Rossé (1992) busca a origem da comunhão e afirma que ela está na experiência dos primeiros cristãos conforme descrito nos Atos dos Apóstolos (At.2,42.44-45; 4,32,34-35; 5,4), na qual, segundo o autor, não existem ricos que dão e pobres que recebem, mas “onde todos podem dar e receber, numa reciprocidade de dons espirituais e materiais (cf. 2Cor 8,14)” (ROSSÉ, 1992, p. 29). Outro aspecto importante, segundo o autor, é que ninguém deve dar seus bens para tornar-se pobre, mas para que não existam pobres. Este desprendimento é consequência do senso de solidariedade e o mais importante: “A comunhão de bens está a serviço da unidade” (ROSSÉ, 1992, p. 30). Estas práticas, afirma Rossé, fazem com que a propriedade, para um cristão autêntico, não seja fator de divisão, mas um meio de unir e construir a igualdade social. Esse conceito de propriedade a serviço da unidade e da dimensão social é, portanto, outro pressuposto fundamental da EdC que está também no cerne da chamada doutrina social católica.

Por esse motivo, torna-se importante a análise feita por Araújo (1992) sobre a propriedade privada e a destinação universal dos bens, segundo a doutrina social católica, no atual contexto de grandes desequilíbrios socioeconômicos. Araújo (1992) faz um balanço da evolução dessa discussão desde a encíclica *Rerum Novarum* (1891) até a *Centesimus Annus* (1991), passando pelas várias outras encíclicas que trataram do assunto direta ou indiretamente.

Na encíclica *Rerum Novarum* (1891) o Papa Leão XIII defende explicitamente a propriedade privada, que é encarada como algo natural: “a propriedade particular é plenamente conforme a natureza” (RN-6). Essa afirmativa, porém, contraria os iluministas europeus, entre eles Locke e Rousseau, para os quais a propriedade privada é uma invenção social e não tem nada de natural. Para esses autores, ao contrário, o estado natural das coisas é o uso comum da terra e dos seus bens.

Locke afirma que a origem de qualquer disputa ou desavença é a propriedade privada (LOCKE, 2000). Para Rousseau, por sua vez, a propriedade privada teve o mesmo fundador da sociedade civil:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer **isto é meu** e encontrou pessoas

suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: 'Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!' (grifo original) (ROSSEAU, 2000, p. 87).

A afirmativa de Rousseau sintetiza o que ele mesmo define como um longo processo de corrupção do homem. "O homem nasce bom, a sociedade o corrompe". É esse o conceito fundamental da sua obra que traça a evolução do homem, "o bom selvagem", até chegar à sociedade civil baseada na propriedade privada, que origina, por sua vez, a desigualdade social.

Segundo Araújo (1992), no entanto, a *Rerum Novarum* segue a tradição da Igreja que defende tanto a propriedade privada como a destinação universal dos bens, embora dê mais ênfase à primeira, devido às circunstâncias históricas. (A Igreja, na época desta Encíclica, estava em plena luta contra o comunismo/socialismo). Nesse sentido, tanto o Papa Pio XII (1941) como o Papa João XXIII (1961) reafirmam que a propriedade privada é um direito natural, com a ressalva, porém, de que o seu uso se estenda à todas as classes sociais, condicionado-a a atender a sua função social. Essa evolução na doutrina católica continua com o Concílio Vaticano II (1965) e mais tarde com o Papa Paulo VI na encíclica *Populorum progressio* (1967), nas quais o direito de propriedade privada é reafirmado, embora ganhe ênfase como nunca a ressalva do uso comum dos bens. "A propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo quando a outros falta o necessário" (PP 23, Apud: ARAÚJO, 1992, p. 39).

Na encíclica *Laborem Exercens* (1981), João Paulo II ressalta que o direito à propriedade é fundamentado no trabalho, ou seja, deve ser fruto do trabalho e estar a serviço do trabalho. Trabalho aqui entendido como a forma que pode possibilitar a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. Já na encíclica *Rei Socialis* (1987), é introduzido pela primeira vez o conceito de solidariedade, entendido como resultado da interdependência e reafirmado pelo Papa João Paulo II como essencialmente cristão, baseando-se na gratuidade, no perdão e na reconciliação (ARAÚJO, 1992).

Finalmente na encíclica *Centesimus Annus* (1991), continua a autora, João Paulo II afirma que a Terra é um dom de Deus a todos e que a destinação dos bens não deve privilegiar nem excluir ninguém. A resposta do homem a esse dom é o trabalho, a partir

da apropriação “da terra e dos seus frutos”. Ainda na *Centesimus Annus* (1991), critica-se a propriedade improdutiva e afirma-se que a legitimidade da propriedade privada está condicionada à geração de “trabalho útil” para a riqueza social e para a solidariedade, do contrário constitui exploração e especulação⁵⁹.

Embora essa evolução constitua algo bastante positivo e caracterize uma mudança no sentido de acompanhar a história (inclusive corrigindo equívocos por parte da própria Igreja), não se pode esquecer que essa concepção de apropriação antropocêntrica, “autorizada por um Deus monoteísta” é que, segundo Leis (1999), justifica o domínio do homem sobre a terra, levando-o a subjugar todas as outras espécies. Há, portanto, um paradoxo na cultura cristã, especialmente difundida pelo catolicismo oficial, por meio das *Encíclicas*: de uma parte, o antropocentrismo cristão é parte inseparável do cristianismo, originário do próprio conceito de um Deus único do qual o homem é imagem e semelhança. De outra parte, a evolução da discussão da propriedade privada e a inserção do conceito de solidariedade como elemento fundamental na cultura cristã, tende⁶⁰, pela própria problemática socioambiental, a amenizar esse antropocentrismo. Os grandes problemas contemporâneos, como a problemática socioambiental, requerem obrigatoriamente a compreensão e a prática da solidariedade pela humanidade, e a Igreja Católica aparenta perceber isto, com se viu na evolução das encíclicas. Como veremos na seção a seguir, a chamada “cultura da partilha”, a partir da experiência do Movimento do Focolares e da EdC, nomina uma prática essencialmente solidária, ao mesmo tempo originária e fiel à da doutrina católica, mas que apresenta uma amenização do antropocentrismo criticado por Leis (1999).

⁵⁹ Em termos especulativos, poder-se-ia pensar nas motivações e justificativas que teve a Pastoral da Terra, a partir da década de oitenta e, conseqüentemente, o apoio ao MST e todo movimento pela reforma agrária no Brasil.

⁶⁰ Esta tendência pode ser verificada também no âmbito normativo, pois a atual Constituição Federal, conforme art. 5º, inc. XXII e XXIII e art. 170 inc II e III, assegura a propriedade privada, desde que a mesma exerça sua função social. Essa disposição é recorrente também no atual Código Civil no art. 1228 § 1º.

3.2 A “Cultura da Partilha”

A expressão “cultura da partilha” é usada no contexto do Movimento dos Focolares, e conseqüentemente da EdC, para designar um estilo de vida baseado na comunhão não só de bens materiais, mas também espirituais e culturais. A “cultura da partilha” é tratada por vários autores que também discutem a EdC. Dentre eles, destaca-se Burckart (2002), que, a partir de um estudo da prática da partilha no Movimento dos Focolares, afirma que esta cultura se materializa a partir do esforço de dar à prática cotidiana um conteúdo espiritual, em que: “o termo dar não assume o significado de dar de presente, ‘fazer uma doação’, no sentido de humanismo assistencial, caritativo ou até mesmo paternalista. Antes, o termo ‘dar’ é concebido em antítese à cultura vigente, que se baseia no “ter” no ‘possuir’” (BURCHART, 2002, 76). O autor afirma, ainda, que, enquanto o dar “caridosamente” apenas reforça a cultura vigente do “ter”, do “possuir”, porque se restringe ao indivíduo e às coisas materiais, a cultura da partilha propõe que o doar esteja no centro de todos os valores e dinamismos sociais mais fundamentais, realizando-se no espaço social adequado que é a comunidade. A cultura da partilha, afirma Burckart:

É caracterizada pela superação do subjetivismo (...), por meio de um estilo de vida comunitário [auto definindo-se como “paradigma” da unidade], do qual o próprio Movimento dos Focolares, na sua espiritualidade e práxis, constitui um exemplo vivo de como se aplica esse paradigma no campo das relações interpessoais e sociais (BURCHART, 2002, p. 75).

Araújo, em ensaios de 1998 e de 2002, afirma que a cultura da partilha proposta pela EdC não é uma partilha utilitarista, contaminada por interesses ou por poder, mas uma partilha que preserva a dignidade do outro, baseada na gratuidade e no desinteresse e livre de instrumentalizações (ARAÚJO, 2002).

A cultura da partilha é a “cultura do dom de si”, ‘do dar’, em antítese à cultura do ter. A ‘cultura do dar’ qualifica o homem como ser aberto à comunhão (...). Individualidade e sociabilidade encontram-se no dom de si, do próprio ser, e na circulação dos bens materiais necessários ao desenvolvimento e crescimento de todos (ARAÚJO, 1998, p. 19).

A cultura da partilha, ainda segundo a autora, não consiste apenas em generosidade ou em filantropia, tampouco em assistencialismo. Trata-se de conhecer e viver a dimensão do doar-se, que é a essência da pessoa. Essa cultura englobaria, assim, uma concepção de pessoa que só existe na relação com os outros. “O homem como um ser aberto à comunhão” (ARAÚJO, 2002, p. 23). Essa comunhão se daria primeiro com o Absoluto (Deus) e depois com todo o resto da criação. Portanto, com os outros homens e com toda a natureza. Essa concepção proposta pela autora é baseada na analogia à vida supostamente existente entre as três pessoas da trindade, segundo a doutrina católica⁶¹. Partilhar bens materiais é resultado da experiência de comunhão que é antes de tudo uma experiência espiritual e de reciprocidade, cujo modelo é as relações trinitárias. “A comunhão trinitária é, portanto, fundamento ontológico de toda a forma de comunhão (...)” (ARAÚJO, 2002, p. 27).

A autora destaca que, embora a comunhão seja uma categoria sociológica definida por Gurvitch (1965, p.207) como “a imanência entre o Eu os Outros e o Nós”, no qual a comunhão representa o grau máximo de intensidade de participação e comprometimento sem que a liberdade seja subtraída dos indivíduos, não é esse o conceito que está na base da EdC. O conceito que está na base da EdC é o conceito trinitário, que transcende, portanto, as relações apenas entre os seres humanos e comporta as relações entre todos os seres criados. Ou seja, é a unidade entre diferentes, ou a unidade na diversidade. “Essa unidade composta da diversidade é o que cimenta o pluralismo, incrementa a participação e fortalece as liberdades” (ARAÚJO, 2002, p. 29).

De acordo com Bruni (2005), para Chiara Lubich, o significado da expressão “cultura da partilha” é idêntico à expressão “cultura do amor”, no sentido de que é no *doar* e no *doar-se* que o ser humano encontra sua verdadeira identidade, não pelos benefícios que essa atitude possa trazer, mas pelo seu valor intrínseco enquanto valor que lhes é atribuído. Segundo Bruni (2005), para Chiara Lubich, *doação* e *gratuidade* são, portanto, sinônimos de amor, no sentido cristão de *ágape*, que significa amor fraterno.

⁶¹ A trindade é um preceito principalmente católico, em que Deus é concebido como uno e trino. Ou seja, como Deus único e ao mesmo tempo como três pessoas distintas: Pai, Filho e Espírito Santo. A perspectiva trinitária do Movimento dos Focolares, a que se refere a autora, e a partir da qual se concebe a comunhão que adjetiva a experiência econômica EdC, é a perspectiva de unidade (comunhão) na diversidade. Ver Cambón (2000): “Assim na terra como na Trindade: o que significam as relações trinitárias na vida em sociedade”.

A “cultura da partilha” é uma experiência vivida no âmbito do Movimento dos Focolares, cujo reflexo no aspecto econômico é a EdC. “De modo que a comunhão não é possível e realizável somente nas relações interpessoais e sociais, [mas também] (...) na realidade econômica, nas suas estruturas” (ARAÚJO, 2002, p. 29). Uma das exigências da Economia de Comunhão, segundo Araújo (1998), é, portanto, o agir segundo a “cultura da partilha”. A economia de comunhão requer homens imbuídos desse tipo de cultura na qual, o centro das atividades econômicas seja o ser humano, de forma que se possa atacar a pobreza, construir a solidariedade e criar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de uma das premissas da EdC, e significa o uso moderado dos bens a partir de uma mudança de estilo de vida.

Conforme Quartana (1992), o ponto de partida e base da EdC foi e é esta experiência de partilha e de solidariedade praticada pelos membros do Movimento dos Focolares, porque o Projeto EdC pressupõe “homens novos” e não deve ter como objetivo somente ajudar pessoas necessitadas, mas resgatar sua dignidade reinserindo-as no ciclo produtivo de forma a que se tornem auto-suficientes (QUARTANA, 1992; ARAÚJO, 2002). A Economia de Comunhão é um passo à frente: representa a expansão desta prática de partilha e de solidariedade individual para o plano das relações econômicas e produtivas nas empresas. Deste modo, “a Economia de Comunhão atinge diretamente a atividade de trabalho e a estrutura básica da economia moderna: a empresa” (QUARTANA, 1992, p. 20).

Neste mesmo sentido, segundo Sorgi (1992), a Economia de Comunhão não é um projeto assistencialista, mas se afigura como uma nova forma de conduzir empresas, empregar o capital, de poupar e usar o lucro, de promover novos comportamentos na transferência de tecnologia e nas iniciativas de produção de serviços, predominantemente em formas de cooperação, porque nasce não de uma visão de economia, mas de uma concepção de homem, de propriedade e de distribuição, baseada na doutrina social católica, que tem seus reflexos sociais, práticos, observáveis empiricamente nas empresas de EdC. O lugar sociológico da EdC está no fato de que a partilha provocada por ela, e ao mesmo tempo sua origem, visa atingir o cerne da economia, exaltando seu aspecto social.

As empresas, portanto, devem ser revitalizadas segundo a categoria “solidariedade”, de modo que sua principal função seja estar a serviço da comunidade, de forma a torná-las um elemento importante para provocar uma mudança de rumo do

sistema econômico atual baseado na opulência e na imprudência socioambiental (ARAÚJO, 1998).

Sorgi (1992) previne ainda que, numa análise precipitada, pode se pensar que uma postura como esta, assim como os próprios princípios de EdC, seja ingênua e uma fuga da realidade. Entretanto, afirma que não se trata de uma hipótese teórica, mas de um modo concreto de vida, que tem sido reproduzido desde o início do Movimento dos Focolares há mais de cinquenta anos. A economia nas empresas de EdC é resultado da união de dois aspectos fundamentais e interdependentes para os membros do Movimento dos Focolares: orar e trabalhar. A oração orienta o trabalho que, por sua vez, é uma forma concreta de oração. “O trabalho, no seu sentido mais profundo, é todo oração” (SORGI, 1992, p. 77). Ainda segundo este mesmo autor, nas empresas de EdC, deve-se ter sempre a consciência de que a finalidade do trabalho são sempre as pessoas; as que produzem e as que consomem. Os relacionamentos econômicos se dão entre quem produz um bem (objeto ou serviço) e quem os utiliza. Há, assim, um encontro, através de um bem ou de um serviço entre quem produziu e quem vai consumi-lo, de forma que a empresa não é outra coisa que uma comunidade de pessoas voltada para as outras comunidades de pessoas, trabalhando para e com as pessoas. A base fundamental desse conceito é a frase do Evangelho: “cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos, foi a mim que fizestes”. Por esse motivo deve-se “fazer de cada hora de trabalho uma obra de arte de precisão, de ordem e de harmonia” (SORGI, 1992, p. 73). Esta consciência deve, portanto, transpor os limites das empresas e de seus consumidores, de forma que a preocupação seja com todas as pessoas com quem a empresa interage direta e indiretamente, assim como com o meio ambiente.

Segundo Zamagni (2002), a EdC, enquanto prática da cultura da partilha, desvenda a falsidade da representação corrente do mercado, que é o fato das relações econômicas cada vez mais serem reguladas apenas pela lógica da competição, substituindo inexoravelmente tudo aquilo que envolve relações interpessoais. “O mercado identifica-se [ou é identificado] com o lugar ideal típico, no qual quem atua é motivado na sua ação apenas pelo interesse próprio (*self-interest*), não importa se egoísta ou altruísta” (ZAMAGNI, 2002, p.133). O altruísmo sendo visto como um egoísmo mascarado ou um egoísmo esclarecido (Gary Becker). Desse modo, continua Zamagni:

Foi-se difundindo a convicção com base na qual o único juízo de valor que o mercado é capaz de suportar é o da eficiência, entendido como juízo de adequação dos meios em relação ao fim da máxima realização possível dos interesses de quem dele participa. Simetricamente, impôs-se uma concepção do Estado como lugar ideal típico dos interesses coletivos, isto é, como lugar do “público” ou da solidariedade. A EdC contradiz este modelo dicotômico de ordem social, porque mostra na prática, que é possível servir-se do mercado para alcançar objetivos de natureza pública (...). É possível utilizar o mercado não apenas para produzir riqueza de modo eficiente, mas também para redistribuí-la [com] equidade (ZAMAGNI, 2002, p.133).

No contexto do quadro acima descrito, produz-se e distribui-se no âmbito do próprio mercado, utilizando-se das relações de reciprocidade nele existentes, sem, contudo, dissociá-las das relações humanas. É o que se pode chamar de submissão da racionalidade instrumental à racionalidade substantiva, nos termos da teoria weberiana.

Outro aspecto importante mencionado pelo autor é o critério de escolha ou o ato de escolha. Nem sempre predomina “o quanto mais, melhor”, por que uma determinada opção embora melhor que outra pode estar em choque com determinados valores ou convicções pessoais e, então, será deixada de lado e substituída por outra, talvez não tão boa, mas que não é conflitante com aquelas convicções e valores. Daí a importância de o consumidor conhecer a procedência dos bens e serviços que consome. Aliás, essa tende a se tornar, segundo autores como Zamagni, Bruni, Gui e outros, uma disposição futura no que se refere à escolhas de consumo, se critérios como o da racionalidade substantiva e de comunhão forem expandidos. Nesse sentido, embora haja uma tendência de afirmar que o mercado é compatível somente com a motivação egocêntrica, ele pode ser visto também como um sistema plural que permite a coexistência de culturas diversas, como tem sido demonstrado pelo cooperativismo, pela economia solidária e pela própria EdC.

Contrapondo-se à teoria de Stigler de que, no conflito entre valores éticos e *self-interest*, este último sempre vence, Zamagni afirma que “contrapor o interesse próprio a valores éticos equivale a admitir que quem defende os próprios interesses é um imoral; e desconsiderar o conteúdo da máxima evangélica que intima: ‘Ama teu próximo como a ti mesmo’ e não ‘contra ti mesmo’” (ZAMAGNI, 2002, p. 136), além de ignorar todas as iniciativas de compra e economias experimentais de conteúdo ético: as chamadas “poupanças éticas”. Por fim, a EdC, segundo Zamagni, tem a possibilidade de ser um modelo de distribuição, cujas instituições não humilham os seus membros distribuindo-lhes bens e serviços, mas dando-lhes a possibilidade de se auto-realizarem. Trata-se de uma economia na qual ambos os princípios – o de reciprocidade e o de intercâmbio de

equivalentes – encontram espaço para se exprimirem livremente. “A EdC, com sua demonstração prática de que *dar sem perder e tomar sem tirar* não só é possível, mas também compatível com a razão é, nas condições atuais, o mais robusto baluarte contra o risco daquela consumação” (Grifos originais) (ZAMAGNI, 2002, p. 138-139).

A EdC representa, assim, concorda Bruni (2005), mais do que um certo número de empresas que destinam parte dos lucros aos necessitados, mas, a partir da vivência da cultura da partilha, um humanismo que é expresso nos seus princípios e objetivos, diretamente voltados para a prática de uma postura ética dentro da economia formal, nas suas relações com o Estado, com os clientes, com os concorrentes, com a sociedade e com o meio ambiente.

CAPÍTULO V

A EDC SEGUNDO AS PRIMEIRAS PESQUISAS CIENTÍFICAS

1 Introdução

Este capítulo é o resultado do balanço das primeiras pesquisas científicas sobre a EdC, muitas das quais realizadas por pesquisadores ligados institucionalmente ao Movimento do Focolares. Não será possível analisar todos os estudos e, por esse motivo, corre-se o risco de deixar fora algum trabalho importante, assim como, de se cometer alguma injustiça ao se construir uma crítica geral. Entretanto, foram selecionados entre os estudos conhecidos aqueles considerados mais importantes, seja pela sua consistência metodológica (com relação aos dados e ao aspecto de fundamentação teórica), seja pelo seu valor histórico na construção de um arcabouço teórico sobre a EdC. Esses trabalhos, em sua maioria, resultam de pesquisas empíricas realizadas nas empresas pertencentes ao projeto EdC. São pesquisas que abordam os diversos aspectos da Economia de Comunhão. Existem estudos com discussões éticas, sociológicas, antropológicas, teológicas, econômicas; que tratam da questão da administração e da gestão nas empresas de EdC, de aspectos contábeis, e uns poucos que tratam da questão ambiental diretamente ou de forma subjacente. A maior parte deles são trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado, concentrados principalmente na Itália e no Brasil. Entretanto, por uma questão de tempo e de relevância, nos ocuparemos principalmente de trabalhos brasileiros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos que geralmente são sínteses de pesquisas empíricas.

2 As primeiras pesquisas científicas

Inicia-se pela primeira tese de doutorado sobre a EdC em nível mundial, embora este trabalho forneça resposta a muitas outras perguntas de pesquisas posteriores. Trata-

se, portanto, de um trabalho pioneiro e elucidativo da escocesa Lorna Gold, intitulado “Making space for sharing in the global market The Focolare Movement’s Economy of Sharing” que discute, a partir do Movimento dos Focolares e da EdC, as contribuições de experiências econômicas alternativas ao mercado. Segundo a autora, embora os movimentos religiosos estejam entre as organizações mais antigas das sociedades, são também frequentemente ícones no sentido de oferecer resistência aos males trazidos pela economia de mercado. Para Gold (2000⁶²), o potencial das experiências econômicas encetadas por esses movimentos não está somente em termos locais (microeconômicos), mas também em termos globais (macroeconômicos). Neste sentido, segundo a autora, o Movimento dos Focolares, com sua visão social enraizada numa perspectiva espiritual *trinitária*, é um dos exemplos desses movimentos humanistas.

Em termos específicos, a tese tem como foco a EdC, analisando sua evolução estatística e seus aspectos estruturais e organizacionais, tanto em nível local como em nível global, já que eles dão forma à dimensão institucional do projeto. A execução da Economia de Comunhão, enquanto prática empresarial com conseqüências sociais e culturais em nível local, é tratada pela autora por meio de uma comparação entre as empresas de EdC do Estado de São Paulo e as da região de Milão, na Itália, a partir da qual busca suas similaridades e diferenças, considerando sempre que a EdC é, na prática, (segundo suas próprias palavras) “a aplicação do *ethos*⁶³ do Movimento dos Focolares na economia em escalas e locais diferentes” (GOLD, 2000, p. 331). O trabalho é finalizado, deixando aberto o questionamento sobre as possibilidades e implicações de uma Economia de Comunhão em larga escala.

As conclusões de Gold (2000) destacam que dentro, da perspectiva trinitária adotada pelo Movimento dos Focolares e, conseqüentemente, pela EdC, há uma rejeição implícita ao que denomina “relativismo ético”, ao mesmo tempo em que há um, respeito à diversidade cultural. De acordo com a autora, não obstante os grupos culturais distintos tenham compreensões próprias da natureza humana, o Movimento dos Focolares, propõe um tipo de universalismo que considera transcender as diferenças de concepção cultural. Trata-se da compreensão de que os seres humanos existem para amar, para partilhar. “É somente dentro de tal amor que as diferenças culturais podem encontrar espaço para exprimirem-se. É este amor, conceitualizado de maneiras

⁶² Thesis of Doctor of Philosophy (Ph.D.) to the University of Glasgow, Faculty of Social Science, Department of Geography and Topographic Science, 2000.

⁶³ A autora utiliza o termo *ethos* no sentido weberiano, como sistema de valores, regras, crenças e costumes socialmente incorporados.

diferentes por culturas diferentes (...) que os Focolares procuram universalizar”. (GOLD, 2000, p. 331). Esta percepção parte do pressuposto de que para os cristãos este amor, que se traduz em unidade na diversidade, é considerado como a participação na vida da Trindade e, portanto, uma motivação poderosa para aplicá-lo na prática (GOLD, 2000). A unidade adquire, assim, a conotação de um processo relacional de inclusão que pressupõe a aceitação das diferenças dentro de um contexto de diálogo. Portanto, “alcançar a unidade, conforme propõe o Movimento dos Focolares, não é considerado como uma proposta de eliminar a diversidade em favor da uniformidade, mas, sobretudo, amar os outros com suas semelhanças e diferenças e vice-versa” (GOLD, 2000, p. 332).

A autora analisa as implicações teóricas, morais e práticas desse *ethos*, e aponta que a perspectiva trinitária colocada em prática pela EdC é no mínimo uma perspectiva diferente de se conceber justiça social e agir econômico, pois é fundamentalmente enraizada na perspectiva espiritual, transcendente, que se traduz numa perspectiva humanista e solidária como sua expressão, e a partir da qual emerge o que no Movimento dos Focolares se denomina “cultura da partilha”. Em outras palavras, o que Gold (2000) demonstra é que a EdC é expressão de uma visão espiritual que, se considerada através das lentes da economia utilitarista convencional, evidentemente parece irracional, irreal e utópica. Entretanto, para os empresários e demais pessoas imersas na espiritualidade e na perspectiva trinitária, toda essa visão é apoiada pela providência divina e faz perfeito sentido. Essa visão, segundo a autora, potencializa a experiência e motiva atitudes criativas nas empresas, assim como a própria comunhão dos lucros. Em outras situações, entretanto, a autora sugere que, quando a questão da providência divina e a idéia de relacionamentos trinitários são interpretadas ao “pé da letra”, ocasiona certa confusão entre decisões de negócios e espiritualidade, que podem levar inclusive à falência de empresas.

No que se refere às possibilidades de expansão da EdC, a pesquisadora escocesa sugere que, pelo fato da EdC ter surgido motivada pela necessidade de ajudar aos pobres do Movimento dos Focolares, o seu crescimento em termos de empreendimentos e como modelo de agir econômico fica limitado ao cumprimento deste objetivo. Entretanto, aceitar esta limitação, não significa aceitar que a influência desta experiência também se limite às estruturas do Movimento dos Focolares. Segundo Gold, este limite pode ser transposto na medida em que o que estiver em jogo não seja apenas os objetivos da EdC, determinados pelos limites estruturais do Movimento dos

Focolares, mas quando o que estiver em jogo, seja o *ethos* que ela representa e da qual é uma experiência piloto. Portanto, a ampliação da EdC enquanto expansão de empreendimentos estruturalmente ligados ao Movimento dos Focolares é algo mais ou menos definido e limitado, enquanto sua expansão como agir econômico, expressão de um *ethos* (ou de um humanismo ou racionalidade) não tem limites. A autora sugere ainda que, uma vez determinadas as dimensões do que é a EdC, principalmente no nível de valores e motivações, essas dimensões poderiam ser enfatizadas por outras organizações e comunidades globais afins, tais como movimentos religiosos, fazendo com que a EdC fosse replicada, diversificada e adaptada, revitalizando as respectivas estruturas, a partir da “cultura da partilha” e da divisão dos lucros em favor de causas humanitárias. O crescimento da EdC, segundo a autora, teria duas conseqüências previsíveis: a expansão da partilha enquanto cultura solidária e humanitária de inserção social, segundo as várias necessidades apresentadas (expansão da solidariedade); a expansão da partilha enquanto responsabilidade social empresarial imbuída de uma conotação não utilitarista (marketing e isenção de impostos), mas de cumprimento do papel social da empresa.

O *ethos* humanista, do qual fala Gold (2000), que tem como reflexo a cultura da partilha, pode ser constatado na prática das empresas de EdC, não só pelos números partilhados conforme exposto na introdução deste capítulo, mas pela postura ética das empresas conforme relata Serafim (2001⁶⁴), nos resultados da pesquisa intitulada “Ética no Espaço de Produção”. Segundo o autor, “ao substituir a motivação da acumulação pela motivação da partilha, a organização supera o caráter meramente econômico, dando um propósito social para si e um propósito de vida para o indivíduo” (SERAFIM, 2001, p. 124). Ou seja, propósitos que vão além de objetivos meramente funcionais e instrumentais, em termos individualistas, mas mais nobres dotados de significados muito mais substantivos. Ainda segundo as conclusões de Serafim, a EdC em termos práticos sensibiliza e provoca comprometimento social e ético.

Para Serafim (2001), “a resposta à pergunta <por que razão pessoas adotam a ética como critério de conduta?> tem como resposta parcial o sentido para a existência proporcionado para aqueles que a escolhem como referência de ação” (SERAFIM, 2001, p. 125). Além disso, afirma Serafim:

⁶⁴ Dissertação de mestrado defendida em 2001 pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Uma ressalva feita pelo próprio autor é que as suas conclusões estão restrita ao estudo de caso da PRODIET, uma das empresas pioneiras da EdC.

A EdC, ao optar em colocar efetivamente o ser humano como centro das ações empresariais, propiciou a construção de um ambiente alicerçado na multidimensionalidade humana (...). Vive-se uma dualidade tensa de forma permanente, devido a construção de uma empresa fundada na racionalidade substantiva e, por conseguinte, na ética da convicção que fornece uma orientação valorativa, mas no seio de uma sociedade que já lhe oferece um modelo geral, as diretrizes de base e a lógica das ações, todos esses elementos intuídos de uma racionalidade instrumental. (...) (*ibid.*, p. 126).

“A ética no espaço de produção”, no caso pesquisado por Serafim (2001), o leva a concluir que esta “não se deve aos processos argumentativos, mas à estrutura experiencial proporcionada pela organização”. Ou seja, o agir ético se dá a partir do contexto proporcionado pela organização e pelo exemplo, principalmente daqueles que ocupam cargos e funções de maior responsabilidade.

O exemplo, provindo da postura do "agir por primeiro", mostra que não se constrói uma realidade em que a ética esteja presente apenas portando signos e professando valores; acima de tudo, mostra que é preciso se comprometer efetivamente com eles nas ações cotidianas. Assim, a imaterialidade dos valores éticos é materializada em atos pelos dirigentes, mantendo uma relação de anterioridade desses com aqueles (*ibid.*).

O que Serafim (2001) encontra, portanto, no caso estudado, é uma prática que resulta não só porque são valores prescritos por uma doutrina religiosa, mas porque essa doutrina é praticada cotidianamente como uma ascese. Neste mesmo sentido, quando na pesquisa realizada por Leite (2005⁶⁵), o ponto de partida é a questão: <o que faz um empresário aderir a um projeto cuja proposta é abrir mão de parte do seu lucro em prol de pessoas necessitadas?> na verdade se está tentando entender e explicar os motivos pelos quais os empresários aderem à EdC, considerando principalmente a sua proposta de divisão de lucros. Evidentemente, que diante de um fato como este a primeira consideração a ser feita é a que, diante do predomínio da racionalidade pautada no instrumentalismo econômico na sociedade contemporânea e na economia formal de mercado, a EdC é uma proposta que contraria essa lógica, mesmo atuando no interior da economia formal de mercado. Portanto, conforme constata Leite (2005), já no início de sua pesquisa, a EdC significa e propõe um outro tipo de comportamento, pautado numa racionalidade fundamentada não apenas na lógica econômico-utilitarista mas numa

⁶⁵ Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2005.

lógica que incorpora a reciprocidade, a relacionalidade e a comunhão, e a explicação para esta lógica é a mesma para comportamento ético constatado por Serafim (2001).

Assim, interpretando as conclusões de Leite (2005), se poder-se-ia afirmar que a EdC reintroduz qualitativamente, em termos práticos na economia formal, os princípios de redistribuição do mercado e da reciprocidade, ressaltados por Polanyi (1994 e 2000). Leite (2005), ressalta que a EdC, tanto em termos teóricos como práticos, redefine o conceito de mercado e de empresa.

A EdC busca reconceitualizar o mercado, pois o projeto constitui-se, basicamente, por empresas que atuam no mercado, porém não apenas com objetivos instrumentais; usam o mercado como meio de redistribuição da renda e da riqueza, através da comunhão dos lucros, e ainda, propiciam formas de socialização pelo trabalho fomentando no seu interior uma consciência social e política aos sujeitos (LEITE, 2005, p. 353).

Leite (2005) sugere que a proposta de agir econômico que emerge da EdC oferece elementos importantes sobre os limites da empresa e da própria economia formal na sociedade. Embora a autora não estabeleça esta relação, as suas conclusões se aproximam muito de sugerir que a prática da EdC e de outras iniciativas econômicas análogas no interior da economia formal, pode significar um resgate (ainda embrionário) da economia no sentido aristotélico e da economia substantiva conforme Polanyi (1994). Segundo a autora, estas experiências “tocam num ponto nevrálgico que é justamente a relação existente entre esse ‘mundo da reciprocidade’ e sua relação com o mercado”. Nesse sentido a autora sugere que ao diferirem substancialmente da lógica capitalista de empresas e do próprio Estado, as empresas solidárias combinam a lógica formal de otimização, por meio da ação planejada, com o espírito solidário e de cooperação. Por esse motivo, funcionam “como vetor da racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais (inclusive em termos competitivos), comparativamente à ação individual” (LEITE, pp. 354-355).

A resposta à questão sobre os motivos que fazem com que empresários livremente optem por aderir a um projeto abrindo mão de parte do seu lucro está, segundo a autora, no próprio estilo de vida que fez surgir a EdC, que é a comunhão. A comunhão entendida como um estilo de vida essencialmente cristão, como uma doutrina ou uma espiritualidade específica do Movimento dos Focolares, que encontra na EdC vivência prática, tornando-se a sua ascese na economia. A consequência é que “estabelece-se uma relação de reciprocidade, (...) que coloca no mesmo plano quem doa

e quem recebe” (*ibid.*, p. 355).. É esta ascese que justifica o comportamento encontrado por Leite (2005), embora a autora não use tal referencial e terminologia, sendo este resultado encontrado também na pesquisa de Gold (2000).

A questão da responsabilidade social Empresarial (RSE) (sugerida por Gold (2000) é tratada por dois trabalhos de mestrado. Dallabrida (2004⁶⁶) busca compreender (através da comparação de dois casos, um de RSE e outro de EdC) em que medida os processos de gestão baseados nos princípios de RSE e de EdC indicam uma superação da racionalidade utilitária econômica e conseqüentemente contribuição para a construção do desenvolvimento sustentável. As conclusões do autor no que se refere à EdC são que, no tocante à contribuições para o desenvolvimento sustentável, a empresa pesquisada tende a enfatizar muito mais aspectos de sustentabilidade social, com diversas ações nesse sentido. Quanto à sustentabilidade ambiental, segundo o autor, “não foram verificadas ações substanciais e planejadas”, embora tenha verificado alguns investimentos recentes em tecnologias mais limpas (DALLABRIDA, 2004, p. 85). Noronha (2003⁶⁷), que trata a questão considerando empresas pequenas como as de EdC, afirma que a sua importância aparece tanto no que se refere a aspectos dos seus ambientes internos, (como relacionamentos saudáveis entre os funcionários e comprometimento com a política da empresa) como com aspectos externos, como a responsabilidade social e ambiental (não motivadas por interesses instrumentais como isenção de impostos, marketing) que as levam a “criar fortes vínculos com seus parceiros, contribuindo para um relacionamento de fidelidade e comprometimento” (NORONHA, 2003, p. 128) (tanto no que se refere a clientes e fornecedores, como no que se refere aos colaboradores). No mesmo sentido, Kurtz (2005⁶⁸) conclui que a qualidade dos relacionamentos nas empresas de EdC significa parte do seu diferencial, associada a outros fatores, tais como os próprios princípios da EdC e a sua fundamentação espiritual.

⁶⁶ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau - FURB, 2004. Trabalho inscrito e vencedor do Prêmio Ethos Valor de Responsabilidade Social Empresarial, 5ª edição, 2006, na categoria pós-graduação, com o título: "Responsabilidade social empresarial (RSE) e economia de comunhão (EdC): racionalidade empresarial na construção do desenvolvimento sustentável".

⁶⁷ Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Administração de Empresas do Estado de São Paulo / Instituto das Ciências da Administração – FAESP/IPCA, 2003.

⁶⁸ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC do Rio, 2005.

Mendes (2003⁶⁹), por sua vez, conclui que nas empresas de EdC, as relações interpessoais são mais afetivas, com clima de maior cooperação e solidariedade. “Os empresários vêm no relacionamento harmonioso com o pessoal, tanto interno quanto externo, o melhor meio de se adquirir êxito no mercado e acreditam que ele faz parte da postura ética dessas empresas” (MENDES, 2003, p. 119). Ou seja, é esse relacionamento harmonioso que garante a satisfação não só dos funcionários como também dos clientes e fornecedores⁷⁰.

Ainda segundo Mendes, há uma coerência entre os valores e princípios divulgados pelo projeto EdC, principalmente no que se referem aos relacionamentos interpessoais e à prática das empresas pesquisadas. Medeiros (2006⁷¹), por sua vez, busca identificar de que forma este aspecto relacional contribui para o capital social das empresas, assim como as virtudes sociais que surgem dos relacionamentos interpessoais entre os trabalhadores de duas empresas de EdC. As conclusões da autora são de que há nas empresas de EdC um estímulo à produção de valores relacionais (baseado em valores substantivos e com características fortemente humanísticas). Independente dos conflitos inerentes à qualquer organização, nas empresas estudadas, a autora sugere que esses valores geram um capital social nas empresas. De acordo com a pesquisa, merece destaque (e de forma recorrente, se observadas as conclusões de outros trabalhos sobre EdC) os valores espirituais e suas correlações com os valores éticos, de amizade, solidariedade, amor (em sentido fraterno), altruísmo e partilha, que sugerem a constante presença de aspectos transcendentais nestas organizações.

A política na área de pessoal é visível através das ações realizadas, tais como: formação humana e profissional; distribuição dos lucros; salários justos; condições de trabalho adequadas; segurança no trabalho; estímulo à cooperativa; preocupação com a qualidade de vida que extrapola o ambiente organizacional (MEDEIROS, 2006 p. 151).⁷²

⁶⁹ Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de organização e recursos humanos, 2003.

⁷⁰ A autora faz um estudo nas empresas localizadas no Pólo Spartaco.

⁷¹ Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

⁷² Medeiros (2006) alerta, porém, que, em uma das empresas a mudança de gerência com conseqüente mudança de estilo administrativo para um modelo menos participativo e mais vertical em termos hierárquicos tendeu a provocar um decréscimo na qualidade relacional e conseqüentemente no capital social desta empresa. Na outra empresa ao contrário a estrutura horizontal tende a valorizar e facilitar o estilo participativo e democrático, facilitando a solução de conflitos.

Bispo (2003⁷³) identifica a preocupação com a qualidade de vida como um aspecto relevante nas empresas de EdC, evidenciado no ambiente interno e na organização do trabalho. A organização do trabalho é feita no sentido de valorizar as potencialidades de cada funcionário, assim como para manter certa autonomia e possibilidade de participação. Há também, segundo a autora, notável aproximação entre a direção e os funcionários, entre os quais predomina um tipo de comunicação informal, que contribui para a confiança recíproca. Portanto, existe uma coerência entre os princípios divulgados pelo projeto EdC e as empresas pesquisadas. A questão relacional, a exemplo do que foi encontrado em outros trabalhos, também é destacada, assim como a dimensão ética, que se revelam vetores importantes da sustentabilidade organizacional e conseqüentemente econômica das empresas. Um aspecto importante destacado pela autora é que, embora as empresas de EdC destinem parte dos seus lucros para pessoas necessitadas, não gozam de nenhum tipo de isenção fiscal. Por outro lado, a autora conclui que há uma “satisfação” nos empresários e trabalhadores das empresas de EdC, reforçando, portanto, as conclusões de Serafim (2001), de que há nestas organizações um propósito que não se restringe meramente ao caráter econômico, mas também social em sentido amplo, sustentado pelo caráter substantivo da racionalidade da EdC.

Spers (2004⁷⁴), em um estudo de caso em uma empresa de EdC, analisa como a proposta do projeto EdC se dá na prática. A autora conclui que há uma ‘dualidade’ entre, por um lado, a plena inserção de aspectos éticos, de solidariedade e de responsabilidade social e, por outro, aspectos relativos à gestão e à produtividade que se mantêm no modelo tradicional hierárquico. “Foram introduzidos elementos valorativos em um sistema produtivo já dado. Ou seja, a estrutura produtiva é mantida e, a partir da Economia de Comunhão, surgem valores orientados pela religiosidade” (SPERS, 2004, p. 148). Ou seja, segundo a autora, dialogando com agentes que interagem externamente com a empresa de EdC estudada, pode ser percebido que “a tradução de sua conduta, em muitos casos, se resume à dimensão de suas ações sociais e não a uma perspectiva diferenciada de gestão” (SPERS, 2004, p. 149).

⁷³ Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, 2003.

⁷⁴ Tese de doutorado defendida pelo Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

A autora encontra evidente clareza nos empresários da mudança valorativa e a importância desta ser mantida, sob pena de cair no descrédito. Ademais, “as interações que a Economia de Comunhão produz, no processo organizacional, não atingem a visibilidade necessária para uma projeção no plano externo” (SPERS, 2004, p. 149), como marketing social utilizado para proporcionar vantagens competitivas. Segundo Spers, a empresa aderiu à EdC não porque procurasse ou tivesse necessidade de uma nova estratégia para ganhar mercado, mas pelo fato de que os proprietários da empresa acreditavam (em termos valorativos) na proposta da EdC, o que ratifica as afirmações de Bruni (2005), segundo as quais a “gratuidade” é um dos elementos intrínsecos à comunhão, e conseqüentemente à EdC; e de Gold (2000), para quem a EdC é expressão do *ethos* fundamentado em preceitos espirituais. Ou seja, conforme conclui Spers, “as ações sociais da empresa não são tratadas como uma estratégia de negócio, mas como uma mudança valorativa dos indivíduos para com a organização, e desta para com a sociedade, e tudo se dá sob a perspectiva da religiosidade” (SPERS, 2004, p. 151), a partir da qual a EdC constrói uma lógica administrativa própria, orientada pelos princípios, premissas e objetivos do projeto EdC como um todo. Esse fato, por sua vez, não muda a organização do trabalho, mas o conceito de trabalho, que, a partir da religiosidade, assume conotações de solidariedade, de amizade, de companheirismo, de pertencimento, de cooperação e de respeito ao meio ambiente (SPERS, 2004).

Além disso, segundo a autora:

A conduta dos proprietários e sua presença constante em todos os espaços da fábrica criam uma sociabilidade que atinge, simultaneamente, aqueles que estão dentro e os que estão fora da organização, dando visibilidade a uma forma de relação mais igualitária e menos hierarquizada. Neste sentido, a dimensão da solidariedade é sentida por alguns funcionários, ainda que seja possível perceber seus limites em certos contextos (SPERS, 2004, p. 151).

A competitividade das empresas de EdC é tratada por Pinto (2004⁷⁵) em uma pesquisa intitulada “A Economia de Comunhão sob o olhar da teoria dos *stakeholders*”.⁷⁶ A pesquisa aponta para uma “proximidade entre a EdC e a Teoria dos

⁷⁵ Tese de doutorado, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio, 2004.

⁷⁶ Transformado em livro em 2006, em co-autoria com o Prof. Proença e com o título: “*Economia de Comunhão: empresas para um capitalismo transformado*”.

Stakeholders".⁷⁷ A questão principal desta pesquisa é se um modelo de gestão, baseado em valores de solidariedade, que têm, por sua vez, como base de sustentação valores espirituais, como é o caso da EdC, pode ser capaz de gerar um diferencial competitivo. A partir desta pergunta de pesquisa, o autor busca explicar o *modus operandi* de quatro empresas de EdC, tendo como referenciais a Teoria dos *Stakeholders* e a Responsabilidade Social Corporativa.

De acordo com o autor, a importância conferida ao aspecto relacional é o ponto de maior afinidade com a Teoria dos *Stakeholders*:

Há, de fato, nas empresas visitadas, uma ênfase relacional, os "bens relacionais", mencionados em vários depoimentos e em obras de autores vinculados ao Movimento. Essa expressão surge em vários momentos da pesquisa, seja nas entrevistas no campo, seja nos Congressos, e, comprovadamente, há uma orientação a esse aspecto na dinâmica daquelas organizações (grifo original) (PINTO, 2004, p. 304).

Segundo a pesquisa, o tratamento equânime e a representatividade dos interessados, que são exigências da Teoria dos *Stakeholders*, foram verificados em todas as empresas visitadas, ainda que em algumas situações de forma parcial. "Sem dúvida, há uma grande preocupação com o bem-estar dos "interessados", sejam eles internos ou externos" (PINTO, 2004, p. 305). Há ainda, segundo o autor, "a presença constante de um tipo de liderança participativa, atenta às necessidades dos funcionários e que apresenta grande capacidade para ouvi-los. Isto confere uma atmosfera familiar a todas as empresas visitadas" (PINTO, 2004, p. 305).

Por outro lado, segundo descreve Pinto (2004): "não foi observada em nenhum momento uma sistematização do aspecto político, no sentido de uma participação representativa dos diversos *stakeholders* na tomada de decisão gerencial" (PINTO, 2004, p. 306). Segundo o autor esse fato é explicável principalmente por se tratarem de empresas pequenas e familiares e, também, porque em todas as empresas pesquisadas verificou-se a presença próxima de um líder forte, paterno, que chama para si a responsabilidade pelas decisões tomadas, tendo uma grande proximidade com os funcionários. Ou seja, há nelas um forte traço paternalista, segundo o autor.

⁷⁷ A teoria dos *stakeholders* (grupo dos interessados) reza que todos os parceiros sejam tratados de forma equânime, que recebam a mesma atenção, e que disponham de mecanismos capazes de representar seus interesses.

No que se refere ao meio ambiente, o autor constata pouca presença do tema nas entrevistas, “ao contrário do que foi encontrado na literatura que envolve Economia de Comunhão” (PINTO, 2004, p. 306). Entretanto, a empresa Femaq é colocada como uma exceção nesse aspecto, o que é atribuído ao fato de ser uma empresa metal-mecânica, ou seja, com alta geração de resíduos poluentes, e pela sensibilidade da sua alta administração no que se refere à dimensão ambiental. Quanto às demais empresas pesquisadas, o autor afirma que o fato do tema não ter sido mencionado nas entrevistas não quer dizer que não exista preocupação com a conservação ambiental, mas que esta não é formalizada como uma atenção específica, da mesma forma como no caso da dimensão política. Na análise empreendida na pesquisa, as dimensões, social e ética, recebem maior atenção, enquanto as outras dimensões como a financeira e a ambiental aparentemente têm menor peso. Entretanto, de acordo com o autor, esta constatação não pode ser generalizada, já que na sua pesquisa foram constatadas situações em empresas onde a dimensão ambiental tem prioridade em relação às demais. Esta percepção é bastante interessante e elucidadora e revela a existência da crença, principalmente por parte dos líderes (empresários), “de que, tratar do “elemento Divino” significa tratar de todos os demais, visto que esse fator perpassa, sustenta, sintetiza e viabiliza tudo o que existe, no real e no imaginário” (grifo original) (PINTO, 2004, p. 307). Ou seja, não se segue um modelo de gestão formal como os *stakeholders* ou de Responsabilidade Social, mas se aplica um tipo de gestão essencialmente próprio e baseado nas convicções religiosas e espirituais, de forma apoteótica, que sobrepõe o elemento espiritual a todos os demais. Segundo o autor, é possível perceber que se confere a mesma importância à espiritualidade que à saúde física, mental e ambiental.

Esta ascese, segundo a análise de Pinto (2004), mostra-se extremamente poderosa na produção de um diferencial competitivo. Ele se alinha a Brandalise (2003⁷⁸) que, em uma pesquisa intitulada “A finalidade do lucro para as empresas de economia de comunhão”, demonstra que o lucro nas empresas de EdC tem o que ele denomina de “uma nova finalidade”, ou seja, não tem como finalidade única o enriquecimento, mas também a distribuição. Alinha-se também a outras pesquisas, como a de Serafim (2001), que identifica e ressalta as suas dimensões éticas; Spers (2004), que também reconhece esse diferencial competitivo, assim como o fato de que os aspectos éticos não são negociáveis; e Gold (2000), que identifica esses aspectos

⁷⁸ Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2003.

como parte de um *ethos* fundamentalmente baseado numa espiritualidade (embora o autor não aprofunde essas pesquisas). Além disso, Pinto (2004) lembra que os anos de existência da EdC foram marcados por dificuldades em termos de crescimento econômico (inclusive com períodos de retração econômica), mas que essa retração não impediu que as empresas de EdC tivessem um lucro reconhecidamente superior à média nacional, o que faz com que aumente a importância dos aspectos gerenciais e competitivos destas empresas. Segundo Pinto (2004), a competitividade das empresas de EdC se deve ao fato também das características de mercado permitirem que essa superioridade se converta em diferencial competitivo na medida em que há uma valorização dos aspectos substantivos. Ou seja, quando há no mercado uma tendência a valorizar aspectos mais substantivos da economia, e quando esta é reconhecida como incrustada na sociedade, tal como postula Polanyi (2000).

Com relação à questão de pesquisa, o autor conclui que é “possível afirmar que existe um diferencial competitivo gerado pela forma como as empresas visitadas operam. Esse potencial é mais visível do ponto de vista interno, mas não é irrelevante na ação externa” (PINTO, 2004, p. 312). Por outro lado, conclui também que essa competitividade, assim como o próprio desenvolvimento das empresas “só têm condição de viabilidade dentro do quadro existencial atrelado à sua origem. (...). Logo, a proposta da Economia de Comunhão, tal como é hoje, não tem como se afastar de suas origens, e nem deve ser modificada. Esse é um conceito fechado e inalienável” (PINTO, 2004, p. p. 314).

Motta (2004⁷⁹) aborda a EdC a partir da perspectiva da complexidade, inserindo-a enquanto fenômeno empírico que representa, ao lado de outros movimentos sociais e das problemáticas sociais econômicas e ambientais, a necessidade de reconfiguração do “processo civilizatório”. Sob a perspectiva epistemológica e considerando o contexto a partir da sociedade e dos movimentos sociais, segundo a visão de Karl Polanyi, o autor apresenta e discute os sentidos e a aplicação dos princípios da cooperação, da colaboração e da integração. Entende-os como subjacentes aos processos evolutivos dos sistemas vivos, e provocadores de um deslocamento para outras abordagens que considerem a visão sistêmica da realidade e uma visão dialógica, que nasce justamente

⁷⁹ Dissertação de Mestrado, defendida pelo Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

dos princípios de cooperação e integração em substituição à competição (MOTTA, 2004).

A EdC é estudada pelo autor como um caso específico, no qual é identificado o princípio de comunhão como um princípio essencialmente cristão, que congrega, portanto, os valores cristãos como a unidade e a fraternidade. Segundo Motta (2004), o princípio da comunhão é a possibilidade – materializada nas empresas de EdC – de se construir micro-modelos de sociedade (subsistemas) auto-sustentáveis, que seriam alternativas integradoras e inclusivas de ação econômica, social, cultural e políticas. Uma de suas conclusões é justamente a de que a EdC tem como uma de suas funções ser um movimento que reúne “princípios aplicáveis possíveis e sustentáveis” (MOTTA, 2004, p. 244).

Gonçalves (2005⁸⁰), num estudo intitulado “A Experiência dos Pioneiros da Economia de Comunhão na Liberdade no Primeiro Decênio (1991-2001) no Brasil: Absurdo e Graça da Mudança de Mentalidade do Empresário”, procura construir um “retrato” da EdC enquanto projeto, com seus fundamentos, antecedentes históricos, premissas, como prática empresarial diferencial, pela fundamentação religiosa, e através da história dos primeiros dez anos de existência. O estudo diferencia empresa de comunhão de empresa da EdC e afirma que o processo de implantação da EdC é um processo em construção.

Nesse retrato são expostos vários aspectos relevantes e também gargalos da EdC enquanto modelo de gestão empresarial. Entre os gargalos está o fato de que nas 10 empresas estudadas pela pesquisa, após dez anos de existência do projeto, não foram encontrados indícios consistentes de uma gestão participativa, assim como de que haja na comunidade trabalhadora destas empresas o conhecimento e reconhecimento da filosofia da EdC. Se, por um lado, muitos dos trabalhadores conhecem os princípios e os praticam, inclusive participando do Movimento dos Focolares, por outro lado, há ainda um grande número de trabalhadores que apenas “ouve falar da EdC”. A explicação dada a este fato pelos empresários é a de que nas empresas de EdC as pessoas são livres para aderir ou não enquanto indivíduos. Ou seja, a decisão de adesão das empresas é dos proprietários e a decisão da comunidade trabalhadora é individual de cada trabalhador. Portanto, de acordo com o estudo realizado por Gonçalves (2005), a EdC é uma experiência econômica composta mais por empresários do que propriamente por

⁸⁰ Tese de doutorado, defendida pelo Programas de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal Do Rio de Janeiro, 2005.

empresas. As suas conclusões nesse sentido sugerem que a EdC, enquanto projeto que destina parte dos lucros aos necessitados, enquanto empresa regida por princípios éticos inegociáveis que se traduzem no respeito à legislação, ao meio ambiente e à responsabilidade social, é uma realidade. Enquanto empresa de Economia de Comunhão no sentido de modelo de gestão participativo democrático em que toda a comunidade trabalhadora seja envolvida, é uma possibilidade.

No que se tange à dimensão ambiental, Gonçalves publicou também um trabalho intitulado “Os resíduos sólidos de uma empresa de economia de comunhão” (2003⁸¹), no qual apresenta um estudo de caso de gestão ambiental. A autora explica a inserção da dimensão ambiental, a partir da convicção dos proprietários da empresa que, segundo ela, partem do pressuposto de que não se pode produzir qualidade, se o ambiente em que a empresa está inserida, interna e externamente é poluído e, portanto, prejudicial à saúde humana. O estudo revela que a postura que se tem em relação ao meio ambiente tem a mesma base da postura de transparência em relação ao Estado e aos empregados. Isto é, são baseados nos princípios da EdC, (“que não são negociáveis”) a partir dos quais se busca administrar com transparência em relação ao Estado (não sonegando tributos) e aos empregados (“não escondendo os lucros”). No que se refere à inserção da dimensão ambiental nos processos produtivos e de gestão, a autora relata que os empresários são conscientes da necessidade de uma mudança de mentalidade sob pena de ficar desmascaradas a filantropia empresarial e a responsabilidade social e ambiental expressa nos discursos de relacionamento saudável com a sociedade e com o meio ambiente. E mudar essa mentalidade é, segundo os empresários, “muito mais que obedecer a SA 8000 e ISO 14000 e 9000” (grifos originais) (GONÇALVES, 2003, p. 5). Trata-se, ao invés, de agir segundo valores como a solidariedade e o respeito mútuo, que não dependem apenas da religião, mas que, conforme reproduz Gonçalves a fala de um dos empresários, “são parte de todo ser humano que procura ser feliz” (GONÇALVES, 2003, p. 5).

As conclusões da autora, são que a gestão empresarial praticada na EdC, inclui o que denomina de “uma consciência relacional” nas suas atividades de gestão, de forma a consolidar a contribuição das empresas à sociedade, ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida daqueles que atuam na empresa ou residem no entorno dela. No que se refere aos aspectos práticos de gestão ambiental, o estudo conclui que a

⁸¹ Artigo apresentado no X SIMPEP (Simpósio de Engenharia de Produção), 2003.

responsabilidade ambiental, assim como, a responsabilidade social encontradas nas empresas de EdC são reflexos das pressões exercidas pela sociedade sobre os empresários e da mentalidade empresarial fundamentada nos valores espirituais e éticos presentes na administração das empresas. O estudo conclui que a livre opção pela adesão à “cultura da partilha” proposta pelo projeto EdC, redundando na opção por valores de natureza espiritual, que tem como consequência valores morais e éticos, praticados nas decisões empresariais que, por sua vez, influenciam nas razões para conciliar meio ambiente e economia, resultando numa produtividade equilibrada do ponto de vista socioambiental e economicamente viável. As evidências apontadas pelo estudo demonstram um tipo de gestão ambiental que considera o meio ambiente nas atividades produtivas, “desde a fase de concepção de projetos de produtos e processos, até a fase de descarte dos resíduos da produção” (GONÇALVES, 2003, p. 09).

Outro estudo que traz indícios interessantes sobre a inserção da dimensão ambiental nas empresas de EdC, é o feito por Santana (2003⁸²). O estudo intitulado “Princípios para um modelo de gestão ambiental sob o duplo enfoque de tecnologias limpas e da Economia de Comunhão”, foi feito em quatro empresas coligadas à EdC e constitui literalmente a tentativa de conjugar os aspectos tecnológicos das tecnologias limpas com os aspectos valorativos da EdC. O estudo conclui que a implantação de tecnologias limpas nas empresas de EdC tende a ser extremamente facilitada, pelo fato de que nessas empresas há uma presença muito forte do que autores como Gui e Bruni denominam bens relacionais e que na prática constituem as boas relações que a empresa mantém com seus *stakeholders* através dos seus membros colaboradores. A motivação para essas relações não tem origem apenas no interesse mercadológico, mas suas motivações provêm de valores éticos que, em certo sentido, as qualificam. Uma vez que essas relações são introduzidas no meio econômico onde normalmente sempre foram negligenciadas, tornam-se um diferencial que facilita o bom relacionamento tanto internamente à empresa (entre empregados, entre estes e os dirigentes), como externamente (com os fornecedores, concorrentes, clientes, comunidade e Estado). O resultado desta sinergia é a facilidade na resolução de problemas de ordem interna ou externa que tende a ocorrer de forma bem mais tranqüila que em outras empresas que não têm esses valores. Além disso, o estudo aponta que mais que facilitação da

⁸² Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-Árido, Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, 2003.

aplicação das tecnologias limpas em empresas, essa pode ocorrer com retorno bastante positivo para a empresa. Além disso, há nessas empresas um ambiente onde as tensões são mais facilmente resolvidas, assim como é dado aos funcionários a possibilidade de assumir responsabilidades e de participar juntamente como os empresários como co-responsáveis.

A qualificação da racionalidade nas empresas de EdC é abordada por Almeida (2002⁸³), que busca compreender as possibilidades de valorização da racionalidade substantiva em organizações econômicas. O estudo conclui que, embora haja significativa presença da racionalidade instrumental (o que não poderia ser diferente, já que são de organizações produtivas inseridas na economia de mercado) “em todas as organizações estudadas o peso da racionalidade substantiva parece ser maior que o padrão do mercado” (ALMEIDA, 2004, p. 132). Ou seja, segundo a pesquisa, a busca de resultados econômicos não é o único articulador da lógica empresarial nestas organizações, que agregam aos seus processos os elementos da racionalidade substantiva. Neste mesmo sentido, Ferreira (2004⁸⁴), num estudo comparativo entre duas empresas metal-mecânicas, uma empresa de EdC e outra empresa normal, busca comparar as duas empresas no sentido de verificar a proeminência da racionalidade formal ou substantiva em cada organização. As conclusões dizem que na empresa de EdC há uma maior presença de indicadores da racionalidade substantiva. Por outro lado, ressalta o autor que a empresa de EdC apresenta também diversos indicadores da racionalidade formal. Ou seja, na empresa de EdC tanto a racionalidade formal quanto a racionalidade substantiva se fazem presentes de modo intenso, contrapondo, segundo Ferreira (2004), proposições que as consideram opostas. A evidência encontrada pela pesquisa, portanto, ratifica as afirmações de Ramos (1989) de que racionalidade substantiva e racionalidade formal não são excludentes, mas interdependentes. A pesquisa conclui, ainda, que em termos organizacionais, há na empresa de EdC uma maior flexibilidade, (conforme já assinalado pelos trabalhos acima analisados), embora não tenha havido mudanças significativas nos modos de produção.

⁸³ Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Administração da PUC/RJ, 2002.

⁸⁴ Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2004.

3 Crítica às limitações

O fato da maioria das pesquisas ratificarem a viabilidade prática da EdC, assim como de a apontarem como um paradigma econômico, administrativo, relacional, de racionalidade (com implicações sociais, econômicas, políticas, ambientais, éticas, assim como o seu potencial emancipatório e representar uma resistência contra a corrente individualista), é um indício de sua relevância. Portanto, no que se refere à EdC enquanto experiência não há dúvidas e as pesquisas assim o demonstram, de que se está diante de uma experiência, socioeconômica ímpar. Alguns dos trabalhos analisados trazem conclusões e *insites* interessantíssimos em termos teóricos. Há trabalhos absolutamente rigorosos em termos acadêmicos, valendo-se de dados e métodos consistentes.

Por outro lado, torna-se importante a título de contribuição com a própria experiência de EdC, assim como com o avanço das pesquisas, construir uma crítica sobre alguns aspectos de algumas pesquisas que apresentam um caráter pouco crítico ou até mesmo em alguns casos, acrítico e que remetem à indagação de Boaventura de Sousa Santos: porque num mundo onde há tanto o que se criticar, tornou-se tão difícil construir críticas consistentes? A resposta a esta questão, no caso das pesquisas sobre a EdC depende de dois fatores: o primeiro é que muitas das pesquisas são produzidas por pesquisadores institucionalmente ligados ao Movimento dos Focolares e, por isso, conforme previne Dallabrida (2004, p. 92), podem incorrer em “certa tendenciosidade nas análises e interpretações, mesmo sem intencionalidade”; o segundo fator é que mesmo nas pesquisas realizadas por pesquisadores sem vínculo com o Movimento dos Focolares, a experiência de EdC exerce tal fascínio que pode ofuscar o senso crítico e consequentemente os pontos criticáveis, colocando em seu lugar a exaltação da experiência e de seus méritos. Portanto, não se trata de generalizar todos os trabalhos invalidando-os, mas justamente de evidenciar alguns pontos criticáveis.

Nesse sentido, o primeiro destes pontos criticáveis consiste no fato de que mesmo utilizando-se do rigor acadêmico, os pesquisadores institucionalmente ligados à EdC, correm sempre o risco de confundir o discurso focolarino do que deva ser a EdC, com o relato dos resultados das pesquisas. Aliás, este é um cuidado que inclusive este autor procurou tomar já que desde 1989 é membro do Movimento dos Focolares, acompanhando “de perto” o surgimento e desenvolvimento da EdC. Assim, se por um

lado se julga capaz de compreender com certa facilidade o contexto no qual se desenvolveu a EdC, por outro lado, é consciente do distanciamento necessário para a coleta e análise dos dados da pesquisa.

De outra parte, as pesquisas feitas por pesquisadores sem qualquer vínculo com o Movimento dos Focolares, correm o risco de não conseguirem compreender a dinâmica e o contexto da espiritualidade da unidade, base fundamental sobre a qual se está construindo a experiência de EdC. Neste caso, as tentativas de enquadramento são sempre a partir de teorias consagradas na pesquisa social e econômica. Não se quer afirmar aqui que estas teorias não são importantes para compreender experiências como a EdC, assim como as suas motivações. A crítica que se faz, entretanto, é que de nada adiantam estes enfoques, sem a compreensão das especificidades da experiência de unidade e de comunhão vivida pelos membros do Movimento dos Focolares. Não há como apreender essa realidade apenas aplicando e operacionalizando conceitos, senão pela vivência efetiva conforme fizeram os fundadores da etinografia.

Conforme afirma Chiara Lubich (2000b, p. 15), embora a EdC se apresente como uma experiência peculiar de economia solidária, ela é um projeto característico do Movimento dos Focolares, que, portanto, só pode ser compreendido dentro do contexto deste movimento e de sua espiritualidade:

Um projeto característico do nosso Movimento é a chamada **Economia de Comunhão** na liberdade, uma experiência peculiar de economia solidária. Esse projeto, autêntica expressão da espiritualidade da unidade na vida econômica, pode ser compreendido na sua íntegra e na sua complexidade somente se inserido no contexto da visão que essa espiritualidade tem do homem e das relações sociais.

O terceiro ponto criticável refere-se ao uso dos textos dos autores do Movimento dos Focolares, assim como os textos de Chiara Lubich, como referencial teórico sem a ressalva de que são textos de autores comprometidos ideologicamente com a proposta. Há que se separar os textos de Chiara Lubich como fundadora do Movimento dos Focolares e da EdC, assim como dos autores institucionalmente ligados ao Movimento dos Focolares e à EdC, das demais referências teóricas. Isto é, se trata de enquadrar o texto x ou y como acadêmico ou popular, mas sim na forma como os alguns pesquisadores os utilizam em suas pesquisas.

No tocante à dificuldade de construção de uma teoria de EdC estes textos são o ponto de partida. Entretanto não basta que sejam citados na apresentação da EdC em

termos de “dever ser”, sem no entanto, construir um modelo de análise baseado na literatura do “dever ser” da EdC para comparar com o que ela é na prática. Alguns trabalhos se aprofundam sobre a espiritualidade da unidade e sobre o Movimento dos Focolares, que são a base fundamental sobre as quais se desenvolve a experiência de Economia de Comunhão, mas sem construir um modelo analítico a partir do qual a experiência prática possa ser submetida. Outras pesquisas abordam aspectos ou teorias que possam de alguma forma significar alguma congruência com o “dever ser” da EdC ou com a sua realidade empírica.

A EdC é frequentemente usada como estudo de caso que reforça a teoria A ou Z, mas raramente como uma experiência que representa fundamentalmente uma teoria e uma prática própria, embora muitos trabalhos façam alusão a um “novo agir econômico” ou uma nova teoria econômica que possa surgir da EdC. Esse fato talvez ocorra porque, tanto nos trabalhos como nos discursos dos membros do Movimento dos Focolares, assim como dos empresários de empresas de EdC, está presente a afirmação de que a EdC nasceu primeiro como uma prática e depois como discurso e como teoria. De fato isso é verdade, pois antes de existirem as empresas de EdC não se falava de uma teoria da Economia de Comunhão. Porém, a partir do momento que a EdC toma corpo, a teorização torna-se necessária. Entretanto, pelo fato das empresas estarem imersas na economia de mercado e, conseqüentemente, num contexto de grande influência exercida pelos condicionantes estruturais e sistêmicos desta, o ponto de partida não deve ser apenas a prática empírica existente nas empresas de EdC, mas também, fundamentalmente a sua gênese e os pressupostos sob os quais foi construída a experiência e sem os quais a própria EdC não existiria.

Portanto, mesmo se alguns trabalhos são finalizados ressaltando as possibilidades paradigmáticas da EdC, isto constitui um paradoxo, pelo fato de não compararem de forma clara a realidade empírica pesquisada com os fundamentos espirituais e teóricos que a inspiraram, já que tanto Chiara Lubich como os “autores pioneiros” apresentam a unidade e comunhão como um novo paradigma social e econômico do qual a EdC é uma de suas mais fortes expressões. Ou seja, embora sejam importantes as comparações da EdC com outras experiências como a economia solidária, assim como abordagens da EdC à luz de teorias já consagradas, é importante também buscar compreendê-la a partir dos seus próprios pressupostos e do seu próprio conceito. Além disso, não é possível afirmar que a prática corresponde àquilo que inicialmente foi concebido, sem que os parâmetros de análise sejam os próprios

pressupostos, princípios e objetivos que a originaram. Da mesma forma não é possível discutir os limites e possibilidades somente a partir da prática sem compreender as suas motivações, e os seus fundamentos.

CAPÍTULO VI

A EDC SEGUNDO A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi feita conforme descrito no primeiro capítulo desta tese, tendo como objetivo qualificar, a partir das categorias da racionalidade instrumental e substantiva, a inserção ou não da dimensão ambiental nas empresas de EdC.

Os instrumentos utilizados foram prioritariamente entrevistas, na forma de colóquios, com os empresários e demais membros da EdC e do Movimento dos Focolares. Além disso, foram visitadas as empresas do Pólo Spartaco e duas empresas coligadas ao projeto fora deste Pólo. Complementarmente, utilizou-se de um questionário enviado a 21 empresas de EdC no Brasil.

1 Síntese da análise das respostas ao questionário fechado enviado às empresas

Das respostas ao questionário, 30% consideram que o compromisso com a conservação da natureza existe no projeto como um todo, mas não é amplamente divulgado para todos os empresários que aderem à EdC e justificam que é pelo fato da EdC estar ainda no começo e não haver uma sistematização dos princípios na forma de um modelo de gestão. As demais consideram que esse compromisso é amplamente divulgado através de meios como os informativos: “Economia de Comunhão: uma nova cultura” e “ESPRI notícias”. Sobre a questão se existe ou não algum tipo de programa formal que faça essa divulgação, todas as empresas afirmaram desconhecer qualquer iniciativa nesse sentido. 30% das empresas afirmaram existir divulgação também “através dos Congressos da EdC, publicações na Revista Cidade Nova e livros específicos sobre a EdC”.

Quanto ao compromisso com a conservação da natureza (ou Desenvolvimento Sustentável) estar formalmente inserido na estratégia das suas empresas, as respostas sugerem que em todas as empresas este compromisso está na Visão, na Missão ou em programas de planejamento e gestão das empresas. Todas as empresas que responderam que este compromisso é amplamente divulgado para todos os interessados no ambiente

interno e externo da empresa. 40% das empresas afirmaram manter algum programa ou ações de sensibilização e educação sobre a dimensão ambiental.

2 Síntese da análise das entrevistas com empresários e demais membros da EdC

As entrevistas revelaram que os empresários reconhecem que o compromisso com a conservação da natureza (ou com o Desenvolvimento Sustentável) está formalmente inserido nos princípios da EdC enquanto estilo produtivo e econômico. Os empresários entrevistados são unânimes na afirmação de que o amor à natureza é um aspecto inerente da espiritualidade da unidade e, portanto, também deve ser contemplado na prática das empresas de EdC. A maioria entende que não é possível ser empresa de EdC se a conservação da natureza não for considerada também um valor, como exemplifica o discurso a seguir:

Tanto a responsabilidade social como a cultura ambiental estão embutidas no “DNA” da EdC. As empresas de EdC direcionam suas ações à conservação da natureza, à formação dos funcionários, ao respeito pelos clientes e fornecedores e ao bem estar global.

Os empresários afirmam que esse compromisso é moral e ético e próprio da espiritualidade vivida pelos membros do Movimento dos Focolares. Ou seja, a conservação da natureza, ao lado de outras dimensões é condição para se dizer “empresa de EdC”. Mesmo se não há explicitamente o reconhecimento da interdependência entre meio ambiente e sociedade, entre natureza e Homem, a motivação religiosa, ao menos em termos ideais e teóricos, faz com que independente de pressões externas o empresário de EdC considere a dimensão ambiental na gestão empresarial:

Em minha opinião, o meio ambiente ou desenvolvimento sustentável é parte integrante dos princípios e práticas da EdC. Entendo (esta é também minha experiência) que quando o empresário adere à EdC, mais que dedicar-se a esta causa, passa a assumir um NOVO COMPORTAMENTO que, traduzindo em poucas palavras, o torna sensível e comprometido com as causas ligadas ao Desenvolvimento Sustentável.

Segundo os próprios empresários, a preocupação com a conservação ambiental é parte de uma mudança mais substancial proposta pela EdC enquanto projeto de

sociedade e “que deve se tornar um processo natural de educação” a partir de um modelo próprio de gestão.

A dimensão socioambiental na EdC, assim, aparece como uma dimensão substancial inerente à própria proposta na sua concepção e nos seus princípios ao lado de outros aspectos inerentes como os comerciais e de gestão das empresas. Essa substancialidade é proporcionada diretamente pela religiosidade e pela ética cristã impressa no projeto da EdC e conseqüentemente na gestão empresarial e da produção. O principal valor recorrente em praticamente todos os entrevistados é “amor ao próximo”, conforme ilustram o discurso:

Não é possível afirma que se ama o irmão se não se ama a natureza. A proposta da EdC é amar a todos. Amar o funcionário, o cliente, o concorrente, o Estado. E amar a todos é também amar o meio ambiente. Dentro do meu conceito de EdC, o meio ambiente faz parte e está inserido no contexto principal da linha de ação da EdC, assim como amar o concorrente; amar o funcionário; amar o governo; amar o inimigo. Por isso, vejo que a proposta da Economia de Comunhão é “Amar a Todos”, e, como conseqüência, o meio ambiente também.

O “amar a todos” é o eixo central identificado em todas as entrevistas e, segundo os empresários, é o que deve guiar a EdC. Este “distintivo” como os próprios empresários e demais membros do Movimento dos Focolares definem, está muito presente nos discursos. Qualquer que seja o empresário vinculado à EdC se indagado sobre o que deve guiar a EdC e as empresas, a resposta expressa quase sempre o mesmo conteúdo:

Nós acreditamos que a EdC não é um projeto nosso, mas de Deus, e os projetos de Deus são sempre Amor. Por isso uma empresa de EdC deve ser Amor para com os outros (...). Ela é Amor quando suas ações são em prol do bem comum, não só para os seus interesses ou grupos de interesses, mas para todos.

O amor cristão, segundo os empresários, é que os motiva a serem solidários, doando inclusive parte dos seus lucros para finalidades de ajuda financeira aos “pobres” cadastrados pelo Movimento dos Focolares. Motiva-os também a contribuir com a “coletividade”, através de práticas como pagar em dia e integralmente os impostos (uma das exigências do projeto EdC), ainda que tenham a consciência de que muitas vezes são valores mal utilizados pelos governantes:

Chiara Lubich nos ensina que ao homem nu pertence o manto que mantemos no armário. Ao faminto, o pão que estocamos. Ao pobre, o dinheiro que acumulamos.

Ser empresário da EdC é ser solidário, viver sempre com espírito de comunidade, fazendo da empresa lugar de comunhão. Antes de ser empresários temos que ser irmãos de todos (...).

Ao aderir a EdC, afirma um dos empresários que logo percebeu que não constituía apenas em doar parte dos lucros como erroneamente se pudesse pensar:

Repartir os lucros é apenas um dos passos a serem dados de uma longa caminhada para construir uma nova forma de fazer economia (...). Essa nova economia fundamenta-se em síntese, em colocar em prática a arte de “amar a todos” que, por sua vez, contempla todos os outros aspectos, entre os quais o respeito, o amor à natureza. Aderir à EdC é rever e submeter todas as ações e estratégias individuais e da empresa a esse princípio que é simples, mas ao mesmo tempo grandioso.

Visualiza-se assim, as motivações dos empresários que aderem à EdC, mas também visualiza-se um modelo de ação, segundo os princípios norteadores da EdC. Esses princípios têm como ambição nortear ou favorecer, segundo afirmam os empresários, uma concepção de um agir econômico que transcenda o objetivo puramente econômico e vise abranger outros aspectos da vida em sociedade, tais como a dignificação do trabalho, a qualidade de vida, a ética, o respeito à natureza, fundamentando-se principalmente na solidariedade:

A Economia de Comunhão trabalha para estimular a passagem da economia e de toda a sociedade, da cultura do ter para à cultura da partilha.

Uma das palavras chaves da EdC é “felicidade”. E a felicidade está na harmonia, no equilíbrio. É um modelo de gestão baseado nos 07 aspectos. A preocupação com a interdependência. A relação de amor contida na relação entre os aspectos. A providência.

3 Síntese da análise das visitas e entrevistas nas empresas

Seriam inúmeras as nuances da EdC a serem exploradas a partir das entrevistas e das visitas às empresas. Entretanto, restringiu-se aqui apenas à dimensão socioambiental e às motivações da inerência ou não desta dimensão nas empresas de EdC e no projeto como um todo. As visitas e entrevistas realizadas nas empresas tiveram como objetivo observar até que ponto todo o discurso de “amar a todos” no qual está subentendida a preocupação com a conservação da natureza, se materializa na prática das empresas de EdC.

Foram visitadas sete empresas, das quais cinco geram algum tipo de resíduo, sólido, líquido ou gasoso. Duas geram apenas lixo reciclável, como papel e outros. Todas possuem algum tipo de tratamento ou destinação tanto do lixo como dos resíduos. Nas visitas às empresas, observou-se, entretanto, que em termos práticos a dimensão ambiental é considerada em seis das empresas pesquisadas, seja nas condições de trabalho, seja no tratamento e destinação dos resíduos gerados. Há exemplos de empresas com reconhecimento ao atendimento de normas, tais como AD 2000 W0 (alemã) e à Diretiva 97/23/EC da União Européia 04.701.5080. Sistema de Gestão da Qualidade e ambiental, certificado conforme as normas ISO 9001 e 14000, Certificados de fornecedores pelo controle de custos, prazos e qualidade ambiental. Há uma empresa inclusive com um prêmio de destaque ambiental fornecido pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, do município-sede. Esses dados confirmam em parte as respostas ao questionário, assim como os discursos dos empresários tanto nos Congressos de EdC, como nas entrevistas nas respectivas empresas. Nesse sentido, um dos empresários relata que, na sua empresa, o meio ambiente é visto como parte integrante de todo o processo produtivo e, por isso, tudo é feito, considerando-o também como uma dimensão da produção:

Em nossa empresa aproveitamos o máximo de luz solar para reduzir o consumo de energia elétrica, só imprimimos documentos que precisam ser de fato impressos, usamos as duas faces dos papéis de escritório, e assim por diante. Nosso lixo orgânico é direcionado para coleta pública, os papéis são direcionados à reciclagem sendo doados a um casal de idosos que ganham seu sustento coletando papéis e papelões; e o lixo industrial é coletado por empresa especializada, tendo seu destino de acordo com a legislação local.

Nessas seis empresas são usados processos de reciclagem e reaproveitamento dos resíduos e, em algumas situações, segundo os empresários, é total, como no caso de uma empresa de rotomoldagem de materiais plásticos – produtos para construção civil e saneamento ambiental, tais como fossas e caixas de água:

Aqui os resíduos são reaproveitados na sua quase totalidade. O fato de ser termoplástico possibilita o seu reaproveitamento. Pouca coisa é descartada como resíduos orgânicos, resíduos de manutenção que são em pouca quantidade, papel, plástico e alumínio são reciclados. Para o tratamento dos resíduos orgânicos estamos desenvolvendo um processo de compostagem.

O mesmo ocorre numa empresa de embalagens, na qual há um processo de reaproveitamento de todo o material que seria descartado, assim como da água utilizada no processo:

Todo o material usado é reaproveitado, ou seja, mesmo que saiam frascos com defeitos, eles são moídos e misturados com material granulado e extrusados novamente, a água que utilizamos é para refrigeração dos moldes, e fica circulando na torre de refrigeração, e não possui nenhum poluente.

Em outra empresa⁸⁵ (fundição), cujo resíduo principal é areia de fundição, aproximadamente 60% da areia consumida é recuperada, sendo reaproveitada no processo. A parte descartada é utilizada na produção de artefatos de cimento: blocos, pisos, tijolos (Ver anexo 3):

Nosso principal resíduo é a areia de fundição. Aproximadamente 60% da areia consumida é recuperada, sendo reaproveitada no processo, a parte que é descartada é utilizado na produção de artefatos de cimento: blocos, pisos.

O aspecto inovador da EdC, entretanto, não são as ações individuais das empresas em prol da conservação ambiental, mas o elemento motivador que se de uma parte não torna a dimensão ambiental uma dimensão especial, com *status* mais elevado que as demais dimensões, de outra parte a faz ser inerente. Esse elemento, como já acenado acima, pôde também ser visualizado empiricamente nas empresas de EdC. Trata-se do compromisso dos empresários com os princípios da EdC:

⁸⁵ Embora não tenha sido possível uma visita a esta empresa, os dados coletados demonstram que ela é um caso emblemático no qual a dimensão ambiental é tida como intrínseca.

Em minha opinião o meio ambiente ou desenvolvimento sustentável é parte integrante dos princípios e práticas da EdC. Entendo (esta é também minha experiência) que quando o empresário adere à EdC, mais que dedicar-se a esta causa, passa a assumir um NOVO COMPORTAMENTO que, traduzindo em poucas palavras, o torna sensível e comprometido com as causas ligadas ao Desenvolvimento Sustentável.

A fidelidade a esse compromisso não tem como recompensa ganhos econômicos, embora não se negue que eles possam existir, mas está fundamentado na gratuidade que é um elemento da própria religiosidade e da fé dos empresários. Portanto, a base fundamental não é material, mas substancial. São os valores assumidos individual e coletivamente explicam as ações das empresas de EdC em prol da conservação ambiental ou não. Ou seja, não são “empresários ambientalistas” e tampouco agem motivados apenas por pressões do Estado ou do mercado. O que se nota no discurso e confirma-se empiricamente, é que as ações são motivadas, sobretudo, pelo compromisso com o arcabouço valorativo proposto pela EdC enquanto concepção. Nesse sentido, pode-se afirmar que é a intensidade da aplicação do princípio “amar a todos” no sentido cristão, que define o maior ou menor grau das ações em termos de conservação da natureza nas empresas de EdC.

Mesmo em uma das empresas, na qual tanto a dimensão ambiental como as condições de trabalho não apresentam uma qualidade aceitável, esse princípio se mostrou influente no sentido de promover a mudança necessária. Nesta empresa, observou-se que sobram inadequações ambientais, e as condições de trabalho estão abaixo do tolerável (insalubridade devido ao excesso de calor; excesso de ruído; falta de circulação de ar; má disposição da cadeia de produção; falta de equipamentos adequados ao calor e ao ruído; falta de equipamentos de segurança). Mesmo assim, o cuidado com os funcionários e com o meio ambiente está muito presente no discurso dos empresários que afirmam ser essa uma das suas preocupações mais importantes. O problema, segundo os empresários, é que a incorporação da conservação ambiental de forma plena em todas as etapas do processo produtivo é impossível na atual situação da empresa. Primeiro porque uma completa readequação nesse momento seria economicamente inviável, dado o estágio em que a empresa se encontra nesse sentido. Ou seja, é uma mudança tão onerosa que inviabilizaria economicamente a sobrevivência da empresa. Segundo, os empresários se ressentem de programas de apoio técnico e financeiro por parte do Estado. Por esses motivos, as empresas como aquelas de EdC, cujo baixo desempenho ambiental é incondizente com seus princípios, têm que buscar

com seus próprios recursos a solução para seus problemas ambientais. “É essa a situação atual da nossa empresa”, afirma o empresário, de uma empresa vinculada à EdC, que tem como um dos seus princípios o cuidado com o meio ambiente e o compromisso com a conservação da natureza, mas que não consegue colocá-lo totalmente em prática, pois existe um problema a ser equacionado: como desenvolver este princípio frente aos condicionantes econômicos, políticos e estruturais, impostos pelo atual contexto, sem torná-la inviável economicamente. Nesse sentido, a situação desta empresa de EdC não é diferente de outras pequenas empresas brasileiras, que buscam a adequação ambiental e a manutenção da competitividade.

Embora a situação desta empresa tenha sido exceção no universo da pesquisa, já que as demais empresas têm a dimensão ambiental mais intrinsecamente incluída nos seus processos de produção e gestão, de um modo geral observou-se que em todas as empresas o discurso é mais avançado que a prática, não obstante se possa afirmar que isso ocorre menos por questões de mercado e priorização dos critérios da racionalidade instrumental e mais por idealização da EdC enquanto projeto específico do Movimento dos Focolares. Há em todos os empresários entrevistados um grande entusiasmo ao falar da EdC e de suas empresas. Entretanto, o observador atento percebe que há uma disparidade entre o que se diz (inclusive por pesquisadores) e o que elas realmente são em termos socioambientais. A explicação para esta contradição (em termos de proporção) entre o discurso e a prática e entre o projeto EdC e a sua concretização no dia-a-dia das empresas, segundo os empresários questionados, é que as empresas embora se comprometam a se adequar segundo os princípios de EdC, precisam de um certo tempo para isso. Precisam continuar produzindo e, ao mesmo tempo, têm que ir consertando as inadequações. Ou seja, há um longo caminho a ser percorrido no sentido de materializar o projeto.

A maioria das empresas de EdC foram fundadas ou aderiram no entusiasmo de concretizar o projeto proposto por Chiara Lubich. Embora muitas dessas empresas já estejam consolidadas, esse processo, pela própria ação dos condicionantes impostos pela economia de mercado, começou pela saúde financeira. Dos objetivos propostos por Chiara Lubich (criar e consolidar empresas com justos salários, observando as leis vigentes e práticas cidadãs associadas à responsabilidade social e ambiental; destinar o lucro para além dos acionistas, para ajudar os necessitados e criar postos de trabalho; criar e sustentar estruturas aptas para formar pessoas capazes de viver segundo a cultura da solidariedade e da partilha), a destinação de parte dos lucros para ajudar os

necessitados (a promoção da cultura da partilha) parecem ter sido priorizados em relação à responsabilidade ambiental nesses primeiros quinze anos de EdC. O exemplo disso é a empresa acima citada na qual a dimensão ambiental ainda não foi incorporada e que possui uma ação diferenciada das demais, no que se refere ao aspecto social e de promoção humana.

Nessa empresa, porém, se por um lado falta a incorporação da dimensão ambiental, por outro lado, o comprometimento da comunidade trabalhadora é mais evidente do que nas demais. Ou seja, enquanto nas demais empresas a EdC é um movimento mais de empresários do que de empresas, nesta empresa, esse movimento congrega também a comunidade trabalhadora. Ali é realizado um projeto de valorização pessoal e humana dos empregados, como parte integrante do projeto EdC. Esse projeto abrange os funcionários e suas esposas (os empregados são todos homens, com exceção do setor administrativo). A empresa estimula os funcionários, que na maioria têm apenas o ensino básico, a completar os estudos, oferecendo, em convênio com o município e com o estado, os cursos de ensino fundamental e médio, dentro da própria empresa. Além disso, como forma de integração, os empresários mantêm atividades lúdicas fora do expediente, de que participam juntamente com os empregados como forma de fortalecimento do aspecto relacional. Essas atividades lhes proporcionam uma maior aproximação dos empregados e a construção de relacionamentos que extrapolam o limite profissional (patrão/empregado) e estabelecem maior confiança recíproca. É essa confiança recíproca que permite envolver os empregados no projeto da empresa (projeto EdC), e obter assim o comprometimento não só profissional, mas também em termos ideológicos. Além disso, a empresa mantém um convênio com uma entidade de recuperação de dependentes químicos para recolocação profissional, assumindo o compromisso não só de oferecer emprego, mas de acompanhamento do processo de recuperação. As atividades com as esposas dos funcionários são atividades lúdicas, de artesanato e de integração e socialização, na qual participam principalmente as mulheres desempregadas. A atividade de artesanato tem gerado inclusive incremento em termos de renda familiar e é desenvolvida num espaço integrado à empresa, onde funciona também a escola.

Voltando à dimensão ambiental, mesmo se a sua presença é considerada uma dimensão intrínseca da EdC enquanto projeto e enquanto discurso, em termos empíricos e práticos ela é ainda tímida, se comparada com a aplicação dos outros princípios de EdC. Por outro lado, é inegável que a sua presença no discurso dos empresários denota

uma constante preocupação. Como foi possível observar empiricamente, na maioria das empresas há um processo crescente de adequação. Mesmo na empresa na qual esse processo de adequação ainda não começou praticamente, observou-se que as inadequações não são ignoradas. Embora se perceba aparente falta de condições imediatas para corrigi-las, os empresários afirmaram que a adequação faz parte do projeto de sua empresa. As inadequações ambientais e das condições de trabalho “incomodam muito”, afirma um dos empresários, mas é preciso tempo para corrigi-las, do contrário, corre-se o risco de “quebrar”. Este empresário, a exemplo de outros, afirma tratar-se de uma experiência em curso que, embora baseada em princípios revolucionários, “ainda tem muito chão pela frente” para concretizar suas proposições. Esses princípios, afirma, visam o amor ao próximo e a unidade entre todos. Por esse motivo, por definição, contemplam a conservação ambiental como umas das formas de amar e construir a unidade.

O fato novo observado nas empresas de EdC, portanto, é uma postura declarada no sentido de melhorar tanto em relação aos aspectos ambientais como nas condições de trabalho. Esta postura não tem origem no caráter instrumental da demanda do mercado, mas na imposição moral e ética de estar se adequando segundo os princípios substantivos da EdC. Além disso, não se observou qualquer intenção no sentido de esconder os problemas. Ao contrário, nas visitas feitas, assim como nos questionários e entrevistas, tudo foi amplamente exposto.

Esses indicadores e as evidências observadas já no esboço do projeto lançado por Chiara Lubich, assim como nos textos dos “autores pioneiros” e nos resultados das primeiras pesquisas científicas, foram, em certa medida, confirmados pelas entrevistas e observações de campo, mesmo que proporcionalmente haja uma diferença entre o discurso e a prática, sendo o primeiro mais avançado que o último. Como explica um dos empresários, a sua atividade empresarial, após aderir ao projeto EdC, tornou-se um espaço no qual poderia praticar sua crença e as suas virtudes (ascese), tal como na vida pessoal, fazendo com que a empresa passasse por mudanças significativas, adaptando-se à proposta da EdC que, na prática procura, incorporar à atividade econômica e em termos organizacionais a espiritualidade da unidade proposta pelo Movimento dos Focolares:

Ao aderir à EdC entendi que só a adesão não bastava, que precisa mudar a minha empresa concretamente, adequando-a ao novo agir que a EdC propõe e que para nós cristãos trata-se de viver no trabalho a mesma experiência que

já vivia na vida pessoal (...). A EdC propõe que o centro da atividade econômica seja o ser humano, e isso muda tudo. Faz rever certos conceitos, como o de que o concorrente tem que ser eliminado, que o imposto precisa ser sonogado, que o custo ambiental pode ser protelado (...). O concorrente é um ser humano e como tal é o centro da EdC, assim como eu enquanto empresário e também os meus empregados. Portanto, precisa ser respeitado no seu direito. O imposto, embora muitas vezes mal utilizado pelos governantes, é a nossa contribuição para a sociedade, feita de seres humanos que também precisam ser respeitados nos seus direitos. O custo ambiental é na prática a demonstração de respeito pela natureza criada por Deus para nós... Além disso, se preservamos a natureza estamos colocando no centro da atividade econômica não só o meio ambiente em si, como erroneamente se possa pensar, mas indiretamente todos os seres humanos que têm o direito a um meio ambiente equilibrado (...). Colocar o ser humano no centro da atividade econômica, portanto, significa respeitá-lo nas várias ocasiões, seja através do meio ambiente, do seu trabalho, como empregado, cliente ou concorrente, assim como através da coletividade representada pelo Estado (UM DOS PRIMEIROS EMPRESÁRIOS A ADERIR AO PROJETO EdC).

Assim, baseando-se nestes indicadores e observações é possível afirmar que há nestas organizações um forte caráter substantivo. Embora sejam empresas atuando na economia de mercado e, portanto, com forte caráter instrumental, como em qualquer outra organização dessa natureza, as empresas de EdC apresentam uma característica bastante particular, que é também de caráter substantivo devido à presença forte de valores de origem espiritual e religiosa. Tais valores reforçam as dimensões: ética, política, estética e moral das atividades desenvolvidas. Essas dimensões, definidas por Weber, Polanyi e Ramos como critérios substantivos, estão presentes em todos os níveis do processo de tomada de decisão dessas organizações. Observa-se que esta presença forte faz com que toda a natureza instrumental de uma organização essencialmente capitalista sofra uma constante pressão, gerando uma tensão entre os valores substantivos internos e anunciados, e a atividade econômica instrumental. Essa tensão tende a fazer com que a organização não só atue como uma unidade de reprodução do capital, mas também como uma organização social, com fins que extrapolam o interesse puramente econômico, como preconizou Ramos (1989). As empresas de EdC são entendidas pelos empresários e pelos membros do Movimento dos Focolares como um instrumento de comunhão e de amor ao próximo. Esse talvez seja o indicador mais forte de que as empresas de EdC são organizações que privilegiam a racionalidade substantiva tanto enquanto concepção de empresa, como enquanto prática econômica, em que os meios continuam submetidos aos fins e a racionalidade instrumental submetida ao julgamento dos critérios da racionalidade substantiva. Esse é o indicador mais forte também, a partir do qual a economia torna-se meio de buscar a justiça social e a distribuição de renda, cuja dimensão ambiental entra como um aspecto intrínseco.

Isso tende a ocorrer se esse princípio for efetivamente atuado e a partir do qual a conservação ambiental independe de motivações externas (embora esses tenham importante influência), mas decisivamente depende de suas próprias proposições e valores. Nesse sentido, as conclusões que podem ser tiradas desta análise, ao menos em parte, confirmam a hipótese inicial deste trabalho, de que a conservação da natureza é um valor intrínseco nas empresas de EdC. Ou seja, a sua contemplação enquanto dimensão dos processos de tomada de decisão e de produção não ocorre porque é reconhecido como uma dimensão motivada unicamente por condicionantes externos, de caráter instrumental, mercadológico ou de marketing. Essa contemplação, quando ocorre, surge a partir de valores internos, porque é uma condição da espiritualidade da unidade e, por isso, é um valor que descende de outros valores associados ao amor ao próximo. Ou seja, é um preceito espiritual, ético e moral, relacionado a um conjunto de valores cristãos.

No confronto com a proposição de Ramos (1989), cuja base é a definição aristotélica de homem – homem político – a constatação é de que a racionalidade presente na EdC pode ser considerada essencialmente substantiva no seu sentido metodológico, na medida em que a ação prática e, portanto, a instrumentalidade destas ações e seus meios são submetidos ao julgamento de um arcabouço valorativo, isto é, ao julgamento ético, estético e moral. A observação a ser feita, porém, é em sentido ontológico, na medida em que são valores específicos, a partir dos quais a ação política livre e consciente é submetida. Essa especificidade, que é dada pela natureza religiosa e espiritual dos valores, tira da racionalidade da EdC o caráter universal da racionalidade proposta por Aristóteles, confinando-a aos limites da crença que representa. A ênfase dada ao cuidado no trato com os clientes, fornecedores, concorrentes, Estado e meio ambiente é na verdade a ênfase cristã do “amor ao próximo”, que resulta numa racionalidade específica subordinada a esses valores que são a referência na condução das organizações econômicas da EdC.

4 Os princípios de gestão da EdC

As diretrizes para ação das empresas de EdC são traduzidas em sete princípios. Estes princípios são freqüentemente citados pelos empresários e podem ser resumidos

nos seguintes itens: 1) ter as pessoas como centro da atividade econômica da empresa (público interno); 2) relações comerciais justas e éticas com fornecedores e clientes e governo (público externo); 3) as empresas vendem e negociam produtos e serviços, mas os seus valores éticos e morais são inegociáveis (público interno e externo); 4) a empresa deve ser uma comunidade em que todos os interessados tenham voz prezando pela harmonia física no ambiente de trabalho e das inter-relações; (público interno); 5) Reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e à conservação da natureza (público interno e externo); 6) Formar e instruir a comunidade trabalhadora; 7) manter canais de comunicação aberta e sincera entre funcionários e diretores (internamente) e com clientes e fornecedores (externamente).

Além destes princípios, no círculo⁸⁶ da figura 4, estão representadas as suas sete dimensões correspondentes, ilustrados por cores representativas dos aspectos propostos pela EdC enquanto projeto. Esta figura representa de forma resumida, e ao mesmo tempo emblemática, a concepção do projeto EdC enquanto modelo de gestão nos seus vários aspectos. Vermelho: dimensão econômica e de partilha, indicadores financeiros, de produtividade e de partilha do lucro como resultado da comunhão; verde: dimensão da saúde e bem-estar dos membros da empresa e dos destinatários dos bens produzidos, satisfação dos clientes, respeito e conservação da natureza; alaranjado: dimensão política, de irradiação no sentido de convencimento do valor da proposta nos seus vários aspectos, principalmente substantivos; amarelo: dimensão transcendental e fidelidade ao projeto no seu sentido fundamental e espiritual; azul: dimensão estética, harmonia no ambiente de trabalho tanto em sentido físico como de relações humanas e prática da ética da cooperação; anil: dimensão da sabedoria, formação desenvolvimento, eficiência, inovação e pesquisa, além do balanço da missão, no sentido de comportamento de sabedoria, mais do que de acúmulo de conhecimento; violeta: dimensão da comunicação e de intercâmbio de experiências e interesses entre todas as empresas coligadas, no sentido de através da comunhão efetiva, manter a unidade do projeto em torno dos seus princípios, fundamentos e objetivos.

⁸⁶ Apresentado por Rodolfo Leibholz – Presidente do Conselho de Administração da ESPRI S/A e um dos proprietários da FEMAQ – em um Congresso de EdC em 2002.

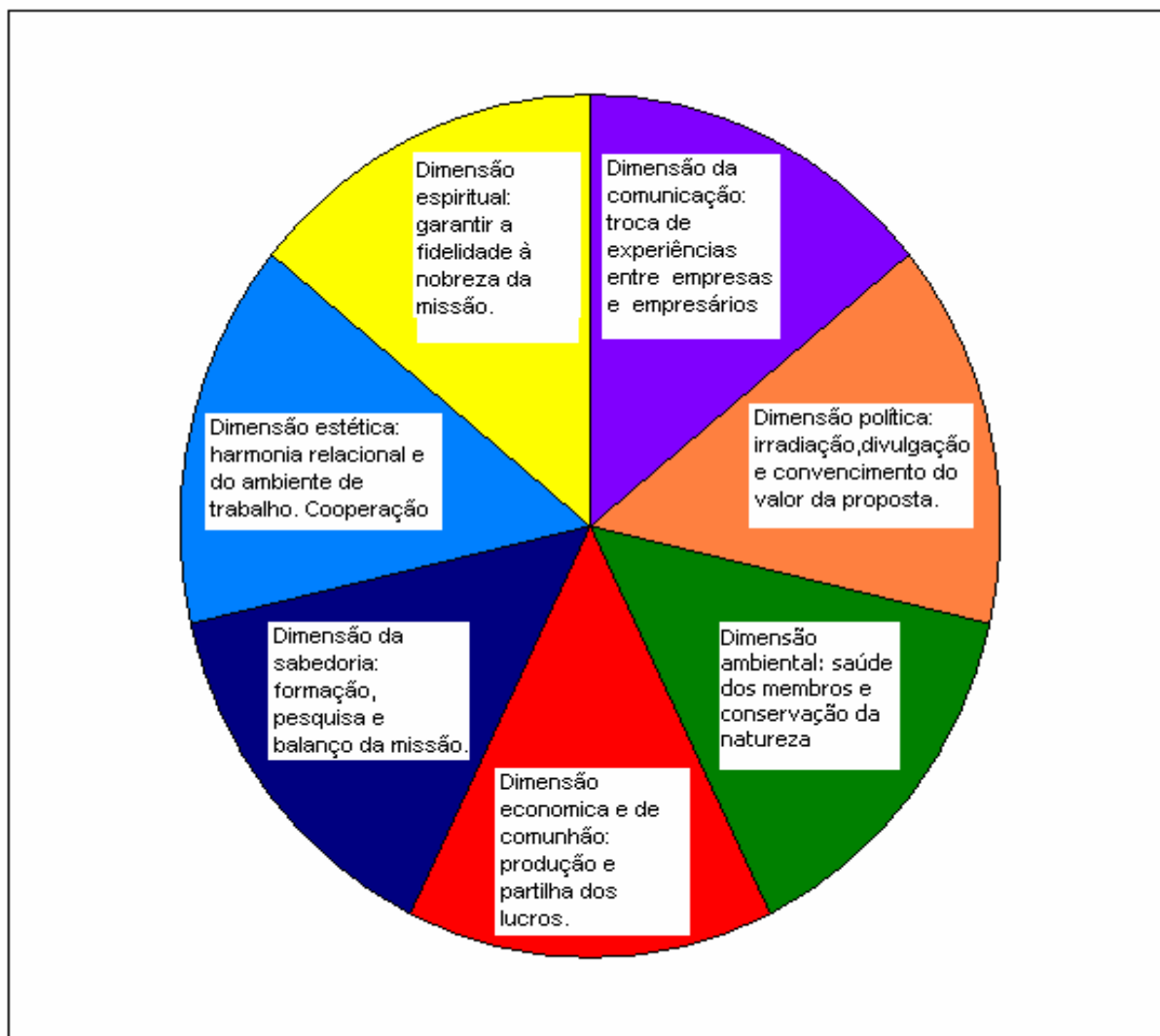


Figura 8: Modelo de gestão da EdC baseado nos sete aspectos da espiritualidade da unidade.

Fonte: Adaptado do modelo apresentado por Rodolfo Leibholz, no Congresso de EdC em 2002.

O que é expressado através deste círculo, entretanto, não deve ser interpretado como uma simples técnica de gestão empresarial – embora a construção de uma metodologia de gestão baseada na aplicação prática dos conteúdos expressos no círculo acima se constituísse em interessantíssimo e útil exercício de pesquisa aplicada a ser realizado. Trata-se, ao invés, de uma ética específica, que tem como finalidade não só certa austeridade administrativa, mas a expansão de uma ética (a ética da unidade ou ética de comunhão, vivida pelo Movimento dos Focolares) para a economia formal. Esta é a essência da questão. Ou seja, tal como Weber identificou na ética protestante – sempre ressaltando que sem fazer qualquer tipo de comparação entre conteúdos éticos ou entre asceses –, é possível identificar que a EdC não se trata de mero bom senso

administrativo e comercial, mas sim uma racionalidade específica cujos elementos são essencialmente de caráter substantivo.

Embora inseridas num contexto de economia de mercado, em que predomina o caráter utilitarista, as empresas de EdC apresentam características substantivas que vão contra essa corrente. A explicação para este fenômeno certamente vai além da ética de Benjamin Franklin, descrita por Weber, para quem a honestidade, a pontualidade, a frugalidade e a laboriosidade eram virtudes, porque asseguravam o crédito e garantiam a austeridade. Na EdC, a centralidade do homem, a valorização das relações interpessoais dos empregados, dos clientes e fornecedores, o respeito às leis e às obrigações com o Estado, o cuidado com o ambiente interno e com a conservação da natureza, a partilha de parte dos lucros, constituem elementos que não podem ser reduzidos a procedimentos utilitaristas ou a finalidades apenas econômicas. Por se tratarem de empreendimentos econômicos, evidentemente são perpassados pela economia e têm elementos da racionalidade instrumental, mas não podem ser reduzidos nem ao economicismo nem ao seu espírito utilitarista. A EdC é uma extensão do Movimento dos Focolares e, portanto, expressa a sua ética e a sua concepção de mundo. A ética do Movimento dos Focolares é uma ética cristã, a ética da unidade, baseada na comunhão material e espiritual, segundo enfatizam seus membros. A EdC, enquanto projeto e enquanto empresas individualmente ou coletivamente administradas, é encabeçada por pessoas que são membros do Movimento dos Focolares e, portanto, adeptos da espiritualidade da unidade proposta por Chiara Lubich.

O círculo adaptado da apresentação de Leibholz, que é o presidente do Conselho de Administração da ESPRI S/A, é a síntese desta espiritualidade, na forma de princípios de gestão, e “colorido”, portanto, por aspectos de valor (substantivos) sintetizados no termo comunhão. A comunhão, portanto, adjetiva a economia, as inter-relações comerciais e pessoais, os aspectos produtivos, e a relação com o meio ambiente, nas empresas de EdC. O projeto EdC propõe um modelo de gestão que não seja unicamente fundamentado na produção de dinheiro visando exclusivamente o crescimento econômico, mas propõe uma cultura de comunhão, que não nega a produtividade, o crescimento econômico e a produção de dinheiro, mas que os submete a uma racionalidade recheada de valores e princípios éticos, que transcendem ao puro utilitarismo econômico. Esta racionalidade, sintetizada no termo comunhão, é a questão fundamental e, portanto, explicativa do maior ou menor grau de preocupação com as questões ambientais nas empresas de EdC na medida em que for aplicada, ao mesmo

tempo que não se encerra em si, mas explica uma série de outras atitudes sociais que são distintas, mas que constituem um todo resultante dos mesmos princípios éticos. Tal como alertou Horkheimer (2002), em relação à atitude de dominação implementada pelo homem moderno, como sendo uma atitude que tem a mesma matriz tanto no que se refere à natureza, como em relação aos outros homens, na EdC, pode-se afirmar em termos dedutivos, que a atitude de partilha e preocupação social não é descolada da preocupação ambiental. São aspectos intrínsecos, constituintes do projeto, que não podem ser vistos como externalidades, mas justamente ao contrário, são parte do seu dever ser.

Assim sendo, ante a pergunta se a dimensão ambiental está contemplada nos processos de gestão e produção das empresas de EdC, o próprio esquema apresentado a partir da proposição de Leibholz a coloca como um dos sete aspectos fundamentais do projeto. Além disso, Chiara Lubich também a inclui nos objetivos e nos princípios da EdC, em que é expresso que se deve “reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimento de alto custo” (LUBICH, 2002, p. 16). Em termos empíricos essa dimensão se materializa em maior ou menor grau na empresas e, se por um lado, significa o exemplo de avanço e relação às empresas convencionais, pela sua inerência, por outro lado, ainda é um princípio não totalmente aplicado pelas empresas e empresários de EdC e por isso ainda requer grande esforço em torná-lo empiricamente aplicado. Produzir levando em conta a conservação da natureza é um dos princípios fundamentais e objetivos da EdC e não depende exclusivamente de pressões externas, porque está contido no seu próprio projeto enquanto concepção. Depende ao invés, da decisão e fidelidade por parte dos empresários em aplicar esse princípio, assim como os demais. Essa decisão, com efeito, é o que pode resultar na materialização da ética da unidade e da racionalidade de comunhão empiricamente e conseqüentemente na contemplação da dimensão ambiental como uma atitude que vem de dentro, conseqüência da ética da qual a própria EdC é resultado, mesmo se a aplicação dessa racionalidade ainda não seja plena, em função das dificuldades descritas pelos próprios empresários.

4.1 Contribuições e limites da racionalidade da EdC para fins de gestão ambiental

O objetivo central deste estudo foi compreender a racionalidade das empresas de EdC e as suas contribuições para a inserção da dimensão ambiental nos processos de gestão. Para tanto, buscou-se estabelecer as relações entre a inserção da dimensão ambiental e a racionalidade específica da EdC. A racionalidade de comunhão, inerente à cultura da partilha é a base da experiência empresarial de EdC, e a aplicação prática de critérios baseados em valores cristãos, que resultam segundo autores como Gui (2000) e Zamagni, (2002) em “bens relacionais”. Isto é, seus aspectos de gestão e de tomada de decisão não estão baseados apenas no conjunto de bens materiais da empresa e dos seus *stakeholders*, segundo os critérios da razão instrumental. Estão baseados também nas relações que se tornam essenciais tanto no âmbito externo à organização (relações com clientes, fornecedores, credores, administração pública, meio ambiente) como no seu âmbito interno. Conforme Gui (2000), os “bens relacionais” são intangíveis e de caráter não privado, sem, no entanto por isso, serem menos reais que os aspectos materiais. O que, nesse sentido, superaria a idéia de que a economia seja lugar de pura instrumentalização, enquanto que tudo aquilo que é de valor substantivo deve ser deixado de lado. Os “bens relacionais” cada vez mais têm sido reconhecidos na economia formal como uma dimensão importante do bem-estar das pessoas e da conseqüente melhora das relações interpessoais, que redundam em posturas de lealdade, conhecimento recíproco, confiança, abertura às idéias dos outros, elementos importantes em qualquer processo de gestão.

Nesse sentido, as contribuições da EdC e conseqüentemente deste estudo, são: primeiro, em demonstrar a viabilidade de uma atividade econômica que prioriza os aspectos substantivos e os bens relacionais, mesmo se em termos ambientais a EdC ainda tenha um longo caminho a percorrer. Segundo, que a viabilidade econômica e a responsabilidade ambiental são resultados diretos do equilíbrio das racionalidades prática (instrumental) e valorativa (substantiva). Não se pretende com isto, fazer apologia à racionalidade da EdC, em termos de conteúdo (ontológico), mas propor a possibilidade de conjugar, em termos de modelo (metodológico), as racionalidades instrumental e substantiva para fins de conservação da natureza. A contribuição está nas lições que emanam desta experiência, independente dos seus vícios e limites.

Não se trata, portanto, de um modelo de gestão a ser replicado pura e simplesmente, mesmo porque ele ainda não existe de forma sistematizada. Tampouco

que todos os empresários devam partilhar da mesma crença proclamada pelos empresários de EdC para que a dimensão ambiental figure como uma dimensão intrínseca na gestão empresarial. O que se está afirmando é que conteúdos éticos, estéticos e morais, próprios da racionalidade substantiva, são essenciais a qualquer modelo de gestão que tenha como finalidade a conservação da natureza.

Ao contrário do que freqüentemente se observa nos processos de gestão ambiental, um processo baseado também na racionalidade substantiva, ou seja, com equilíbrio entre as dimensões instrumentais e valorativas, resgata a gratuidade que deve estar implícita nas ações de conservação ambiental. O exemplo da EdC e de outras iniciativas solidárias, cujo objetivo esteja fundamentado no interesse coletivo, pode inspirar modelos de gestão ambiental que procuram superar as mazelas de processos fundamentados prioritariamente em ganhos econômicos a partir de estratégias de marketing.

O significado da EdC, ainda, é essencialmente qualitativo e por isso não deve ser interpretado em termos macroeconômicos, como um paradigma de superação do capitalismo, como querem acreditar muitos autores. Os próprios números desmentiriam isto. Ao invés, deve ser interpretado em termos microeconômicos conforme alerta o Prof^o. Proença⁸⁷ a um grupo de discussão virtual (*e-group*) sobre a EdC usado por esta pesquisa para debate.

Ela [a EdC] não é um projeto em senso estrito, como na economia ou na administração, mas em sentido lato, porque tem um objetivo geral e um meio também de caráter genérico para atingir tal objetivo, que são os princípios espirituais e filosóficos fixados por Chiara Lubich. Por isso, não tem o caráter instrumentalista dos projetos econômicos, mas orientação fortemente substantiva. [A EdC é] uma nova forma de gerir pessoas para a obtenção dos objetivos empresariais (instrumentais, mas também substantivos) e tem seu grande diferencial competitivo na qualidade dos relacionamentos interpessoais e interorganizacionais, gerado por essa forma de gestão, que tem como princípio central a espiritualidade da unidade e suas implicações para o pensar e o agir naquelas empresas. Esse projeto (genérico) está em sua fase empresarial, onde a nova forma de gestão se concretiza pela experiência de empresários e funcionários que o abraçaram (praxis). É um aprendizado. É também um ato de fé. Existe uma maneira EdC de ser na gestão de empresas.

⁸⁷ O Professor Sergio Proença Leitão é professor do Departamento de Administração de Empresas da PUC – Rio e já orientou diversas pesquisas sobre EdC, sendo várias em nível de mestrado e uma em nível de doutorado.

Essa nova forma de gerir, marcada fortemente por conteúdos substantivos está ainda no começo e não pode ser afirmada como um “projeto econômico” ou como um paradigma de gestão. Só será um paradigma de gestão quando for efetivamente sistematizado, a partir de resultados replicáveis e indiscutíveis. “Só se transformará num “projeto” econômico, quando o número de empresas for suficiente para ter repercussão nas políticas públicas. O número atual de empresas é inexpressivo para afetar a economia dos países onde atuam”. Para o Prof. Proença, esse é um bom indício de que na fase atual, a relevância da EdC está nos aspectos administrativos e microeconômicos das empresas, como processos organizacionais de gestão ambiental, sem grandes especulações sobre os seus efeitos gerais macroeconômicos e de mudança social. “A mudança tem de ocorrer primeiro no âmbito da empresa, para depois se deslocar ao âmbito da sociedade e de suas outras instituições. Se essa fase não for superada, a seguinte (econômica) não ocorrerá”. Ou seja, mudanças maiores só podem ser pensadas a partir do momento em que essas empresas individualmente e no seu conjunto se consagrarem como casos paradigmáticos de gestão administrativa, econômica, social e ambiental, segundo os próprios princípios estabelecidos. E essa batalha, segundo o Prof. Proença, será ganha ou perdida no nível micro. “Se o “micro” não for operacional, o “macro” nunca o será”.

No que se refere à dimensão ambiental, mesmo se na prática é ainda uma dimensão não totalmente internalizada nas empresas de EdC como um valor, a fidelidade aos seus princípios por parte dos empresários tende a fazer com que essa internalização ocorra mais cedo ou mais tarde, porque ela está plenamente inserida no projeto proposto por Chiara Lubich, assim como nos princípios de gestão apresentados por Rodolfo Leibholz. Portanto, a aposta a ser feita é sempre em relação à fidelidade por parte dos empresários.

A proposta de EdC, se secularizada e efetivamente colocada em prática nas empresas, pode significar também um exemplo no qual os conceitos de Responsabilidade Social e Ambiental, são “reescritos”, pois atualmente, esses conceitos são usados para maximizar os fins econômicos das empresas e abrandar os seus impactos socioambientais negativos. A proposição da EdC, em termos ideais, significa uma inversão dessa lógica, na medida em que a dimensão socioambiental é transformada em intrínseca e o ser humano é colocado como o centro das atividades da organização “empresa”. Ou seja, as finalidades econômicas, que não são negadas, são na verdade subordinadas às finalidades socioambientais.

CONCLUSÕES

A pesquisa teórica apresentada na primeira parte desta tese consistiu no exercício de construir um marco teórico que contemplasse as nuances específicas do campo empírico estudado e ao mesmo tempo representasse uma abordagem consistente acerca da problemática ambiental a partir do pressuposto de que se trata de uma problemática socioambiental. Ao mesmo tempo resultou no conceito-chave, núcleo do modelo adotado para a análise dos dados das etapas posteriores. O conceito de racionalidade, nas suas tipologias instrumental/formal/funcional e substantiva/de valor, como categorias “ideais”, foram os óculos através dos quais a problemática socioambiental e a EdC foram vistas neste estudo. As categorias, formal e substantiva, foram perspectivas, através das quais foi possível olhar também a economia e suas relações com as demais dimensões da atividade humana.

A pesquisa documental forneceu elementos que, aliados aos dados da pesquisa bibliográfica sobre o Movimento dos Focolares e a EdC, assim como aos questionários, entrevistas, Congressos de EdC e visitas às empresas, permitiram construir a EdC enquanto concepção, projeto, proposição teórica e prática. Elementos como os objetivos, princípios e os quatro aspectos essenciais da EdC tornaram-se compreensíveis e permitiram entender as diretrizes do projeto como um todo. Também foram evidenciadas nesse processo, as bases espirituais e religiosas e as premissas históricas que motivaram Chiara Lubich a propô-la aos membros do Movimento dos Focolares em 1991.

A pesquisa bibliográfica sobre os autores pioneiros da EdC e outros autores ligados institucionalmente ao Movimento dos Focolares ajudou a entender a natureza da experiência de EdC. Ajudou igualmente, a fazer a análise da proposta, enquanto projeto de sociedade, alicerçado no cristianismo e na doutrina social católica, bem como na espiritualidade da unidade. Além disso, forneceu elementos para compreender a chamada “cultura da partilha” como um dos pilares da EdC.

Por fim, as primeiras pesquisas científicas com suas variadas abordagens de múltiplos aspectos da experiência EdC não só corroboraram a justificativa deste trabalho como forneceram argumentos e indicadores para a revisão e a reconstrução da

hipótese de pesquisa. Podem ser compreendidos também como um vasto banco de dados secundários, com vários olhares sobre a EdC.

A pesquisa de campo, constituída de entrevistas com empresários da EdC, com membros do Movimento dos Focolares e com pesquisadores; de visitas às empresas e de participação em Congressos de EdC, permitiu uma análise comparativa dos dados teóricos das demais etapas, submetendo a hipótese teórica às evidências e indicadores empíricos.

Quanto à corroboração ou refutação da hipótese de trabalho: “se a racionalidade presente nas empresas de EdC contempla a dimensão ambiental como uma dimensão inerente”, pode-se afirmar que em termos teóricos, sim, a EdC tem como uma de suas dimensões intrínsecas a dimensão ambiental. Todos os empresários se mostraram conscientes da presença da dimensão ambiental nos princípios da EdC e o peso destes princípios mostrou importante influência sobre as atitudes das empresas em relação à conservação da natureza. Da mesma forma, eles se mostraram conscientes, seja do potencial poluidor de suas atividades produtivas, seja da necessidade de prevenção, destinação e tratamento dos resíduos e efluentes, gerados. Além disso, as atitudes proativas em relação à conservação da natureza nas em empresas de EdC, têm sempre como referência a espiritualidade da unidade e as proposições de Chiara Lubich, a partir das quais a conservação da natureza é um dos princípios da EdC e também uma das suas condições. Para uma empresa fazer parte da EdC, deve construir sua gestão baseada nos seus princípios e um desses princípios é, nas próprias palavras de Chiara Lubich, *reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo*. Portanto, a dimensão ambiental é evidenciada na EdC já na sua concepção, e a partir daí, insere-se também nos seus princípios de gestão.

Essa inerência da dimensão ambiental é a primeira explicação, e ao mesmo tempo condição, para a contemplação da dimensão ambiental na prática das empresas. Ou seja, a conservação da natureza é um dos princípios da EdC, de forma que a empresa que não leva em conta esse aspecto, automaticamente está sendo incoerente com a proposta que ela própria divulga. A segunda explicação é a dimensão espiritual e religiosa, que contempla todo um conjunto de valores morais, éticos, estéticos, culturais, políticos que não só influenciam, mas são determinantes no “projeto EdC”. “A EdC é a

expressão da espiritualidade da unidade no mundo da economia” como afirma um empresário. E essa espiritualidade é uma espiritualidade ecológica, conforme se constata num dos principais textos do Movimento dos Focolares, escrito por Chiara Lubich:

A saúde do Corpo místico, a saúde da humanidade é a paz. A saúde do cosmo é a ecologia. Haverá um grande desenvolvimento ecológico no nosso Movimento – eu tenho esta impressão – porque a natureza precisa ser salva. Como eu não posso me fazer santa se estou morta, mas devo viver para me tornar santa, assim é necessário o planeta para que a humanidade possa também viver. (...) Isso, portanto é essencial à vida. A ecologia é a base da paz. A paz, a fraternidade só são possíveis num planeta que não esteja destruído (MF, 1999).

Degradar ou destruir a natureza é, para Chiara Lubich, como degradar e destruir Jesus, e amar a natureza é também amar Jesus. Essa é a raiz, a justificativa e a explicação para dimensão ambiental figurar como um dos princípios da gestão das empresas de EdC e, assim, como uma das suas condições. Ela abre espaço também, para a conclusão de que a motivação da conservação da natureza nas empresas de EdC não é de origem externa, mas tem origem na própria espiritualidade e, portanto, é inerente.

Empiricamente, entretanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido pelas empresas para materializar a proposição de Chiara Lubich e de todo o “projeto EdC”. Não obstante o arcabouço valorativo e teórico e as conclusões de boa parte das primeiras pesquisas científicas – que fornecem indicadores de que as empresas de EdC se preocupam com a conservação da natureza, apontando para uma coerência entre a proposta teórica e a sua aplicação prática –, a materialização empírica ainda é parcial e requer dos empresários um grande esforço para sua efetividade. Havendo esse esforço, a EdC, que em certa medida já representa um exemplo de atuação social e econômica no qual se resgata o equilíbrio entre os critérios substantivos e instrumentais, pode representar também um exemplo em termos socioambientais. Isso porque, a racionalidade da EdC ou a racionalidade de comunhão, como propôs Bruni (2002 e 2005), é uma racionalidade que prioriza não só os critérios práticos e de eficiência da racionalidade instrumental/formal/funcional, mas tem como característica importante a submissão desta racionalidade instrumental à racionalidade substantiva, na medida em que são os valores que determinam o rumo das ações, o que é imperativo para que a conservação ambiental torne-se prioritária nos processos de gestão. Em outras palavras,

a EdC, na proporção em que sua prática for coerente com seus próprios princípios, pode ser a materialização de teorias tais como as formuladas por Polanyi (1994) e Ramos (1989), nas quais se sugere resgatar respectivamente o caráter substantivo da economia e da ação social, o que constitui, por definição, a porta de entrada para a inerência da dimensão ambiental nas organizações e na própria economia.

1 Comentários finais

Ao finalizar este trabalho, é imperativo fazer algumas considerações acerca das alegrias e de algumas dificuldades encontradas. As alegrias foram muitas: o contato enriquecedor e agradável com outros pesquisadores da EdC, em longos debates sobre o tema, cujo contexto muitas vezes foram os próprios Congressos de EdC; a troca de informação e a efetiva “comunhão” de informação e dados com inúmeras pessoas envolvidas ou pesquisadoras da EdC; o contato com os empresários ou empresárias e outros membros do Movimento dos Focolares, que se mostraram absolutamente coerentes ao se submeterem a longos colóquios, mantendo-se sempre muito simpáticos, amáveis e abertos a fornecer as informações requisitadas, respondendo aos questionários, assim como abrindo suas empresas a visitas.

Quanto às dificuldades, cita-se, talvez aquela que foi a mais significativa, como um limite da pesquisa, porque de certo modo influiu, ainda que parcialmente, no seu resultado final. Trata-se da dificuldade de comunicação via correio eletrônico para se obter dados diretos referentes às empresas. Por razões desconhecidas, o método de colher informações cruzadas através de questionários não foi bem recebido por alguns empresários. Embora, um número significativo de empresas tenha confirmado o recebimento do questionário enviado através de e-mail, muitas não o responderam. Mais tarde apurou-se, através de conversas informais, que a falta de tempo e certa preferência por estudos que sejam feitos em campo seria a causa da rejeição a questionários. Além disso, outra explicação que foi dada é que se prioriza o contato pessoal entre empresários e pesquisadores. Esse fato se explica por dois motivos observados: o primeiro é o fato de que na EdC busca-se em todos os aspectos valorizar a relação interpessoal (construir bens relacionais), portanto, acredita-se que também as pesquisas terão melhores resultados se seguirem os princípios da relacionalidade. O segundo,

subjacente, é que há um desejo do movimento de tornar as pesquisas um mecanismo de legitimação da proposta da EdC e, por isso, uma certa tendência em direcioná-las. Isso pôde ser percebido principalmente nos discursos de algumas lideranças da EdC e do Movimento dos Focolares que, indiretamente, acabam por sugerir conteúdos e métodos de pesquisa.

Além disso, há a tendência constante (como é comum em qualquer ideologia) de convencer (“vender o seu peixe”), e não é incomum pesquisadores que iniciam suas pesquisas com um discurso de neutralidade acabarem seus relatos fazendo apologia à EdC. Nesse sentido, aliás, algumas pesquisas têm evidente escopo de corroboração da proposta (esse poderia ser um excelente tema de pesquisa). Essa constatação pôde ser feita, não só estudando os relatórios de pesquisa (dissertações e teses) como também por meio de observação de campo, tais como no Seminário de Trabalhos Acadêmicos realizado durante o Congresso de EdC de 2006, no qual a prioridade era menos apresentação de relatos de pesquisa e mais os testemunhos de conversão de estudantes e professores. Os trabalhos mais ovacionados não eram aqueles feitos com maior rigor acadêmico, mas aqueles que tinham como resultado mais importante o convencimento do professor-orientador ou da academia acerca da importância da EdC.

Evidentemente, do ponto de vista dos membros do Movimento dos Focolares e da EdC, isto nada tem de estranho ou errado. Do ponto de vista da credibilidade acadêmica e científica, porém, essas atitudes e trabalhos são prejudiciais não só a pesquisa enquanto instituição, como a própria EdC. Não se trata, portanto, de desacreditar a EdC, enquanto experiência socioeconômica substantiva, que porta intrinsecamente a solidariedade, mas justamente o contrário, de evidenciar que se trata de uma experiência ímpar, séria, que merece ser estudada com rigor e critério científico. Só assim as pesquisas poderão contribuir para seu desenvolvimento. A credibilidade e dignidade teórica só serão alcançadas por meio do rigor científico e evidentemente pela fidelidade dos empresários aos princípios de EdC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W e HORKHEIMER, Max. **Conceito de Iluminismo**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção os Pensadores.

ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia solidária**. In: CATTANI, Antonio D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. pp. 232-241.

AÍMOLA, L. **Uma introdução à ciência ambiental**: Complexidade sócio-ambiental, auto-organização e interdisciplinaridade. In: ABRAMOVAY, R. (org.) *Construindo a ciência ambiental*. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2002. pp. 151-173.

ALBUQUERQUE Paulo Peixoto de. **Associativismo**. In: CATTANI, Antonio D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ALMEIDA, Marcelo Afonso. **Empresas de Economia de Comunhão**: possibilidade de valorização da racionalidade substantiva na organização econômica? In: *Dissertação de mestrado*, Departamento de Administração da PUC/RJ, 2002.

ARAÚJO, Vera. **A doutrina social da Igreja e economia de comunhão**. In *Vários. Economia de Comunhão: propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a cultura do dar*. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

ARAÚJO, Vera. **Economia de comunhão e comportamentos sociais**. In COSTA et al. *Economia de Comunhão: projeto propostas para uma cultura da partilha*. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

ARAÚJO, Vera. **Que pessoas e que sociedade para a economia de comunhão?** In: BRUNI, Luigino (org): *Economia de Comunhão: uma cultura econômica e suas várias dimensões*. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2002.

ARISTOTELES. **Política**. Brasília: UnB, 1985.

BISPO, Ana Carolina Kruta de Araújo. **Análise da Qualidade de Vida no Trabalho**: um estudo de caso junto a empresas de Economia de Comunhão. In: *Dissertação de mestrado*, apresentada ao curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003.

BOFF, Leonardo. **Ecologia Mundialização Espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1993.

BRANDALISE, Luiz Antonio. **A finalidade do lucro para as empresas de Economia de Comunhão**. In: *Tese de Doutorado*, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2003.

BRUNI, Luigino. **Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão.** In: BRUNI, Luigino (org): Economia de Comunhão: uma cultura econômica e suas várias dimensões. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2002.

BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia.** São Paulo: Cidade Nova, 2005.

BRUNI, Luigino. **Para uma teoria e economia de comunhão:** coisas antigas e coisas novas. In: Anais do bureau internacional da economia e trabalho, 1999. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2000.

BURCKART, Hans. **Gerenciamento sustentável.** In: Anais do bureau internacional da economia e trabalho, 1999. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2000.

BURCKART, Hans. **Sviluppo Sostenibile e Management:** Elementi per un Nuovo Paradigma di Gestione. In: Nuova umanità: revista bimestrale di cultura. Roma: Città Nuova, 1999. NU XXI (1999/6) 126, pp. 667-687.

CAMBÓN, Enrique. **Assim na Terra como na Trindade:** o que significam as relações trinitárias na vida em sociedade? São Paulo: Cidade Nova, 2000.

CATTANI, Antonio D. **A outra economia:** os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio D. (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. pp. 09-14.

COHN, Gabriel. **Max Weber:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1989.

DALLABRIDA, Ivan Sidney. **Novas formas de atuação empresarial na construção o desenvolvimento sustentável:** contribuições de um estudo comparativo entre experiências de responsabilidade social empresarial e de economia de comunhão. In: Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, FURB. Blumenau, 2004.

DAVIDSON-HUNT, I.J. & BERKES, F. (2003) **Nature and society through the lens of resilience:** toward a human-in-ecosystem perspective. In: F. Berkes, J. Colding & C. Folke (Eds.) Navigating social-ecological systems. Building resilience for complexity and change. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 53-82.

DURANT, Will. **A História da Filosofia.** São Paulo: Nova Cultural – Coleção Os Pensadores, 2000.

DYE, Thomas R. **Models of politics:** some help in thinking about public policy. In: Understanding public policy. 5.ed. New Jersey, Prentice Hall, 1994.

FERNANDES, Valdir. **Meio ambiente e espiritualidade:** uma análise do Movimento dos Focolares. Trabalho de conclusão de curso, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, 2000.

FERNANDES, Valdir. **Indústria, meio ambiente e políticas públicas em Santa Catarina**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, UFSC. Florianópolis, 2003.

FERREIRA, Jorge Leandro del Contre. **Racionalidade e dimensões organizacionais: análise comparativa entre uma empresa de Economia de Mercado e uma empresa de Economia de Comunhão**. In: Dissertação de mestrado, Curso de Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2004.

FOCOLARES, Movimento dos. **Canções da Mariópolis**. São Paulo: Cidade Nova, 1991. V. I. Textos.

FOCOLARI, Movimento dei. **Come un Arcobaleno: gli “aspetti” nel movimento dei focolari**. Roma: Città Nuova, 1999.

GALLAGHER, Jim. **Chiara Lubich: uma mulher e sua obra**. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

GARCÍA, R. **Interdisciplinarietà y sistemas complejos**. In: E. Leff (Org.) *Ciencias sociales y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa, 1994, pp. 85-125.

GIL A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLD, Lorna. **Abrindo espaço para uma nova visão econômica: redes locais-globais de comunhão**. In: *Anais do bureau internacional da economia e trabalho*, 1999. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2000a.

GOLD, Lorna. **Making space for sharing in the global market: The Focolare Movement's Economy of Sharing**. In: Thesis of Doctor of Philosophy (Ph.D.) to the University of Glasgow, Faculty of Social Science, Department of Geography and Topographic Science, 2000.

GOLD, Lorna. **The roots of the Focolare Movement's Economic Ethic**. *Journal of Markets & Morality*. Londres, vol. 6, n. 1, pp 143-159, mar./jun. 2003. [on-line] Available: [2004-08-02].

GONÇALVES, Heloisa H. A. Borges Quaresma. **A experiência dos pioneiros da Economia de Comunhão na liberdade no primeiro decênio (1991-2001) no Brasil: absurdo e graça da mudança de mentalidade do empresário**. In: Tese de doutorado, defendida pelo Programas de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal Do Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, Heloisa H. A. Borges Quaresma. **Os resíduos sólidos de uma empresa de economia de comunhão**. Artigo apresentado no X SIMPEP (Simpósio de Engenharia de Produção), 2003. <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais10/gestaoambiental/arg03.PDF>. Acesso em 10/12/2005.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

GRADE, Marlene e AUED, Idaleto M. **Apontamentos de estudo sobre novas relações sociais na economia solidária**. In: Anais II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003. Florianópolis: UFSC, 2003.

GUI, Benedetto. **Organizações produtivas com finalidades ideais e realização da pessoa: relações interpessoais e horizonte de sentido**. In BRUNI, Luigino (org): Economia de Comunhão: uma cultura econômica e suas várias dimensões. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2002.

GUI, Benedetto. **Os bens invisíveis à economia de hoje**. In: Anais do bureau internacional da economia e trabalho, 1999. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madri: Cátedra/Teorema, 1994.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias, qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção os Pensadores.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção os Pensadores.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

JAPIASSÚ, H e MARCONDES D. **Dicionário básico de filosofia 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JOLLIVET, M e PAVÉ, A. **O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa**. In: VIEIRA, P. V. e WEBER, J. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997 pp. 53-112.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção os Pensadores.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KURTZ, Renata Geórgia Motta. **Relacionamentos interpessoais e aprendizagem organizacional na economia de comunhão: o caso FEMAQ**. In: Dissertação de

mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, PUC. Rio de Janeiro, 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**. O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

LEFF, Enrique. **Ecología y Capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México/España: Siglo Veintiuno editores s. a. de C. V./Siglo Veintiuno de España editores s.a. 1986.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones de conocimiento**. In: VIEIRA P. F. e MAIMON, D. (Orgs). As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinariedade. Rio de Janeiro/Belém: APED e UFPa, 1993.

LEIBHOLZ, Rodolfo. **Projeto ESPRI 2010**. In: Movimento dos Focolares. Economia de Comunhão Congresso Nacional 2002. São Paulo, 2002.

LEIBNIZ, Gotfried Wilhelm. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção os Pensadores.

LEIS, Hector Ricardo. **A Modernidade Insustentável**. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis/Florianópolis: Vozes/UFSC, 1999.

LEITE, Kelen Christina. **Economia de Comunhão uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas**. In: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2005.

LISBOA, Armando de Melo. **A Crítica de Karl Polany à Utopia do Mercado**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações. Working Papers, 2000.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária hoje: significado e perspectivas**. Mimeo, 2005.

LISBOA, Armando de Melo. **Solidariedade**. In: CATTANI, Antonio D. (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. pp. 242-249.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção os Pensadores.

LUBICH, Chiara. **A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico**. In BRUNI, Luigino (org): Economia de Comunhão: uma cultura econômica e suas várias dimensões. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2002. pp. 13-20.

LUBICH, Chiara. **Deus-Beleza e o Movimento dos Focolares**. In: Abba – Revista de Cultura. São Paulo: Cidade Nova, 1999. V. II. Nº2 pp. 07-20.

LUBICH, Chiara. **Discurso de Chiara Lubich aos políticos e empresários**. Vídeo de 07/05/1998, acervo Movimentos dos Focolares.

LUBICH, Chiara. **Economia de comunhão: História e profecia**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

LUBICH, Chiara. **Nella luce dell'ieale dell'unità: i media e il carisma dell'unità**. In: Nuova umanità: revista bimestrale di cultura. Roma: Città Nuova, 1997. NU XIX (1997/2) 110, pp. 201-242.

LUBICH, Chiara. **Nella luce dell'ieale dell'unità: nuovi orizzonti dell'Economia di Comunione**. In: Nuova umanità: revista bimestrale di cultura. Roma: Città Nuova, 2005. NU XXVII (2005/2) 158, pp. 221-228.

LUBICH, Chiara. **O amor gera a sabedoria**. In: Abba – Revista de Cultura. São Paulo: Cidade Nova, 2002. V. V Nº1. pp. 19-34.

LUBICH, Chiara. **O amor que une**. In: Abba – Revista de Cultura. São Paulo: Cidade Nova, 2002. V. V Nº3. pp. 19-32.

LUBICH, Chiara. **O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão**. In: Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho 1999. São Paulo: Cidade Nova, 2000b, pp. 09-19.

LUBICH, Chiara. **O Movimento dos Focolares em seus aspectos político e social**. In: Abba – Revista de Cultura. São Paulo: Cidade Nova, 2000. V. III Nº1. pp. 09-16.

LUBICH, Chiara. **Quatro aspectos essenciais da Economia de Comunhão**. In: Abba – Revista de Cultura. São Paulo: Cidade Nova, 2001. V. IV Nº3. pp. 19-32.

LUBICH, Chiara. **Realizzare il nostro sogno: nessun bisognoso**. Collegamento 23/06/1994.

LUBICH, Chiara. **Risposte alle domande dei focolarini del II anno di formazione**. Vídeo de 25/06/1991 acervo Movimentos dos Focolares.

LUBICH, Chiara. **Uma espiritualidade para ser vivida juntos: discurso à VII Assembléia da Conferência Mundial das Religiões pela Paz**. In: Abba – Revista de Cultura. São Paulo: Cidade Nova, 2000. V. III Nº3. pp. 23-32.

LUBICH, Chiara. **Escritos espirituais**. São Paulo: Cidade Nova, 1984. V. III.

LUBICH, Chiara. **Á Secretaria Central do Movimento Humanidade Nova**. Roma, 1992.

MANCE, Euclides A. **Economia solidária: um novo paradigma?** Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, maio de 2000. [on-line] Disponível em: [2004-06-14].

MANNHEIM, Karl. **O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna.** Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana.** São Paulo: Athena, 2001.

MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J. & BEHRENS, W.W. **Limites do crescimento-** um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MEDEIROS, Maria das Graças Gomes de Azevedo. **Capital social e valores humanos, o desafio relacional contemporâneo nas organizações de trabalho:** estudo de caso em duas empresas de Economia de Comunhão. In: Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MENDES, Nilda Maria Domingos. **Relacionamento interpessoal:** um estudo de caso em empresas de Economia de Comunhão. In: Dissertação de mestrado, Curso de Mestrado em Administração, UFPB. João Pessoa, 2003.

MINAYO, Maria C. de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria.** Porto Alegre: Editora Sulina, 1995.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOTTA, João Manoel da Silva. **Da cooperação à comunhão. Ciência, movimentos sociais e processo civilizatório:** estudo sistêmico do Projeto Economia de Comunhão (EdC) como um modelo sócio-econômico inclusivo. In: Dissertação de mestrado, Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

NORONHA, Dimas Otaviano. **A pequena empresa e a responsabilidade social: impactos no ambiente interno.** In: Dissertação de mestrado, Faculdade de Administração de Empresas do Estado de São Paulo / Instituto das Ciências da Administração – FAESP/IPCA. São Paulo, 2003.

PASSET, René. **Desenvolvimento durável e biosfera: abertura multidimensional ou novos reducionismos?** Revista Tempo Brasileiro, 108, 1992. p. 27-47.

PINTO, Mario Couto Soares; LEITÃO, Sérgio Proença. **Economia de Comunhão: empresas para um capitalismo transformado**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

POLANYI, Karl, **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POLANYI, Karl. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994.

QUARTANA, Pino. **A economia de comunhão no pensamento de Chiara Lubich**. In Vários. **Economia de Comunhão: propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”**. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1989.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Modelos de homem e teoria administrativa**. Curitiba: PUC – Mestrado em Administração/Série Monográfica: Caderno de Ciências Sociais Aplicadas nº3, 2001. (Tradução Francisco G. Heidemann).

RIBEIRO, Ferreira Sandra. **Carisma e modernidade. Ginetta Calliari, “A ética da unidade e o espírito da Economia de Comunhão”**. In: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Sociologia, USP, São Paulo, 2003.

ROSSÉ, Gérard. **O ensinamento bíblico, pressuposto da economia de comunhão**. In Vários. **Economia de Comunhão: propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”**. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: Discurso sobre as ciências e as artes**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção os Pensadores, Vol II.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Studio Bobel: FUNDAR, 1993.

SAMPAIO, Carlos A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV) 2007, (PRELO).

SANT'ANNA, Fernando Soares Pinto; FERNANDES, Valdir. **A Questão ambiental como uma problemática eminentemente social**. In: V Simpósio Internacioanl de Qualidade Ambiental, 2006, Porto Alegre. Anais do V Simpósio Internacioanl de Qualidade Ambiental. Porto Alegre : ABES, 2006.

SANTANA, Sérgio Carvalho de. **Princípios para um modelo de gestão ambiental sob o duplo enfoque de tecnologias limpas e da Economia de Comunhão.** In: Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-Árido, Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SERAFIM, Maurício C. **A ética no espaço de produção: contribuições da Economia de Comunhão.** In: Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, UFSC, Florianópolis, 2001.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural.** Lisboa: Instituto PIAGET, 1990.

SILVA, Daniel J. da. **O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental.** In Workshop sobre interdisciplinariedade, São José dos Campos, 2 e 3 de dezembro de 1999.

SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero.** Madrid, 1977.

SIMMEL, Georg. **A Chapter in the Philosophy of Value.** Chicago: American Journal of Sociology, vol. 5, 1900.

(Disponível em: <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/simmel/value>).

Acesso em: 30 Ago 2006).

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). Mana., Rio de Janeiro, v.11, n.2, 2005.

(Disponível em: http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 03 Ago 2006. doi: 10.1590/S0104-93132005000200010).

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Economia Solidária.** In: CATTANI, Antonio D. (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. pp. 116-124.

SORGI, Tommaso. **A cultura do dar.** In Vários. Economia de Comunhão: propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

SOUTO-MAIOR, Joel. **Racionalidades: alguns esclarecimentos.** Estudos Avançados em Administração: v.6, n.2, p.967-991, 1998.

SPERS, Valéria Rueda Elias. **Organização e Economia de Comunhão: relações sociais e subjetivas permeadas pela religiosidade?** In: Tese de doutorado, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SUM-TZU. **A arte da guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TOYNBEE, Arnold. **A Humanidade e a Mãe-Terra: Uma História Narrativa do Mundo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

TURATO, E. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VIEIRA, Paulo F. **A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil**. In: HOGAN, Daniel J; VIEIRA, Paulo F. (orgs.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992.

VIEIRA, Paulo F. **Apresentação**. In: LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 09-15.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília: Unb, 1999.

ZAMAGNI, Stefano. **Fundamento e significado da experiência de Economia de Comunhão**. In BRUNI, Luigino (org): **Economia de Comunhão: uma cultura econômica e suas várias dimensões**. Centro de Estudos Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2002.

ZAPPALÀ, Roberto. **Comunismo, capitalismo, comunhão: reflexão do ponto de vista antropológico**. In Vários. **Economia de Comunhão: propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”**. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

APÊNDICE A – MAX WEBER: A ética de Benjamin Franklim

Tal como fez Weber optou-se por transcrever esses trechos do discurso de Benjamin Franklin pela sua significância para entender a ética que se encontra adjacente aos conselhos comerciais e econômicos como se segue:

Lembra-te que tempo é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadiação, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais.

Lembra-te que o crédito é dinheiro. Se um homem permite que seu dinheiro permaneça em minhas mãos por mais tempo do que é devido, ele me concede os juros, ou o quanto eu possa fazer com ele durante esse tempo. Isto atinge uma soma considerável, quando um homem tiver um bom e largo crédito, e fazer bom uso dele.

Lembra-te de que o dinheiro é de natureza prolífica, procriativa. O dinheiro pode gerar dinheiro e seu produto pode gerar mais e assim por diante. Cinco xelins em giro são seis; novamente empregados são sete e três pences, e assim por diante, até atingir cem libras. Quanto mais houver dele, mais ele produz e cada turno, de modo que o lucro aumenta cada vez mais rapidamente. Aquele que mata uma porca prenhe destrói toda uma prole até a milésima geração. Aquele que desperdiça uma coroa, destrói tudo o que ela poderia ter produzido, um grande número de libras.

Lembra-te deste refrão: ‘O bom pagador é dono da bolsa alheia. Aquele que é conhecido por pagar pontual e exatamente na data prometida, pode em qualquer momento levantar tanto dinheiro quanto seus amigos possam dispor. Isto é às vezes de grande utilidade. Depois da industriiosidade e da frugalidade, nada contribui mais para um jovem subir na vida do que a pontualidade e a justiça em todos seus negócios; portanto, nunca conserves dinheiro emprestado uma hora além do tempo prometido, senão um desapontamento fechará a bolsa do teu amigo para sempre.

As mais insignificantes ações que afetem o crédito de um homem devem ser consideradas. O som de teu martelo às cinco da manhã, ou às oito da noite, ouvido por seu credor o fará conceder-te seis vezes mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte, se te vir em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz, em uma

taverna, quando deverias estar no trabalho; exige-lo-á de ti antes de que possas dispor dele.

Isto mostra, além do mais, que estás consciente do que possuis; fará com que pareças um homem tão cuidadoso quanto honesto e isto ainda aumentará mais o teu crédito.

Guarda-te de pensar que tens tudo o que possuis e de viver de acordo com isto. Este é um erro em que caem muitos que têm crédito. Para evitá-lo, mantém por muito tempo um balanço exato tanto de tuas despesas quanto da tua receita. Se tiveres o cuidado de, inicialmente, mencionar as particularidades isso terá o seguinte efeito salutar: descobrirás como as mínimas e insignificantes despesas se amexam em grandes somas, e discernirás o que poderia ter sido e o que poderá ser economizado para o futuro, sem grandes inconvenientes.

Por seis libras anuais poderás ter o uso de cem libras, uma vez que sejas um homem de conhecida prudência e honestidade.

Aquele que gasta inutilmente um ‘groat’ (velha moeda inglesa de prata cujo valor era de 4 pence) por dia, desperdiça mais de seis libras por ano, que é o preço do uso de cem libras.

Aquele que desperdiça o valor de um ‘groat’ do seu tempo por dia, um dia após o outro, desperdiça o privilégio de usar cem libras todos os dias.

Aquele que inutilmente perde o valor de cinco xelins, perde cinco xelins e poderá com a mesma prudência, atirar ao mar cinco xelins.

Aquele que perde cinco xelins, não perde somente esta soma, mas todo o proveito que, investindo-a, dela poderia ser tirado, e que durante o tempo em que um jovem se torna velho, integraria uma considerável soma de dinheiro (Weber, 1996, pp. 29-31).

APÊNDICE B – CHIARA LUBICH: A Ecologia no Movimento dos Focolares

Eu tenho a impressão que haverá um grande desenvolvimento ecológico no nosso movimento – desenvolvimento da sensibilidade para os problemas ambientais -, porque é preciso salvar a natureza.

Como não possível tornar-se santa estando morta, mas é preciso viver para fazer-se santa, assim é preciso que o planeta continue existindo para que a humanidade possa viver. Isso, portanto, é essencial à vida. A ecologia – a natureza e tudo que provém dela - é a base da paz. A paz e a fraternidade só são possíveis se continuar existindo um planeta.

Destruir, degradar a natureza é degradar Jesus. É por isso que tenho também a ecologia como “verde” porque significa amar Jesus Abandonado buscando que a natureza se salve.

Deus não criou somente nós, mas também o universo – o ambiente - que está em torno a nós. Precisa pensar que nós vivemos de tudo aquilo que está fora de nós na natureza: se nós respiramos, respiramos o ar que nos circunda; se nós comemos, comemos as coisas que estão fora; se nós tocamos algo, tocamos as coisas que nos circundam, ou seja, todas as coisas criadas.

Por isso temos que ter esse amor profundo pela natureza, que é belíssimo: ela nos fará entender melhor a nossa fé e compreender melhor o significado do que está expresso na Escritura “Céus novos e terras novas” (cf. Ap 21, 1) porque devemos já buscar purificar esta terra, em vista de céus novos.

Parece-me que a nossa “Obra” poderia ser vista unicamente como uma obra pela paz. Não é para menos que é voltada para um mundo unido. O que isso significa? O mundo pacificado!

E a paz não só com Deus, mas paz entre nós e paz também com a natureza. Eis porque os nossos jovens amam tanto a natureza. É um instinto. Como somos filhos de Deus – criados por Deus, o Criador também do universo – nós não podemos degradar a natureza.

Nós nos sentimos um pouco como São Francisco, irmãos e irmãs de todos. Para São Francisco o Canto das criaturas não era algo sentimental ou poesia; era uma realidade teológica. Ele sentia de ser verdadeiramente irmão de todas as criaturas

APÊNDICE C – CHIARA LUBICH: Fragmentos sobre a Economia de Comunhão

A seguir optou-se por transcrever, em ordem cronológica, alguns fragmentos de outros discursos de Chiara Lubich, nos quais ela define, melhor do que ninguém, o que é, ou o que deve ser a EdC, bem como sobre que bases ela vem sendo construída. Esses textos sugerem também a reflexão sobre a sua viabilidade e o seu alcance, dentro e fora do âmbito do Movimento dos Focolares, e dentro e fora do contexto cristão. Isto porque a essência desta experiência é fundamentalmente ligada ao Movimento dos Focolares e cristã, embora nos textos de Lubich apareça sempre a ressalva de que o amor e o respeito ao próximo são valores universais.

Uma sociedade sem pobres

Com o lucro das empresas da Economia de Comunhão viveremos, no século XX, a realidade dos primeiros cristãos, que depunham aos pés dos apóstolos tudo o que tinham e distribuía-mo aos pobres, de forma que não havia mais indigente algum. Queremos suscitar em todo o Movimento, em todos os que têm esta possibilidade, a disposição de fundar uma empresa, aqui ou longe daqui, de fazê-la funcionar segundo a Doutrina Social Cristã.

Mas o lucro deve ser posto em comunhão com todos, para aliviar aos pobres, dando assim o exemplo de uma sociedade em que não haja pobres....

Não basta um pouco de caridade, uma ou outra obra de misericórdia, um ou outro supérfluo de pessoas isoladas. É necessário que empresas inteiras ponham livremente em comum o próprio lucro que obtiverem....

Uma tarefa particular é formar ‘homens novos’, porque sem ‘homens novos’ nada faremos... Essas empresas, hoje pequenas, mas que crescerão, serão uma realidade na comunhão do lucro, se houver ‘homens novos’.

(São Paulo, 1991)

A Economia de Comunhão é a economia do dar

Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do ter, a Economia de Comunhão é a economia do dar. Isso pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas não é, porque o homem, criado a imagem e semelhança de Deus, que é Amor, encontra a própria realização justamente no amor, em dar.

(Roma, 1991)

Um só coração e uma só alma

A economia de comunhão despertou, em muitos de nós, energias adormecidas, suscitou propósitos sérios e comprometedores, propôs soluções para sonhos que se julgavam irrealizáveis. Sementes já promissoras de novas empresas, voltadas à entrega do lucro a quem está em necessidade, estão germinando, como uma primavera, quase que por toda a parte. Outras estruturas para formar ‘homens novos’ estão surgindo como por encanto. As Mariápolis permanentes estão multiplicando-se. É necessário que o entusiasmo com o qual a Economia de Comunhão teve início nos acompanhe sempre, e não decepcione as muitíssimas expectativas dos pobres. Queremos vivê-la para a glória de Deus e para que volte a reviver o espírito e a praxe dos primeiros cristãos: ‘eram um só coração e uma só alma... e não havia entre eles indigente algum’ (cf. At 4, 32-34).

(Roma 1992)

Economia de Comunhão: uma economia de ‘homens novos’

Não se pode fazer uma economia nova, uma política nova, uma ciência nova, uma medicina nova sem ‘homens novos’. É preciso que haja pessoas que tenham o carisma da unidade na própria alma e que possam dá-lo a mancheias, de modo a transformar o mundo, a nossa sociedade.

(Roma, 1992)

Uma construção toda de amor

A economia de comunhão é uma construção toda de amor, só de amor, pois o lucro é dividido em três partes: uma parte é para a própria empresa, – se não vive não pode amar –, portanto, é preciso que ela se sustente; outra parte é para os pobres e, portanto, entende-se que é amor; outra parte ainda é para formar ‘homens novos’, e entende-se que é amor (...).

(Loppiano, Itália, 1996)

Concretamente, amor significa dar

Na economia de comunhão nada se consegue fazer se não houver na base a cultura do dar, que é o Evangelho. O Evangelho é o amor, porque Deus é o amor, e nós devemos ser o amor. Concretamente se o amor significa dar. Sem dar, sem servir, sem ajudar, não existe amor, existe sentimentalismo, Portanto, é preciso sem dúvida que haja na base uma transformação do ‘homem velho’ em ‘homem novo’, como diz São Paulo, e, por conseguinte, que seja subtraído o egoísmo, que sejam eliminadas as divisões, que haja o amor e a unidade.

(Estrasburgo, 1998)

Dar é amor em ação

Se a Economia de Comunhão surgiu é porque existe um particular contexto de cultura que está criando um mundo novo: a cultura do dar. Madre Tereza de Calcutá dizia: ‘O que é dar? É o amor em ação’. Logo, se quisermos amar devemos chegar à ação e, portanto, à doação.

(Roma, 1998)

----//----

A Economia de Comunhão é aberta a todos

A Economia de Comunhão, sem dúvida, é aberta a todos, desde que seja respeitada a sua 'regra', que é repartir o lucro em três partes: uma para os pobres, uma para a empresa e a terceira para as estruturas nas quais se formam 'homens novos'. Quem quiser fazer Economia de Comunhão deve mergulhar, penetrar nessas estruturas porque deve se tornar 'homem novo'. A Economia de Comunhão exige que se tenha o Ideal da unidade, que se viva profundamente toda a cultura do dar... Somente assim ela funciona.

(Montet, Suíça, 1999)

A cultura do amor

Cultura da partilha não significa somente dar o lucro ou dar alguma coisa, jóias, terras, casas. Não é isso. É aquele dar que aprendemos do Evangelho, que significa amar a todos. Portanto, é a cultura do amor: amar também os empregados, amar também os concorrentes, amar também os clientes, amar também os fornecedores, amar a todos. O estilo de vida empresarial deve ser todo mudado: tudo deve provir do Evangelho, do contrário, não temos Economia de Comunhão.

(Praga, 2001)

A finalidade primeira da Economia de Comunhão

A finalidade primeira de quem faz uma empresa da Economia de Comunhão é chegar a conseguir que, em nosso Movimento não haja mais necessitados, como acontecia com os primeiros cristãos. A Economia de Comunhão surgiu para chegar, um dia e dar exemplo: um povo em cujo seio não há necessitados, nem existe o pobre.

(Praga, 2001)

Empreendimento de ‘comunhão’

Com a Economia de Comunhão é proposta ao empresário uma nova linha para conduzir o empreendimento, que ponha em prática atitudes inspiradas na nossa espiritualidade. Ela requer que se coloque no centro o homem e as relações interpessoais, evitando comportamentos contrários ao amor do Evangelho. Pede a valorização dos empregados mediante seu envolvimento na gestão. Que viva a cultura ética, que se respeite a ética nas relações com os clientes, com os fornecedores, com a administração pública. Que se dedique atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito da natureza. Que se favoreça a colaboração com outras realidades empresariais, sociais etc. Além disso, que não se esqueça de deixar espaço à intervenção de Deus, à sua Providência, inclusive na atuação econômica concreta. O nossos empresários dizem que têm um acionista invisível: o Pai Eterno.

(Trento, 2001)

Os ‘pólos industriais’

Todos os industriais convergem para os ‘pólos industriais’ das Mariápolis permanentes porque todos devem ser amigos, todos ligados. Aconselham-se uns com os outros nas dificuldades, consolam-se, ajudam-se, economicamente e também com idéias. Esses ‘pólos’ são necessários para que haja a Economia de Comunhão.

(Praga, 2001)

ANEXO 1- ROTEIRO DE PESQUISA- DIÁRIO DE CAMPO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL
 DISCIPLINA: PESQUISA DE CAMPO SOBRE A EdC
 PESQUISADOR: VALDIR FERNANDES
 ORIENTADOR: FERNANDO S. P. SANT'ANNA

CAMPO/OBJETO DA OBSERVAÇÃO: EMPRESA XYZ, DATA: 99/99/9999 /
 HORÁRIO DAS 00:00HS AS 00:00HS
 TIPO DE OBSERVAÇÃO:

Notas de Campo	Análise dos cenários
Primeiro cenário:	
Segundo cenário:	
Terceiro cenário:	
Notas do Pesquisador	Análise da notas
- - -	

ANEXO 2- ROTEIRO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL
DISCIPLINA: PESQUISA DE CAMPO SOBRE A EdC
PESQUISADOR: VALDIR FERNANDES
ORIENTADOR: FERNANDO S. P. SANT'ANNA

COLÓQUIOS: Questões orientadoras das entrevistas

1. Defina a EdC enquanto modelo de gestão empresarial e econômica.
2. O que significa ser empresário de EdC?
 - a. Quais as vantagens e desafios?
3. Quais os problemas mais importantes na gestão de uma empresa de EdC?
4. No seu entender como é pensada a dimensão ambiental na EdC?
 - a. Qual o lugar da conservação da natureza no projeto EdC?
 - b. Quais as orientações e diretrizes a esse respeito?
 - c. Como essas diretrizes são passadas aos empresários e quais os meios utilizados?
5. Como empresário o que pensa da atual problemática ambiental?
 - a. Qual a contribuição da sua empresa para melhorar o quadro atual?
 - b. Como os problemas ambientais são encarados na sua empresa?
 - c. Sua empresa consegue seguir as diretrizes dadas pela EdC?
6. Qual a relação da espiritualidade da unidade com a proposta da EdC quando se fala da de conservação da natureza?
7. Com base na experiência da sua empresa, comente sobre os limites e contribuições da EdC para a conservação da natureza.

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO FECHADO**QUESTIONÁRIO AMBIENTAL (EdC)**
(Adaptado do ISE – questionário de sustentabilidade empresarial)**DADOS DA EMPRESA**

EMPRESA:

Nº. DE FUNCIONÁRIOS:

ATIVIDADE PRODUTIVA:

ANO DE FUNDAÇÃO:

ANO DE INSERÇÃO NA EdC

INDICADOR DE COMPROMISSO FUNDAMENTAL COM O MEIO AMBIENTE

PERGUNTA 1 – O compromisso com a preservação ambiental (ou Desenvolvimento Sustentável) está formalmente inserido na EdC enquanto estilo produtivo e empresarial?

Sim Não

1.1 - Se SIM para a PERGUNTA 1, este compromisso está formalmente expresso nos:

Objetivos da EdC

Nos princípios da EdC

Outro (especifique)

1.2 - Se SIM para a PERGUNTA 1, este compromisso é amplamente divulgado para todos os empresários que aderem à EdC?

Sim Não

1.3 - Se SIM para a PERGUNTA 1, a EdC como um todo, através da ESPRI, da Associação dos Empresários da EdC ou do Movimento dos Focolares, mantém algum programa de sensibilização e educação ou fóruns, congressos sobre o tema?

Sim Não

1.4 - Se SIM para a PERGUNTA 1.3 especifique qual:

PERGUNTA 2 – O compromisso com a preservação ambiental (ou Desenvolvimento Sustentável) está formalmente inserido na estratégia da sua empresa?

Sim Não

2.1 - Se SIM para a PERGUNTA 2, este compromisso está formalmente expresso na:

Visão

Missão

Outro (especifique)

2.2 - Se SIM para a PERGUNTA 2, este compromisso é amplamente divulgado para todos os interessados?

Sim Não

2.3 - Se SIM para a PERGUNTA 2, a companhia mantém um programa de sensibilização e educação sobre o tema?

_ Sim _ Não

2.3.1 Se SIM para a PERGUNTA 2.3, este programa é voltado para:

_ Público Interno?

_ Fornecedores?

_ Outras partes além das mencionadas acima (especifique)?

PERGUNTA 3 - A empresa tem algum tipo de geração de resíduo poluente (sólido líquido, gasoso)?

_ Sim __ Não

3.1 - Se SIM para a pergunta 3, especifique qual?

R.

3.2 - Se SIM para a pergunta 3, a empresa possui algum tipo de tratamento ou destinação adequada?

_ Sim _ Não

3.3 - Se SIM para a pergunta 3.2, especifique qual?

R.

4. Deixe aqui seu depoimento sobre como o meio ambiente é percebido na EdC enquanto estilo empresarial e produtivo, assim como na sua empresa:

R

ANEXO 4 – RELAÇÃO DAS EMPRESAS E PESSOAS PESQUISADAS

1 Relação de empresas pesquisadas por meio de visitas e entrevistas:

- METALSUL – Flaje Ferramentas Ltda
- FEMAQ S/A Fundação Engenharia e Máquinas
- Eco-Ar Indústria e Comércio Ltda
- AVN Embalagens Plásticas Ltda
- KNE Plásticos Indústria e Comércio Ltda
- PRODIET Farmacêutica Ltda
- La Túnica Confecções Ltda
- ESPRI S/A

2 Relação de empresas pesquisadas através de questionário:

- ESPRI S/A
- Kidelícia Indústria e Comércio Ltda
- La Túnica Confecções Ltda
- Interpiso Pisos Industriais
- Prodiel Farmacêutica Ltda
- Profilática Prod. Odonto. Med. Hosp. Ltda
- Eco-Ar Indústria e Comércio Ltda
- FEMAQ S/A Fundação Engenharia e Máquinas
- METALSUL – Flaje Ferramentas Ltda
- Alman Ind. E Com. Ltda
- Super Cross Peças e Acessórios Ltda
- Unitá Móveis e Decorações Ltda
- AVN Embalagens Plásticas Ltda
- KNE Plásticos Indústria e Comércio Ltda
- Unibem

3 Relação de pessoas entrevistadas (empresários, funcionários, pesquisadores e membros do Movimento dos Focolares).

Armando Tortelli – PRODIET

Augusto Almeida - ALMAN

Rodolfo Leibholz - FEMAQ

Pedro Luiz Cruz - FEMAQ

Jefferson – METALSUL

Celso Beppler – METALSUL

Augusto Lima Neto – AVN EMBALAGENS

Silvio Rodrigues – KNEPLAST

Wilson Teixeira – INTERPISO

Ercília Fiorelli – ECO-AR

Conceição Francischinelli - UNIBEN

Maria Santos Viegas – LA TUNICA

Daniel Xavier - KNEPLAST

Luiz Colella – CONSELHO NACIONAL EdC

Alberto Ferrucci – CONSELHO MUNDIAL EdC

Ricardo Zugno – MEMBRO DO MOVIMENTO DOS FOCOLARES

Jaime Lucas – JORNALISTA DA REVISTA CIDADE NOVA

Alexandre Pascoal – MEMBRO DO MOV. DOS FOC. E DA ED. CIDADE NOVA

Joana Costa – MEMBRO DO MOV. DOS FOCOLARES

Maurício Custódio Serafim – PESQUISADOR - FGV,

Sabrina Vieira – PESQUISADORA E MEMBRO DO MOV. DOS FOCOLARES

Heloisa Gonçalves – PESQUISADORA - UFRJ

Benedeto Gui – PESQUISADOR E MEMBRO DO MOV. DOS FOCOLARES

Luigino Bruni - PESQUISADOR E MEMBRO DO MOV. DOS FOCOLARES

Afonso Vieira – PSICÓLOGO QUE ESTUDA A GESTÃO ORGANIZACIONAL NA EdC

Márcia Baraúna – RESPONSÁVEL PELO CENTRO DE ESTUDOS DA EdC ATÉ 2006

Kélen Leite – PESQUISADORA - UFSCAR E MEMBRO DO MOV. DOS FOCOLARES

Maria Luiza – PESQUISADORA EM EdC

Prof. Sérgio Leitão Proença – PESQUISADOR - UFRJ

Regina Monteiro – PESQUISADORA E MEMBRO DO MOV. DOS FOCOLARES

João Manoel – PESQUISADOR – PUC-SP E MEMBRO DO MOV. DOS FOCOLARES

Cleverton Vieira – PESQUISADOR - UFSC MEMBRO DO MOV. DOS FOCOLARES

ANEXO 5 - FEMAQ PRODUÇÃO MAIS LIMPA

A CETESB dissemina e incentiva a adoção de medidas de Produção mais Limpa no Estado de São Paulo

Título: REUSO DE AREIA DE FUNDIÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA RECUPERAÇÃO.

Empresa: FEMAQ- Fundição, engenharia e máquinas Ltda.

Atividade Principal: Indústria Metalúrgica.

Porte da Empresa: Médio

Mercado de Atuação: Nacional e Internacional

Produtos Principais: Peças fundidas em ferro e aço, alumínio para aplicações diversas.

Produção média anual: Aproximadamente 6.800 t/ ano em peças fundidas.

Município: Piracicaba.

Agência Ambiental da CETESB: Piracicaba.

IDENTIFICAÇÃO DA OPORTUNIDADE

As peças produzidas pela empresa são fundidas em molde de areia, obtidos a partir de modelos em isopor enviados pelo cliente. Estes modelos são posicionados em caixas de moldagem e envolvidos por uma mistura de areia e aglomerante, sendo este último constituído por cimento e melaço de cana. Após a compactação ocorre um processo de cura, que confere resistência mecânica à mistura originando o molde de areia. Uma vez pronto o molde, o metal fundido é vazado em seu interior, sublimando o isopor e ocupando o lugar do modelo, na forma desejada. Após o resfriamento, a caixa é desmontada, a peça removida e limpa, e a areia é retirada na forma de torrões.

Os grãos da areia que compõem os torrões apresentavam uma camada superficial de aglomerante, que inviabilizava seu reuso, gerando um resíduo classificado como Resíduo Classe II, de acordo com a norma NBR 10.004 da ABNT. No passado, este resíduo era totalmente descartado, gerando problemas associados à aquisição de grande quantidade de areia nova, falta de locais adequados para disposição e

necessidade de monitoramento ambiental de locais utilizados como depósito de areia. Consciente dos problemas ambientais causados pelo descarte de areia de fundição, a empresa decidiu estudar alternativas para sua recuperação e reuso posterior no processo produtivo e na fabricação de blocos, dentro do contexto da adoção de práticas de Produção mais Limpa.

MEDIDAS ADOTADAS

No ano de 2000, a empresa desenvolveu um processo mecânico de tratamento da areia, objetivando seu reuso no processo. Basicamente, esta medida consiste em desfazer os torrões por vibração, seguido do jateamento da areia sobre um anteparo, para remoção do aglomerante. Deste processo resultam dois produtos: a areia recondicionada e um pó fino composto de restos do aglomerante removido dos grãos.

A areia tratada, com os grãos arredondados e isentos de aglomerante, retorna ao processo de fundição. Para o pó fino, a empresa desenvolveu um processo de reaproveitamento, onde este pó substitui parte da areia na produção de artefatos de concreto de uso não estrutural, como blocos de fechamento, bloquetes de pavimentação, etc. O custo destes produtos é cerca de 15% menor que o dos tradicionais. Para permitir o reaproveitamento de todos os finos gerados, a empresa construiu uma pequena fábrica de artefatos de concreto, com razão social Recibloco Ltda, que atualmente fabrica e comercializa estes produtos.

INVESTIMENTOS

O sistema de recuperação da areia exigiu um investimento de R\$ 800.000,00, na aquisição de equipamentos utilizados nesse processo, sistema de transporte, silos e obras civis. A instalação da fábrica de blocos requereu um investimento de R\$ 150.000,00, com a compra de equipamentos e a realização de obras civis.

RESULTADOS OBTIDOS

O principal benefício ambiental da medida adotada foi a eliminação da necessidade de disposição final de cerca de 1.500 t/mês de areia de fundição. Além disso, esta medida permitiu a redução de 83% do consumo de areia, que passou de 600 a 1.600 t/ mês para 100 a 300 t/ mês, dependendo da demanda dos clientes. Do ponto de vista econômico foram obtidos:

- Economia anual média de R\$ 500.000,00 com a redução no consumo de areia;
- Economia anual média de R\$ 240.000,00, relativa ao transporte e disposição final do resíduo;
- Lucro (receita) anual médio de R\$ 50.000,00, com a venda dos blocos produzidos com areia fina;

Estes resultados permitiram uma economia média anual de R\$ 790.000,00, com tempo de retorno do investimento em cerca de 15 meses.

AÇÕES FUTURAS

Atualmente a empresa vem desenvolvendo estudos para recuperação de outros tipos de areias usadas no processo de fundição.

As informações apresentadas são de total responsabilidade da empresa identificada. Este documento não constitui atestado de conformidade ambiental e não referenda a empresa nem seus produtos

OUTRAS INFORMAÇÕES

Contato da EMPRESA: Pedro Luiz da Cruz Tel. (19) 3426- 4611

Fax. (19) 3426- 4749 e-mail: femaq@femaq.com.br

Contato da CETESB: e-mail: prevpol@cetesb.sp.gov.br

Esta é a versão do arquivo http://www.cetesb.sp.gov.br/Tecnologia/producao_limpa/casos/caso23.pdf